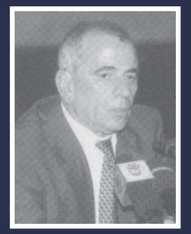


Abdellatif Benachenhou é professor de ciências econômicas do *Institut des Sciences Politiques* de Paris. É formado em direito público pela Universidade de Paris e defendeu mestrado em economia política pela mesma universidade.

Foi reitor da Faculdade de Ciências Econômicas de Argel, entre 1972 e 1976, secretário-geral da Associação dos Economistas do Terceiro Mundo, de 1976 a 1982, e presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais do FLN, entre 1977 e 1978. Fundou e dirigiu o Centro de Estudos de Economia Aplicada, de 1976 a 1984. Exerceu o cargo de Ministro das Finanças, de 1999 a 2011 e de 2003 a 2005, e foi conselheiro econômico do Presidente da República, de 2001 a 2003. É consultor internacional.

Abdellatif Benachenhou é autor de mais de 20 obras. Seus últimos trabalhos tratam da análise do crescimento argelino e dos países emergentes.

A mapoteca do Museu Histórico do Itamaraty guarda o mapa-múndi confeccionado pelo veneziano Jeronimo Marini em 1512, o primeiro em que aparece o nome Brasil. Desenhado em pergaminho e centrado em Jerusalém, o mapa orienta-se pelo Sul, deixando embaixo os países do hemisfério norte. O Embaixador Wladimir Murtinho encomendou a Madeleine Colaço a tapeçaria, inspirada no mapa de Marini, que hoje se encontra no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. A reprodução dessa tapeçaria, que ilustra as aspirações dos países emergentes, impõe-se como a moldura perfeita para a obra de Abdellatif Benachenhou.

José Vicente de Sá Pimentel

611

Abdellatif Benachenhou

Países Emergentes

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Abdellatif Benachenhou

Países Emergentes

Os países emergentes desenham a nova geografia econômica e social do mundo. Eles ocupam um lugar crescente nas transações internacionais de bens, serviços, capitais e tecnologias. Este livro responde em detalhes, com estatísticas apropriadas, para cada país, a sete questões principais: quais foram as *performances* econômicas recentes desses países; quais são os principais setores e atividades econômicas que permitiram a emergência e em que medida esta é estável; quem são os principais atores dessa emergência e quais são suas estratégias; e qual foi o papel desempenhado pelas estruturas financeiras e pelo Estado na emergência.

ISBN 857631405-3

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

www.funag.gov.br

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Abdellatif Benachenhou

Países Emergentes

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PAÍSES EMERGENTES

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Abdellatif Benachenhou

Países Emergentes

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2013

Copyright© Abdellatif Benachenhou 2011
Título original: Les Pays Émergents

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz
Wellington Solon de Souza Lima de Araújo

Capa: Tapete em lã e cânhamo de Madaleine Colaço. Título: *Interpretação do Mapa*, de Marini. Acervo do Palácio Itamaraty, Brasília.

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2013

B456

BENACHENHOU, Abdellatif.
Países emergentes / Abdellatif Benachenhou; tradução de Sérgio Duarte. – Brasília : FUNAG, 2013.
234p.; 23 cm.

Título original: Les pays émergents.

ISBN: 978-85-7631-405-9

1. África do Sul. 2. Brasil. 3. Chile. 4. China. 5. Coréia do Sul. 6. Índia. 7. Indonésia. 8. Malásia. 9. México. 10. Turquia I. Fundação Alexandre de Gusmão.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

A Yasmine,
corajosa, que escolheu
o caminho da verdade.
Que viva para sempre!

Apresentação

Uma das características do mundo que se descortina ao iniciar-se a segunda década do século XXI é a crescente importância da inserção internacional dos chamados países emergentes. Esses países desenham uma nova geografia econômica e social no mundo, que não permite mais negligenciá-los na discussão dos grandes assuntos políticos e econômicos internacionais. A relevância cada vez maior dos países emergentes pode ser concretamente percebida na legitimidade da afirmação do G20 como principal foro de coordenação econômica mundial, na consolidação do grupo de concertação dos Brics e na reestruturação dos órgãos de governança mundial, seja econômica, como no caso das mudanças em curso nos procedimentos das instituições de Bretton Woods, seja política, como na pretendida reforma do Conselho de Segurança da ONU, a fim de lhe conceder maior representatividade, legitimidade e eficácia. Apesar disso, as experiências dos países emergentes em matéria de promoção do desenvolvimento mantêm-se, de modo geral, pouco conhecidas.

A iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) de publicar, em língua portuguesa, o livro "*Les pays émergents*", de Abdellatif Benachenhou, tem como objetivo disponibilizar ao público interessado uma referência atual para a análise das experiências e dos desafios desse grupo de países.

Essa iniciativa enquadra-se no programa de formadores de opinião de alto nível levado a cabo pelo Itamaraty, que visa a estabelecer um diálogo aberto entre o Governo, a comunidade acadêmica e o público,

em geral, de maneira a esclarecer os fundamentos da ação externa e de receber em troca os argumentos capazes de enriquecer e oxigenar a formulação diplomática brasileira. Essa ação está em estreita confluência com a vocação por excelência da Funag, que é a de servir de elo entre o Itamaraty e o meio acadêmico.

O professor Benachenhou apresenta um estudo detalhado, apoiado em estatísticas pertinentes e, ademais, de leitura agradável sobre as experiências de onze países emergentes selecionados, entre os quais se inclui o Brasil. A obra tem o mérito de consolidar e sintetizar as características particulares de cada país no processo de emergência econômica, ao mesmo tempo em que expõe uma visão mais ampla de todo o fenômeno.

A relevância da presente obra revela-se não apenas pelo tema a que se dedica, mas também pela estatura política e acadêmica de seu autor. Personalidade política e intelectual de grande visibilidade na Argélia, o professor Abdellatif Benachenhou exerceu o cargo de Ministro das Finanças do país por dois turnos, de 1999 a 2001 e de 2003 a 2005, além de ter sido Conselheiro Econômico do Presidente da República de 2001 a 2003. Com atividade acadêmica destacada, o professor Benachenhou é autor de inúmeras obras centradas no estudo de temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social na Argélia, no entorno mediterrâneo e nos países em desenvolvimento em geral. Ele se dedica a temas tão variados como planejamento, cooperação internacional, investimentos, empreendedorismo e meio ambiente, sem descuidar da análise das consequências sociais do progresso econômico.

O atual momento de crise econômica na comunidade europeia e nos Estados Unidos levanta novos questionamentos quanto à atuação concertada dos países emergentes e sua capacidade de assumir um papel de destaque na conformação de uma nova ordem mundial. Os desafios que se apresentam põem à prova a solidariedade econômica e financeira, intensificando a instabilidade interna e por vezes estimulando atritos entre eles. Mas abrem também oportunidades consideráveis, desde que as estratégias corretas sejam escolhidas e os benefícios da ação solidária triunfem. A cooperação entre os países emergentes é, sem dúvida, um caminho necessário para navegar os tempos de transição e incerteza e atingir o porto seguro do desenvolvimento sustentável.

Este livro lança luz sobre inúmeras questões enfrentadas pelos países emergentes, propondo-se a responder, em detalhes, a sete questões principais: quais foram as performances econômicas recentes desses países; quais são os principais setores e atividades econômicas

que permitiram a emergência e em que medida esta é estável; quem são os principais atores dessa emergência e quais são suas estratégias; e qual foi o papel desempenhado pelas estruturas financeiras e pelo Estado na emergência.

O autor analisa os fatores de sucesso e apresenta as dificuldades encontradas por cada um dos países. Ele mensura o progresso alcançado e o que ainda falta alcançar, e conclui: só não emergem os que não querem.

Sumário

Introdução.....13

Capítulo I
A China molda o mundo 17

Capítulo II
Índia, emergência e combate à pobreza.....59

Capítulo III
Brasil, ator com vocação global 81

Capítulo IV
Turquia, entre a Europa e a Ásia.....99

Capítulo V
Coreia do Sul, uma potência oculta.....115

Capítulo VI
África do Sul e a herança do *apartheid* 123

Capítulo VII
Malásia, a pequena China 133

Capítulo VIII
Chile, um modelo de abertura? 143

Capítulo IX
Indonésia, entre reformas e emergência 159

Capítulo X
México, longe de Deus e perto dos Estados Unidos 171

Capítulo XI
Rússia, em luta contra o mal holandês 185

Capítulo XII
Seis lições sobre a emergência 199

Capítulo XIII
Os países emergentes em 2012? 229

Introdução

A nova geografia econômica e social do mundo se esboça sob nossas vistas. Os países emergentes ocupam lugar cada vez maior nas trocas internacionais de bens, serviços, capitais e tecnologias, e suas sociedades passam por profunda reestruturação. O comércio e os investimentos entre eles aumentam. A recente crise econômica os afetou em menor grau, também devido a essas novas solidariedades econômicas e financeiras. A concorrência entre eles, tanto nos mercados nacionais quanto em terceiros mercados se torna real. As relações entre eles e outros países em desenvolvimento se fortalecem em todos os continentes, produzindo esperanças e frustrações.

Não é possível discutir nem resolver os grandes problemas políticos internacionais na ausência da China, da Índia e, cada vez mais, do Brasil. A China se considera o segundo ator mundial e não exclui sequer a formação de um duopólio com os Estados Unidos em um contexto de enfraquecimento relativo dos países ocidentais em razão da mais recente crise. A Índia acaba de receber, em 2010, com duas semanas de intervalo, o apoio dos Estados Unidos, da França e da Rússia para ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança. No Fundo Monetário Internacional (FMI), no G20, no Conselho de Segurança e nas diversas instituições regionais econômicas ou políticas, registra-se crescente ambição política internacional ou regional dos países emergentes.

Esses países experimentam crescimento pujante e estável, impelidos por abundante poupança local, frequentemente superior

a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), que financia elevado volume de investimentos e que permite mudanças econômicas e tecnológicas significativas. Com exceção do México, da Rússia e em parte da Turquia, suas economias demonstraram maior resistência à última crise do que as dos países desenvolvidos. O tamanho dos mercados internos da China, da Índia e da Indonésia e a amplitude das políticas anticíclicas levadas a cabo pelas autoridades desses países explicam essa resistência à crise. Uma economia cada vez mais diversificada gerou equilíbrios financeiros internos e externos geralmente sólidos. A maioria desses países realiza um desempenho tecnológico comprovado e oferece, no mercado mundial, bens específicos muito procurados nos mercados oligopolistas. Suas empresas se internacionalizam em um ritmo constante.

A internacionalização do capital dos países emergentes se acelera: empresas indianas no Reino Unido e nos Estados Unidos; as da China na Ásia, na Europa e na África; as da Coreia do Sul na Europa e nos Estados Unidos; as da Malásia na Ásia; as do Chile na América Central e do Sul; e as do Brasil na América Latina e África.

Dinâmicas regionais permissivas ajudaram o crescimento, notadamente na Ásia, primeiro em torno do Japão e, em seguida, da China; não tanto, contudo, na América Latina, devido ao crescimento lento dos países dessa região. A Ásia abriu grandes mercados aos países emergentes da América Latina, mas a China é também um competidor temível para os emergentes asiáticos e latino-americanos, especialmente o México. A China ultrapassou as especializações daqueles países, e alguns têm dificuldade em superar essa situação.

Os países emergentes têm regimes políticos diversificados mais ou menos autoritários, mais ou menos democráticos. Neles, o Estado de bem-estar social é mais ou menos generoso e realiza políticas sociais diversificadas: as transferências sociais são mais ou menos importantes e variam segundo os meios orçamentários que as políticas fiscais contrárias permitem. As populações desses países variam de 15 milhões a 1,3 bilhão. O verdadeiro papel da variável demográfica: as variáveis japonesas e chinesas transformam a repartição econômica mundial. Uma classe média em constante fortalecimento transforma progressivamente os modelos culturais e de consumo e modifica gradualmente as regras do jogo político.

Esses países também compartilham dificuldades: instabilidade do crescimento diante da nova globalização, exportação significativa de lucros por parte das multinacionais, volatilidade de capitais – senão dos investimentos externos –, evasão de cérebros no caso de alguns, forte competição entre os próprios países emergentes, notadamente na Ásia;

no mercado americano, tensões e frustrações sociais decorrentes do próprio processo de crescimento, que elevou as aspirações dos jovens e dos habitantes do campo e que alimentou o êxodo rural. Onze países foram escolhidos para a análise: Brasil, Chile e México, na América; China, Índia, Indonésia, Coreia e Malásia, na Ásia; Turquia e Rússia, na Europa; e África do Sul, na África. Dependentes total ou parcialmente de especializações tradicionais em atividades de baixos salários, de produções primárias e frequentemente de uma monoexportação, cada um entre eles era emergente primário. Em seguida, cada um passou a adotar políticas e programas de diversificação, com resultados variáveis, porém na maioria apreciáveis. Três dentre eles têm dificuldades para consolidar sua emergência: a Rússia, em declínio industrial; o México, com problemas de diversificação; e a África do Sul, socialmente instável. Sua experiência será examinada para identificar os fatores de bloqueio da emergência, que diferem de um país para o outro.

Este livro tentará responder, para cada país, às sete perguntas principais seguintes:

1 – Quais são os desempenhos econômicos recentes desses países?

2 – Quais são os principais setores e atividades econômicas que permitiram a emergência, e em que medida esta é estável?

3 – Quem são os atores principais dessa emergência e quais são suas estratégias?

4 – Qual foi o papel das estruturas financeiras na emergência?

5 – Qual foi o papel do Estado no processo de emergência?

Esse papel será analisado não só como proprietário de empresas, mas também como estrategista, animador e regulador do processo de emergência e protetor dos mais débeis. As políticas públicas de privatização, de atração de empresas estrangeiras, de apoio às empresas locais, de inovação e de desenvolvimento dos recursos humanos serão passadas em revista. O problema é saber se o sucesso econômico depende da amplitude do setor público, de seu recurso ou da qualidade das políticas públicas adotadas e da instrumentação econômica utilizada.

6 – O crescimento econômico e a transformação das estruturas produtivas acarretaram progresso social ou deixaram muitos cidadãos ou territórios à margem do caminho?

7 – Quais são as apostas e os desafios que acompanham cada uma das experiências nacionais?

A ênfase será dada não aos objetivos apregoados da estratégia de emergência, e sim às modalidades de execução e aos resultados obtidos, especialmente o papel dos atores que são os verdadeiros agentes do sucesso ou do malogro. A análise permitirá identificar os fatores do sucesso e as dificuldades de um país a outro, medir os progressos realizados e os que restam realizar.

Capítulo I

A China molda o mundo

A história se repete na economia, mas não no mesmo lugar: as Províncias Unidas (atualmente Países Baixos) foram o primeiro canteiro industrial do mundo no século XVII. Sua criatividade, alicerçada em uma educação básica amplamente abrangente, seu poderio naval e seu engenho financeiro as levou aos quatro cantos do mundo. A Inglaterra foi a sucessora durante mais de dois séculos, impondo ao resto do mundo suas mercadorias, sua moeda e também sua supremacia naval. Os Estados Unidos tomaram seu lugar em meados do século XX: a Europa, enfraquecida por duas guerras mundiais, tinha sede de dólares e necessidade de segurança que somente a América podia oferecer. O domínio norte-americano ainda provavelmente perdura, mas surge uma nova situação: a China está a caminho de tornar-se a nova potência mundial. Presente em todos os mercados, ela acumula excedentes comerciais consideráveis que lhe outorgam poder financeiro global. É capaz de investir no exterior e de emprestar dinheiro: seu crescimento, por enquanto extenso, consome tudo: energia e minerais de todos os tipos. Em Davos, já em 2006, os ricos do mundo puderam medir a ascensão do poderio chinês e lamentá-la.

Em um artigo que se tornou célebre, Celso Furtado, economista brasileiro e ex-ministro da Cultura, enumerou as "Fontes de Poder": grande mercado interno, base tecnológica forte, moeda sólida, exército poderoso. A China de antes das reformas da década de 1980 não era elegível para esse posto, porém o é hoje porque passou a dispor de todos os trunfos citados. Tudo isso ocorreu em 30 anos.

Em 2010, a China se tornou a segunda potência econômica mundial, deslocando o Japão do lugar que ocupava havia 45 anos. No ritmo de crescimento atual, superará a primeira colocação dos Estados Unidos por volta de 2020. A ofensiva é primordialmente comercial. O crescimento do poderio chinês no comércio mundial é notável.

Desde 2005, a China passou ao quarto lugar nas trocas mundiais, atrás dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão. Esse avanço comercial é acompanhado por investimentos externos chineses crescentes nos setores de energia e de produtos de base, e pela participação maciça de empresas chinesas nos grandes mercados e obras públicas e de equipamentos das operadoras de telecomunicações no mundo. Os investimentos chineses se tornam significativos em todos os continentes; a China aumenta e diversifica suas aplicações financeiras, principalmente em termos de compra de dívidas soberanas na Europa, às quais esse país presta especialmente atenção, como se deve prestar atenção a um bom cliente. Essa nação asiática tem 7% da dívida pública norte-americana, equivalente a 800 bilhões de dólares, e cada vez maior parcela da dívida europeia, atualmente 8%. É o maior poupador do mundo, mas também o maior emprestador. A China dá conselhos públicos sobre a gestão das finanças norte-americanas a fim de proteger suas reservas em dólar. Os Tesouros europeus, clientes novos atraídos pelo baixo nível das taxas de juros, colocam títulos em instituições chinesas muito próximas ao governo. Uma zona *yuan* está sendo constituída em torno de Hong Kong e de Xangai, a fim de ocupar-se das operações financeiras de empresas para a China.

Desempenhos econômicos

Na década de 2000, as economias asiáticas tiveram alta taxa média anual de crescimento, sobretudo quando comparada às taxas das décadas de 1950 a 1970. A China e a Índia apresentaram os melhores desempenhos da região, evidentemente com números mais baixos. Crises e recessões de curta duração ocorreram na maioria dos países, porém se manteve a abertura econômica em um maior número de especializações baseadas nas vantagens naturais do país, uma atração constante de investimentos diretos a fim de diversificar a economia e de reduzir seletiva e progressivamente as proteções.

Crescimento na Ásia (2006-2010)

	2006	2007	2008	2009	2010
China	12,7	14,2	9,6	9,1	10
Índia	9,3	9,8	4,9	9,1	8,6
Indonésia	5,5	6,3	6	4,5	5,5
Coreia do Sul	5,2	5,1	2,3	0,2	4,5
Malásia	5,8	6,7	4,7	- 1,7	5,3

Fonte: Relatórios do Banco Mundial.

O recuo do crescimento em 2009 foi pequeno, e a retomada após a crise foi substancial. Houve diversificação geográfica das exportações dos países e aumento não só da demanda asiática, mas também das dimensões do mercado interno. Se a Coreia do Sul sofreu mais com a crise, devido à sua maior exposição aos mercados norte-americano e europeu, o retorno do crescimento foi fácil para ela por causa de sua diversificação em termos de produtos e de mercados. A demanda mundial específica dirigida a esse país também teve papel estabilizador.

Crescimento e equilíbrio na China

	2006	2007	2008	2009	2010
Crescimento do PIB em volume	12,7	14,2	9,6	9,1	10
Índice de preços ao consumo	1,5	4,8	5,9	- 0,7	3
Equilíbrio orçamentário % PIB	- 0,8	0,6	- 0,4	- 2,8	- 1,8
Pagamentos correntes % PIB	9,4	10,6	9,4	6	5,5
Dívida externa % PIB	11,9	10,6	8,3	8,7	-
Reservas externas	1.066	1.527	1.946	2.400	2.765

Fonte: Relatórios do Banco Mundial.

O crescimento econômico chinês foi forte desde o começo do século, com ligeira redução no momento da crise. A inflação permaneceu baixa durante o período, com um avanço maior em 2011. O equilíbrio orçamentário continua sob controle, apesar do programa de apoio ao crescimento concedido pelo governo em 2008, diante da crise mundial. Os equilíbrios externos são sólidos; os pagamentos correntes, com notável excedente, alimentam reservas externas crescentes, enquanto a dívida externa permanece em nível baixo.

Setores e bens específicos

A inserção da China no comércio mundial ocorreu na década de 1980 por meio da exportação maciça de produtos de base, agrícolas e não agrícolas. Prosseguiu na de 1990 com produtos industriais simples, especialmente têxteis, com a primeira onda de investimentos externos provenientes da região. Até o final do século XX, a China aparecia com país "primo-emergente", aproveitando seus recursos naturais e sua mão de obra barata, assim como antes dela haviam feito os quatro "dragões", Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. O país, ainda pobre em capitais, acolheu empresas estrangeiras a fim de ampliar suas possibilidades de desenvolvimento.

A terceira fase é mais recente. A China tem poupança relevante e mercado interior crescente; necessita mais de tecnologias e de conhecimento especializado, para diversificar suas exportações, reter maior valor agregado local e satisfazer seu próprio mercado. Como o Brasil e a Índia, os chineses usaram a carta de compradores a fim de atrair investidores estrangeiros e exigir deles a transferência de tecnologias. A China soube tirar partido da presença de grandes empresas internacionais em seu território para consolidar seu lugar nos setores de alta tecnologia, dispondo também de um competente sistema local de formação e pesquisa. Passou assim da "primo-emergência" para a emergência plena e total. Alguns exemplos vindos de diferentes setores de tecnologia avançada ilustram essa política e seu êxito.

Energia: hidrocarbonetos e energia nuclear

No setor de hidrocarbonetos, as empresas chinesas progrediram rapidamente não só no interior do país, mas também no exterior. A PetroChina, segunda mais capitalizada do mundo no setor, com 500 mil assalariados e 18 mil postos de gasolina, controla 40% do mercado de carburantes do país. Desenvolve-se no mundo todo, no Canadá, na Austrália, no Iraque. O Sinopec, outro gigante, investiu recentemente 7,1 bilhões de dólares no Brasil, assim como 500 milhões de dólares no Equador. Em maio de 2010, o grupo CNOOC, terceiro ator chinês no setor, particularmente ativo além das fronteiras chinesas, comprou da British Petroleum (BP) 60% de participação na empresa Pan American Energy. A produção mundial da CNOOC deverá, assim, aumentar em cerca de 10% e aproximar-se dos 260 milhões de barris equivalentes de petróleo, enquanto suas reservas aumentaram em 14%. Graças a essa transação, o

total acumulado das cessões de ativos da BP chegou a 21 bilhões de dólares desde a maré negra americana, na primavera de 2010, que quase afogou a empresa. Além do investimento na Pan American Energy, a CNOOC aplicou também mais de 2 bilhões de dólares em gás não convencional nos Estados Unidos. Em 2006, ela já havia investido 2,3 bilhões de dólares em uma jazida na Nigéria. Atualmente, negocia a compra de parcelas da jazida iraquiana de Maysan, cujas reservas são estimadas em 2,5 bilhões de barris. No Sudão, uma empresa chinesa permitiu que esse país fizesse as primeiras exportações de petróleo cru, especialmente em direção à China. O petróleo sul-americano interessa às empresas petroleiras chinesas no momento em que diversas grandes firmas do ramo se retiram da Argentina. Sinochem comprou da norueguesa Staroil, por 3,1 bilhões de dólares, 40% de uma jazida situada em águas profundas brasileiras.

Sempre fortalecendo os abastecimentos à China, os grupos chineses também aproveitam o crescimento do mercado petrolífero global, aumentando suas aquisições na escala internacional. Nesse setor, a política chinesa tem privilegiado a parceria entre operadores nacionais e grandes grupos mundiais, quase todos presentes no país. Essa parceria frequentemente combina projetos comuns no país e investimentos na esfera internacional, aproveitando as tecnologias e os recursos humanos de uns e de outros. Recentemente, a Total, ausente da China, em parceria com a CNNC, obteve licença de pesquisa e de produção em uma grande jazida de gás. As duas empresas finalizam simultaneamente uma parceria em Uganda. O desenvolvimento nuclear da China, precoce e rápido, foi lançado por Deng Xiaoping na década de 1980. Uma estratégia de cooperação diversificada, com vários parceiros, se aliou a uma importante decisão de aprendizado e de "sinização" das tecnologias.

Energia nuclear na China

	Operadores	Capacidades e datas de início de produção	Tecnologias e parceiros
Onze reatores em operação	CNNC ou CGNPC	De 300 MW a 2 x 1.000 MW Entrada em funcionamento de 1991 a 2000	EFD e Framatome – Filão canadense Candu – WER russa – Areva CPR "sinizada" – Westinghouse
Oito reatores em construção	CNNC ou CGNPC	2 x 1.000 MW	Filão canadense Candu EPR Areva – EDF
Cerca de 30 reatores em fase de projeto	CNNC ou CGNPC	2 x 1.000 MW 2 x 1.100 MW 2 x 1.600 MW	CPR "sinizada" – Westinghouse – WER russa

Os primeiros engenheiros franceses da EDF e da Framatome chegaram à China em 1984. Os primeiros reatores de tecnologia francesa foram construídos em Dayan Bay – tecnologia transformada em chinesa com a CPR "sinizada". Mais recentemente, um contrato com a Areva previu duas fábricas de EPR. Uma tecnologia propriamente chinesa foi desenvolvida em Qishan, com uma derivada específica apoiada no filão canadense Candu. Estão sendo discutidos um contrato celebrado com os russos sobre duas fatias de tecnologia WER e dois outros contratos. Está em curso um esforço notável para desenvolver um reator HTR de alto desempenho no filão chamado "quarta geração".

A China, que ainda depende dos norte-americanos e franceses para fabricar reatores de terceira geração, contempla exportar os modelos mais antigos. A CNNC se estende ao mercado asiático vizinho e poderá fazer concorrência ao Japão. Esta empresa, pouco conhecida no exterior, começou as atividades de exportação ao construir dois reatores de 300 MW no Paquistão. Ela anuncia que, nos dois próximos anos, estará em condições de exportar grande número de seus reatores. Sua concorrente chinesa CGNPC encomendou dois EPR à Areva e pretende vender reatores nucleares à África do Sul. Em 2011, a China assinou um acordo com empresas francesas do ramo nuclear para a concepção, o desenvolvimento e a fabricação conjunta de um novo reator nuclear. É a primeira aventura comum entre as empresas dos dois países. Depois da catástrofe de Fukushima, em março de 2011, o governo chinês passou a submeter à auditoria todos os reatores em funcionamento e a um novo exame todos

os projetos aprovados ainda não lançados, além de ter suspendido a aprovação de novos projetos. Contudo, o país não renunciará ao filão do qual, em fins de 2009, obtinha apenas 2% de sua eletricidade.

Transportes: infraestrutura e equipamentos

Na aeronáutica, o grupo Comac encerrou simbolicamente o duopólio Boeing-Airbus no mercado de aviões de mais de 150 lugares com a produção de uma centena de seu modelo C19. Os primeiros clientes são as companhias públicas chinesas. O primeiro cliente norte-americano, Gecas, pertence à General Electric, que produz juntamente com a Safran os motores do C19. A China já dispõe de 7,5 mil km de linhas férreas de alta velocidade, as LGV. Atualmente, estão sendo construídos mais de 20 mil km – e o dobro disso deve ser feito até 2020. A CNR, no norte do país, e a CSR, no sul, são as duas grandes fabricantes de material ferroviário.

Graças à transferência de tecnologia operada pela Siemens e pela Kawasaki, as duas empresas colocaram sobre os trilhos o CHR2 e o CHR3, irmãos gêmeos dos trens de alta velocidade alemão e japonês. Por haver recusado transferir as tecnologias, a francesa Alstom foi excluída do país. Os chineses estão construindo Ligas na Turquia e na Venezuela, entraram em acordos com o Brasil e a Rússia e se colocaram na Arábia Saudita e na África do Sul. Os construtores chineses estão igualmente presentes na Malásia, na Tailândia e recentemente em Gana. Finalmente, em parceria com a General Electric, os chineses constroem Ligas na Califórnia e em Nevada. Também farão a ligação de Londres à Escócia. Preços baixos e financiamento barato são seus trunfos nas concorrências.

O colossal esforço chinês em matéria de estradas e autoestradas recorda o programa similar dirigido por Roosevelt logo após a grande crise de 1929, que permitiu enfrentar o desemprego maciço sofrido pelos Estados Unidos. Era o *New Deal*. Esse esforço se apoia em uma poderosa indústria de construção. Em 2010, o giro de negócios dessa indústria chegou a mil bilhões de dólares, pouco mais do que o do setor da construção nos Estados Unidos.

Estima-se que, em torno de 2020, um quinto da produção mundial do setor de construção será chinês. A construção de moradias (57% das vendas), de instalações profissionais e de infraestruturas socioeconômicas permitiu o êxito dos grupos chineses de materiais para obras públicas, levadas a cabo pelos gigantes Xugong, Zoomlion e Sany Heavy. Em

2009, a China foi responsável por 43% da produção mundial desses equipamentos, enquanto que em 2002 fabricava apenas 18%.

Telecomunicações, informática e internet

Três atores da telefonia e de equipamentos de telecomunicação, que juntos representam mais de 46 bilhões de euros, são concorrentes em um mercado muito atraente. A Huawei Technologies, empresa privada com 95 mil funcionários – dos quais 43,6 mil estão na área de pesquisa e desenvolvimento – e vendas de 16,7 bilhões de euros em 2009, causa cada vez mais preocupação aos rivais. Já é a segunda no mundo em vendas de infraestrutura de acesso móvel, atrás da Ericsson, e segue de perto a Alcatel-Lucent na telefonia fixa. Fornece equipamento a France Telecoms, Bouygues, Free e SFR.

O mercado local de informática (materiais, *software* e serviços) está avaliado em 37,6 bilhões de dólares e experimentou um crescimento de 1,6% em 2010. A Lenovo (22,5 mil assalariados e 13 bilhões de euros em vendas), produtora histórica de computadores, comprou em 2005 a divisão PC e portáteis da IBM e formou um *joint venture* com uma empresa japonesa. Desenvolve novos produtos, especialmente servidores e *tablets*, utilizando o *know-how* norte-americano que permaneceu na empresa. ZTE, empresa pública com 70 mil colaboradores – dos quais 52,5 mil profissionais – e 6,7 bilhões de euros em vendas, desenvolve soluções chinesas para o mercado interno e de exportação. Em 2000, a China representava apenas 2% da produção global de *chips* eletrônicos. Em 2009, quatro empresas chinesas já figuravam entre as 15 primeiras do mundo: Smic, Grace, Hejian e Hua Hong Nec. Por iniciativa da China, foi construído o cabo terrestre de fibra ótica euro-asiático, de 27 mil km, o mais longo do mundo, que liga Xangai a Frankfurt, passando por 20 países.

A China tem 457 milhões de internautas. Gigantes privados de motores de busca fazem concorrência ao Google. Recentemente, os grandes órgãos públicos da mídia se lançaram nesse mercado altamente lucrativo, mas estima-se que levarão alguns anos para instalar-se verdadeiramente nesse segmento, cuja tecnologia evolui com grande rapidez. Em outubro de 2010, a China colocou em funcionamento o Tianhe-I, o supercalculador mais potente do mundo, à frente do norte-americano Jaguar.

Automóveis

A China já é – e será mais ainda – o maior mercado do mundo para automóveis.

O mercado de automóveis chineses

	2010	2020
China	15,1	28
Estados Unidos	11,6	13
Índia	2	6
Brasil	3,3	5,5
Japão	4,4	4
Alemanha	3,1	3,4
Rússia	1,7	3,2

Unidade: milhão.

É fácil perceber as dinâmicas econômicas e sociais durante os próximos 10 anos, especialmente o crescimento das classes médias nos países emergentes. O mercado chinês ultrapassou o norte-americano no ano passado, tornando-se o primeiro do mundo, lugar que confirmará este ano, com cerca de 17 milhões de veículos vendidos, mesmo com uma taxa média ainda débil de equipamento. O aumento total esperado para as vendas no ano de 2010 é de 30%. Isso explica o entusiasmo em relação à China por parte das grandes montadoras norte-americanas, europeias e asiáticas, que estarão ainda mais prósperas ao final do próximo decênio. Todas estão presentes e desenvolvem suas capacidades, seguidas pelos fabricantes de equipamentos. Os construtores chineses, frequentemente em parceria com estrangeiros, também desenvolvem rapidamente seus produtos. Essas coempresas internacionais não têm capacidade suficiente para produzir na China todos os veículos que poderiam comercializar ali, tanto mais que o crescimento agora é impulsionado pelas províncias do interior, onde a admiração pelo automóvel apenas se inicia. Os construtores, portanto, trataram de aumentar sua capacidade produtiva, mas alguns deles poderiam estar a braços com supercapacidade em alguns anos. Volkswagen vai abrir a 10ª fábrica no sul do país e anunciou a construção de uma 11ª até 2013. Peugeot-Citröen aumentará, juntamente com a Dongfeng, sua capacidade de produção de 450 mil para 750 mil unidades, lançando ao mesmo tempo outra parceria com a montadora Chang'an, em Shenzen. As japonesas Nissan e Toyota, a

BMW, a coreana Hyundai e a chinesa FAW anunciaram, em 2010, entre outras, a construção de novas fábricas. Inúmeros projetos de fábricas se encontram também nos planos de províncias e municipalidades, o que preocupa a Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (NDRC), o órgão chinês de planejamento. As capacidades de produção anunciadas pelos 30 principais construtores chegam, no total, a mais de 31 milhões de veículos até 2015, mais que o dobro da capacidade atual. Segundo os cálculos da comissão, a capacidade acumulada anunciada pelas províncias para a mesma data é ainda bem mais elevada. A NDRC lançou uma advertência, em setembro de 2010, por considerar que os "investimentos cegos" trazem riscos para um setor-chave e para o conjunto da economia.

Os construtores que tenham verdadeira capacidade de pesquisa em veículos elétricos ou híbridos terão uma vantagem decisiva na competição, no contexto do previsível encarecimento do preço do petróleo. Renault destinou até agora 4 bilhões de dólares para a pesquisa nesse campo.

Nanotecnologias

No início de 2006, o Conselho de Negócios do Estado chinês lançou o programa do Plano Nacional de Longo Prazo Sobre o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. As nanotecnologias constituem um dos principais eixos desse plano.

A China deve ter atualmente 26 mil pesquisadores em mais de 350 universidades, cerca de 30 institutos de pesquisa e mais de 400 empresas dedicadas ao setor das nanotecnologias, especialmente em torno de Pequim, ao norte, e em torno de Xangai, ao sul. Em comparação, a França dispõe de somente quatro mil pesquisadores nesse terreno, e as publicações científicas destes são menos numerosas que as dos chineses. O Comitê Nacional de Coordenação das Nanotecnologias foi criado em 2001, conjuntamente pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pela Academia de Ciências e pela Fundação Nacional de Ciências Naturais. A Academia Chinesa de Ciências está altamente envolvida; seus institutos e universidades representam 85% da pesquisa e do desenvolvimento na China nesse campo. Os objetivos do desenvolvimento das nanotecnologias estão ligados principalmente aos nanomateriais e aos nanodispositivos. Os projetos importantes de nanotecnologia se destinam à nanoeletrônica, à nanobiologia, ao desenvolvimento de novos materiais funcionais e à sua industrialização. Segundo o Comitê Nacional de Coordenação de

Nanotecnologias, a China investiu 60 milhões de dólares na pesquisa e no desenvolvimento de nanotecnologias de 2006 a 2010, contra 200 milhões de dólares de 2001 a 2005.

O número de patentes de nanotecnologia passou de 4,6 mil em 2005 para 12 mil em 2009, colocando a China na segunda posição mundial nesse ano. A China reforça também seus esforços nesse campo a fim de realizar descobertas originais e atender às necessidades industriais nessa tecnologia.

Note-se que os chineses acompanham em seu território os grandes laboratórios internacionais no aperfeiçoamento do tratamento do câncer de fígado e de estômago. No entanto, as despesas consagradas à pesquisa médica e farmacêutica permanecem relativamente modestas em setores que exigem consideráveis recursos financeiros.

Biotecnologias

O setor das biotecnologias chinês, apoiado pelo Estado, acumula sucessos econômicos e inovações, com produtos rapidamente colocados no mercado. Frequentemente fundadas por chineses que regressam ao país após estudar no exterior, as jovens empresas do setor recebem do Estado forte apoio financeiro – a prioridade ao investimento neste ramo é atribuída à comercialização da pesquisa. O setor se encontra bem estabelecido. Não é um *boom* comparável aos de São Francisco, Boston ou Toronto, mas o crescimento é grande, segundo uma pesquisa com 22 empresas chinesas publicada pela revista *Nature Biotechnology*.

A SiBiono Genetech, uma dessas empresas, foi a primeira no mundo a comercializar terapia de genes. Seu medicamento, Genedicine, combate o câncer da nasofaringe, injetando um adenovírus diretamente no tumor, o que impede a reprodução das células cancerosas. O Genedicine obteve, em 2004, a aprovação da autoridade reguladora chinesa, a SFDA. A Shenzen Beike Technologies propõe injeções de células-tronco retiradas de cordões umbilicais para curar a ataxia (uma doença neurológica), os traumatismos do cérebro e da medula espinhal, a arteriosclerose e também a doença de Alzheimer. A Chipscreen Biosciences desenvolve, juntamente com a Huya Bioscience, empresa de San Diego (Califórnia), um medicamento inibidor para o tratamento do câncer. Quando o medicamento for lançado no mercado, a Shenzen Chipscreen possuirá os direitos para a China, e a Huya para o resto do mundo. A Wuxi Pharmatec realiza pesquisas para multinacionais do setor, entre as quais a norte-americana Merck e a britânica AstraZeneca.

Espaço e armamentos

Os chineses recordam a recusa norte-americana de lançar o satélite europeu de telecomunicações Symphonie em meados da década de 1970 e a construção pela Europa de seu próprio foguete, Ariane, cujo 200º lançamento acaba de ser comemorado. A indústria espacial é indispensável para as telecomunicações e para a teledetecção, pois coloca em órbita os satélites necessários para o desenvolvimento desse setor.

A China se tornou o quinto país do mundo no lançamento de satélites de diversos tipos e o terceiro na recuperação de seus satélites. As primeiras naves espaciais habitadas foram lançadas em 2007, dando início à exploração lunar. A sonda lunar chinesa Chang-e2, lançada em órbita em torno da Lua, acaba de enviar as primeiras fotos da baía do arco-íris, futuro terreno de alunissagem da Chang-e3.

A China começou a exportar equipamentos e serviços espaciais para a América Latina.

A indústria de armamento também progride. As despesas militares chinesas, da ordem de 80 bilhões de dólares, que ao que se diz aumentam em 17% anualmente, sustentam uma indústria cada vez mais poderosa, mas que ainda está tecnologicamente atrasada em relação à do Ocidente. A cooperação com os russos se fortaleceu no campo da aviação militar durante os últimos anos. O avião furtivo J-20, atualmente em fase de protótipo, seria produzido em série. Os helicópteros Dauphin, de origem francesa, são também produzidos em série para fins militares.

Sessenta submarinos estão no mar, e 20 outros em produção. O país também produz *drones*, os famosos aviões espiões sem piloto. Jiaolong, primeiro submersível que deverá atingir uma profundidade de sete mil metros, já desceu a cinco mil metros no verão de 2010.

A nova base industrial do país permitiu a diversificação das exportações, além dos produtos de base e dos produtos de indústrias de mão de obra intensiva, o que explica o avanço comercial chinês no mundo. O economista chileno Gabriel Palma mediu a evolução do grau de competitividade da China mediante comparação com suas fatias de mercado nas importações dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos períodos de 1963 a 1985 e de 1985 a 2000. Ao final do primeiro período, a parcela de mercado dos Estados Unidos nas importações dos países da OCDE era de 10% e a da China, de 0,5%; contudo, 60% das exportações norte-americanas eram compostas de produtos que foram perdendo progressivamente a competitividade, ao contrário do caso da China. Ao final do segundo período, em 2000, a fatia

de mercado dos Estados Unidos permaneceu em 10%, e 57% dos bens exportados eram menos competitivos; em relação à China, no entanto, a parcela chegou a 5%, dos quais 97% de produtos competitivos. Desde então, confirmou-se o dinamismo comercial deste país.

Parcela da China no comércio global dos países desenvolvidos

	Estados Unidos	Alemanha	França	Reino Unido	Japão
1992 (em %)	3,5	2,3	1	0,6	5
2010 (em %)	14,3	6,1	3,8	6,2	20,4
Comércio global em 2009 (bilhões de dólares)	252-78	53-56	41-13	35-25	104-125

Dois países, Japão e Alemanha, ainda têm excedentes em relação à China, em virtude da forte competitividade de produtos e preços desses dois países. As nações europeias e os Estados Unidos, cujos déficits comerciais com a China aumentam, continuam a dar ênfase à fraqueza do yuan.

Excedente comercial chinês

	2007	2008	2009
Estados Unidos (bilhões de dólares)	- 258	- 268	- 227
Europa dos 27 (bilhões de euros)	- 161	- 169	- 133
Japão (bilhões de yens)	- 2.197	- 1.880	- 1.200
Crescimento do PIB chinês	11,3	10,5	9

Um fenômeno importante é frequentemente ignorado: o excedente comercial da China não resulta unicamente de suas exportações, mas também da queda relativa das importações, porque as empresas, locais e estrangeiras, lançaram-se à conquista de seu mercado interior em um contexto de apreciação relativa do yuan e de depreciação do dólar (período de 2003 a 2009): 22% para um e 20% para o outro. O yuan ganhou 10% em relação ao dólar, em 2010.

Devido à atonia atual e previsível do crescimento nos países desenvolvidos, o comércio chinês se reorienta progressivamente, com mais energia em direção a outros países emergentes, como o Brasil, o Chile, a Indonésia etc.

Parcela da China no comércio global dos países emergentes (em porcentagem)

	Índia	Indonésia	Chile	Brasil	México	Coreia	Malásia	Turquia	Rússia	Af. Sul
1992	0,4	3,5	0,8	0,9	0,1	4	2,2	0,7	3,8	1,8
2010	10,5	12,7	17	14	5,7	22,8	16,3	6,4	8,9	13,1

Os laços comerciais e financeiros da China com os países emergentes são crescentes e ainda mais intensos com os vizinhos da Ásia, notadamente Taiwan, Malásia e Coreia. Esse comércio prevê efeitos benéficos para esses países, cujas exportações aumentaram – sobretudo de produtos de base –, mas também efeitos menos favoráveis, devido à conquista de parcelas importantes dos mercados de bens de consumo e de bens de equipamento nesses países.

Empreendedores: setor público e investidores estrangeiros dominam, mas o setor privado progride rapidamente

A abertura econômica da China, ocorrida há 30 anos, beneficiou todos os idealizadores de projeto ou um número limitado de empreendedores mais ou menos próximos das autoridades centrais ou locais? Os especialistas estão divididos quanto a essa questão. Algumas indicações estão disponíveis.

As orientações de Deng Xiaoping datam do início da década de 1980. A abertura econômica se tornou progressivamente uma realidade com a constituição de zonas econômicas especiais no litoral do país, especialmente a zona de Pu Dong, diante de Xangai, decidida e realizada por instruções do presidente. Grandes empresas públicas a ela se dedicaram, como a China Construction Company, seguidas por empresas de Taiwan e de Hong Kong. Essas empresas públicas rapidamente abriram seus capitais na Bolsa, permitiram a pequenos investidores ganhar dinheiro com elas e reinvestir esses ganhos em outras empresas, geralmente de construção, de obras públicas ou de transformação leve.

As maiores empresas do setor imobiliário ou financeiro são públicas: energia, com a Sinopec, a CNOOC, a Chinalco; construção, com a China Construction Company; transporte aéreo e construção ferroviária, com a Cetic. No início da década de 2000, o governo fechou empresas e privatizou minas e outras atividades. Dezenas de milhares de trabalhadores ficaram desempregados.

Essa combinação peculiar entre empresas públicas, estrangeiras e privadas locais foi complementada pelo papel especial das empresas públicas regionais ligadas a bancos públicos da área associados a empresas estrangeiras em diversas atividades. A poupança local, muito abundante, serviu de apoio para essa articulação muito específica. Sabe-se, sem grande surpresa, que a parceira da Airbus na China é uma coletividade local e que o administrador da Volvo é um jovem chinês sócio de uma empresa pública e de um banco locais. O setor público da região, propriedade das coletividades locais, é importante tanto no setor real quanto no financeiro. Essas empresas, frequentemente ligadas a bancos locais, firmam parcerias com empresas estrangeiras, e não unicamente com pequenas e médias empresas (PMEs).

Segundo fontes chinesas, a progressão do setor privado foi espetacular: entre as 500 maiores empresas chinesas, mais de 170 seriam privadas ou mistas. Entre as 500 maiores empresas mundiais, 26 são chinesas, das quais seis são privadas. O setor privado ou cooperativo seria majoritário em 27 dos 40 setores industriais e chegaria a 70% em alguns destes.

A trajetória clássica de um empreendedor privado na China é a seguinte: acumulou pequeno capital em comércio ou em serviços, associou-se a amigos ou a membros da família e criou sua primeira empresa. O setor de construção e de promoção imobiliária são os mais rentáveis, mas é possível também aplicar dinheiro na Bolsa e aproveitar o crescimento das grandes empresas para, em seguida, reinvestir a mais-valia nos negócios – caminho trilhado pelos mais dinâmicos.

As empresas privadas não acedem, ou o fazem marginalmente, ao crédito bancário local e devem financiar seu desenvolvimento por meio de recursos próprios ou dos da família e de amigos. Não são, porém, afastadas dos mercados públicos na China e participam maciçamente na realização de grandes projetos no exterior, geralmente financiados por empréstimos concessionais chineses, o que permite indiretamente o financiamento de seu desenvolvimento. É o caso especialmente das empresas privadas de construção, de telecomunicações etc. Há algum tempo assiste-se a uma forte intervenção de fundos estrangeiros de investimento, que cada vez mais precisam entrar em acordo com competidores locais e que financiam milhares de PMEs, muito necessitadas de liquidez. De 30, em 2008, o número de fundos registrados passou para 82, em 2010. Os recursos investidos crescem rapidamente com a chegada ao mercado dos fundos de pensão e de companhias chinesas de seguros. Os fundos de investimento que buscam aplicações rentáveis e seguras para seus clientes

por vezes refletem preocupações sobre a transparência e a governança das empresas chinesas. Contudo, a prosperidade à sombra do setor público e estrangeiro não torna menos ambiciosos os empreendedores privados: os empreendedores mais visíveis são acolhidos no seio do Partido e já são numerosos no CCPP, órgão consultivo junto ao CNP, o Parlamento chinês. O grande patronato é, assim, parte integrante dos negócios econômicos. É o caso do proprietário da Wahaha, empresa agroalimentar, o homem mais rico da China. O generoso proletariado chinês suspendeu a luta de classes em nome da economia socialista de mercado.

A abertura aos investidores estrangeiros foi importante, crescente, porém seletiva. O princípio diretor dessa política é o seguinte: se uma empresa estrangeira deseja exportar para a China, precisa simultaneamente instalar uma capacidade de produção neste país. No mais das vezes, as empresas estrangeiras se tornam parceiras de grupos chineses, o que abre o caminho para a transferência de tecnologia – como se viu no setor nuclear, na aeronáutica, na construção ferroviária, na eletricidade, na indústria farmacêutica, na informática, nas telecoms etc. Algumas dessas parcerias operam na China, mas também partem para a conquista de escoamento no exterior.

A primeira onda de investidores estrangeiros veio de Taiwan e de Hong Kong, que continuam, com altos e baixos, a contribuir com 50% do volume de investimentos.

A cidade de Pu Dong, em frente a Xangai, foi concebida, construída e gerida por autoridades políticas como um símbolo visível da nova política econômica do país. Grandes empresas públicas precederam nessa área inúmeras companhias estrangeiras. Ali, como nas outras zonas econômicas especiais, encontram-se as indústrias automobilística, aeronáutica, de informática, elétrica e farmacêutica, com os líderes mundiais em cada setor.

Evolução dos investimentos externos diretos, para a China e da China

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ID externos na China	62	65	74	92	90	91
ID chineses no exterior	12	16	19	43	56	60

Fonte: NBS, bilhões de dólares.

Cerca de três quartos dos investimentos diretos chineses no exterior ocorrem na Ásia (71,5% dos casos); 13% na América latina; 5,8% na Europa; 2,6% na América do Norte; e 2,5% na África. Observa-se um

paralelismo entre o crescimento dos investimentos estrangeiros na China e o movimento de exportações que alimenta a acumulação de reservas.

Na China, há uma dúzia de montadoras de automóveis, quatro das quais são estrangeiras. Os maiores são listados a seguir, em uma revista das tropas.

A General Motors vendeu na China 2.325.000 veículos em 2010, ou seja, 30% das vendas mundiais, e 135 mil veículos a mais que nos Estados Unidos. A segunda montadora mundial, quase em paridade com a Toyota, produz na China o essencial para seus veículos, com os parceiros locais, como modelos mais adaptados ao gosto e ao bolso dos chineses.

A Volkswagen esteve entre as pioneiras. Havendo chegado à China em 1990, produziu no país 850 mil veículos, o que representa 13% de sua produção mundial.

A PSA, empresa francesa, está também presente na China, onde desenvolve uma estratégia ambiciosa de crescimento.

A General Electric realiza na China 20% de seus negócios mundiais e aceita a transferência de tecnologia, a fim de permanecer no país. Forma *joint ventures* com outras companhias.

A China Airlines é a principal cliente do A380. A Airbus internalizou a necessidade de fazer a montagem de aviões na China e de aceitar uma integração local progressiva em uma empresa mista, formada com um banco local e uma coletividade territorial.

A Areva se diz satisfeita por construir seu EPR na China e afirma que os engenheiros e técnicos chineses que se dedicam à tarefa entregam o equipamento a tempo e pontualmente, enquanto seus homólogos norte-americanos e finlandeses demoram, sem esquecer Flamanville, na França, onde a falta de mão de obra especializada a obriga a trazer operários da longínqua Romênia. Nada disso ocorre na China, onde a disponibilidade de trabalhadores de diversas qualificações não traz problemas para a produção.

A Intel investiu 4,7 bilhões de dólares, dos quais 2,5 bilhões em uma fábrica de microprocessadores de última geração em Dalian, inaugurada em outubro de 2010, que mobiliza 80 fornecedores locais para a indústria.

A Google também está presente, mas vai encontrar dificuldades específicas de seu campo de atividade.

As duas maiores cimenteiras do mundo, Lafarge e Holcim, acompanham o *boom* de construção no país, implantando inúmeras fábricas: ambas afirmam realizar a maior parte de suas vendas nos dois gigantes asiáticos, China e Índia.

Os grandes distribuidores Carrefour e Wal-Mart também estão presentes, cada qual com centenas de lojas na costa leste, porém com desenvolvimento em direção às regiões do interior. As Galerias Lafayette instalaram na China sua maior loja fora de Paris.

Os japoneses estão em severa concorrência com os coreanos no mercado chinês. Recentemente, fabricantes japoneses de telas planas autorizaram suas filiais na China a produzir no país as telas mais modernas, seguindo nesse particular as coreanas Samsung e LG, que já se dedicavam ao ramo. O mercado chinês está avaliado em 60 milhões de clientes para esse tipo de produto.

As empresas francesas do CAC 40 auferem parcela crescente de seus lucros no mercado chinês: 2010, o Ano do Macaco, lhes foi muito favorável. É preciso assinalar também que os grandes grupos internacionais realizam sua pesquisa e desenvolvimento na China, especialmente nos polos *biotech*, parques eletrônicos e projetos aeronáuticos, mais frequentemente em Xangai. É o caso da Rhodia, a gigante química francesa que produz plásticos para os fabricantes de brinquedos e pó para polimento das telas planas. As políticas de incentivos fiscais e as subvenções estimulam as multinacionais a registrar suas patentes na China. Não faltam conflitos com as multinacionais, mas nunca se atinge o ponto de ruptura, pois cada parte conhece seu interesse em prosseguir no jogo: mercado e lucros contra transferência de conhecimento e de *know-how*. Aos críticos das empresas norte-americanas sobre a débil proteção à sua propriedade intelectual e sobre a sua exclusão dos mercados públicos os chineses respondem: as empresas estrangeiras devem respeitar um código de conduta em matéria de transferência de tecnologia, de impulso às atividades locais e de preços de transferências internas. Com essas condições, receberão tratamento de nacionais, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual a China é membro. Há conflito entre a China e o Google. O caso é interessante: o motor de busca norte-americano, em pleno desenvolvimento no mercado chinês, foi convidado a aceitar a partilha de um contingente de internautas que ultrapassa, atualmente, 400 milhões de pessoas. Por sua vez, a Siemens e a Kawasaki jamais puderam provar que uma obscura transferência de tecnologia permitiu a seus homólogos chineses construir trens de velocidade superior aos seus. Sabe-se que a China planeja construir 50 mil km de vias férreas.

A solução pacífica desses conflitos é muito necessária aos chineses porque eles próprios se tornaram grandes investidores no exterior, especialmente mediante a rápida internacionalização de firmas chinesas

que frequentemente agem por meio de aquisições. Desde 2007, as empresas chinesas adquiriram 400 companhias fora do país por um valor de 80 bilhões de dólares: bancos, seguradoras e instituições financeiras na Europa; mineradoras na Austrália, no Vietnã e na América do Sul; petroleiras e exploradoras de gás na África; empresas de eletrônica, telecomunicações e instrumentos de medição nos Estados Unidos. Isso parece pouco em comparação com as cinco mil aquisições feitas por empresas norte-americanas durante o mesmo período, no valor de 400 bilhões de dólares. Contudo, o movimento está em curso, e as finanças externas da China permitem a suas empresas ainda maior desenvolvimento internacional. Essa política de aquisições apresenta diversas vantagens: diversificar os ativos demasiadamente dominados por ativos financeiros (bônus do Tesouro norte-americano, europeu ou japonês), aceder aos recursos naturais, à alta tecnologia, às tecnologias emergentes, ao conhecimento das atividades bancárias e financeiras, assim como às melhoras práticas de gerência empresarial pelas empresas públicas chinesas, principalmente as mais importantes. Nenhum setor escapa dessa onda das profundezas: siderurgia, telecomunicações, bancos, hotelaria de luxo, infraestruturas portuárias e até mesmo vinhedos, com investimentos no Chile e na França.

Durante os últimos anos, algumas aquisições de prestígio despertaram atenção: Lenovo adquiriu a divisão de microinformática da IBM; Sinopec obteve o controle da petroleira suíça Addax Petroleum; e, ainda recentemente, a Geely tomou conta da Volvo, recomprada à Ford. O porto do Pireu foi objeto de concessão a outro grupo chinês.

Em 2007, os principais bancos comerciais chineses já haviam aberto 60 filiais em 29 países. O grande grupo ICCB, banco chinês de comércio e indústria, primeiro banco do mundo em tamanho (235 milhões de clientes e 16 mil agências), capitalização e lucros, frequentemente apresentado como braço financeiro de Pequim, investiu maciçamente no exterior, implantando sucursais diretamente ou comprando bancos e ativos bancários. No início de 2011, abriu cinco sucursais na Europa (Milão, Bruxelas, Madri, Amsterdã e Paris). Acompanha empresas chinesas no exterior e subscreve empréstimos lançados pelos Tesouros europeus.

No entanto, segundo estatísticas europeias de 2011, o estoque de investimentos europeus na China é 60 vezes maior do que o dos investimentos chineses na Europa. Esses dados estatísticos medem melhor o possível domínio chinês sobre empresas ou tecnologias sensíveis, como o armamento, as atividades nucleares ou os meios de comunicação.

Da mesma forma, a diversificação dos riscos explica a nova política financeira exterior da China, que se distancia parcialmente do dólar

e se dirige ao euro, para buscar um equilíbrio sutil entre rentabilidade, segurança e influência política.

Os grandes projetos chineses na África

Petróleo	Infraestruturas	Água	Agricultura
Argélia, Sudão	Argélia, Rep. Democrática do Congo	Rep. Democrática do Congo	Mali, Rep. Democrática do Congo

O continente africano também entrou para a corrida econômica: a China importa dessa região um volume crescente de produtos de base, entre os quais estão o petróleo e toda a espécie de minerais, e exporta bens de consumo, equipamento para obras públicas e serviços ligados à construção. Esse comércio cresce rapidamente, com cerca de 50 bilhões de dólares nos dois sentidos, atualmente. Cem mil africanos residem na China, muitos deles são comerciantes, e há aproximadamente 700 mil chineses na África, trabalhando nos canteiros de obra, mas também como comerciantes em todos os ramos.

Em busca de minerais, energia e produtos alimentícios, a China constrói na África diversos tipos de infraestrutura (inclusive muitos estádios de futebol), a fim de escoar os produtos importados. Desde 1984 a China faz parte do Banco Africano de Desenvolvimento, excelente ponto de observação do desenvolvimento da infraestrutura do continente.

Intermediação financeira

A macroeconomia chinesa pode ser atualmente resumida da seguinte maneira: um recuo no consumo da riqueza produzida permitiu obter alto nível de poupança, que financiou uma aceleração rápida da taxa de investimento, a mais elevada do mundo.

Poupança, investimento e consumo na China

	2000	2005	2009
Taxa de poupança (%)	35	45	49
- lares	17	20	22
- empresas	15	20	22
- administrações	3	5	5
Taxa de investimento (%)	36	42	48
Taxa de consumo (%)	45	37	35

Fonte: NBS.

Desde 2000, a parcela de consumo dos lares no PIB diminuiu 10 pontos percentuais, enquanto a do investimento aumentou em 12 pontos, financiada por uma poupança cuja taxa aumentou 14 pontos em 10 anos.

Os lares, notadamente no meio rural, poupam muito em função do baixo nível de proteção social. As famílias têm de arcar com as despesas de doença e educação das crianças, a verdadeira garantia para as aposentadorias; além disso, as importações ainda custam caro, devido à supervalorização do yuan.

Por causa das recentes medidas do governo de proteção social aos camponeses e do estímulo ao crédito para o consumo no meio rural, é possível que a poupança dos lares diminua, mas isso ocorrerá lentamente.

Como mostra a tabela anterior, a taxa de poupança das empresas progrediu 10 pontos percentuais do PIB em 10 anos, o que é considerável. As empresas poupam devido à moderação dos salários que alimentam lucros importantes em um contexto de contínua elevação da produtividade. A parcela dos salários na renda nacional recuou e a dos lucros progrediu devido a uma oferta abundante de mão de obra, alimentada por um êxodo rural regulamentado.

Essa poupança considerável é depositada nos bancos, que dispõem assim de grande capacidade de distribuição do crédito. A indústria bancária chinesa está quase totalmente dominada pelo setor público, com bancos nacionais e uma multidão de bancos locais país afora. Quatro grandes bancos públicos dominam a indústria bancária: ICBC, primeiro banco do mundo em tamanho (235 milhões de clientes e 18 mil agências) e em capitalização e lucros (19 bilhões de dólares); o China Agricultural Bank, com uma rede ainda mais importante, porém menos rentável; o China Construction Bank, com 12 mil agências, muito difundido no meio rural e muito dedicado ao crédito imobiliário; finalmente, o Banco da

China. O Eximbank e o Bank of China for Development acompanham a expansão internacional das empresas chinesas sustentadas por um excesso de poupança local.

Os bancos comerciais do Estado criaram e reorganizaram mais de 120 bancos comerciais acionários, de dimensões pequenas ou médias. A Caixa de Poupança do Correio da China, inaugurada em 2006, fornece serviços financeiros de proximidade à população urbana em regiões rurais.

Em 2008, 120 companhias de seguro coletaram 978 bilhões de yuans em prêmios e despenderam 297 bilhões em indenizações, o que reflete uma robusta rentabilidade após a dedução dos custos de operação, mas também um fluxo institucional de poupança que alimenta a Bolsa. O crescimento rápido, de mais de 25% anuais, e a excepcional rentabilidade do setor de seguros, tanto para os seguros de vida quanto de danos, evidentemente atraiu seguradoras estrangeiras. Os europeus esperava conquistar 10% do mercado ao trazer seus conhecimentos para essa indústria; porém, depois de cinco anos, têm dificuldade em passar além de 5% do mercado e se queixam dos obstáculos regulamentares e burocráticos que encontram. O mercado está ainda quase totalmente dominado por empresas chinesas, entre as quais a gigante China Life. Alguns bancos estrangeiros foram autorizados a abrir sucursais e filiais, mas seu peso na indústria bancária continua débil: eram, ao todo, 26 em fins de 2007, dispondo de 125 filiais e 160 sucursais.

A política de crédito

Os bancos locais, que coletam grande quantidade de recursos no meio rural, canalizam-nos para o meio urbano, alimentando atividades como a promoção imobiliária a tal ponto, que alguns temem o desenvolvimento de bolhas especulativas e, no fim, o desenvolvimento de contas de créditos inadimplentes e de perdas bancárias importantes, que será necessário apagar, sabendo que se trata de bancos públicos, com garantia estatal implícita.

Assim, a recente entrada em funcionamento do plano de relançamento produziu um rápido aumento dos créditos no âmbito das coletividades locais, e a expansão monetária não deixou de produzir uma pressão para aumento de salários e preços, que atualmente as autoridades procuram controlar.

O dinamismo da distribuição do crédito também produziu aumento do volume de créditos não saldados, notadamente nas províncias

estimuladas pelo plano de relançamento econômico a realizar enormes projetos de infraestrutura. Isso aconteceu apesar do acesso limitado do setor privado ao crédito.

Os peritos se questionam sobre as dificuldades da política monetária chinesa, já que todos os bancos são públicos ou amplamente dominados pelo setor público. O combate à inflação, que levou as autoridades monetárias a elevar em três ocasiões o teto de reservas obrigatórias dos bancos em 2010 e em três vezes a taxa de redesconto do Banco Central, não parece lograr seus objetivos, devido à grande liquidez dos bancos, maciçamente irrigados pelos yuans depositados pelos exportadores como contrapartida das divisas auferidas. A capacidade de distribuição do crédito pelos bancos é, por isso, bastante insensível à política monetária do Banco Central. Se o yuan fosse revalorizado, a liquidez dos bancos seria menor, e a distribuição do crédito mais passível de controle. O órgão regulador bancário, a CBRC, publicou recentemente informações sobre o risco gerado pelos créditos bancários, especialmente os outorgados aos veículos de investimento dos governos locais. Segundo o relatório, o ressarcimento dos empréstimos concedidos a esses veículos teria atingido 1,122 bilhões de dólares em fins de junho de 2010. São considerados viáveis 27% dos créditos, 50% devem passar por uma segunda avaliação e 23% comportam elevado risco de inadimplência. Diante dessas dificuldades, o Banco Central anunciou um controle individual dos bancos e a imposição de reservas obrigatórias específicas para cada um deles.

As bolsas de valores de Xangai e de Shenzen, que iniciaram as operações em 1990 e em 1991, deram grande alento ao mercado de capitais. Surgiram bem cedo no panorama das reformas na China e beneficiaram especialmente a reforma das empresas do Estado, cujo capital foi aberto na Bolsa em favor dos pequenos investidores chineses, que puderam assim diversificar suas aplicações fora dos bancos. Existem mais de 1,6 mil empresas cotadas na Bolsa, a maior parte pública. Os chineses gostam da bolsa, pois se contam cerca de 125 milhões de pessoas titulares de ações e 25 milhões de participantes em fundos comuns de aplicação.

Políticas públicas

O êxito da China é o êxito de seu povo e de seus dirigentes, mas se explica também pela estabilidade das políticas levadas a cabo ao longo de 30 anos. As orientações fixadas por Deng Xiaoping no início da década

de 1980 podem ser assim resumidas: mais mercado e menos planificação; mais trabalho e menos ideologia; mais abertura e menos isolacionismo.

O primeiro princípio concretizou-se pela fórmula da chamada "economia socialista de mercado"; a segunda, pela multiplicação das formas de organização na economia; e a terceira, pela abertura seletiva e vigilante às empresas do exterior. O Estado permanece no centro do jogo econômico chinês, como produtor, regulador, protetor e estrategista. Os desempenhos chineses são variáveis. A estratégia é sem dúvida eficaz; a regulamentação, aceitável; a produção, crescente; e a proteção, insuficiente.

A organização da economia e a atração dos investidores estrangeiros

A economia socialista de mercado significa planificação e domínio da propriedade pública. O setor público controla ainda todos os setores de base: as minas, a siderurgia, a metalurgia, os hidrocarbonetos, a eletricidade, a água, as infraestruturas de transporte e de telecomunicações. As dimensões da China e a conquista recente e dispendiosa de sua região ocidental impõem um esforço colossal de investimento e a associação entre o esforço de investimento do equipamento público e o fortalecimento das empresas de execução. As empresas públicas ainda investem muito, mas a eficácia do capital pode ser aperfeiçoada.

As terras agrícolas são de propriedade pública, mas os direitos de exploração e uso, geralmente por 75 anos, foram assegurados principalmente pela transmissão aos filhos, mas também a terceiros, por meio de associações de todos os tipos, inclusive de capitais. O capital agrário, os imóveis e os equipamentos são de propriedade do explorador, mas a terra é inalienável.

O setor privado estimulado não tem, no entanto, acesso ao crédito e deve autofinanciar-se, porém cresceu rapidamente, especialmente na esfera internacional, ao beneficiar-se de créditos chineses para exportação a fim de conquistar mercados.

A política de abertura foi seletiva: alguns setores ainda são protegidos, como os armamentos e a energia, e para muitos outros impõe-se aos estrangeiros uma parceria minoritária. O setor financeiro, bancário e de seguros continua pouco aberto enquanto a China ainda pouco conhece das atividades modernas da banca e dos seguros. Nos setores em que os estrangeiros têm 100% de propriedade, as mudanças acionárias são submetidas à autorização em nome da "segurança econômica" do país. Os mercados públicos estão fechados para eles.

Recursos humanos e pesquisa

O 12º plano chinês, 2011-2015, tenciona fazer com que o país passe "de uma economia de mão de obra intensiva a uma economia de inovação". Foram identificados sete novos setores estratégicos, entre os quais as tecnologias de informação, os novos materiais, os veículos movidos por energias alternativas, os componentes e equipamentos de telecomunicações.

Em 2007, a China contava com 1,5 milhão de pesquisadores, ou 20% do total mundial, em igualdade com os Estados Unidos e a Europa. No entanto, encontra-se somente na quarta posição quanto ao número de pesquisadores por mil habitantes. Em 2010, a China ultrapassou o Japão em matéria de despesas em pesquisa e desenvolvimento: investiu 142 bilhões de dólares, ou seja, 1,5% de seu PIB, o que indica um crescimento de 50% a partir de 2002. Atualmente, está em segundo lugar, atrás dos Estados Unidos, que despendem 396 bilhões de dólares anuais (de um total mundial de 1,2 trilhões), sendo a parcela chinesa de 12% e a dos norte-americanos, de um terço. O esforço chinês se dirige em grande parte para os setores avançados, como as energias alternativas, as ciências biológicas e os novos materiais, enquanto os japoneses e norte-americanos ainda gastam muito dinheiro nos campos tradicionais, como as indústrias de transporte.

A China não economizou em suas despesas de pesquisa em épocas de crise, enquanto as empresas norte-americanas e as instituições públicas foram obrigadas a fazê-lo. Em 2010, os pesquisadores chineses se tornaram mais numerosos que seus colegas norte-americanos e japoneses. O papel da diáspora científica chinesa, cujo retorno abrange dezenas de milhares de pessoas, é muito importante. Em 2008, o país acolheu cem mil pesquisadores estrangeiros visitantes. As crianças de quarta geração (a partir da Revolução de 1949) e as elites econômicas atualmente em posições de comando foram formadas nas melhores universidades do mundo. Desde o lançamento das reformas, a China aproveitou a ajuda de Bruxelas para formar centenas de gerentes para suas empresas. A severa seleção para ingresso nas melhores universidades chinesas leva os menos afortunados a tentar a sorte nas universidades ocidentais. A emigração chinesa é importante e uniforme: ela acompanha a expansão internacional das empresas nacionais para investir ou construir. Contudo, também ocorre, especialmente no caso da diáspora científica, um fluxo importante de regresso à China.

Política cambial: entre desenvolvimento das exportações e combate à inflação

A China é constantemente acusada de subvalorizar sua moeda para estimular as exportações e desencorajar as importações. Chegou-se a falar em guerra de moedas em Seul, na reunião do G20, em novembro de 2010, e novamente quando da visita do presidente chinês a Washington, em janeiro de 2011. A China havia efetuado, desde 2005, uma série de ajustes do valor de sua moeda, cujos efeitos sobre o comércio exterior, contudo, foram mínimos. Em 2010, a China operou uma revalorização de sua taxa de câmbio em mais de 10% em termos reais, levando em conta os diferenciais de inflação com seus principais parceiros. O governador do Banco Central e o ministro do Comércio não têm a mesma opinião sobre a paridade do yuan. Para o primeiro, nada deve mudar porque esse é o preço da competitividade chinesa. O Banco Central, mobilizado para a luta contra a inflação, tanto na China como alhures, dá mais atenção a uma taxa de câmbio mais realista que permita limitar a expansão do crédito, reduzir o custo das importações em um país que importa muito (todo tipo de produtos de base, inclusive o petróleo) para equipar-se e alimentar-se. Os norte-americanos procuram, até o momento sem êxito, persuadir os chineses de que a revalorização é de interesse deles. Uma moeda subvalorizada não permitiria compensar a muito provável e próxima elevação dos custos de matérias-primas. Essas considerações sem dúvida levaram diversos diretores de empresas chinesas a apoiar os apelos urgentes dos Estados Unidos no sentido de uma revalorização da moeda chinesa.

Frequentemente um aspecto da política cambial é esquecido: seu impacto sobre as finanças públicas. Uma taxa de câmbio revalorizada produziria menos recursos fiscais ao Tesouro público. No entanto, as necessidades deste último são importantes, especialmente para a generalização da proteção social pretendida e cuja permanência precisa ser assegurada em um contexto de baixos ressarcimentos, sobretudo no meio rural. A taxa de câmbio comporta um risco tanto orçamentário quanto comercial: enriquece os exportadores e o Estado por meio dos impostos.

Economia e sociedade: menos pobres, mais classes médias

A redução da pobreza no mundo é antes de tudo o resultado de uma melhoria das populações chinesa e indiana, que por si sós representam 2,5 bilhões de habitantes. O Banco Mundial calcula que

300 milhões de chineses saíram da situação de pobreza durante os últimos 30 anos. O desenvolvimento das classes médias, a melhoria do *status* das mulheres e o progresso no consumo e equipamento das famílias, em quantidade e qualidade, não impedem a fragilidade do poder de compra dos assalariados, a espinhosa questão da moradia e a persistência das disparidades entre as cidades e o campo.

A ascensão das classes médias

Estima-se em 300 milhões o número de chineses que compõem as classes médias que participam permanentemente do crescimento. Segundo o Boston Consulting Group (BCG), 250 milhões de outros chineses vão engrossar as classes médias do país e expandir mais ainda o mercado de bens e serviços de consumo durável. O BCG estima que 800 novas cidades chinesas gozarão, até 2020, de um nível de consumo *per capita* superior ao da Xangai de hoje. O parque de veículos e o acesso à internet conheceram crescimento espetacular. As vendas de automóveis e utilitários leves passaram de 4,3 milhões em 2003 para 15 milhões em 2010. O número de internautas é estimado em 400 milhões, e o comércio *on-line* já atingiu 50 bilhões de dólares. O turismo das classes médias se desenvolve em ritmo acelerado: em 2010, as vendas do setor atingiram 250 bilhões de dólares, dos quais 2,2 bilhões em vendas a chineses. O governo anunciou um programa de 145 milhões de euros para construir 45 novos terminais aéreos e equipar as companhias de aviação, em sua maioria públicas, a fim de transportar centenas de milhões de chineses para interior do país e em direção ao exterior.

Oito milhões de diplomados saem a cada ano das instituições de ensino superior da China, aumentando os efetivos da classe média. A origem social da maior parte dos estudantes é modesta, e as famílias fizeram grandes investimentos em esperança e em dinheiro para a educação dos filhos. O *status* das mulheres melhora com a urbanização e a educação, mas as diferenças de remuneração continuam consideráveis, especialmente para as que têm diplomas de ensino superior.

Se 30% dos formados encontra colocação, as frustrações se acumulam quanto aos demais, obrigados a aceitar empregos aquém de suas qualificações. O acesso à moradia constitui outra dificuldade para o desenvolvimento das classes médias. A alta dos preços de imóveis afeta tanto as cidades quanto o campo. Nas cidades, o metro quadrado em Pequim, em 2010, aumentou 42%; em Xangai, 29%; e em Chongqing,

megalópole do sudoeste do país, as classes médias estão de fato excluídas do acesso à propriedade. Os analistas preveem o estouro da bolha imobiliária e esperam a ocorrência de dificuldades para os bancos, enquanto as autoridades procuram reduzir os preços mediante um sistema de taxação sobre transações e novos programas.

A sensível questão da moradia

A cessão de moradias públicas em favor de seus ocupantes, levada a efeito durante o último decênio, permitiu a centenas de milhões de chineses tornarem-se, a preços muito modestos, proprietários de suas casas. A cessão maciça estabilizou as populações nas cidades. A maior renda média mensal nessa classe é de cerca de 1,8 mil yuans por pessoa. Com o aumento da taxa de emprego por família e a adição de rendimentos individuais, um certo bem-estar começa a surgir, nutrindo aspirações mais ambiciosas, especialmente em matéria de moradia. Segundo fontes chinesas, a crise que se traduz por uma rápida elevação de preços e aluguéis afeta, daqui em diante, as 70 principais cidades da China. Na maior parte delas, os aluguéis aumentaram quatro vezes desde 2003. Como a remuneração da poupança pelos bancos é ainda pequena, os imóveis se tornaram um valor de refúgio contra a inflação que nutre a inflação imobiliária; estima-se que de 20% a 40%, conforme as cidades, das compras são feitas para revenda, sem intenção de habitar. Os preços dos imóveis subiram tanto que provocam toda sorte de piadas sobre o tempo necessário para um jovem chinês – vários séculos – adquirir um apartamento conveniente em Pequim.

As autoridades tomam medidas para impedir a acumulação de apartamentos, mas não é fácil. No campo, o efeito sobre os camponeses das zonas suburbanas é dramático, porque as coletividades locais, proprietárias das terras, as vendem aos incorporadores de imóveis ou fazem elas próprias a promoção, expulsando os camponeses que apenas têm permissão de exploração. A venda de terras passíveis de construção constituiu, em 2009, mais da metade dos recursos das coletividades locais, que obtiveram com essas transações 226 bilhões de dólares. Seria necessária uma grande reforma fiscal, a fim de proporcionar às coletividades outras fontes de renda, mas isso tampouco é simples. O crédito para moradias foi facilitado nos anos recentes. As moradias públicas anunciadas em 2010 abrigarão uma dezena de milhão de famílias, uma minoria na escala chinesa; a situação geral permanece preocupante. A gestão administrativa

dos fluxos migratórios permite atenuar a crise habitacional, sem a reduzir, para prejuízo dos empreendedores do litoral, que reclamam maior número de trabalhadores para suas fábricas e canteiros de obras.

Salários e preços: surge uma nova dinâmica

A inflação afeta o poder de compra de um grande número de pessoas (as taxas reais de juros se tornaram negativas) e estanca a poupança, ponto nevrálgico da política de crédito e de investimento. Em fins de 2010, as autoridades deram prioridade ao combate à inflação, mas seus instrumentos para a luta são limitados. Além da revalorização do yuan, tornaram mais rija a política de crédito, mas os resultados ainda não apareceram e alguns temem que a bolha imobiliária se infle ainda mais.

O vale das Pérolas deu a partida na insatisfação da sociedade contra a inflação. Em maio de 2010, uma fábrica de informática com 300 mil operários, pertencente a uma firma de Taiwan, entrou em greve para reclamar elevação dos salários e melhoria das condições de trabalho. Obtiveram êxito com o apoio implícito das autoridades. Essa greve serviu de exemplo, e outros movimentos ocorreram em diversas partes do país, na maior parte das vezes em filiais de transnacionais. É provável que a China adote rapidamente outra lógica de negociações salariais que seguirá de perto a situação de cada empresa, uma negociação descentralizada, como é o caso nos Estados Unidos.

Duas elevações do salário-mínimo, de 35% no total, foram decididas em 2010. Os aumentos produziram, por seu turno, efeitos inesperados sobre a inflação, especialmente em relação aos produtos alimentícios, pois não compensa a queda dos preços dos produtos manufaturados. Acarretaram simultaneamente, efeitos de oferta e de demanda no campo, ambos contribuindo para a inflação dos preços dos produtos alimentícios.

A lenta, porém segura, evolução do sistema de proteção social

Por enquanto, a proteção social é limitada aos trabalhadores do setor público nas cidades, que constituem 45% da população empregada, e evidentemente, quando o controle é possível, aos trabalhadores de empresas privadas. Após o fechamento de inúmeras empresas no início da década de 2000, houve uma regressão no nível de proteção social no país. A extensão dos benefícios dessa assistência às outras camadas da população local, evidentemente problemas financeiros de outra natureza,

e as perspectivas financeiras precisam ser esclarecidas. A generalização progressiva da política de proteção social no campo foi decidida em 2008, mas ainda levará tempo e dependerá dos recursos orçamentários das autoridades. Estas resolveram, há quatro anos, abolir os impostos sobre os rendimentos da agricultura, o que aumenta a capacidade dos camponeses de pagar mensalidades para a proteção social.

Disparidades cidades-campo em redução

Segundo fontes chinesas, a renda *per capita* nas cidades representa o triplo da renda no campo. Como a circulação de pessoas é regulamentada, essa situação apresenta problemas para as autoridades chinesas, que procuram corrigi-la gradualmente. No campo, a terra continua a ser de propriedade pública, mas os direitos de exploração atribuídos aos camponeses são estáveis. Desde o início da década de 1980, a dissolução das comunas populares – que tinham a virtude do aprendizado e da socialização, mas que não estimulavam muito o trabalho na terra – permitiu a distribuição individual a camponeses, de forma experimental posteriormente ampliada, de direitos de exploração por um prazo de 30 anos. Mais recentemente, mediante a supressão de impostos sobre os rendimentos da agricultura, as autoridades inauguraram uma forma de organização que associa três parceiros: os camponeses exploradores, as comunas e os clientes do setor agroalimentar. Os três atores têm interesse objetivo no crescimento da produção. Seiscentas empresas nacionais e duas mil provinciais compram contratualmente aos camponeses sua produção.

Os camponeses exploradores têm também o direito de organizar-se em sociedades agrícolas, em bases voluntárias, e de trabalhar a terra reunindo seus meios. O desenvolvimento do crédito aos camponeses também se tornou prioridade rural chinesa. Os recursos coletados pelos inúmeros bancos no meio agrário tomam em seguida o caminho das cidades e não servem para fertilizar o campo; as autoridades decidiram recentemente obrigar os bancos a aumentar os créditos no meio rural em favor principalmente dos camponeses, mas isso não é simples. A recente e significativa elevação do salário-mínimo teve o efeito direto de elevar os custos de produção das atividades agrícolas e promover escassez de mão de obra, com o êxodo dos trabalhadores das explorações familiares e redução de sua produção. A multiplicação dos canteiros de obra no meio rural, seguinte ao relançamento decidido pelas autoridades de Pequim,

acelerou o êxodo agrícola. As diversas elevações ocorridas induziram também um aumento da demanda de alimentos no meio rural, o que contribuiu ainda mais para a inflação.

Para muitos dos dirigentes de explorações agrícolas, a solução deve ser buscada na mecanização dos trabalhos; isso acarretaria, pela primeira vez na história da China moderna, uma profunda transformação do meio rural, pois é verdade que as reformas agrárias anteriores, mesmo modificando a forma de exploração das terras, não levaram efetivamente a uma intensificação da produção agrícola.

O governo aboliu o imposto agrícola em 2006, que já durava dois mil anos. O dualismo econômico e social que caracteriza a China atual precisa ser atenuado: há uma grande distância entre os arranha-céus de Xangai e os arrozais do sul, que continuam a ser explorados igualmente há muitos séculos. A gestão administrativa dos fluxos migratórios, que ainda persiste, é o único obstáculo ao êxodo maciço em direção ao litoral leste do país, mas não poderá durar para sempre. A elevação atual nos preços dos produtos alimentícios, tão temida pelas autoridades, permite no entanto a redistribuição dos rendimentos em favor dos produtores agrícolas e reduz um pouco as disparidades de rendimentos entre as cidades e o campo, se as margens dos intermediários não ficarem com tudo.

Além disso, a política chinesa de relançamento dos anos 2008-2009 concentrou-se no campo, desenvolvendo as infraestruturas rurais, reduzindo a carga fiscal sobre o campesinato, aumentando os preços de coleta dos produtos, distribuindo ajuda aos menos dotados e estimulando os créditos ao consumo e à habitação. Essa política de estímulos ao consumo sem dúvida deu frutos: o FMI estima que o crescimento da China nos últimos anos foi sustentado pela demanda interna, mais do que pelas exportações.

Os problemas de saúde pública

A situação sanitária da China evolui, como em outras partes do mundo, ao ritmo do desenvolvimento global do país, da urbanização, de uma alimentação melhor, da generalização da educação e da redução progressiva das disparidades entre as cidades e o campo. As medidas tomadas ao longo dos anos recentes para fortalecer a proteção social dos menos afortunados sem dúvida melhoraram a cobertura sanitária no meio rural. No entanto, problemas graves são regularmente revelados. O drama das minas de carvão na China – segundo a imprensa ocidental,

anualmente morrem nelas cinco mil pessoas – é o mais frequentemente citado.

Na China, o tabagismo se torna um grande problema de saúde pública devido à amplitude dos danos e dos custos reais e previsíveis. O país é o primeiro produtor e consumidor de tabaco do mundo. O consumo de fumo aumentou nos últimos 30 anos. Estima-se que os custos diretos de saúde ligados ao tabagismo cresceram 154% de 2000 a 2008 e que esses custos ultrapassam em 7 bilhões de euros os impostos sobre o tabaco; em média, 23% dos chineses morrem a cada ano devido aos efeitos do tabagismo, mas 23% da população ainda ignora os riscos para a saúde decorrentes do fumo. A empresa nacional de tabaco, que detém um quase monopólio no mercado, emprega 520 mil trabalhadores na indústria e prospera, mesmo sendo encarregada por lei de tratar do combate ao tabagismo. As medidas legislativas e regulamentares da luta contra o tabagismo ainda são incipientes.

A segurança sanitária ligada aos medicamentos é também um problema de saúde pública. Mais de 170 mil licenças concedidas pela SFDA, órgão oficial que autoriza a entrada de medicamentos no mercado, estão atualmente sendo reexaminadas, especialmente as outorgadas de 1999 a 2002. A independência dessa instituição também é objeto de desconfiança. Seu antigo diretor Zheng Xiaoyu, condenado à morte por haver aceitado propina em troca de distribuição de licenças a medicamentos, foi executado em julho de 2007.

Finalmente, o programa nuclear chinês suscitou preocupação e comentários após os incidentes de Fukushima.

Riscos e duração da emergência na China

A China decidiu-se definitivamente pela abertura. Daqui em diante, seu futuro interessa a todo o mundo em razão do impacto do país sobre o fluxo mundial de capitais, mercadorias e tecnologias, sobre os mercados de emprego e sobre o sistema monetário internacional. As oportunidades de risco desse papel mundial são inúmeras.

A abertura da economia: decisão irreversível

A mais recente crise mundial suscitou um debate discreto, porém sério, nas instâncias dirigentes, sobre a oportunidade de prosseguir ou de

frear a abertura econômica, motivado pelas perdas comerciais e financeiras de grande porte.

O país, cujas exportações representam mais de 27% da riqueza produzida, é fortemente afetado pela redução do ritmo de crescimento dos Estados Unidos e da Europa, zonas às quais são destinados 40% das exportações. As exportações em direção à Europa reduziram 18% em 2008 e 2009, após um crescimento espetacular, que atingiu o total de 227 bilhões de euros em 2008, com um excedente de 135 bilhões em favor da China. Os investimentos em exportação, notadamente os das firmas estrangeiras, caíram rapidamente, em consequência da retração dos mercados de destino no exterior. Várias fábricas estão fechadas, e centenas de milhares de trabalhadores chineses foram obrigados a regressar a suas regiões de origem, à espera de melhores dias.

No entanto, as perdas financeiras são mais palpáveis, vão além da imaginação e alimentam um debate político no mais alto nível. Em 2007, a China criou um fundo soberano dotado de 200 bilhões de dólares, equivalentes a 10% das reservas externas do país na época. O fundo soberano faz grandes investimentos; contudo, desde antes da crise e sobretudo em seu decorrer, muitas dessas aplicações se revelaram catastróficas: o país perdeu muito dinheiro. A polêmica está acesa, porém em segredo. Não se fala oficialmente da violenta crise mundial desde setembro de 2008 nem nas perdas financeiras sofridas. No seio do Partido, a linha dura defendeu uma marcha à ré, atrás da Grande Muralha, e em todo caso um protecionismo racional. A arbitragem foi proferida em fevereiro de 2009 pela boca do chefe de Estado: a abertura é irreversível porque comporta mais vantagens do que inconveniências, não só para o *status* econômico da China, mas também por sua situação internacional. Deng Xiaoping venceu mais uma vez e sua memória foi homenageada. Os demônios do recuo foram derrotados no interior do Partido, e o assunto foi encerrado, porém não a necessidade de maior vigilância em mares revoltos. Recentemente, os recursos do fundo foram elevados em 30 bilhões de dólares.

O futuro do modelo econômico chinês: o *atelier* do mundo no mercado do mundo

Às vésperas do lançamento do Plano Quinquenal 2011-2015, os especialistas, no país e no exterior, debatem a durabilidade de um modelo econômico extensivo, voltado para as exportações, guloso de capital e de

produtos de base e limitador do consumo interno. A recente crise renovou os debates.

O Plano Quinquenal 2011-2015 anuncia a passagem de uma economia extensiva para uma intensiva, mais atenta à economia dos recursos naturais, à qualificação da mão de obra e à produtividade do capital.

A crise do setor exportador suscitou medidas de compensação em favor de setores que trabalhassem para o mercado interno. A China anunciou em novembro de 2008 um plano de relançamento no valor de 458 bilhões de euros, o equivalente a quase um quinto de seu PIB. O plano dizia respeito às infraestruturas, mas continha também medida de desenvolvimento do consumo interno, por meio do crédito, e do consumo no meio rural, mediante a compra de automóveis e de produtos eletrodomésticos. Até mesmo a indústria têxtil se voltou para o mercado interno e ajusta seus produtos e seus preços a fim de servir notadamente as classes médias, cujos gostos e aspirações se modificam.

O FMI estima que 7% do crescimento chinês nos dois últimos anos, medido em 9%, sejam atribuíveis aos escoadouros internos induzidos pelo plano de apoio ao crescimento, do qual 3% se destinam ao consumo dos lares. Os analistas se encontram divididos sobre a durabilidade da capacidade dos dirigentes de dissociar o crescimento do motor externo. A demanda local de consumo e de investimento está sendo estimulada, por meio de investimentos públicos e de apoio ao rendimento familiar, especialmente no meio rural, para compensar a queda da demanda externa. Contudo, será necessário tempo para reorientar as produções para o mercado interno, cujas necessidades são enormes, porém diferentes das dos mercados externos. Será provavelmente preciso maior abertura às inovações e ao empresariado local e, portanto, uma organização econômica mais liberal. Afinal, um crescimento voltado para o interior privará a China dos meios para a realização de suas ambições internacionais e para seu avanço em direção à liderança mundial.

O país poderá aceitar isso? A reorientação do crescimento para os mercados internos é um processo complicado. A paridade do yuan permite as exportações, que alimentam a poupança das empresas e dos bancos públicos.

O saldo comercial chinês havia aumentado muito em fins de 2004 em razão da adesão da China à OMC, com consequente afluxo de investimento e fim dos acordos multifibras. O crescimento não parou de diminuir em seguida, e se a crise internacional não tivesse produzido uma queda nos volumes e nos preços das importações, o saldo comercial chinês

teria se reduzido mais cedo por motivos ligados à estrutura do comércio exterior do país.

Diversos fatores agem no sentido de uma contração progressiva do saldo comercial chinês. A elevação dos preços mundiais de matérias-primas tem caráter estrutural. As necessidades chinesas (da mesma forma que as de outros países emergentes) nesse setor continuarão a aumentar. Por exemplo, a China importa hoje em dia 50% de seu consumo de petróleo; em 2020, importará 60%.

A baixa do *processing trade* (importação de matérias-primas para transformação local com vistas à exportação) nas trocas da China afeta seu saldo comercial. Essa parcela, que em 1999 representava 54% do comércio exterior total, experimentou uma queda de 40% em 2009. Ora, essa atividade assegura o essencial do excedente comercial da China, pois as atividades de comércio clássico são deficitárias. Os fatores internacionais (queda da demanda mundial, constrangimentos ambientais) e domésticos (baixa rentabilidade das empresas envolvidas no *processing trade*, aumento dos custos salariais e sociais) continuarão a pesar sobre a parcela dessa atividade no comércio exterior chinês.

Essa tendência de longo prazo do comércio exterior da China, momentaneamente freada pela crise internacional, significa talvez que o saldo comercial positivo possa entrar, daqui em diante, em uma fase de contração. O surgimento de um déficit comercial chinês estrutural certamente não acontecerá amanhã, mas seria a culminação lógica da tendência do comércio exterior do país desde 2006. Ela traduz uma elevação de grau insuficientemente rápida diante das necessidades crescentes de insumos por parte da indústria chinesa, especialmente matérias-primas. Se o aparelho produtivo chinês evoluiu rapidamente durante os últimos anos, esses ajustes não lhe permitem ainda enfrentar a retração brutal do curso mundial de matérias-primas. Paradoxalmente, se a China desejar preservar seu excedente comercial, seria provavelmente de seu interesse permitir a apreciação de sua taxa de câmbio: a médio prazo, o efeito sobre as exportações seria limitado, enquanto que o efeito sobre as importações seria imediato. Contudo, a preocupação de Pequim é sem dúvida menos defender esse excedente do que proteger os empregos das indústrias exportadoras, o que não deixa de constituir um sério dilema para a política econômica chinesa: deixar que a economia absorva uma alta de preços de matérias-primas sem modificar a taxa de câmbio aumentaria o risco inflacionário em um ambiente monetário que permanece muito confortável, mas revalorizar o yuan afetaria um pouco mais as margens dos exportadores e alimentaria a instabilidade social.

Operadores públicos e eficácia econômica

Os economistas estimam que o crescimento da China seja frequentemente extensivo, com grande consumo de capital por unidade produzida. A eficácia do investimento no país está ligada à sua estrutura: a parcela dominante do investimento público e dos hidrocarbonetos pode puxar essa eficácia para baixo, por motivos bem conhecidos. Essa eficácia crescerá quando a estrutura das aplicações for reequilibrada em favor do investimento privado, coisa que começa a ser feita. Para isso, o acesso do setor privado aos recursos para investimento, sob diferentes formas, é primordial. Muito resta a ser feito nesse domínio, especialmente quando se trata de melhorar as relações entre a administração e os empreendedores privados. A eficácia dos investimentos na economia real também melhorará com a intervenção maciça de empresas estrangeiras. A história da Volvo na China merece ser contada. O grupo chinês Geely comprou da Ford a famosa indústria sueca de construção de automóveis. Os novos acionistas, bancos chineses próximos das coletividades locais, pressionaram para que a empresa criasse três novas fábricas em cada uma das províncias interessadas. Duas visões de gerência da empresa se confrontaram: investir racionalmente ou fazer política local. A questão da rentabilidade das linhas ferroviárias de alta velocidade é também séria.

A questão demográfica

Em consequência da política de um só filho, já se assiste a um envelhecimento da população chinesa, tendência que aumentará rapidamente. Desde 2008, a população na faixa etária de 14 e 15 anos começou a diminuir. A população de idade inferior a 25 anos vai cair em um terço durante os próximos 12 anos. A partir de 2015, haverá uma queda na população ativa e uma relação ativos/inativos decrescente. Essa situação acarretará baixa nos salários, o que obrigará as empresas a buscar qualificações. Sem isso, dizem certos analistas, o crescimento se reduzirá, passando de 9% para 6% durante o período 2015-2020. A isso se acrescenta o desequilíbrio homens/mulheres na pirâmide demográfica. Um dos efeitos esperados da reforma do sistema de proteção social é o questionamento do comportamento das famílias em relação ao nascimento de meninas, pois os meninos eram considerados como a única defesa contra a pobreza em caso de necessidade.

Bens globais e bens locais

Apesar da grande quantidade de seus produtos, a China domina a demanda mundial das principais matérias básicas.

Participação da China nas importações mundiais (%)

Petróleo	Ferro	Zinco	Aço	Cobre	Algodão
10	15	43	42	39	41
Borracha	**Arroz**	**Azeite de dendê**		**Soja**	**Milho**
31	30	29		25	20

O petróleo e os cereais têm grande importância para os equilíbrios econômicos e sociais do planeta. O arroz e o milho merecem também análise aprofundada.

A China e o mercado mundial dos produtos energéticos

Em 2008, a China se tornou o maior consumidor de energia do mundo, no conjunto de todas as fontes: o carvão domina o balanço energético, com 76% do total (o país construía duas centrais térmicas a carvão por semana), seguido pelo petróleo, com 14%, pela hidroeletricidade, com 5%, e pela energia nuclear, com 3%. O país consome 30% da energia mundial. Apesar das economias de energia anunciadas pelas autoridades chinesas, graças à passagem de uma economia extensiva para uma intensiva, tudo faz crer que a China continuará a fazer pressão sobre os recursos mundiais de carvão e petróleo. Vejamos esse último produto.

Em 1973, as reservas mundiais de petróleo representavam 30 anos de produção anual. Em 2010, as reservas recuperáveis representavam 60 anos de produção, mas o custo da produção aumentou, assim como os preços. As possibilidades geológicas são imensas, mas o preço do petróleo deve permanecer elevado.

O recente consumo de petróleo pelos países emergentes traz novamente à baila a problemática mundial desse produto. O mercado mundial do petróleo está prestes a tornar-se estruturalmente altista. As reservas existem, mas é preciso investir muito no Iraque, no Irã e na Rússia, o que atualmente não é simples, por diversos motivos. O petróleo a 150 dólares em 2008 foi resultado de uma antecipação decorrente de uma aproximação entre oferta e demanda, especialmente diante da rápida

elevação da demanda proveniente da Ásia. Surgiu um mercado financeiro de petróleo, com especuladores antevendo uma aproximação entre oferta e demanda. A crise de 2008-2009 reduziu a demanda e fez baixarem os preços, mas a crise política do mundo árabe no início de 2011 renovou as tensões. A maior dificuldade é o transporte, pois nenhuma solução para substituição confiável foi encontrada, especialmente para o transporte aéreo.

Em 2010, a China consumia 12 milhões de barris por dia e importava a metade. É o resultado da urbanização, da motorização e da intensificação agrícola. Os chineses comem mais de tudo, principalmente carne. Isso acarretará uma mecanização e um uso crescente de produtos químicos nas técnicas agrícolas, levando a um aumento direto e indireto do consumo de combustíveis. Na escala chinesa, esse aumento será impressionante.

Em 2010, mais de 18 milhões de veículos de todos os tipos foram vendidos na China. Estima-se que, em 2020, será necessário produzir 17 milhões de barris de petróleo para permitir a circulação dos automóveis, caso os chineses estejam equipados como os europeus de hoje em dia, o que absorveria totalmente a produção do Oriente Médio nessa data. Em 2020, segundo as autoridades chinesas, metade dos veículos será elétrica, mas a eletricidade viria do carvão e agravaria as emissões de gases de efeito estufa. A China, com 10% de crescimento e um poder de compra internacional considerável, pode evidentemente absorver mais facilmente a elevação do preço do petróleo que se avizinha, mas esse não é o caso dos países de crescimento mais modesto ou dos países pobres.

Há também o urânio, muito procurado porque a implementação do Protocolo de Kyoto reforçará os programas eletronucleares, notadamente nos países emergentes de alto crescimento e com pequena parcela nuclear em sua pauta energética. É o caso da China, que dispõe de 10 reatores e obtém somente 3% de sua eletricidade de fontes nucleares. A Índia tem somente 14 reatores e retira do urânio apenas 3,3% de sua eletricidade. A França, campeã do mundo nessa matéria, tem um parque de 59 reatores e retira dessa fonte 78% de sua eletricidade. Contudo, o aproveitamento nuclear é uma exceção francesa, que se difunde lentamente. Haverá uma enorme demanda de urânio quando se sabe, a título de exemplo, que a China consome cinco vezes menos do que a França e 10 vezes menos que os Estados Unidos.

A China e o mercado mundial de produtos alimentícios

A equação alimentar mundial é a seguinte: escassez de terras agrícolas para nutrir uma população mundial crescente e instabilidade dos preços dos produtos alimentícios.

Os terrenos aráveis são raros em escala mundial. Cultivam-se somente 12% das terras do planeta; as demais são ou demasiadamente quentes ou demasiadamente geladas, muito altas ou muito baixas, muito áridas ou muito úmidas. Cada hectare alimenta atualmente quatro habitantes e deverá alimentar seis em 2050, ano em que a população mundial deve atingir a marca de nove bilhões de seres humanos.

Os Estados Unidos desempenham papel primordial no mercado porque exportam 55% do milho, 44% da soja e 28% da farinha de trigo. Sabe-se também que 45% dos cereais do mundo (trigo, arroz, soja) servem de alimento para o gado. Apenas 10% da produção agrícola do mundo é comercializada, o que provoca grandes flutuações de preço quando a oferta e a demanda se aproximam, como é o caso em 2011; os estoques alimentícios desaparecem com as grandes catástrofes, como as secas e as inundações nos grandes países produtores – Austrália, Canadá, Rússia e Estados Unidos, como se viu em 2010 e 2011.

Existem ainda um bilhão de pessoas mal alimentadas no mundo, e somente será possível atendê-las mobilizando os reservatórios de produtividade em países como a China, que têm potencial agrícola comprovado, com a condição de que não lhes seja imposto um livre comércio agrícola arruinador, como ocorre frequentemente nos tempos atuais, de maneira inexplicável. Estima-se que o rendimento médio do trigo não ultrapasse 20 quintais por hectare, enquanto que a exploração das planícies europeias atingem 60 quintais, o que revela um grande potencial a ser mobilizado. A África passará de um a dois bilhões de habitantes em 2050, desde que possa alimentá-los. Há que temer a escassez e as migrações.

Finalmente, ninguém pode medir o impacto da crise nuclear de Fukushima sobre a economia do Japão. Alguns peritos temem uma verdadeira ruína dessa economia, o que evidentemente terá impacto significativo no mercado mundial de produtos e matérias-primas agrícolas.

A China é também um dos principais produtores de trigo, de sementes oleaginosas, de açúcar e de peixes, mas suas produções permanecem insuficientes em relação a seu crescimento e à evolução de seu modelo de consumo. A urbanização maciça destrói as terras agrícolas. A China é grande importadora de produtos alimentícios: compra cerca de um quarto da produção norte-americana de soja e ainda mais do Brasil.

A soja serve de alimento para as aves, que as classes médias consomem cada vez mais.

A intensificação da agricultura na China, já implantada, permitirá limitar a demanda chinesa de importações. Os chineses também produzirão em outras partes do mundo o que consumirão, como já começaram a fazer na África. A indústria agroalimentar chinesa prosperou também depois que os industriais passaram a estimular a produção agrícola, mediante arranjos contratuais originais. Muito, porém, resta a ser feito caso a China, apesar da esperada redução demográfica, queira deixar espaço para outras populações em desenvolvimento. É também sua responsabilidade.

Conclusão: as responsabilidades mundiais da China

Não é mais possível discutir e resolver os grandes problemas internacionais sem a China, considerada o segundo ator mundial e que não exclui a possibilidade de formar um duopólio com os Estados Unidos, em um contexto de enfraquecimento relativo dos países ocidentais devido à recente crise, em particular os próprios Estados Unidos. O Banco Mundial estima que com uma taxa de crescimento de 8% a China se tornará a primeira potência mundial em 2030. Como a taxa média de crescimento de 1990 a 2010 foi de 10,4%, o cenário não parece absurdo, embora as autoridades chinesas prevejam uma taxa de crescimento em redução, por volta de 8,5% daqui até 2020, especialmente devido à diminuição do ritmo dos Estados Unidos e da Europa, principais clientes atuais. Esse país assumirá necessariamente novas responsabilidades mundiais, que deverão ser harmonizadas com a elevação das aspirações de seus próprios cidadãos. A União Soviética viu recuar seu poderio por não haver encontrado esse difícil equilíbrio.

A China sabe que está sujeita a uma onda protecionista no seio do Congresso norte-americano, mas os estadunidenses sabem também que seus equilíbrios interno e externo e, mais estruturalmente, a repartição da renda e do patrimônio necessitam de financiamento chinês para fazer girar a máquina sem reformas profundas, aliás impossíveis.

A China presta apoio à Europa, seu melhor cliente depois dos Estados Unidos, sobretudo a Europa latina, que teve dificuldade em adaptar-se à globalização e que acumula déficits públicos em busca de financiamento. A Europa do norte tem melhor desempenho, especialmente a Alemanha, cuja indústria tira o melhor partido do crescimento da China, equipando-lhe as empresas.

Na Ásia, a situação é ambivalente. Há muito a China recebe de seus vizinhos recursos financeiros e conhecimento, dos quais ainda necessita. Recentemente passou a oferecer mercados, mais de capitais do que de tecnologias, salvo para os vizinhos menos desenvolvidos, que ainda estão no estágio de "primo-emergência".

Na América Latina, a China tem influência comercial crescente, havendo-se tornado o principal destino para os produtos agrícolas e minerais, mas também é concorrente temível em seus próprios mercados, como o México e o Brasil, com os quais acumula consideráveis saldos. Dela depende a conjuntura econômica do Chile e do Brasil. Na África, da qual ela espera também os produtos de base que seu crescimento exige, a China constrói, proporcionando os necessários financiamentos, as infraestruturas básicas e os equipamentos econômicos indispensáveis. Por enquanto, o desenvolvimento minerador e agrícola levado a cabo pelos chineses nesse continente, além do petróleo, do ferro e do cobre, tem ainda pouco impacto sobre as economias locais. São geralmente enclaves de exportação para a China, mas impedem no futuro a implementação de efeitos de treinamento. Será, porém, necessário o voluntarismo.

As novas taxas de crescimento registradas por muitos países africanos são ilusórias porque ocultam as exportações de lucros e os pagamentos por serviços. O valor agregado que permanece nos países é muito débil, sobretudo quando os órgãos arrecadadores são especialmente generosos para com as empresas. Isso é válido tanto para a China como para os demais países.

Capítulo II

Índia, emergência e combate à pobreza

Durante muito tempo, os economistas assim resumiam a situação da Índia: pouca poupança, crescimento lento e pobreza crescente, especialmente nas zonas rurais, devido a um robusto aumento demográfico. Muita coisa mudou, e a Índia dos últimos 20 anos assombrou o mundo. Alguns chegam a predizer que a longo prazo ela tem um potencial econômico mais importante que o de seu grande vizinho chinês.

Desempenhos econômicos

A taxa de crescimento permanece estável em nível elevado há muitos anos. O recuo diante da crise mundial foi pequeno e a retomada, rápida. A inflação, porém, é alta e em aceleração, principalmente devido à situação agrícola, que tem grande peso sobre o índice de preços. No entanto, outros fatores também se fizeram sentir. O déficit público tem-se mantido constante, em um patamar razoável, e seu financiamento não traz maiores problemas para as condições indianas, porém pode ocorrer um efeito de expulsão dos operadores econômicos. A inflação se situa em nível elevado e se explica em parte pela situação dos circuitos de distribuição, como mostrou a alta de preços dos produtos alimentícios em 2010.

Crescimento e equilíbrio na Índia

	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Crescimento do PIB em volume	9,5	9,6	9,3	6,8	8	8,6
Inflação %	4,4	6,7	6,2	9,1	12,4	11
Saldo orçamentário em % do PIB	-2,5	-1,9	-1,1	-1,5	-5,1	-3,2
Pagamentos correntes em % do PIB	-1,2	-1	-1,3	-2,3	-2,8	nd
Reservas externas	151,6	199,6	309,7	252	279,1	297,3

Fonte: CSO, Economic Survey, 2010.

Setores e bens específicos

A agricultura indiana desempenha papel importante na estabilidade do crescimento em matéria de inflação e no equilíbrio social das regiões rurais. Ela representa, conforme os anos, de 12% a 15% do PIB, e seu crescimento – em média de 4% anuais – ainda depende muito das monções. Uma nova revolução verde, análoga à da década de 1960, que revolucionou a produção, é desejável, mas os circuitos de comercialização são ainda lentos e privam os camponeses dos frutos de seu trabalho, alimentando ao mesmo tempo uma forte inflação nas cidades, cuja demanda por produtos alimentícios cresce rapidamente diante da diversificação do consumo das classes médias, que exigem mais frutas, legumes e produtos lácteos.

A política de reindustrialização, centrada em uma reforma importante do mercado de trabalho, permitiu considerável crescimento do emprego industrial, refez as fronteiras entre o setor público e o privado, mas somente conseguiu corrigir parcialmente as desigualdades territoriais industriais. A aposta é grande devido à evolução previsível dos preços no mercado mundial. Segundo a pesquisa anual sobre a indústria (ASI), levada a cabo pelo Escritório Central de Estatísticas, o crescimento do emprego industrial no setor formal, rápido durante os anos 2003-2009, foi de 7,5% anuais, enquanto nos anos 1995-2002 foi de apenas

1,5%, corrigindo assim a tendência para um crescimento sem empregos industriais, que anteriormente prevalecia.

No correr das décadas de 1980 e 1990, a taxa de crescimento da indústria foi de 8,6% por ano, mas o emprego industrial aumentou anualmente somente 0,3%. Sobreveio, em seguida, um período de grande crescimento industrial, de 13% anuais, porém com um crescimento do emprego de apenas 2,8% por ano.

Ocorreram mudanças estruturais importantes: a participação das indústrias de mão de obra intensiva (têxteis, alimentícias, tabaco e química leve) reduziu-se, mas houve aumento no caso da siderurgia, da metalurgia, dos automóveis e dos equipamentos mecânicos e elétricos, especialmente para as ferrovias.

Crescimento do investimento e do valor agregado na indústria

	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Crescimento do investimento	17,6	16,6	29,6	- 31,6	34,6	-
Crescimento do valor agregado	10,1	14,3	10,3	4,2	8,8	8,8

Fonte: CSO, Economic Survey, 2010.

O rápido crescimento do setor privado de alta produtividade da mão de obra (14% anuais durante o período 2003-2009, contra 6% no setor público), que ocupava uma parcela maior no valor agregado industrial global – essa parcela passou de 25% em 2003 para 33% em 2009 –, explica a expansão do emprego industrial e as dimensões crescentes das grandes empresas do setor industrial, em detrimento das PMEs.

O crescimento do emprego industrial foi facilitado por uma profunda reforma do mercado de trabalho. Segundo um relatório do Banco Mundial, de 2010, a rigidez desse setor na Índia teria causado a perda de três milhões de empregos. Os especialistas indianos, que analisaram bastante as situações específicas em cada estado, estão convencidos do contrário, argumentando que localmente o mercado de trabalho se tornou muito mais flexível em matéria de contratação e de demissões. Esses estados experimentaram a melhor taxa de crescimento do emprego, e outros, com reformas menos ambiciosas, tiveram resultados inferiores.

Cinco deles melhoraram antigas posições: Andra Pradesh, Gujarat Karnataka, Tamil Nadu e Maharashtra concentram mais de 55% do emprego industrial do país, e sua taxa de crescimento industrial ultrapassou amplamente 12% anuais de 2003 a 2009. Outros, como Uttar Pradesh, Kerala e Bengala Ocidental, com uma taxa de crescimento mais modesta, viram sua participação regredir no emprego industrial global. Assam experimentou uma desindustrialização, com queda no emprego e na produção.

O crescimento industrial se apoiou também em um setor de serviços em aprodutividade das empresas.

O setor de telecomunicações e de informática ilustra perfeitamente a renovação do crescimento indiano. Merece uma apresentação detalhada dos objetivos, dos atores, dos meios, das políticas de apoio e dos resultados atingidos.

Primeiro, a externalização...

Para uma empresa, a externalização consiste em deslocar de maneira ótima as atividades ou os processos, apoiando-se em novos meios de telecomunicação em zonas geográficas que dispõem de diferenciais importantes em matéria de disponibilidade, de qualidade e de custos de mão de obra. Inúmeros processos internos das empresas podem ser passíveis de externalização, notadamente no setor financeiro (bancos e seguros), no das telecomunicações e em outros (distribuição, eletricidade, aéreo etc.). Esse processo começa também a surgir nos grandes serviços públicos, como a saúde e os transportes.

As oportunidades principais se encontram nas seguintes funções: contabilidade e finanças, relações com a clientela, gestão de recursos humanos e *back-office* em geral. Na indústria de informática, as oportunidades mais importantes estão nas aplicações, nas infraestruturas de formação e no aconselhamento.

Certos países, como o Canadá, a Irlanda, o México e a Malásia, já realizaram bons desempenhos em matéria de externalização, mas a elevação de custos limitou os dois primeiros a seus mercados locais. A República Tcheca dispõe de múltiplas vantagens para captar a externalização francófona, mas até agora não executa uma política voluntarista. A China também tem vantagens competitivas não desprezíveis e leva a cabo uma política voluntarista estável, mas começou por servir seu mercado interno enquanto se preparava para exportar. A Índia foi a que incontestavelmente saiu na frente nesse domínio, devido a uma política voluntarista estável executada há muitos anos.

O quadro seguinte resume os consideráveis progressos alcançados de 2001 a 2008, às vésperas da crise, em matéria de externalização na Índia.

A dinâmica da externalização na Índia

	Vendas totais	% do PIB	% do mercado mundial	Empregos (milhões)	Export. bilhões de dólares	% das export. totais	% das exportações mundiais no ramo
2001	10,1	1,4	33	0,8	7,7	8	15
2010	60	7	40	4	50	33	40

A taxa média anual de crescimento da externalização estimada de 2001 a 2008 foi de 33,5%. O impacto macroeconômico da externalização foi maciço: 40% do giro mundial de negócios de externalização são realizados na Índia. Quatro milhões de empregos foram criados nesse setor; a contribuição para o PIB total da Índia está estimada em 7% em 2010; a contribuição para as exportações é de 33%.

A prosperidade do setor foi construída por empresas locais e estrangeiras, mas resulta sobretudo de uma vontade pública antiga e estável, cujo instrumento eficaz de concepção e de execução foi a Nasscom, instituição encarregada da política de externalização, que estima em 60 bilhões de dólares as vendas da indústria de externalização em 2010, dos quais 50 bilhões em exportações a partir da Índia. Um crescimento de 15% está previsto para 2011, e as previsões de vendas para 2020 são de 225 bilhões de dólares.

A história do setor é instrutiva: tudo começou em 1977, quando as autoridades indianas solicitaram à IBM cessar todas as atividades no país. O caminho está livre para os mais engenhosos, que aproveitam a disponibilidade local de técnicos anglófonos, representados por indianos de alto nível oriundos das grandes empresas multinacionais. Aproveitam sobretudo uma internacionalização maciça procurada pelas multinacionais anglo-saxônicas que tentam reduzir seus custos.

Os investimentos diretos estrangeiros também desempenharam papel de relevo na consolidação do destino BPO na Índia. São os bancos e as companhias anglo-saxônicas de seguros que se instalaram no país no período de 1995 a 1997, como a GE-Capital e o City Group, seguidas no início da década de 2000 por HSBC, Axa, AIG, BNP etc. Essas empresas, trabalhando para mercados cativos, não hesitaram em investir em conectividade e infraestruturas e na formação contínua. Microsoft, Adobe

e SAP estão presentes, assim como os grandes escritórios de advocacia Deloitte, Mac Kinsey, Accenture e Price Waterhouse.

Quatro empresas indianas ocupam o primeiro plano no cenário das firmas de informática que trabalham em internalização: Wipro, a mais importante, com seus 6 bilhões de dólares de vendas em 2010, 1 bilhão de dólares de lucro e 120 mil colaboradores; Infosys, Tata e SCL a seguem de perto. As empresas indianas trabalharam inicialmente para o mercado local antes de passar para o internacional. Muito frequentemente, elas deram prioridade a atividades informáticas de alto valor agregado, mais do que ao BPO. A mais recente crise financeira afetou o importante segmento financeiro da demanda. Lehmann Brothers, que faliu, era o primeiro cliente da Wipro, 30% de cujas vendas são feitas para o setor financeiro.

O setor de externalização tornou-se rapidamente muito concorrido na Índia para o BPO, assim como para os serviços de informática: existem filiais cativas das grandes empresas internacionais, filiais dos grandes fornecedores internacionais – que servem seus clientes a partir da Índia –, empresas mistas que agrupam indianos, estrangeiros e multinacionais que lhes asseguram uma parte das vendas e, finalmente, empresas totalmente indianas. Todas desenvolvem suas atividades em BPO ou em serviços informáticos, com tendência a um crescimento mais rápido destes últimos. São raras as que têm atividades mistas.

Durante muito tempo, Irlanda, Canadá e Israel dominaram o mercado mundial de externalização, e a China conserva um mercado local dinâmico. Se a Índia os ultrapassou rapidamente, foi por reunir vários fatores de atração complementares.

Competitividade na externalização em 2006

	Índia 1	Índia 2	Malásia	República Tcheca	Filipinas
Qualidade das infraestruturas de base	6,6	6,6	2,2	10	1,6
Custo das telecomunicações	10	8,7	6,4	3,4	5,6
Disponibilidade de mão de obra	8	7	6,5	7	5
Custo da mão de obra	6	5	6	10	5
Custo do mobiliário	1	5,2	8	6,6	5,1

As políticas públicas foram as grandes sustentadoras do desenvolvimento do setor ao fixar prioridades claras e ao alocar os meios em função das prioridades. Privilegiaram o desenvolvimento de cinco zonas informáticas especiais, entre as quais Hyderabad, Bangalore e Nova Delhi (preparação de terrenos, guichê único para os investidores, medidas fiscais e reforma do código trabalhista), apoiaram o desenvolvimento das infraestruturas de telecomunicações (lançamento do primeiro cabo submarino de fibra ótica de 300 km, ligando Índia a Cingapura em 2002), que permitiu uma queda rápida dos custos de conexão. Apoiaram também a formação de recursos humanos em informática nas universidades e instituições especializadas. Esse esforço considerável, legislativo, regulamentar, institucional e infraestrutural foi concebido, acompanhado e permanentemente avaliado pela Nasscom, uma comissão de 30 membros criada em 1988 e composta por cientistas, industriais e funcionários públicos. Com correspondentes em todos os ministérios envolvidos no desenvolvimento do setor, a Nasscom pôde intervir em tempo real para antecipar, arbitrar e comunicar, na Índia e no exterior. Também intervém para estimular a formação contínua de especialistas, difundir inovações técnicas e fortalecer a atratividade do país para os investidores.

É verdade que sua tarefa foi facilitada por uma abundante produção de pessoal qualificado: de 2003 a 2008, a Índia formou 16,8 milhões de pessoas qualificadas, das quais um milhão foram recrutadas pelo BPO.

Perspectivas da externalização

Três fatores impõem à indústria da externalização a necessidade de evoluir. O primeiro é o crescimento débil, de agora em diante, da demanda dos clientes anglo-saxões afetados durante muito tempo pela crise. Isso impõe – e já começou – a procura de saídas complementares na Europa e nos países francófonos, cujas grandes multinacionais são muito cortejadas pelas empresas indianas de informática. Michelin, SIR e Acelor Mittal já foram seduzidas, mas os indianos fornecem apenas 5% do mercado francês. Os norte-americanos, maiores clientes da externalização indiana, reivindicam cada vez mais uma melhor partilha do trabalho entre norte-americanos e indianos nessa indústria e dificultam a entrada de trabalhadores indianos nos Estados Unidos. Diante da maturidade dos mercados dos países desenvolvidos, a indústria se volta para os emergentes, China e América Latina, a fim de consolidar seu crescimento.

A segunda dificuldade está na rarefação de recursos humanos de alta qualificação. O problema é real para uma indústria que engloba 200 mil pessoas por ano, metade das quais nas três primeiras empresas. A competição é dura para atrair os mais qualificados para serviços cada vez mais sofisticados. A rotação é importante e os salários sobem rapidamente. A competição ficou ainda mais acirrada com o retorno da IBM, que agora emprega mais de 45 mil pessoas. Accenture emprega cerca de 40 mil e Cap Gemini, mais de 30 mil, sem esquecer o aumento do poderio chinês no mercado global. A industrialização do serviço informático mediante o emprego de milhares de programadores globais não é suficiente para promover a prosperidade de uma empresa.

A indústria farmacêutica

A Índia é o terceiro maior produtor mundial de medicamentos e tem centenas de empresas de produtos e laboratórios. As exportações, das quais 20% se dirigem aos Estados Unidos, passaram de 128 bilhões de rupias em 2002 para 384 bilhões em 2008, continuando a crescer após essa data. O êxito dos genéricos indianos é bem conhecido, e as exportações para o mundo em desenvolvimento têm sido crescentes ao longo dos últimos decênios. Os grandes laboratórios ocidentais, o japonês Daichi-Sankyo, o francês Sanofi-Aventis, e os norte-americanos e ingleses, atraídos pelo sucesso comercial das empresas da região, mas também pelas dimensões do mercado local, adquiriram no curso dos anos recentes algumas grandes empresas farmacêuticas indianas. Contudo, a demanda de aquisições é mais vigorosa do que a oferta, e a lucratividade e as perspectivas de crescimento das empresas indianas não estimulam as vendas, sabendo-se que durante os próximos anos muitos produtos da indústria farmacêutica mundial vão cair em domínio público.

As empresas da Índia preferem parcerias de produção e de pesquisa com Pfizer, GSK ou a brasileira Farmanguinhos. As autoridades, atentas à autossuficiência em medicamentos e à evolução de seus preços, vigiam de perto essas vendas e esses acordos, mas os próprios industriais de medicamentos em vias de internacionalização rejeitam qualquer intervencionismo direto e estimam que as autoridades devam se limitar ao controle da qualidade dos produtos essenciais à saúde pública.

A indústria do diamante brilha intensamente

Bombaim ultrapassou Rotterdã e Israel como centro mundial de produção, transformação e comércio de diamantes. São trabalhados nessa cidade 15 entre cada 16 diamantes comercializados no mundo. A indústria do diamante emprega mais de um milhão de pessoas, e suas exportações representam 20 bilhões de euros, ou 15% das exportações globais desse país continental.

Indústria automobilística

A Índia é um mercado de dois milhões de automóveis em 2010 e atingirá a marca de seis milhões em 2020. O estado de Tamil Nadu é o centro da indústria automotiva indiana. Em 2010, a Hyundai, a Ford, a Nissan e a Renault produziram ali mais de um milhão de veículos de tamanho modesto e de baixo consumo de combustível. As isenções fiscais, a disponibilidade de mão de obra qualificada e as facilidades portuárias permitiram a expansão da zona industrial de Chennai, que exporta um terço de sua produção. Estima-se em 250 mil o número de empregos oferecidos no estado pelas montadoras de automóveis, seus fornecedores de equipamentos e outros subcontratistas.

Presente na Índia há 15 anos, a Hyundai é a segunda montadora de automóveis, com uma capacidade de produção de 600 mil veículos, em expansão, e vende a metade desse número no exterior, em 110 países diferentes.

Tamil Nadu também conseguiu atrair para seu território a Nokia, que instalou ali sua maior fábrica de telefones portáteis.

Energia

A matriz energética indiana revela a predominância do carvão, um notável crescimento dos hidrocarbonetos e uma contribuição ainda modesta da energia nuclear.

Em cada um desses setores, a Índia procurou a cooperação dos mais competentes. No campo nuclear, a cooperação com a Rússia é antiga, mas a Índia domina corretamente a tecnologia eletronuclear, mesmo na ausência de capitais para seu rápido desenvolvimento. Após a catástrofe de Fukushima, os indianos confirmaram essa opção

energética, argumentando que 40% da população ainda é carente de eletricidade.

Recentemente, a British Petroleum fechou um acordo importante com um grupo indiano, Alliance Industries, para o desenvolvimento de jazidas de gás *offshore* no litoral oriental da Índia. Prevê-se que a produção futura dessas jazidas atenderá a 40% das necessidades nacionais, cujo crescimento anual é de 5% atualmente.

Indústria aeroespacial

Menos do que a China, mas com idêntica vontade, a Índia tem ambições em matéria espacial, e a propósito celebrou acordos com a França não só para o desenvolvimento de foguetes lançadores do tipo Arianemas também para o aperfeiçoamento da produção de satélites geoestacionários.

Empreendedores

As reformas econômicas na Índia começaram seriamente em 1991, com a vitória do Partido do Congresso nas eleições. O dirigismo econômico nessa nação jamais extinguiu o espírito de empreendimento. Ao contrário de outros países, a Índia dispõe de antigas e sólidas instituições de mercado, mas elevam-se vozes para reclamar maior transparência na gestão dos assuntos econômicos e esclarecimento do *status* dos operadores externos.

Na Índia, desde o início da década de 1990, a fronteira entre o setor público e o privado não cessou de mover-se em benefício deste último, porém não de forma linear. A desburocratização da economia e a liberação de preços tiveram papel importante para a expansão do setor privado, facilitando o crescimento maciço da poupança e do investimento das empresas. A aventura da informática, a partir de 1975, fortaleceu as fileiras do setor privado, muito ativo em siderurgia, têxteis, veículos e produtos agroalimentícios. Os bilionários das indústrias superam os marajás, com menos opulência, porém com mais inteligência. A revista *Forbes* identifica 69 bilionários, em dólares, cujas fortunas representam mais de 30% do PIB. O progresso é rápido, pois o Banco Asiático de Desenvolvimento estimou em 2009 que 50 bilionários possuíam fortunas equivalentes a 20% do PIB e a 80% da capitalização em Bolsa.

A evolução da estrutura de empregos no setor manufatureiro revela o fortalecimento do setor privado: o emprego nas empresas privadas e mistas aumenta mais rapidamente do que nas empresas públicas, cuja participação recua em alguns pontos.

Distribuição do emprego em manufaturas em 2003 e em 2009

	Cooperativas	Empresas públicas	Empresas privadas	Empresas mistas	Empreendedores individuais
Emprego 2003 - %	3,6	37,6	24,5	19	9,8
Emprego 2009 - %	2	35,1	33	17	9,9
Crescimento anual 2003-2009	-5	6,1	14	5,2	7,7

Fonte: CSO.

Progressivamente, a atração dos investidores fez o resto. Sobre estes últimos, a abordagem sempre permaneceu seletiva: as autoridades proíbem, por exemplo, o investimento estrangeiro na grande rede de distribuição; continuam extremamente restritos na indústria bancária, embora os peritos recordem o papel insubstituível desses setores na luta contra a inflação e a formação de rendas. As autoridades temem que a grande distribuição estimule as importações e que a indústria bancária privada impulsione o país para uma situação financeira prejudicial.

Em 2010, a Índia recebeu mais de 80 bilhões de dólares em investimentos diretos em setores tão diversos quanto a informática, os veículos, a energia ou as infraestruturas.

Por seu turno, a internacionalização das empresas indianas se acelerou. Em 10 anos elas terão investido mais de 80 bilhões de dólares no exterior, dos quais 11 bilhões em 2009 e 2010, segundo o Banco Central indiano. A soma acumulada das fusões e das aquisições por parte de grupos indianos no exterior teria atingido 45 bilhões de dólares, inclusive 372 aquisições nos Estados Unidos, no período de 2004 a 2009, por um valor de 21 bilhões de dólares. O Reino Unido foi onde as empresas indianas mais investiram: 600 aplicaram mais de 10 bilhões de euros, o que representa a metade dos investimentos indianos em toda a Europa. O grupo Tata é o maior empregador privado no Reino Unido. Comprou sucessivamente a Tetley, as aciarias Choros e os prestigiosos fabricantes de

automóvel Jaguar e Land Rover. Dois terços dos investimentos indianos nesse país, porém, se dirigem para a alta tecnologia, a informática, as biociências, os produtos farmacêuticos e os equipamentos para defesa. O interesse é o mesmo das empresas chinesas: adquirir fatias do mercado, mas principalmente ter acesso às tecnologias de produção e de gestão. O domínio da língua, a presença de uma diáspora indiana qualificada (mais de dois milhões de indianos têm nacionalidade britânica) e o conhecimento por parte das elites econômicas indianas do mecanismo íntimo da governança econômica e política do país têm sido os principais fatores do ativismo dos homens de negócios indianos no Reino Unido. A França, com seus engenheiros bem formados, também interessa aos grandes grupos da Índia, e a Wipro, maior empresa de informática deste país, anunciou uma estratégia muito ativa em solo francês para os próximos anos.

Intermediação financeira

A macrofinança indiana se apresenta atualmente da seguinte maneira: uma poupança considerável, principalmente oriunda dos lares indianos, alimenta uma taxa de investimento muito elevada. As famílias investem diretamente a metade de sua poupança na aquisição de bens duráveis, especialmente a moradia. A outra metade da poupança financeira dos lares é encaminhada pelas instituições financeiras às empresas, que dela recebem cerca de três quarto, ficando o Estado com o restante, direta ou indiretamente. Essa macrofinança explica principalmente por que o mercado de bens duráveis se expande com rapidez na Índia, em benefício da ascensão das classes médias e de sua poupança. Ela revela também que o setor das empresas, embora deficitário em relação a seu nível de investimento, pois o autofinanciamento não é suficiente, tem um déficit menor do que o do Estado, o qual, desse ponto de vista, exerce certo efeito de expulsão, principalmente por meio de bancos públicos, ainda dominantes. As dimensões do déficit público e o nível do período 2004-2006 da dívida pública impõem ao setor público bancário a subscrição permanente de títulos públicos e provocam um efeito de expulsão em relação aos demais solicitantes de crédito, aumentando seu custo.

Poupança e investimento na Índia em 3% do PIB

	2004-2006	2007-2008	2009-2010
Taxas de poupança (%)	32,4	36,9	33,7
- pública	2,3	5	2,1
- lares	23,6	22,5	23,5
- empresas	6,5	9,4	8,1
Taxas de investimento (%)	32,8	38,1	36,5
- pública	7,4	8.9	9,2
- lares	13,4	10,8	11,7
- empresas	10,4	17,3	13,2

Fonte: CSO, Economic Survey, 2010.

A nova capacidade de poupança permitiu financiar uma taxa de investimento rapidamente crescente. A taxa de poupança na Índia passou de 6% na década de 1970 para mais de 30%, em média, na de 2000, como resultado automático da liberação dos preços em um contexto de baixos salários e de produtividade crescente. Passou de menos de 20% do PIB em 1990 para mais de 35% atualmente, uma das taxas mais elevadas entre os emergentes. A aceleração ocorreu no início da década de 2000, ligada ao desenvolvimento maciço das novas tecnologias, porém não unicamente por isso.

Contudo, a intermediação financeira ainda deverá progredir à medida que a economia avança, se diversifica e se abre ainda mais. Os bancos públicos, que continuam a dominar a indústria bancária, resistiram melhor à crise com uma coleta de recursos mais importante e uma distribuição de crédito mais estável, aproveitando a garantia implícita do Estado. No entanto, sua eficácia permanece, em média, débil. Se alguns bancos públicos conseguem ter bom desempenho, outros sofrem com uma governança pública restritiva; os bancos privados deveriam ser mais numerosos, a fim de facilitar o financiamento da economia. Admite-se que o acesso ao crédito e aos instrumentos de poupança e de seguro continua insuficiente e exclui uma parte da população. A crise produziu um sentimento de favoritismo para um setor público bancário forte e um sistema financeiro relativamente isolado do exterior.

Entretanto, além da melhoria do mercado de crédito bancário, coloca-se o problema do desenvolvimento dos mercados de capitais, que é ainda insuficiente em relação às necessidades das empresas e do Estado. Isso obriga alguns grandes grupos (por exemplo, Tata e Reliance

Industries, outro imenso conglomerado) a buscar financiamentos externos. A fim de equipar suas centrais elétricas, o grupo recentemente pediu emprestados 14 bilhões de dólares a um consórcio financeiro chinês, ligado ao fornecedor do equipamento, a um custo de menos da metade do que custaria na Índia. Há pouco associado à BP na produção de gás em um projeto de 20 bilhões de dólares, o grupo avança no setor de hidrocarbonetos.

O déficit de pagamentos correntes da ordem de 30% do PIB exige um financiamento externo constante. Os capitais flutuantes são uma solução frágil, e a Índia precisa atrair capitais externos estáveis, notadamente para o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, muito aguardados.

Grandeza e decadência da microfinança

Junto com o Bangladesh e o Paquistão, a Índia compreendeu as vantagens da microfinança para, com um empréstimo inicial mínimo, possibilitar aos mais pobres lançar atividades geradoras de rendimentos. O desenvolvimento da microfinança foi muito rápido durante os anos recentes, pois se estima em 28 milhões o número de famílias que estão integradas nesse sistema. Não está, porém, generalizado em todos os estados, e houve alguns desvios no funcionamento do crédito. Diante desses desvios, alguns estados indianos tomaram medidas para proteger os clientes, fixando modalidades e tetos de reembolso. Essa regulamentação é considerada pelas instituições de microfinanças como um eventual obstáculo ao desenvolvimento desse instrumento de crédito que livra os pequenos da usura e das vicissitudes dos empréstimos familiares, os quais, em muitos estados, aliás, continuam a ser a principal fonte de financiamento dos pobres.

Políticas públicas

Desde a Independência, em 1947, a Índia vem aproveitando suas dimensões e a variedade de seus recursos para diversificar progressivamente sua economia e reduzir a pobreza. Contudo, a poupança continua insuficiente e o crescimento, magro. Em 1991, o país efetivamente deu as costas ao estatismo e à regulamentação burocrática da economia em favor da modernização e da abertura. A reforma foi conduzida pelo

Partido do Congresso, dos pais da Independência, o que lhe conferiu força e irreversibilidade.

O arquiteto das reformas econômicas na Índia é o atual chefe do governo, Mannohan Singh, então ministro da Economia, responsável por uma série de reformas que podem ser assim resumidas: retirada do Estado do setor econômico competitivo, desburocratização da gestão e, principalmente, liberação dos preços, abertura seletiva de setores ao investimento externo, desregulamentação do setor de infraestruturas e apoio público a novas indústrias, notadamente as de tecnologia da informação e de comunicação. A reforma entrou em ritmo mais lento em 1996, quando o Partido do Congresso perdeu as eleições. Em 2004, voltou ao poder, e a reforma retomou seu curso, desta vez com Singh como primeiro-ministro.

Recursos humanos e pesquisa

O desenvolvimento dos recursos humanos foi concebido e acompanhado com mais constância no domínio das tecnologias da informação e da comunicação. Desde a Independência, o país criou cerca de 20 institutos de tecnologia de alto nível, os quais, 50 anos depois, fornecem ao país engenheiros e técnicos, na maioria de grande qualidade.

Salários e preços

Ao longo dos últimos 10 anos, os salários progrediram em virtude de um ritmo de investimentos muito elevado em uma perspectiva histórica. De fato, durante os últimos 20 anos, o país lançou uma grande política de reindustrialização, que aparece nos algarismos de crescimento do emprego e da produtividade. A Índia segue de perto a China em matéria de crescimento da produtividade do trabalho, e a tradição sindical mais antiga permite aos trabalhadores indianos reter uma parcela dessa alta na forma de aumento de salário.

Na Índia, mais do que na China, a inflação de mais de 8% em 2010 tornou-se a preocupação principal do governo. O alto nível inflacionário se explica, em um contexto de produtividade elevada, por certas práticas oligopolistas de preços e pela lentidão dos circuitos de distribuição.

Economia e sociedade

As autoridades indianas e os peritos oficiais não param de repetir que o crescimento do país era e deve ser inclusivo (*inclusive growth*), pois todos os segmentos da sociedade, tanto nas cidades como no campo, se beneficiariam gradual, porém seguramente, do crescimento por meio do emprego, dos rendimentos, das despesas públicas em educação e em saúde e das destinadas às infraestruturas econômicas e sociais.

O efeito de difusão, por enquanto, ainda é limitado. O produto médio *per capita* na Índia é inferior em cerca de metade ao da China, em uma população comparável; o índice de desenvolvimento humano é inferior, o analfabetismo ainda afeta 68% da população, cujo 70% do total tem menos de 35 anos. A teledensidade é fraca nas zonas rurais, ainda que tenha progredido de 17 a 30, um quinto do que representa no meio urbano. Diversos índices mostram claramente a progressão da classe média ao ritmo do crescimento e da urbanização. O consumo *per capita* aumentou e diversificou-se: a parcela das despesas familiares destinada à alimentação caiu seis pontos percentuais desde 2000, a designada ao vestuário cresceu 2% e a consagrada aos lazeres e aos equipamentos domésticos subiu 5%.

O número de viajantes transportados por avião aumentou 15% em um ano, atingindo 55 milhões em 2010. A teledensidade urbana passou de 20 para 144 de 2004 a 2010 em um mercado em crescimento, pois a nacional passou de 7 para 64,4 durante o mesmo período.

As políticas de luta contra a pobreza

Em 2010, dois economistas indianos, ambos vencedores do prêmio Nobel de economia, opuseram-se publicamente na internet à relação entre pobreza e crescimento na Índia e à avaliação das políticas públicas de combate à pobreza. Amartya Sen, autor do famoso livro *Economia, uma ciência moral*, afirmou que a existência de taxas de crescimento elevadas não significava que a pobreza recuasse substancialmente por toda parte na Índia. Havia estados e grupos sociais à margem do caminho, e a subnutrição prejudicava o crescimento de metade das crianças indianas. Ele argumentou ativamente em favor do aumento maciço das despesas públicas de educação e saúde para dar oportunidade a todos e para melhorar a inserção profissional dos inúmeros portadores de diplomas.

O FMI prece dar-lhe razão, pelo menos nas estatísticas sobre produto *per capita* nos diversos estados. Alguns ganham e outros perdem. Jagdish Baghwati, outro prêmio Nobel, é mais matizado. Mesmo

admitindo a inexistência de desigualdades territoriais e sociais, ele afirma que houve progressos importantes nos últimos 20 anos. A fatalidade da pobreza não é mais aceita socialmente, assevera ele, e os indianos aproveitam todas as oportunidades para progredir. A Índia tem uma grande tradição de desenvolvimento comunitário rural, e a teoria do "*small is beautiful*" encontrou nela várias aplicações mais ou menos bem-sucedidas. Contudo, a pobreza no meio rural ainda persiste. Sem dúvida, as autoridades puseram em marcha, há uma década, a política dos cem dias de trabalho nas zonas rurais: todos os indianos desempregados podem candidatar-se a cem dias de trabalho remunerado nos canteiros de projetos de utilidade pública de mão de obra intensiva. Essa política favoreceu o desenvolvimento do mercado local e simultaneamente impeliu para o alto os salários rurais, o que também ampliou os mercados. Enquanto esperam que termine o debate na internet, que a microfinança chegue até eles, que o governo dê mais atenção à sua sorte, longe dos arranha-céus de Bombaim e dos prestigiosos institutos de tecnologia de Bangalore e alhures, dezenas de camponeses, devastados por monções prejudiciais e pelos usurários, se suicidam no campo. Não votarão mais no Partido do Congresso, como fizeram em 2004 e em 2005. Sen não está totalmente equivocado.

O Partido Comunista indiano, que governa alguns estados, como Kerala e Bengala Oeste, levou a cabo programas bem-sucedidos de desenvolvimento humano comunitário, inclusive educação, saúde e democracia locais. Certos governos comunistas regionais não hesitaram em privatizar e acolher investidores estrangeiros, para enfrentar o imperativo do combate à pobreza. É o modelo chinês ao estilo indiano.

A espinhosa questão do trabalho das mulheres

Estima-se em cinco milhões o número de mulheres que ingressam no mercado de trabalho, geralmente munidas de um diploma de nível mais ou menos elevado. O peso das tradições e as limitações objetivas fazem com que muitas deixem o trabalho após o casamento ou a chegada do primeiro filho. Isso constitui uma perda importante para a economia e um obstáculo à modernização social. Houve progressos nesse campo, mas muito ainda resta a fazer.

A evasão de cérebros é outro desafio para a Índia

O país produz em grande número recursos humanos de qualidade que já não se satisfazem com as remunerações locais, pois conhecem seu valor nos países ocidentais onde frequentemente residem membros da família ou amigos. Sua competência lhes permite deixar o país, especialmente a fim de seguir o movimento de internacionalização das grandes empresas indianas.

Riscos e durabilidade

A Índia, menos dependente de escoamento externo do que a China, também enfrentou a crise apoiando a demanda interna por meio de um plano de desenvolvimento das infraestruturas.

Contudo, as dificuldades financeiras das empresas são grandes, e a burocracia deverá fazer esforços para não desestimular os investidores. O relançamento da demanda interna beneficia as empresas locais, cuja oferta é importante e diversificada, de nível tecnológico relativamente elevado. É preciso reorientar as produções para o mercado interno, cujas necessidades são enormes, porém diferentes das dos mercados externos. Provavelmente será necessária uma maior abertura às inovações e ao empresariado local. O déficit de infraestruturas de todos os tipos se torna um freio objetivo aos investimentos e ao crescimento, e sua solução não pode ser unicamente orçamentária, pois as finanças públicas estão submetidas a uma tensão permanente. Estima-se em 1 trilhão de dólares a soma necessária para enfrentar as despesas no campo das infraestruturas de transportes e energia.

A atração de capitais externos nesse terreno é desejada, mas ela precisa de maior segurança jurídica e de uma intermediação financeira adequada. Ampliando a base de seu mercado bursátil, notadamente o segmento relativo a obrigações, a Índia poderá atrair capitais externos. Por enquanto, a China vende à Índia equipamentos a preços aceitáveis, com um financiamento que desafia qualquer concorrente.

O déficit de eletricidade, que é alto, é o mais urgente a ser preenchido. O programa eletronuclear da Índia, de cerca de 30 bilhões de dólares, é gerido por um monopólio público, a Nuclear Power Corporation. Está previsto para 2020 (e mais ainda para depois dessa data) um aumento da capacidade eletronuclear instalada de 4 mil para 30.000 MW. Isso atrai todos os grandes construtores ocidentais, mas progride pouco devido a

uma legislação recente que responsabiliza o construtor por 80 anos em caso de acidente. A lembrança da tragédia de Bhopal está presente e viva em todos os espíritos, e a opinião pública muito mobilizada às vésperas de eleições. Após a catástrofe de Fukushima, as autoridades indianas confirmaram o prosseguimento do programa eletronuclear, recordando a urgência da eletrificação mais rápida das zonas rurais ainda mal equipadas.

O combate à pobreza continua a ser um desafio importante. Há muito por fazer e alguns se questionam sobre se o recuo da pobreza, principalmente no campo, pode ser realmente significativo sem uma reforma agrária profunda, que redistribua as terras e os rendimentos que elas geram, a exemplo da experiência chinesa do início da década de 1980. Uma nova revolução verde é uma condição necessária, porém não suficiente para reduzir a pobreza no campo. A reforma dos circuitos de comercialização se tornou urgente para libertar os camponeses dos comerciantes e dos usurários.

Uma comparação entre a Índia e a China é útil para compreender as dinâmicas cidade/campo e a evolução da repartição de renda nos dois países. A diferença está nas dimensões da população rural em relação aos recursos agrícolas: a população rural chinesa começou a diminuir desde a aplicação da reforma agrária, no início da década de 1980; o êxodo rural seguinte à reforma conduziu os camponeses para as cidades industriais do litoral leste do país. O êxodo permitiu a elevação da produtividade por hectare e um certo aumento de rendimentos para os que receberam terras e ainda mais para os que obtiveram as melhores terras e o material agrícola disponível. A urbanização, portanto, aliviou a carga demográfica e favoreceu assim uma elevação da produção e da renda, em razão da repartição individual dos direitos de exploração aos camponeses.

Na Índia, a carga demográfica continua a ser muito forte nas zonas rurais. A atração das cidades é menos relevante para os camponeses porque o desenvolvimento manufatureiro é menor. O setor não agrícola é menos desenvolvido por causa de um nível de salário historicamente mais elevado do que na China e de uma tradição sindical mais estabelecida. A pujança exportadora da China foi construída pelos camponeses que partiram para as zonas econômicas especiais.

Na Índia, essa possibilidade histórica não está suficientemente realizada. O orçamento de 2011 reconheceu a necessidade do resgate social sobre o econômico, ao atribuir 17% de crescimento às despesas sociais do país destinadas à educação, à saúde e a transferências sociais. Amartya Sen foi parcialmente ouvido, e a luta política em prol de um

melhor equilíbrio entre abertura econômica e integração social continua, o que provavelmente está correto.

Finalmente, em consequência de um grande escândalo relativo à concessão de licenças para telefonia móvel, que teria causado prejuízos de 36 bilhões de dólares ao Tesouro público, a opinião nacional e os investidores estrangeiros se preocupam com o aumento da corrupção e do tráfico de influências no mundo dos negócios. Muitos observadores acreditam que são ainda necessárias reformas para barrar a progressão desse perigo social. Para todos, o temor é que a concentração do poder econômico se torne um obstáculo às reformas e à transparência, das quais a Índia ainda necessita. Às vésperas das eleições legislativas, o chefe do governo se mobiliza para o prosseguimento das reformas.

Conclusão

Nos últimos 60 anos, a Índia mudou muito, mas os desequilíbrios territoriais e sociais ainda permaneceram.

A economia indiana modificou-se maciçamente; a agricultura, que representava 58% do PIB em 1950, é agora responsável por apenas 18%, e os serviços passaram de 25% para 52% do total. O setor privado ampliou sua participação na economia e desenvolve rapidamente seus investimentos. Esse país de 1,2 bilhão de habitantes não conhece mais a fome, e as exportações de produtos alimentícios sobrepujam as importações. A revolução verde passou por ele, e a nação se alinha entre os primeiros produtores mundiais de muitos produtos ou matérias agrícolas, como o arroz, as especiarias e o algodão. Com a ajuda da Coreia do Sul, o país se prepara para tornar-se, em 2015, o segundo maior produtor de aço do mundo. A educação progrediu e 15% dos jovens de 20 a 24 anos estão na universidade. Os emigrantes indianos transferem mais de 42 bilhões de dólares ao país de origem e contribuem para sua transformação.

Por enquanto, nesse país imenso, mas cuja densidade demográfica é três vezes superior à da China, os problemas não estão resolvidos. Setenta por cento dos indianos vivem ainda com 2 dólares por dia, e estima-se que 20% da população, ou cerca de 240 milhões de pessoas, esteja ainda subnutrida. As desigualdades territoriais de emprego e renda, e de desenvolvimento humano continuam grandes. Frequentemente são feitas comparações entre Kerala e Bihar; de maneira geral, o sul prospera, e o norte ainda é subdesenvolvido. Se Bombaim tem 20 milhões de habitantes

e inscreve seu futuro no século XXI, não se pode esquecer que a cidade abriga em seu seio Dharavi, uma favela de um milhão de habitantes. Ainda não terminamos de falar da Índia.

Capítulo III

Brasil, ator com vocação global

Na década de 1990, as economias latino-americanas obtiveram, em conjunto, uma modesta taxa média de crescimento em comparação com as das décadas de 1950 a 1970 e as das economias asiáticas. Somente o Chile e o México fugiram relativamente à regra, com taxas de crescimento mais elevadas e poucos anos de recessão, principalmente naquele país. A década de 2000 foi diferente, com crescimento médio maior do que na de 1990. Ocorreram recessões de curta duração, mas o rumo de abertura econômica sempre foi mantido, com maior número de especializações baseadas nas vantagens competitivas naturais de cada país, constante atração de investimentos diretos em todos os setores e grande esforço para remover proteções da economia.

Desempenhos econômicos

Assim como o Chile, o Brasil teve, em média, os melhores desempenhos na região. Aquele país foi parcialmente afetado pela crise mundial, mas o retorno do crescimento foi mais ágil também devido à diversificação de suas exportações, em produtos e em mercados. A demanda asiática e o preço do cobre também desempenharam papel estabilizador. A situação do México é mais preocupante. Além de uma taxa de crescimento moderada antes da crise, houve grande recuo durante aquele período, ao término do qual o país não experimentou crescimento

compensador: o recuo do setor de hidrocarbonetos, as excessivas concentrações das exportações para o mercado norte-americano e um mercado interno menos dinâmico explicam a morosidade do crescimento.

Crescimento na América Latina, 2001-2010

	2001	2002	2003	2004	2005	2006-08	2009	2010	2011
Argentina	-5,4	-12	7,7	9,0	8,6	8	0,8	8,4	4,8
Brasil	-0,2	0,1	-1,2	4,9	2,5	5,2	-0,6	7,7	4,6
México	-1,8	-0,7	-0,9	4,4	3,9	3,2	-6,2	5,3	3,5
Chile	2,3	0,9	3,2	6,1	6,3	4,2	-1,5	5,3	6
América Latina	1,1	2,1	0,5	5,9	4,3	4	-1,9	6	

Fonte: Cepal e OCDE.

O recuo do crescimento em 2009 no Brasil foi o menor da região latino-americana, com exceção da Argentina, e a recuperação após a crise foi substancial. Isso se deve em grande parte à diversificação geográfica das exportações do país e ao aumento da demanda asiática. O dinamismo no mercado interno foi acompanhado pelo incremento da demanda de categorias sociais mais amplas, sustentadas pelas transferências sociais públicas, pelo crescimento do crédito, do consumo e da habitação; e, de modo mais geral, pela política anticíclica levada a cabo pelo governo Lula.

Crescimento e equilíbrios no Brasil

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	4	5,7	5,1	-0,2	6,9	4,5
Inflação	4,2	3,6	5,7	4,9	5,6	4,8
Saldo orçamentário % PIB	-3,5	-2,7	-1,9	-3,3	-2,5	-2
Pagamentos correntes % PIB	1,3	0,1	-1,7	-1,5	-2,7	-3,2
Dívida externa % PIB	15,9	14,1	12,1	12,6	12	11
Reservas externas	85	179	193	237	262	267

Fonte: Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, IIF.

Se a situação financeira externa continua boa, o Brasil passa também por uma degradação dos pagamentos correntes, principalmente devido à exportação de lucros. Contudo, a preocupação essencial permanece sendo o déficit orçamentário, que obriga o Estado a pedir empréstimos, criando grandes distorções no mercado de crédito bancário, pois os títulos públicos

constituem parte importante das carteiras dos bancos, em detrimento do financiamento da economia, em particular das PMEs.

Setores e bens específicos

Durante os anos recentes, o Brasil surgiu no mercado mundial como potência agrícola, porém não se limita a esse setor, pois as exportações não agrícolas também se diversificaram e se desenvolveram.

Brasil, superpotência agrícola

	Produção Classificação no mundo	Exportações Classificação no mundo
Açúcar	1	1
Café	1	1
Etanol	2	1
Carne bovina	2	1
Tabaco	2	1
Soja	2	2
Couros e peles	2	4
Milho	4	3
Aves	3	1
Algodão	5	5

Fonte: Embraer.

As exportações agrícolas do Brasil aumentaram 14% por ano durante o último decênio e seu total ascenderá a 80 bilhões de dólares em 2011. Em um mercado mundial que se tornou estruturalmente de alta, o Brasil tem vocação para tornar-se ator dominante. Já é o segundo produtor mundial de soja, o primeiro de café e o terceiro de milho. Graças a seu rebanho bovino de 205 milhões de cabeças, é também o primeiro exportador mundial de carne desse animal. Vende em muitos lugares além da Europa, após as dificuldades encontradas nesse continente.

A produção de cereais, que aumentou 152% no decorrer dos últimos 20 anos em uma área em crescimento de 25%, atingiu 155 milhões de toneladas, das quais 70 milhões em grãos de soja. Esse rápido aumento da produtividade, em um clima permissivo, é resultado de inovações locais contínuas, mudança de técnicas de cultivo impelidas por um

fluxo crescente de investimentos nacionais, mas também estrangeiros, notadamente em soja. O governo prevê elevar a produção de cereais a 190 milhões de toneladas.

Para isso, pode contar com importante potencial agrícola. As terras recuperáveis para a agricultura seriam de 20 a 50 milhões de hectares, que viriam juntar-se aos 60 milhões já cultivados. Compreende-se, assim, a atratividade do país para os investimentos estrangeiros, cada vez mais numerosos. Segundo a OCDE, o investimento em agricultura atingiu 14 bilhões de dólares em 2010, mas pode triplicar durante os próximos cinco anos. Isso não deixou de alertar o governo e a opinião pública do Brasil, preocupados com a crescente propriedade estrangeira sobre as terras. O governo já limitou a cinco mil hectares as dimensões das explorações de empresas agrícolas sob controle estrangeiro. Recentemente, lançou uma revisão da legislação com objetivo de frear, e mesmo proibir, o investimento em agricultura quando o projeto pertencer a uma empresa pública ou a um fundo soberano estrangeiro. Percebe-se que o país não quer deixar de aproveitar o mercado que se apresenta. Não está errado, desde que tenha os meios técnicos e o *know-how*.

O regime da indústria e serviços modernos se aperfeiçoa

A industrialização e diversificação da economia brasileira começaram em seguida à crise de 1929. A política de substituição de importações se dirigiu inicialmente aos bens de consumo e de produção. Essa industrialização prosseguiu logo após a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da indústria automotiva e a de equipamentos industriais e bens de consumo durável, além do ingresso maciço de investidores estrangeiros. Ao longo de 30 anos, a diversificação da economia se acelerou, e o desenvolvimento de novos setores mais avançados tecnicamente modificou, ou vai modificar, as antigas especializações do Brasil.

Brasil, potência industrial

	Produção Classificação no mundo	Exportações Classificação no mundo
Minério de ferro	2	2
Aço	9	10
Aviões	4	4
Automóveis	5	12

Fonte: Embraer.

Energia

A hidroeletricidade (78%) e o carvão (5%) dominam a oferta local de energia. As grandes descobertas recentes da Petrobras *offshore*, a mais de 10 km de profundidade, transformarão parcialmente a matriz energética do país e enormemente suas exportações. Prevê-se que o Brasil produzirá mais de seis milhões de barris por dia, o dobro da produção atual da Venezuela.

A história da Petrobras, a companhia nacional, em parte pública, soube se adaptar às mudanças da indústria petrolífera internacional e tornar-se, sob o aspecto técnico, um dos líderes incontestáveis do *offshore* em águas profundas.

A indústria petrolífera internacional vai investir 490 bilhões de dólares em 2011, o que representa um crescimento de 11% em relação a 2010. Os quatro grandes (Exxon, Shell, BP e Chevron) vão investir juntos 100 bilhões de dólares, ou 22% do total. Em 2011, a Petrobras investirá mais de 28 bilhões de dólares, mais do que cada um dos grandes. Para isso, a companhia lançou com êxito o maior empréstimo da história financeira, no valor de 65 bilhões de dólares. A Petrobras, que atualmente produz 3,5 milhões de barris diários de petróleo e gás conjuntamente, prevê produzir 6,5 milhões por volta de 2020.

A Eletrobras, companhia pública de eletricidade, a maior da América Latina, segue o exemplo da irmã petroleira mais velha. Recentemente, lançou-se à construção da terceira maior barragem do mundo, Belo Monte, que terá capacidade de 11 mil MW e um custo avaliado em 11 bilhões de euros, o que sustentará, ao mesmo tempo, o crescimento brasileiro por vários anos e os lucros da empresa, pois ela negociou as tarifas com o Governo Federal no momento da concessão. Será preciso ainda, porém, ganhar a batalha contra os juízes e os ecologistas hostis à barragem. Para desenvolver-se internacionalmente e dividir os riscos e os financiamentos de grandes projetos, a empresa concluiu, em janeiro de 2011, uma parceria com a francesa GDF-Suez, para operações comuns na América Latina e na África. O Peru é o primeiro país que acolherá essa parceria.

Transportes

A Embraer, empresa pública que nos tempos da ditadura começou a produzir aviões militares de capacidade média e aeronaves de carga, segue hoje de perto os gigantes Airbus e Boeing. Seus aviões de capacidade média

têm excelente relação qualidade/preço e convêm perfeitamente ao tráfego dos países de grandes dimensões, para a aviação interurbana. O custo da hora de voo desses aviões é mais baixo do que os de seus competidores norte-americanos e europeus. Hoje em dia, são vendidos na Ásia e na África, e as companhias europeias de baixo custo têm feito encomendas recentes.

A indústria automobilística, já antiga no Brasil, sempre foi dominada pelas grandes montadoras norte-americanas e europeias. General Motors, Ford, Fiat e Volkswagen foram recentemente seguidos por montadoras francesas.

Medicamentos

A indústria de medicamentos teve formidável ascensão ao longo dos últimos 20 anos. A empresa pública Farmanguinhos e o instituto de pesquisa e desenvolvimento Fiocruz estão no centro dessa expansão. O instituto é o instrumento da política oficial de estímulo à produção local de medicamentos de alto valor agregado, combinando a pesquisa local a parcerias com grandes grupos internacionais interessados nesse grande mercado, fortemente ajudado pela crescente cobertura de saúde dos brasileiros. É a política da cenoura e do chicote, como se diz localmente. Cerca de 20 parcerias público-privadas foram estabelecidas com irmãs locais, mas também com grandes multinacionais, como a Novaris, a Sanofi e a GSK. A política oficial combina acesso ao mercado e transferência de tecnologia, com vistas a uma produção local compartilhada. No entanto, as transnacionais freiam tanto quanto possível as ambições brasileiras de desenvolver suas exportações e, eventualmente, sua presença nos outros países da região.

Telecomunicações e internet

As tecnologias da informação e da comunicação deram um grande salto nos países da América Latina, como mostram as estatísticas relativas às principais nações da região.

	Telefone	Telefone móvel	Acesso à internet
Brasil	20	47	33
México	18	52	30
Argentina	23	45	32
Chile	18	43	33

Fonte: OCDE, Perspectivas Econômicas da América Latina 2010. Taxas de acesso por mil habitantes.

No setor das telecomunicações, ocorreu, como na maioria dos países da região sul-americana, um movimento de liberalização e de privatização muito rápido durante a década de 1990. O Brasil, aproveitando suas capacidades técnicas e as dimensões de seu mercado interno, desempenha papel de relevo na extensão desse campo, ainda que ouros atores europeus, como a Telephonica de Portugal, também desejem lucrar com essa dinâmica de mercado.

Dito isso, o rápido desenvolvimento dos novos setores não deve ocultar o recuo de outros. Em matéria de bens de capital, o Brasil havia feito progressos contínuos durante quase 50 anos, mas as estatísticas atuais mostram um retrocesso; segundo o empresariado brasileiro, que não hesita em falar de desindustrialização, a parcela de mercado atendida pelas empresas locais não seria maior do que 40%, no lugar dos 60% de 10 anos atrás. As importações da China ficam com a parte do Leão nessa nova repartição do mercado, pois os chineses ocupam agora 40% do mercado de equipamentos, contra 7% da década passada. Pelo efeito da rápida transformação das estruturas produtivas, as exportações brasileiras se diversificaram em termos de produtos e de clientes.

Estrutura das exportações

	2008	2009	2010
Produtos primários	22,8%	29,3%	44,7%
Produtos semiacabados	15,4%	13,5%	13,7%
Produtos manufaturados	59,1%	55,1%	39,5%

Fonte: Secex – MDIC.

Ao longo dos últimos anos, a estrutura de comércio exterior evoluiu notavelmente, com um forte aumento da Ásia e um recuo considerável dos Estados Unidos como país cliente.

Estrutura geográfica do comércio exterior

	Ásia	União Europeia	América Latina	Estados Unidos	África	Oriente Médio	Europa Oriental
Importações - 2008 - 2010	27,2 30,7	20,9 21,7	16,4 16,9	14,9 15,1	9,1 6,6	3,6 2,5	3,1 1,6
Exportações - 2008 - 2010	18,9 28,1	23,4 21,2	25,9 23,5	14 9,8	5,1 4,5	4,1 5,1	2,8 2,5

Fonte: Secex – MDIC.

Note-se a parcela crescente de exportações de produtos de base, notadamente em direção à China, que recebe hoje em dia 13% das exportações brasileiras, contra 2% em 2000. A queda dos produtos manufaturados nessas exportações é o reflexo da queda da participação dos Estados Unidos entre os clientes. De fato, contrariamente a outros países da América Latina, como o México e a Venezuela, que permanecem muito expostos às flutuações econômicas dos Estados Unidos e da Europa, outros, como o Brasil, o Chile e a Argentina, souberam diversificar geograficamente suas exportações, principalmente com destino à Ásia, o que explica em parte sua boa resistência à crise dos países da OCDE.

Empreendedores

Desde o início da década de 1950, apesar de todas as mudanças políticas, observa-se a coexistência permanente entre empresas públicas, privadas e estrangeiras. As primeiras se localizam sobretudo na indústria pesada, de energia, de transportes e de armamento. As empresas privadas locais se fortaleceram a partir do início da década de 1980 e rivalizam em tamanho com as outras empresas na agricultura e nas indústrias de transformação, assim como nas ligadas às telecomunicações e às tecnologias da informação.

As empresas estrangeiras são muito ativas no Brasil desde o fim da Segunda Guerra Mundial, inclusive na agricultura. Já presentes nos setores exportador, agrícola e mineiro, são ativas nos segmentos mais dinâmicos (petróleo, bens de equipamento, medicamentos, novas tecnologias e setor financeiro) e prosperaram apoiados por tarifas elevadas para substituir as importações pela produção local. A crise de endividamento do Brasil

do decênio de 1980 foi devida em grande parte a uma exportação maciça de lucros gerados pelo mercado interno. Desde o início deste século, o fluxo líquido de investimentos estrangeiros no país passou por uma curva ascendente, com um recuo em 2009 em função da crise. A contribuição dos investidores estrangeiros em forma de tecnologias, financiamento e exportações adicionais é incontestável.

Evolução dos investimentos diretos externos em direção ao Brasil

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IDE para o Brasil	15	18	34	45	25	22
IDE do Brasil para o exterior	4	29	29	34	15	28

Fonte: Banco Central do Brasil, bilhões de dólares.

A repartição setorial dos investimentos estrangeiros no Brasil e dos investimentos brasileiros no exterior também merece atenção. Durante os anos recentes, os investimentos foram orientados em quase três quartos para o setor primário, devido ao dinamismo da demanda mundial pelos produtos de base brasileiros, e, em seguida, para o setor de serviços. No financeiro, por exemplo, os bancos espanhóis, especialmente o Santander, desempenham papel importante no adensamento do mercado da indústria bancária e da melhoria das técnicas de gestão. Contudo, o problema maior causado por esses investimentos é a pressão crescente sobre o balanço de pagamentos correntes do país, exercida pelas remessas de lucros. A estrutura dos investimentos brasileiros no exterior é mais diversificada, com uma notável parcela da indústria.

Estrutura dos investimentos diretos externos do Brasil (%)

	2008	2009	2010
Agricultura	29	31	39
Indústria	14	42	43
Serviços	15	51	32

As empresas brasileiras estão hoje presentes em muitos países. São encontradas principalmente nos Estados Unidos, tão poderosas, que as autoridades norte-americanas, preocupadas com as compras maciças de terras para produzir carne, contemplam limitar essa penetração, estabelecendo um teto para as aquisições, como aliás fazem os brasileiros em seu próprio país. Os brasileiros investem também na África, especialmente nos países lusófonos, mas não unicamente.

Intermediação financeira

A taxa de poupança no Brasil é historicamente baixa, da ordem de 15%. O débil número se explica por um consumo elevado em um país onde a distribuição de renda é a mais desigual da região – e talvez do mundo, com exceção da África do Sul. A questão da qualidade da intermediação financeira é absolutamente essencial.

A indústria bancária brasileira, dominada por um grupo de cinco grandes bancos que controlam 68% dos ativos bancários, está em fase de rápido crescimento, com uma coleta importante de recursos e melhoria da qualidade da carteira. Os grupos públicos ou controlados pelo Estado, como as cooperativas de crédito imobiliário, aumentaram sua participação na distribuição do crédito, que se eleva atualmente a 40%, com a parte do leão tomada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o banco público de desenvolvimento. Observou-se uma queda relativa dos títulos e rendimentos públicos (no entanto, ainda muito importantes nas carteiras dos bancos) e um crescimento paralelo por parte dos créditos e dos rendimentos correspondentes, tanto em direção das empresas quanto dos lares. Durante os últimos cinco anos, o volume de crédito dirigido ao setor privado progrediu de 16,5% para 26,5% do PIB, enquanto que a dirigida aos títulos públicos passou de 10% para 18,9% do PIB. A taxa de intermediação é elevada, da ordem de 110%, mas isso inclui os títulos públicos, porque a relação dos créditos privados para com os ativos globais é de apenas 40%. Em vista da posição dominante dos títulos do Tesouro nas carteiras dos bancos, os lares e as PMEs ainda não tiveram acesso fácil ao crédito, principalmente devido às taxas de juros elevadas. O endividamento das famílias, mesmo assim, é considerado medianamente arriscado, pois o serviço da dívida dos lares representa 25% de seus rendimentos. Nesse contexto, entretanto, a parcela de créditos inadimplentes permanece modesta: 6,8% do total dos créditos para os lares e 3,7% para as empresas.

Nesse contexto geral, o papel do BNDES, o maior banco de desenvolvimento, tornou-se central para o progresso econômico e, notadamente, para o financiamento das infraestruturas. Por ocasião da última crise e da política de relançamento anticíclico levada a cabo pelas autoridades, esse banco público teve papel de relevo e sustentou a dinâmica do crédito em um momento em que os outros bancos da praça tomavam atitude mais prudente. Devido a uma baixa taxa global de investimento, apesar das necessidades premente em infraestrutura e em novas capacitações, a questão da taxa de intermediação e dos recursos

abundantes para o investimento continua colocada. Está intimamente ligada à evolução das receitas públicas porque seu fortalecimento permitiria menor endividamento do Estado, distribuição mais fácil e menos onerosa para o investimento privado e para o crescimento.

Tradicionalmente, esse déficit de pagamentos correntes é financiado por capitais flutuantes em busca de rentabilidade após a reviravolta da política monetária norte-americana. O afluxo de capitais de curto prazo, periodicamente denunciado pelos brasileiros, faz pressão, tanto aqui quanto alhures, sobre a taxa de câmbio do real, alimenta a inflação e dificulta as exportações. As autoridades decidiram taxar os capitais na entrada.

Políticas públicas

O presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998, propõe uma nova visão do desenvolvimento econômico e social, rompendo com o estatismo antigo que tanto pesara sobre os custos do desenvolvimento. Deu ênfase à abertura econômica e estabeleceu quatro políticas que colocaram o Brasil no caminho da modernização e, em certa medida, da integração social. Primeiramente a reforma monetária e a entrada em operação do Plano Real, que permitiu lutar eficazmente contra a inflação que solapava os rendimentos mais modestos, que acelerava a dolarização do país e que desestabilizava as decisões de investimento e de produção dos operadores econômicos.

Em segundo lugar, a lei chamada de "responsabilidade orçamentária", adotada em 1995, introduziu uma inovação de grande importância, impondo aos ordenadores de despesa uma severa disciplina orçamentária ligada à responsabilidade penal em caso de infração à lei. Disso resultou o controle da despesa pública, necessária para o controle da inflação.

O presidente Cardoso lançou também um amplo programa de privatizações que afetou muitas empresas do setor de competição e também outras importantes, como a Embraer. Finalmente, esse programa econômico, composto de muitos elementos, foi acompanhado de um programa social – principalmente de ajuda aos mais pobres, com uma bolsa de estudo –, pelo o qual os pais recebiam ajuda financeira em contrapartida à frequência dos filhos na escola.

A política econômica e social do presidente Fernando Henrique Cardoso foi bem-sucedida em seus aspectos essenciais, mas o sucesso

completo foi negado pela conjuntura econômica internacional, notadamente a crise asiática de 1997-1998, que reduziu o crescimento brasileiro e diminuiu os recursos orçamentários. A política de ajuda às famílias também foi prejudicada pela limitação de meios, mas o caminho estava traçado.

O presidente Lula, eleito em 2002 e reeleito em 2006, manteve em suas linhas essenciais o rumo traçado por Fernando Henrique Cardoso, porém acrescentando elementos importantes. Reforçou o programa social anteriormente lançado, atribuindo-lhe maior quantidade de recursos e diversificando suas vertentes sociais: reforço da ajuda às famílias para escolarização das crianças, desenvolvimento da eletrificação rural para os menos afortunados, sustento da habitação social mediante auxílio direto aos mal abrigados. Os programas do presidente Lula foram ajudados pela boa conjuntura econômica local e mundial, que aumentou os meios à disposição do Estado. Essa situação permitiu também ao presidente colocar em marcha uma política de relançamento anticíclica, no momento em que a conjuntura internacional reduziu as exportações. Essa política favoreceu direta e indiretamente o combate à pobreza.

Assim, ao longo dos últimos 20 anos, apesar das querelas políticas visíveis, foi levada a cabo no Brasil uma política social-democrata de centro-esquerda, ajudando o crescimento e permitindo a luta contra a pobreza, aproveitando o enriquecimento geral do país e o fortalecimento dos recursos do Estado.

Recursos do Estado

	1995-1999	2000-2006
Receita total em % do PIB	31,5	34,5
Receita fiscal em % do PIB	27,1	31,8
Impostos diretos em % da receita total	26,7	28,4
Impostos sobre rendimentos individuais	7,3	6,5
Impostos indiretos em % da receita fiscal	47,8	48
Taxas ligadas ao comércio exterior	2,3	1,7
Despesas totais em % do PIB	37	38,5
Despesas de custeio em % da despesa total	35,1	35,2
Transferências sociais em % da despesa total	17	17,4
Despesas de capital em % da despesa total		
Pagamentos de juros em % da despesa total	18,5	18,7

Fonte: OCDE, Perspectivas Econômicas da América Latina 2009.

Em comparação com o México, os recursos do Estado brasileiro, em proporção ao PIB, são vultosos. Suas receitas totais, inclusive os pagamentos pela atividade mineradora, que representam 3% do total da receita, são de mais de 34% do PIB, enquanto montam a apenas 20,5% no México, em média, ao longo dos últimos sete anos.

No Brasil, como na maioria dos países da América Latina, o imposto sobre o consumo é o que produz maiores receitas, seguido de longe pelo Imposto de Renda. A pressão fiscal sobre as empresas e lares abastados, que muito aproveitaram o crescimento, é débil. A estreita base fiscal do Estado o obriga a tomar emprestado, principalmente aos bancos, o que aumenta o efeito de evicção dos operadores econômico, notadamente as PMEs.

No Brasil, como nos demais países latino-americanos, os impostos diretos, em particular os que incidem sobre rendimentos individuais, que simbolizam a redistribuição por meio de impostos, representam somente pouco mais da metade dos tributos indiretos, impostos sobre o consumo pagos pela maioria. O Brasil difere do México devido à baixa dependência em relação à taxação sobre a atividade mineradora.

Economia e sociedade

Na América Latina, a relação entre economia e sociedade é caracterizada por dois fatores: a desigualdade na repartição dos rendimentos e uma atividade fiscal amplamente fundada nos impostos indiretos. Esses dois fatores se reforçam mutuamente.

Na maioria dos países da região, as camadas médias, definidas estatisticamente como abrangendo os lares cuja renda se situa em um espaço compreendido entre 5% e 15% do rendimento médio, transformaram-se em um grupo dominante nas sociedades latino-americanas devido ao crescimento que reduziu a pobreza na maior parte desses países.

Esse grupo social tem acesso progressivo às compras de bens duráveis: automóveis, eletrodomésticos, moradia. O crédito ao consumo facilitou o acesso, especialmente quanto à habitação, graças a inúmeras empresas cooperativas de crédito imobiliário. A classes médias permitem o desenvolvimento do mercado interno para todo o tipo de produtos, quando a oferta local está disponível, o que ocorre frequentemente, mas não sempre.

Estruturação social na América Latina

	Camadas desfavorecidas	Camadas médias	Camadas abastadas
Brasil	20	47	33
México	18	52	30
Argentina	23	45	32
Chile	18	43	33

Fonte: OCDE, Perspectivas Econômicas da América Latina 2010.

As evoluções comparadas da produtividade do trabalho e dos salários também explicam o movimento de concentração de renda e o crescimento paralelo do setor informal.

O Brasil parece ser exceção a esse movimento de conjunto ao longo dos últimos 10 anos, pois se observa um movimento paralelo das evoluções dos salários reais e da produtividade do trabalho, provavelmente devido à política seguida pelo governo Lula. Sendo assim, há cerca de 30 anos o setor social "protegido", isto é, os assalariados que se beneficiam da proteção social (saúde, desemprego, aposentadoria), recuou em relação ao informal, cujo *status* é instável, que raramente se beneficia da proteção social.

Salários reais e produtividade do trabalho na América Latina

	1990	2000	2007
Brasil - Produtividade - Salário real	nd	98 106	118 122
México - Produtividade - Salário real	120 82	105 82	112 95
Argentina - Produtividade - Salário real	100 88	170 100	210 82
Chile - Produtividade - Salário real	100 (1996) 90	100 100	180 115

O combate à pobreza

A política seguida sucessivamente por Fernando Henrique Cardoso e Lula, chamada da "Bolsa Família", permitiu levar ajuda às famílias mais pobres em troca do compromisso de mandar os filhos

à escola, ampliando ao mesmo tempo os mercados locais de consumo. A Bolsa Família, que contribuiu em grande parte para a reeleição de Lula em 2006 – a superposição dos mapas da pobreza e dos votos favoráveis é impressionante –, beneficiava 12,6 milhões de famílias em junho de 2010, contra 11,1 milhões em 2006. O programa, que reduziu em parte as desigualdades sociais e territoriais, custou somente 0,8% do PIB por ano, importância muito modesta diante de um crescimento anual médio por volta de 4% durante os últimos anos.

Além disso, as autoridades lançaram, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fortalecido em março de 2010, que permitiu, entre outras coisas, a melhoria das infraestruturas sociais, especialmente nas cidades.

Em consequência do crescimento econômico e das transferências sociais, a pobreza absoluta, isto é, a situação dos lares que não dispunham dos rendimentos indispensáveis à cobertura das necessidades fundamentais de alimentação, vestuário e habitação, recuou incontestavelmente no Brasil, mas continua a ser um flagelo social importante na região Nordeste.

Evolução da pobreza absoluta no Brasil e na região Nordeste (em % da população)

	1997	2007
Brasil	34,1	25,1
Brasil, exceto Nordeste	26,4	19,6
Nordeste	52,9	39

Fonte: P. Salama.

Sem dúvida, a grande contribuição de Lula foi sido a orientação de uma parte da despesa pública para as populações deserdadas, permitindo ao mesmo tempo às elites econômicas e aos empreendedores desenvolverem suas estratégias de crescimento. A aferição periódica do SMIG e a generalização progressiva do sistema de aposentadorias caminharam na mesma direção.

Lula também abriu mais a Caixa de Pandora das transferências sociais em favor dos setores menos afortunados da população, e as expectativas das camadas pobres melhoraram. A nova presidenta do Brasil reconheceu, no dia de sua posse, que 18 milhões de brasileiros viviam ainda em pobreza extrema e que as autoridades não podiam deixá-los abandonados. Em matéria social, o esforço deverá prosseguir, principalmente na educação e na saúde.

Os programas sociais certamente permitiram o aumento de mais de 10 pontos percentuais na taxa de escolaridade das crianças ao longo dos últimos 10 anos, o que é um bom resultado em um país de dimensões tão grandes. Contudo, o Brasil dedica somente 4,5% de seu PIB à educação, e os níveis primário e secundário são notoriamente mal financiados. Em 2007, enquanto a Argentina dedicava 2 mil dólares por criança à educação, o Brasil atribuía apenas mil dólares, um pouco mais do que o México, que despendia somente 782 dólares por cabeça. As despesas consagradas à saúde são também notoriamente insuficientes e representam apenas 3,5% do PIB. É também necessário financiar a proteção social, notadamente no campo, pois os camponeses e os assalariados agrícolas não têm possibilidade nem meios para contribuir de maneira válida, a fim de obter serviços sociais decentes. Há, portanto, muito o que fazer para harmonizar cada vez mais o crescimento econômico e a integração social. No entanto, progressos incontestáveis foram realizados durante os últimos 20 anos.

Riscos e durabilidade

Três riscos principais podem afetar o crescimento do Brasil a médio e longo prazo: a estagnação dos recursos do Estado, a degradação dos bens ambientais locais e a violência urbana crescente.

Fortalecer os recursos do Estado

A fim de consolidar o crescimento e torná-lo socialmente aceitável, o Estado brasileiro lida agora com despesas igualmente imprescindíveis: as de infraestrutura, das quais o país tem grande necessidade, e os gastos sociais, absolutamente essenciais ao crescimento e à igualdade. Nesse campo, o papel do BNDES é reconhecido como positivo porque o banco público de desenvolvimento recebe recursos concedidos pelo Tesouro público ou provenientes de subvenções, que lhe permitem aliviar o custo do crédito para seus clientes, frequentemente públicos. A carga para o Tesouro é considerável.

Diante de todas as necessidades sociais (reforço da educação e da cobertura de saúde, despesas de proteção social e transferências sociais mais amplas), a reforma fiscal se tornou indispensável para financiar de maneira mais sadia a despesa pública. Atualmente, o endividamento público fornece o complemento, porém a juros elevados e sobretudo à

custa de um efeito de evicção do setor privado por parte dos bancos, que subscrevem maciçamente os bônus do Tesouro. A Petrobras, que produz atualmente 3,5 milhões de barris de petróleo por dia, prevê produzir 6,5 milhões por volta de 2020. O crescimento da produção petrolífera, resultado das grandes descobertas recentes da Petrobras, provavelmente nutrirá melhor as caixas públicas, mas o rendimento será necessariamente limitado pelos elevados custos de produção do novo petróleo, e o Estado não é o único acionista da empresa. É preciso, sem dúvida, fazer com que contribuam também as atividades que mais beneficiaram o crescimento dos 10 últimos anos e que têm formidáveis perspectivas de desenvolvimento, como o agronegócio e o setor minerador não petrolífero, cuja prosperidade está bem estabelecida.

Em 2007, o governo sofreu uma derrota no Senado ao procurar renovar o imposto sobre valores mobiliários e imobiliários, cujo produto era destinado às despesas de saúde pública, mas cuja utilização era mais ampla. Esse contratempo não impediu que o governo propusesse uma nova reforma fiscal a fim de aliviar o imposto sobre o consumo, ampliar a base e simplificar os demais impostos. A nova presidenta tem maioria no Congresso Nacional para fazer aprovar a reforma, mas em um país federal como o Brasil, com dois estados tão poderosos quanto São Paulo e Minas Gerais, que juntos produzem mais de 54% da riqueza nacional, governados pela oposição, nada nunca é fácil em matéria fiscal.

Além da reforma fiscal necessária para ampliar a base financeira do Estado, a eficácia da despesa pública precisa ser aperfeiçoada. Se o Brasil dispõe de um setor de construção relativamente poderoso para realizar os vários empreendimentos públicos programados, as outras despesas de transferência terão de ser mais orientadas, a fim de chegaram àqueles que merecem. A tarefa da sucessora de Lula não vai ser simples.

Meio ambiente e desenvolvimento: um equilíbrio difícil

A durabilidade do crescimento brasileiro também pode ser ameaçada pela degradação dos bens ambientais locais. O impacto do crescimento sobre o meio ambiente do país é objeto de debate: por discordar da política ambiental de Lula, Marina Silva deixou o governo e apresentou-se às eleições presidenciais contra Dilma Rousseff, candidata escolhida pelo presidente Lula. Ela teve bom desempenho no primeiro turno.

Três exemplos recentes devem ser citados. O projeto hidrelétrico de Belo Monte, na Amazônia, suscita vivas críticas por causa de seu

impacto ambiental e do grande deslocamento de populações previsto. O projeto, de 11 bilhões de dólares, que pretende construir a terceira maior barragem do mundo, permitirá a instalação de uma capacidade de 11 mil KW e fornecer com abundância a eletricidade de que o país precisa para prosseguir com seu acentuado crescimento. A construção e a exploração da represa estão a cargo da Eletrobras, mas a justiça sustou as obras à espera de novos estudos de impacto ambiental. Não faltam argumentos aos ecologistas, porém tampouco ao governo: exibe a melhor matriz energética dos grandes países, porque 90% de sua eletricidade provém de recursos renováveis, enquanto a média mundial é de apenas 18%, e recorda que os Estados Unidos e a China emitem, respectivamente, 200 e 190 vezes mais gases de efeito estufa do que o Brasil. A barragem provavelmente será construída, mas o debate entre meio ambiente e desenvolvimento ainda não terminou no país.

Recentemente, o grupo Vale, segundo do mundo após o australiano Billington Resources, foi advertido pelo governo devido à sua política de desenvolvimento minerador considerado excessivo, especialmente quanto às exportações, em relação às necessidades de longo prazo do país. A presidenta do Brasil, ex-ministra das Minas e Energia, segue com atenção o desenvolvimento do setor.

A política agrícola levada a cabo ao longo dos últimos anos teria favorecido a exploração das terras e das florestas para produzir mais soja, etanol e madeiras. O desenvolvimento intensivo da produção de biocarbonetos limitou a produção de víveres, como o arroz e o feijão, em detrimento da alimentação local e da de outros habitantes do mundo. O Brasil teria enchido os reservatórios mais do que os pratos. A durabilidade de tal política é questionada por ecologistas, mas não unicamente por eles. As monoculturas de exportação e o agronegócio são contestados por muitos, que prefeririam uma política de proteção às explorações familiares e de redistribuição das terras, a fim de reduzir de permanentemente a pobreza rural.

A violência nas cidades

É preciso também ganhar a batalha contra a violência urbana, frequentemente sinônimo de guerra contra o tráfico de drogas. O governo tem se dedicado ao problema nas grandes cidades, principalmente no Rio de Janeiro. Realizou verdadeiras operações de guerra nos bairros sensíveis, notadamente nas favelas. A guerra será longa, se estende também aos bancos escolares.

Capítulo IV

Turquia, entre a Europa e a Ásia

Ao término da Primeira Guerra Mundial, falava-se da Turquia como "o homem doente da Europa". Depois de 1920, Ata Türk fez uma escolha decisiva para seu país e seu povo: a Turquia em primeiro lugar. Enterrando o sonho otomano, seus conflitos e suas acusações, lançou-se à rápida modernização do país. Quase 80 anos depois da fundação da República, em 1923, apesar dos períodos difíceis de autoritarismo político, a aposta parece ter sido ganha, mas o país ainda precisa ocupar integralmente o lugar que merece entre a Europa e a Ásia.

Desempenhos econômicos

Após as turbulências econômicas e monetárias do início da década de 2000, a intervenção eficaz do FMI e a política corajosa de estabilização levada com constância pelo governo Erdogan, a Turquia reagiu com um crescimento notável, e seus equilíbrios internos e externos são melhores que os do passado.

Crescimento e equilíbrios na Turquia

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	6,9	4,7	0,7	-4,7	7	4
Inflação	9,6	8,8	10,4	6,3	8,5	6,5
Saldo orçamentário % PIB	-0,6	-1,6	-1,8	-5,5	- 4	-4,4
Pagamentos correntes % PIB	-6,1	-5,9	-5,7	- 2,3	-4,2	-6,5
Dívida externa % PIB	39,1	38,6	37,6	43,6	39,2	41,0
Reservas externas	60,8	73,3	71	70,7	74,6	68,8
Em meses de exportação	5	4,9	4	5,6	4,8	6

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

O forte crescimento, debilitado antes da crise, recuou durante o período de instabilidade econômica mundial, mas recuperou-se logo em seguida, e as previsões para 2011 e 2012 são boas. A estrutura setorial do crescimento e o equilíbrio entre os componentes da demanda global melhoraram no decorrer dos últimos anos com a ampliação do mercado interno, impelido pela alta dos salários e do crédito ao consumo.

O saldo do orçamento primário, descontados os pagamentos dos juros da dívida pública, é menor do que o déficit global, que é elevado. A dívida pública representa 44% do PIB, dos quais 75% correspondem à dívida interna. Sua gestão é crucial para a política orçamentária e ainda mais complexa, porque 52% da receita turca se baseia nos impostos indiretos, que parecem haver chegado ao limite no plano social. A inflação reduzida, em comparação com a hiperinflação do passado, permanece em nível elevado para um país de vocação exportadora. Da mesma forma, o déficit de pagamentos correntes se torna preocupante, apesar das receitas turísticas crescentes. A razão disso é, em parte, a rápida e inquietante redistribuição das parcelas de mercado entre a Turquia e seus competidores nos mercados europeus. Uma competitividade insuficiente corrói o saldo comercial, também comprometido pela forte dependência das importações de energia e de matérias-primas, nas quais os mercados internacionais mostram tendência de alta, provavelmente por período longo. O recuo das reservas exteriores, sem ser preocupante, reflete a fragilidade dos pagamentos correntes.

Setores e bens específicos

A dinâmica industrial, principalmente para bens duráveis, automóveis e eletrodomésticos, foi favorecida pela modernização rápida da agricultura e pela extensão das infraestruturas de todos os tipos no meio rural. Tudo começou no início da década de 1960. A modernização da agricultura, especialmente graças a um aumento da mecanização (o número de tratores passou de 40 mil para 800 mil em meio século), foi profunda. A modernização permitiu um crescimento dos rendimentos em todos os produtos (trigo, algodão, legumes e frutas secas) e provocou a ampliação dos mercados locais; levou a uma progressiva concentração da propriedade das terras, cuja produtividade crescente facilitou o incremento do êxodo rural em direção a todas as cidades e ao exterior.

O turismo, a partir da década de 1980, época do fim da ditadura e da consequente democratização da sociedade, também teve papel importante no crescimento e continua a sustentá-lo, apesar dos recuos periódicos, em grande parte decorrentes da conjuntura econômica europeia. Na Turquia, nos decênios 1990 e 2000, como na Espanha de 1970, as receitas turísticas permitiram impelir o crescimento da construção e dos serviços correlatos, sustentar o balanço de pagamentos, reembolsar em parte a dívida externa e principalmente assegurar a solvência externa da economia, de grande importância para os investidores externos. O número de turistas acolhidos na Turquia passou de 440 mil em 1970 para mais de 4,5 milhões em 1995, e para 12 milhões em 2010. O setor foi o motor do crescimento e do emprego durante muitos anos. Provocou o desenvolvimento da construção e do transporte aéreo, pois o país dispõe de empresas de qualidade nesses campos. O sucesso é resultado da conjunção de cinco elementos: melhoria das zonas de acolhimento, nova capacidade de hospedagem, eficiência dos transportes aéreos (notadamente o surgimento de empresas *low cost*), formação de competências e promoção comercial. Recentemente, o turismo médico teve grande aumento: as pessoas vão à Turquia para receber cuidados cardiológicos, oftalmológicos e cirúrgicos, pois em igualdade de condições de qualidade, são tratadas a preços às vezes três vezes mais baixos. Contudo, a indústria turística é muito sensível à conjuntura internacional e ao poder de compra dos europeus.

As empresas turcas se tornaram poderosas no setor da construção, fortalecida por um *boom* imobiliário. Elas constroem e/ou gerenciam aeroportos bem equipados em países tão diferentes como a Argélia, a Tunísia e a Rússia, marcando assim sua nova capacidade técnica.

Mais recentemente, a montagem de automóveis se tornou poderoso motor de crescimento. Com mais de um milhão de veículos, a Turquia supera a República Tcheca como nova produtora europeia de automóveis, atrás da Alemanha, da França, da Espanha e da Rússia. As vendas da indústria automobilística se elevaram a 22 bilhões de dólares e o emprego, a 230 mil vagas; 70% dos veículos produzidos são exportados e representam hoje em dia quase 20% das exportações turcas, ultrapassando as têxteis. Tofas, maior produtor de automóveis do país, exporta cada vez mais para o Oriente Médio e a África do Norte. A Ford e a Renault estão presentes há mais de uma década e aproveitam a mão de obra qualificada barata em um momento em que o controle de custos se torna imperativo categórico para todos os fabricantes de automóveis em um mercado europeu pouco dinâmico. A taxa de integração da produção automotiva aumentou com o desenvolvimento de equipamentos locais e estrangeiros, como no caso da alemã Mann+Hummel. Os industriais do setor automobilístico estimam que o crescimento de suas vendas seria ainda mais rápido se os impostos fossem menos pesados para o comprador.

No passado recente, a diversificação das exportações melhorou, em termos de produtos (passagem dos têxteis, que não representam mais do que 18,8% das exportações, para automóveis, bens de capital e outros produtos manufaturados, que em 2009 representaram 49% do total exportado) e em termos de países, com notável crescimento da participação do Oriente Médio (18,8%) nas exportações, mesmo diante do fato de que a União Europeia (UE) continua a absorver 46% das exportações turcas, o que explica a profundidade da recente depressão. No decorrer dos últimos anos, a Turquia foi objeto de forte concorrência por parte de países da Europa Central e, ainda mais, pela China, nos mercados do G3 (Estados Unidos, Europa e Japão). A chegada dos asiáticos e de novos competidores da Europa Oriental, maciçamente irrigados por capitais e tecnologias da Europa Ocidental, especialmente da Alemanha, coloca problemas para a Turquia. A presença ativa de empresas turcas no Oriente Médio, principalmente no Iraque em vias de reconstrução, permite à nação compensar o recuo em outros mercados.

Assim como a Espanha, que pôs em marcha um plano de reindustrialização do país, nota-se maior atenção de parte das autoridades turcas à renovação das especialidades tradicionais, à inovação e à mudança das estruturas produtivas, a fim de adaptar a oferta nacional à evolução do mercado mundial em seus segmentos dinâmicos. É preciso investir em pesquisa e desenvolvimento e, mais amplamente, em educação, que é a condição que permite o progresso nos elementos precedentes.

Empreendedores

Os setores público e privado coexistem há várias décadas. No entanto, a fronteira entre ambos se modifica regularmente, em favor do setor privado, em virtude de uma política de abertura econômica cuja direção é estável, mesmo quando seu ritmo é modulado. A união aduaneira com a Europa permitiu principalmente que várias empresas do interior do país, notadamente na Anatólia, emergissem nos mercados de exportação. A questão é medir sua capacidade de inovação em um universo de concorrência em um meio aberto, no qual o custo da mão de obra não pode mais constituir a vantagem competitiva final diante da onda asiática e da tecnologia europeia. Deve-se também assinalar o papel da diáspora turca que regressa ao país na vaga de crescimento das PMEs, principalmente em novos ofícios.

Inúmeros grupos familiares prosperaram nos setores agroalimentar, têxtil e de vestuário, de construção, financeiro (mais recentemente) e evidentemente imobiliário, ligado ao turismo. O grupo Sabanci é o mais emblemático. O conglomerado se desenvolve na ampla distribuição, no cimento e nos pneumáticos, e lançou-se mais recentemente no setor financeiro, do qual retira a maior parte de seus lucros. O maior bando privado turco, o Akbank, é o florão do grupo e lhe proporciona grandes lucros. As vendas chegaram a 13 bilhões de dólares. Guler Sabanci está diversificando a carteira do grupo mediante investimentos no setor de energia, em cooperação com uma empresa austríaca. A política de tarifas dos produtos energéticos constitui evidentemente um parâmetro decisivo e incerto para o grupo nesse novo campo de atividade, assim como para outros investidores no setor.

Alguns desses grupos turcos partem em direção à Europa, como foi o caso nos setores agroalimentício, de distribuição e mais recentemente marítimo, porém cada vez mais se dirigem ao Oriente Médio e também à Rússia, para grandes obras de infraestrutura e de construção. Constroem e exploram infraestrutura aeroportuárias por toda parte, como recentemente na Tunísia, sobrepujando grupos franceses, considerados os melhores do mundo. Projetam ainda maiores realizações no futuro, por já haverem adquirido experiência e notoriedade. Contudo, o capitalismo turco permanece ainda caracterizado, se não dominado, por várias empresas familiares em diversos setores.

Apesar da abertura estável às empresas estrangeiras, observa-se há alguns anos uma perda de fôlego do investimento direto externo na economia (o motivo é a recente crise, porém já antes de 2008, pois seu

volume caiu de 22 bilhões de dólares em 2007 para 15,7 bilhões em 2008, 8,4 bilhões em 2009 e 7 bilhões em 2010). Além da queda de volume, também há problemas decorrentes da evolução da estrutura do investimento direto externo. Com efeito, há muitos anos, os investidores estrangeiros se dirigem principalmente para o setor financeiro, mais geralmente para o setor dos serviços e menos para o manufatureiro, voltado para a exportação, com exceção do automotivo, no sentido mais amplo do termo. O investimento direto externo que toma a forma de aquisição de empresas e de ativos não pode ser um aporte significativo direto ao crescimento quando ocorre principalmente no setor de serviços; em todo caso, não aumenta a capacidade exportadora do país. A fadiga do investimento direto externo traz, com efeito, um problema novo e sensível de dinamismo futuro das exportações, no sentido de vertentes de mais alto valor agregado diante da chegada maciça de bens e serviços dos outros países emergentes e de países europeus do leste. Além disso, o balanço de pagamentos também deve ser sustentado por maiores exportações de serviços.

As autoridades da Europa Ocidental se voltam mais para a Oriental, e a pequena Hungria recebe atualmente mais investimentos diretos do que a grande Turquia. Diversos motivos contribuem, talvez, para essa maior capacidade de atração: mão de obra mais bem formada, melhor acesso aos mercados e setor bancário de melhor desempenho.

Algumas vozes se elevam para avaliar a contribuição econômica dos investimentos estrangeiros. Estes, muito presentes nos setores turístico, bancário e de seguros, nas concessões de serviços públicos e na distribuição de energia, seriam em parte máquinas de produzir divisas, mas não permitiriam ao país desenvolver sua base tecnológica, notadamente nas indústrias do conhecimento, que geram maior valor agregado. Isso lhes pareceria tanto mais desejável quando a nova concorrência impõe ao país ganhos maciços de produtividade que somente as indústrias do conhecimento podem proporcionar. Isso alimenta também o debate sobre o atual programa de privatizações e a preocupação o dos turcos em ver grupos nacionais participando ativamente da compra de empresas ou de ativos à venda para aliviar o risco de um ritmo excessivo de remessa de lucros.

Intermediação financeira

O setor bancário turco tem uma estrutura jurídica relativamente equilibrada: o setor público controla 25% dos capitais dos bancos, enquanto

o setor privado local regula 56%; 16,2% estão nas mãos de estrangeiros. Dos nove principais bancos do país, seis são privados, como o BNP Paribas. Esse grupo francês, associado a uma família turca, está presente no país há cinco anos, com êxito crescente. Recuperou principalmente a rede do Fortis e visa obter 5% do mercado nos próximos anos, com 650 agências que empregam 10 mil pessoas. O banco já tem três milhões de clientes particulares e dezenas de milhares de empresas. Em um mercado de feroz competição, outros bancos estrangeiros como City Group, HSBC ou BBVA também esperam ampliar a participação no mercado.

A coleta de recursos progrediu rapidamente no decorrer da última década, pois os depósitos nos bancos, que representavam 28% do PIB em 2000, já representam quase 50% em 2010. O forte desempenho bancário, que segundo os analistas deve prosseguir ainda, acompanhou a urbanização, e o desenvolvimento territorial dos bancos permitiu intensa atividade de distribuição de crédito. Os créditos ao setor privado (empresas e lares), que representavam menos de 20% do PIB em 2000, montam a pouco mais de 40% em 2010, o que reflete o deslocamento da fronteira econômica em favor deste último. De fato, a taxa de transformação, que mede a relação entre empréstimos e depósitos, elevou-se a 74,5% em 2010. A profundidade do sistema financeiro se acentuou.

A estrutura dos créditos indica uma parcela crescente dos concedidos às empresas, que passaram de 13% do PIB em 2004 para 28% em 2010, refletindo um forte impulso do financiamento não só das grandes empresas; contudo, há também o crédito destinado às PMEs, que representa hoje em dia 30% do crédito ao conjunto das firmas. A repartição do crédito entre grandes empresas e PMEs ilustra bem as estruturas da economia do país, especialmente após o acordo de união aduaneira com a Europa, que ampliou o movimento de investimentos. O crédito aos lares é notável porque representa 14% do PIB, ou seja, quase a metade do crédito às empresas, sendo crescente a parcela de financiamento de moradias sem que isso, no entanto, acarrete um superendividamento das famílias, já que seu endividamento global representa pouco menos de um terço de sua renda disponível anual.

A intensa atividade de crédito não deteriorou, porém, a qualidade das carteiras dos bancos. Mesmo em um contexto de crise, a taxa de inadimplência, que afetou sobretudo os lares e as PMEs, não ultrapassou 4,4% em 2010, e os bancos praticaram uma política ativa de provisão. O sistema bancário escapou da crise mundial devido à qualidade da carteira, que não continha produtos tóxicos, já que a legislação nacional proíbe esses complexos tipos de produtos.

A boa qualidade das carteiras dos bancos é um fenômeno relativamente recente, pois no início da década de 2000, notadamente durante a crise de 2001-2002, a parcela de créditos inadimplentes no total de créditos às empresas representava quase 20% do total. Isso mostra a que ponto se fortaleceu a estabilidade do sistema bancário: o vigor se deve não só ao melhor equilíbrio estrutural da indústria bancária (os bancos privados sabem remunerar-se melhor do que os públicos), mas também a uma supervisão aperfeiçoada. Deve-se assinalar finalmente que, desde o início do ano 2000, o crédito à habitação foi o que menos sofreu calotes, o que estabilizou globalmente o sistema.

A Bolsa de Istambul é ativa, já que se estima que quase a metade do financiamento externo das empresas é fornecida pela emissão de ações e obrigações. No entanto, apesar da importância de seus capitais próprios, os bancos turcos têm dificuldade em participar dos grandes projetos estruturais que exigem grandes recursos e procuram mobilizá-los no mercado internacional, porém correndo o risco de mudanças em seu endividamento.

Os turcos inovaram recentemente em matéria de política monetária a fim de combater a inflação sem prejudicar o crescimento: baixaram a taxa diretora para dissuadir os capitais flutuantes e aumentaram simultaneamente as reservas obrigatórias dos bancos, com o intuito de frear a expansão do crédito. Essa política não é contestada na Turquia, mesmo diante da reclamação os bancos por uma melhor remuneração de seus recursos depositados no Banco Central.

Políticas públicas

A nova política econômica turca foi inaugurada com o famoso discurso do presidente Turgut Ozal, em 25 de fevereiro de 1990. A abertura da economia foi estabelecida pela redução maciça dos direitos alfandegários, pela maior atratividade das empresas estrangeiras e pelo lançamento de um programa significativo de privatizações. Trinta anos depois, apesar de dificuldades às vezes grandes, notadamente em 2000, essa orientação jamais foi contestada.

A organização da economia

A união aduaneira com a Europa, assinada em 1996, foi o fator decisivo da reestruturação econômica e social da Turquia. Apesar das deficiências que penalizam o país, excluindo especialmente os serviços, esse acordo foi o ponto de partida para um rápido crescimento dos investimentos para exportação, tanto estrangeiros quanto nacionais. Os mercados europeus permitiram a recuperação econômica da parte oriental do país, principalmente com o crescimento de um conjunto de PMEs lançadas pelos "tigres asiáticos" industriais na região, os quais puderam assim aceder ao crédito bancário em boas condições. O acordo estimulou também um movimento crescente de investimentos europeus na Turquia, e a região de Bursa se tornou assim uma zona industrial florescente.

A crise de 2009 estancou o movimento de privatização, pois as autoridades esperavam obter melhores receitas após a instabilidade financeira. Em consequência ao desenvolvimento das infraestruturas, o governo privatiza atualmente as autoestradas, os direitos de exploração das pontes que atravessam o Bósforo e a empresa de distribuição de gás, assim como uma rede de *ferryboats* e centrais hidrelétricas. Apesar da recente retomada das privatizações, tanto em pequena como em grande escala, alguns consideram que a abertura da economia é insuficiente. O fluxo de investimentos diretos poderiam ser maiores,o que evitaria ao país ficar brincando de se esconder com os capitais flutuantes, úteis para financiar suas dívidas de pagamentos correntes, mas prejudiciais à taxa de câmbio e à viabilidade das exportações.

Mesmo assim, o país dispõe não só de um sistema de estímulo muito atraente, que combina exonerações fiscais – variáveis segundo os setores e os volumes de atividade – com auxílios financeiros à pesquisa e ao desenvolvimento, mas também de um mercado de trabalho relativamente flexível. O custo da energia, o nível de encargos sociais e o setor informal constituem os maiores obstáculos, de acordo com os investidores estrangeiros.

Recursos humanos e pesquisa

Em um país que precisa imperativamente estabelecer novas vantagens comparativas, a educação do maior número possível de pessoas e a qualidade do ensino constituem desafio permanente. Os resultados do país se mostram bastante insuficientes em relação a esse problema.

A Turquia dedica um pouco mais de 4% de seu PIB à educação, taxa inferior à média dos países emergentes, de 5%. A quantidade de engenheiros representa apenas 12% do total dos efetivos do ensino superior, enquanto representam 25% na Coreia e mais de 20% em alguns países europeus concorrentes industriais diretos da Turquia.

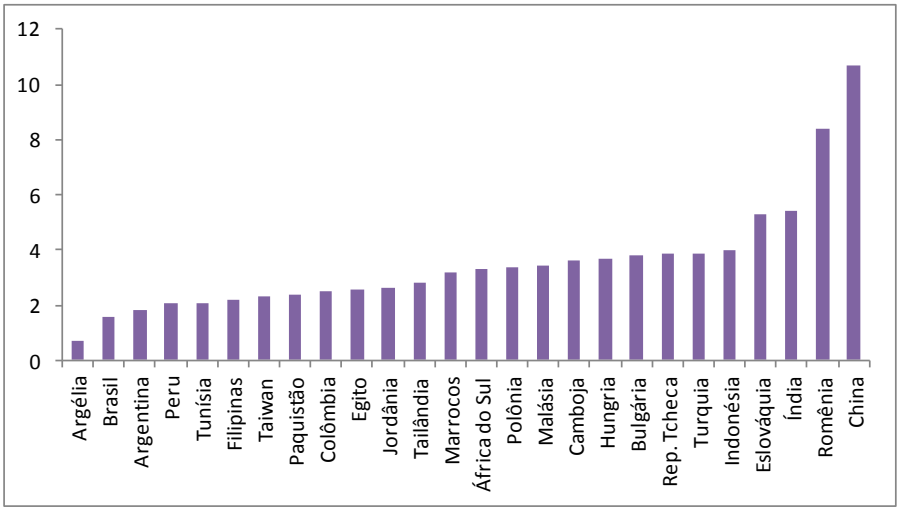
A qualidade da educação pode causar problemas

	Leitura	Matemáticas	Ciências
Coreia do Sul	539	546	538
México	425	419	416
Turquia	464	445	454
Chile	449	421	447
Alemanha	497	513	520

Fonte: OCDE, Pesquisa 2009. A média da OCDE é de 500 para cada uma das matérias.

Os dados educativos evidentemente influem na evolução da produtividade do trabalho na Turquia, que tem desempenho bem melhor do que seus concorrentes asiáticos, como a China e a Índia, e europeus, como a Romênia e a Eslováquia, destinos privilegiados de investimentos europeus ocidentais. As indústrias de montagem, de nível tecnológico médio, mas frequentemente com importante nível de importações e de preços de transferência dificilmente controláveis, necessitam de uma boa produtividade do trabalho. Verifica-se bem a dificuldade da passagem da Turquia da semiemergência à emergência plena, que exige a ascensão em direção a produtos de nível tecnológico mais elevado.

Taxa de crescimento da produtividade do trabalho de 2000 a 2008



Economia e sociedade

A sociedade turca transformou-se profundamente no decorrer dos últimos 20 anos mediante a aceleração da urbanização, a rápida abertura econômica e o crescimento e o progresso do projeto europeu.

A taxa de urbanização turca atingiu 75%, e o êxodo fez inchar não só Istambul, mas também muitas cidades do interior. A modernização das zonas rurais turcas, possibilitada pela urbanização e pelo alívio da carga demográfica, recorda a dos campos sul-coreanos: provocou o recuo da pobreza em função do crescimento agrícola sustentado, que trouxe uma indústria agroalimentícia próspera, do incremento do emprego e dos rendimentos no meio rural, da ampliação e da diversificação dos mercados locais de equipamentos e de consumo para as indústrias. As transferências dos emigrados, geralmente de origem rural, fortaleceram durante meio século o processo de modernização do campo. Mais recentemente, a diáspora levou *know-how* e capitais para as empresas do meio urbano. O mercado livre provavelmente provocou concentração de propriedade de terras e de rendimentos, mas permitiu poupança crescente e consequente investimento agrícola. No entanto, será que todo o dinheiro permaneceu no campo?

A cidade, transformando por necessidade os comportamentos culturais no seio da sociedade, também facilitou o acesso dos jovens aos diversos níveis de educação do sistema e modificou seu modo de inserção social. Porém, apesar dos progressos realizados, a taxa de participação das mulheres na população ativa continua baixa, da ordem de 20%, em comparação com a média das taxas da União Europeia, de 70%. A débil taxa de participação na população ativa da Turquia causa, evidentemente, dúvidas quanto à taxa oficial de desemprego, como é também o caso de outros países, especialmente no Magrebe.

A abertura econômica, o crescimento que se seguiu (sobretudo a partir de 1996) e o acordo de união aduaneira aceleraram as transformações sociais em virtude do crescimento dos salários e da integração de novos territórios na nova dinâmica econômica, como foi o caso na Anatólia. O crescimento do setor formal resultante não só do importante fluxo de investimentos estrangeiros, mas também nacionais, favoreceu a extensão dos sistemas de proteção social aos trabalhadores, embora atualmente nem todos estejam ainda cobertos.

O combate à pobreza foi favorecido pela chegada ao poder do AKP, em 2002. Apoiado por redes associativas muito ativas, o governo incontestavelmente ampliou a cobertura sanitária no país, instaurando a carteira verde em benefício das populações não cobertas, e houve progressos na educação no meio rural.

O sucesso relativo, porém real, obtido no combate à inflação também contribuiu para a redução da pobreza.

A perspectiva de adesão à União Europeia, cujas negociações se iniciaram em 2005, também permitiu progressos ou abriu possibilidades de progresso. O respeito às liberdades públicas foi fortalecido pela evolução necessária do papel das instituições públicas e pelo bem recebido anúncio de reforma da Constituição de 1982, muito esperada por todos os círculos liberais. A experiência do governo do Partido da Justiça e Desenvolvimento (APK) demonstrou, na prática, aos observadores de boa-fé que o temor de tutela ideológica da sociedade era infundado. A tolerância reina no país, reforçada por uma experiência kemalista não negligenciável, cujos excessos podem ser corrigidos sem prejuízo. As eleições de junho de 2011 permitirão, talvez, passar para uma etapa suplementar no processo democrático, abrindo caminho para a solução do problema curdo, que continua a ser espinhoso, da questão cipriota e de outros temas menos graves.

Riscos e durabilidade

O primeiro desafio vem do comércio exterior. O recuo em relação ao mercado europeu é inquietante, ainda que seja parcialmente compensado pelo avanço nos mercados do Oriente Médio e nas repúblicas da Ásia Central, hoje abertas à globalização. A participação da Turquia no mercado mundial progrediu um pouco, porém no contexto de uma redistribuição do mercado que perturba a produtividade e a competitividade das empresas turcas.

Participação da Turquia nas importações da União Europeia

	1995	2005	2010
China-Índia-Coreia	10%	20%	24,5%
12 novos membros da UE	9%	15%	19%
Turquia	2%	4%	3%

Fonte: Eurostat.

A nova situação coloca a questão da competitividade da economia turca em termos de produtos e de preços diante de seus competidores nos principais mercados.

As negociações em curso com a União Europeia, a Índia e a Coreia do Sul, com vistas à criação de zonas de livre comércio, podem ter impacto inesperado sobre a economia turca. Esta sofrerá concorrência não só em seus mercados locais (em consequência da união aduaneira com a Europa), mas também nos mercados europeus, pelo simples motivo de que a Turquia constitui uma plataforma de exportação para aqueles países em direção à Europa.

Paradoxalmente, em função desse mesmo recuo, a economia turca resistiu melhor à crise do que as outras economias europeias. A perda de competitividade não se deve a uma supervalorização da lira nem a uma alta dos custos salariais (no decorrer dos últimos 10 anos, houve um crescimento mais rápido da produtividade do trabalho em relação aos salários reais, ainda que esse hiato tenha diminuído recentemente). A taxa de desemprego, que permanece superior a 12% em 2010, leva também a essa moderação salarial. A inflação tem outras explicações, que podem ser encontradas nas estruturas de produção e de distribuição. Certos analistas estimam que a economia turca não seja suficientemente voltada para a concorrência e que persistem demasiadas barreiras à entrada. Da mesma forma, os circuitos de comercialização talvez sejam demasiado

lentos e alimentem a inflação, como é o caso na Índia. A débil geração de novos produtos, o papel dos investidores estrangeiros no crescimento das exportações turcas e outros fatores, como a qualificação da mão de obra e a inovação, podem também explicar a erosão da competitividade. Foi possível calcular que dois terços do valor de um produto exportado foram anteriormente importados, o que reflete baixo nível de integração local e faz com que se considere a indústria turca como uma vasta oficina de montagem de peças vindas do outros lugares.

O crescimento da Turquia consome, principalmente, muita energia, equipamentos e insumos importados: as exportações dos lucros por parte dos investidores estrangeiros representam uma saída não desprezível de divisas. Apesar do dinamismo dos ingressos ligados ao turismo, o déficit dos pagamentos correntes se tornou uma nova característica da economia.

Os esforços do governo para limitar esse déficit dependerão muito dos êxitos no campo energético. A energia nuclear é objeto de debate na Turquia, que importa uma boa parcela da energia que consome. Recentemente, o país encomendou duas centrais nucleares, uma na Rússia e outra no Japão. Os adversários da opção nuclear recordam que a Turquia é sujeita a tremores de terra, o último em Marmara, em 1999, que causou inúmeras vítimas. Também assinalam que a experiência local ainda está pouco desenvolvida para participar do domínio efetivo da tecnologia eletronuclear. O construtor e futuro explorador japonês de uma das duas centrais não é outro senão a Tepco, que explora Fukushima. Matéria para debate com os ambientalistas turcos.

Tradicionalmente, o déficit dos pagamentos correntes era financiado por meio de uma forte entrada de investimentos estrangeiros. Em 2007, os capitais de longo prazo financiaram 60% do déficit de pagamentos correntes, embora o balanço de pagamentos estivesse tranquilo. Esse não é mais o caso. Em 2010, o déficit de pagamentos correntes foi financiado em apenas 13%, de um lado pela entrada de capitais de longo prazo e de outro por capitais flutuantes em busca de rentabilidade, notadamente após os caminhos tomados pela política monetária norte-americana.

No entanto, o afluxo de capitais de curto prazo faz pressão, tanto na Turquia como alhures, sobre a taxa de câmbio da lira, alimenta a inflação e freia as exportações, agravando o círculo vicioso. Os turcos inovaram recentemente na política monetária para combater a inflação sem prejudicar o crescimento: baixaram a taxa de juros para dissuadir os capitais flutuantes e aumentaram simultaneamente as reservas obrigatórias dos bancos, a fim de conter a expansão do crédito. Essa

política não é contestada na Turquia, ainda que os bancos reclamem melhor remuneração de seus recursos depositados no Banco Central.

Por causa da renovação ainda insuficiente de suas especializações internacionais e da estagnação relativa do investimento externo direto no setor exportador, a Turquia pode eventualmente vir a sofrer da síndrome espanhola, pois seu crescimento é baseado na montagem, no turismo e no mercado imobiliário, com muitos ativos especulativos nesses dois últimos setores. Na Espanha, submetida à disciplina do euro, a taxa de desemprego, principalmente dos jovens, aumentou rapidamente, o crescimento se transformou em recessão e os déficits e a dívida pública explodiram recentemente.

De fato, a questão da qualidade dos recursos humanos surge em primeiro plano para sustentar todos os esforços feitos e ainda por fazer, a fim de percorrer a cadeia de valores em diversas atividades e desenvolver outras. Em outras palavras, a Turquia deve seguir o caminho indiano ou chinês para escapar definitivamente da "primo-emergência".

Conclusão: os democratas muçulmanos, a economia turca e a Europa

Entre os países muçulmanos, a Turquia é frequentemente citada como modelo de sucesso: um país que soube conciliar Islã e capitalismo, tradição e modernidade. Quem tem medo da Turquia?

Se as negociações com a Europa demoram muito, sem calendário fixo, e o pedido de adesão da Turquia remonta a 1987, é em Bruxelas, mais do que em Ancara, que as causas poderão ser procuradas. O país assinou um acordo de associação com a União Europeia em 1963 e outro, em 1966, criando uma zona aduaneira. Na opinião de alguns em Bruxelas, a Turquia é grande demais, pobre demais, agrícola demais (o que criaria problemas para o orçamento da União), muçulmana demais, asiática demais. Além das subvenções e de uma atratividade maior para os investidores, a Turquia espera de sua adesão à Europa uma âncora econômica, financeira e monetária, porém também política, que possa estabilizar seu crescimento de longo prazo.

O APK, no poder desde 2002, adotou a alternância, princípio fundamental da democracia. Ninguém acredita seriamente que a sociedade turca aceitaria submeter-se a Sharia. Os princípios da economia islâmica não parecem dominar as orientações nem as engrenagens da economia turca; tampouco, suas finanças. o APK conduz uma política socioeconômica convencional em economia de mercado. Os dirigentes turcos dizem

preferir uma melhor irrigação da economia do país pelas inversões diretas estrangeiras às transferência europeias que se seguiriam à adesão do país. As revisões constitucionais sucessivas, a última das quais data de setembro de 2010, limitaram o poder do exército e ampliaram as prerrogativas das instituições civis. Os critérios de Copenhague, que fixam as condições políticas, sociais, econômicas e de abertura das negociações de adesão, foram cumpridos pela Turquia. As grandes empresas europeias presentes no país, que são numerosas, não compreendem a posição dos dirigentes políticos de seu país de origem diante da solicitação turca de acelerar as negociações de adesão e temem medidas discriminatórias relativas aos mercados públicos na Turquia. O projeto Nabuco, que faria transitar uma parte do gás pelo país e que evitaria à Europa um enfrentamento com a Rússia, continua a encontrar dificuldades financeiras importantes, sem falar na posição turca, que tarda, com razão, a aceitar esse trânsito, tanto quanto Bruxelas demora em fazer avançar as negociações com Ancara sobre a adesão.

Recentemente, o chefe de Estado turco acabou dizendo que não existe somente a Europa no mundo. A nova globalização liderada pelos países emergentes pode apresentar outros caminhos. A Turquia deseja aproximar-se mais da Ásia e do mundo árabe, a fim não só de vender, mas também de investir. Qual será a consequência dessa afronta para um grande país muçulmano moderno?

Capítulo V

Coreia do Sul, uma potência oculta

A Coreia do Sul é provavelmente o país mais bem-sucedido no esforço de alcançar econômica e socialmente os países desenvolvidos e tornou-se membro da OCDE há cerca de 10 anos. Reúne hoje as condições para ultrapassá-los, notadamente no plano do desenvolvimento técnico-científico. Crescimento econômico e desenvolvimento social vêm caminhando de mãos dadas, especialmente durante as duas últimas décadas, com uma rápida elevação dos salários e um desenvolvimento humano apreciável, superior ao de vários países desenvolvidos.

Desempenhos econômicos

O crescimento coreano é constante, apesar de um recuo por efeito da crise mundial; contudo, não sofreu recessão, graças ao cada vez maior papel estabilizador do mercado interno, em virtude do aumento histórico dos salários reais ao longo dos últimos 10 anos e da prosperidade do setor rural.

Crescimento e equilíbrio na Coreia do Sul

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	5,2	5,1	2,2	0,2	4,5	4,5
Inflação	2,2	2,5	4,7	2,8	3	3
Equilíbrio orçamentário % PIB	0,4	3,8	1,2	-5	-3	-2,5
Balanço de pagamentos correntes % PIB	0,8	0,6	-0,7	5.1	3,1	1,9
Dívida externa % PIB	29,6	39,5	43,3	49,4	40,3	36,3
Reservas externas	239	262	201	270	330	370

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

Os equilíbrios orçamentários e externos estão controlados, e as reservas externas são importantes em relação às necessidades do país de importar e de atender ao serviço de uma dívida externa ainda razoável.

Setores

A economia sul-coreana conheceu uma evolução setorial significativa durante os últimos 20 anos: declínio gradual das atividades antigas, como a têxtil, a construção naval clássica e a construção elétrica simples, em favor de novas atividades com maior grau de inovação, como a eletrônica de alto nível tecnológico, a informática, a construção automotiva em toda sua gama, o reforço e o desenvolvimento da indústria de materiais de construção e a reestruturação da construção naval em direção a novos modelos.

A nova indústria aproveita uma base sólida de pesquisa e desenvolvimento que produz um fluxo permanente de inovação nos produtos e processos e a recuperação ativa ao longo da cadeia de valores. A elevação rápida dos salários reais na última década impôs a modernização dos processos de produção em todas as atividades econômicas.

A nova base industrial facilitou a internacionalização dos grandes grupos industriais coreanos, não só na eletrônica e na fabricação de automóveis – Hyundai, Samsung e LG, entre outras –, mas também nas infraestruturas energéticas e em sua exploração. Os coreanos sobrepujaram um consórcio francês composto pela Areva-Edf-GDF Suez--Total-Alstom-Vinci (o CAC 40 em movimento) para a entrega de quatro reatores nucleares a Abu Dhabi. Ainda recentemente, uma empresa

coreana derrotou o grupo francês Total na produção dos equipamentos necessários à valorização da jazida de gás de Ambar, no sudoeste do Iraque.

A construção naval foi e continua a ser uma das forças da indústria coreana. Recentemente, o grupo Hyundai equipou o primeiro transporte mundial da Maersk de porta-contêineres gigantes, capazes de transportar, cada um, 18 mil contêineres. São os maiores do mundo. As empresas coreanas estão também na origem de operações de deslocamento em direção aos países asiáticos vizinhos, onde os salários reais são mais baixos, como a Malásia e, mais recentemente, o Vietnã e o Camboja.

O presidente coreano, Lee Myung-bak, eleito em 2007 em função de um programa de tendência ecológica, confirmou o voluntarismo tecnológico dos poderes públicos. De 2009 a 2012, 38 bilhões de euros, ou 4% do PIB de 2010, serão dedicados à redução da dependência energética (o país importa 97% de suas necessidades de carvão, petróleo e gás), em favor de energias renováveis e nucleares, de tecnologias próprias e de diversos projetos, entre os quais as turbinas para engenhos eólicos, pilhas de combustíveis, energia motora das marés (inauguração da central mais poderosa do mundo), painéis solares e redes elétricas inteligentes. A Coreia espera tornar-se o quarto mercado mundial para automóveis elétricos e o primeiro a dotar-se de uma rede nacional de infraestrutura de recarga de baterias. A taxa de crescimento do setor de tecnologias próprias é estimada em 11% ao ano. As exportações de "tecnologias verdes" devem representar 22% das exportações em 2020, contra os 10% de atualmente. Assim, o país que já obtém 35% de sua eletricidade de usinas nucleares e que atualmente exporta essa matriz energética, deverá submeter a exames as condições de segurança de seu parque de reatores. A catástrofe de Fukushima ocorreu em suas vizinhanças.

Empreendedores

Depois da Segunda Guerra Mundial e mais ainda após a Guerra da Coreia, a economia desse país passou a ser dominada por empresas públicas, especialmente em obras públicas e construção, em indústria pesada e em construção naval. A tensão regional justifica um estatismo econômico circunstancial que progressivamente aceita a emergência e o desenvolvimento, ao seu lado, de um setor privado composto essencialmente de PMEs que prosperaram, principalmente na indústria leve e na têxtil.

Acordos comerciais, tanto políticos quanto econômicos, abriram o grande mercado norte-americano aos produtos coreanos, que constituíram a primeira ofensiva asiática no Ocidente, muito antes da Malásia e da China. Falava-se então dos quatro dragões: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, as duas cidades-Estados.

Uma característica notável das estruturas atuais da economia coreana é a elevada proporção de PMEs em todos os setores de atividade, o que torna este país parecido com a Alemanha e que explica os bons desempenhos e, especialmente, a exportação. Ao contrário do Brasil, cujas estruturas econômicas modernas foram desde o início dominadas por grandes grupos, a Coreia do Sul viu surgirem os grandes grupos a partir de um crescimento orgânico das PMEs, o que dá ao conjunto da economia maior sensibilidade à inovação e à competição do que o oligopólio e a busca de rendimentos. O proprietário da Samsung abriu inicialmente uma loja de produtos alimentícios, em 1947. Após haver recebido capitais norte-americanos e japoneses que permitiram seu crescimento e lhe proporcionaram pontos importantes de escoamento no exterior, a Coreia do Sul se tornou, desde meados da década de 1990, país originário de investimentos externos em direção ao Sudeste Asiático (como a Malásia e a Indonésia), em seguida, mais maciçamente, à China, após abertura aos investimentos diretos, e progressivamente aos países ocidentais, inclusive os da Europa Oriental.

Intermediação financeira

A evolução econômica e social global, estruturada mediante elevação permanente do produto *per capita* ao longo de 30 anos e, mais rapidamente ainda, no último decênio, permitiu o crescimento e a diversificação do consumo. Houve uma queda histórica, porém normal, da taxa de poupança, que passou de quase 40% em 1990 para pouco menos de 30% em 2008. Essa taxa é suficiente para alimentar uma forte coleta dos recursos por parte dos bancos, devido à amplitude da atividade bancária na sociedade.

O montante do crédito representa 120% do PIB na Coreia, e mais de 90% dos créditos se dirigem para o setor privado, as empresas e os lares. A estrutura da distribuição do crédito pelos bancos coreanos se apresenta da seguinte forma: 55% segue para as empresas; contudo, desse total, mais de 47% vão para as PMEs. Da mesma forma, se 47% dos créditos seguem para os lares, o financiamento da habitação recebe a parte do Leão, pois representa 30% das operações de crédito.

Essa estrutura peculiar dos créditos limita seriamente a concentração dos riscos e, se a taxa de inadimplência atingiu 1,5% em 2009, em consequência da crise, já recuou para 1% do total dos créditos no final de 2010, essencialmente devido à melhor saúde das PMEs e a um bom comportamento dos créditos outorgados aos lares.

Dito isto, a concentração dos créditos nas PMEs e nos lares cria também riscos não negligenciáveis. Considera-se principalmente que o crédito à habitação conduziu a um certo superendividamento das famílias (o endividamento representa 140% da renda disponível dos lares), muito sensível às variações da taxa de juros. A situação das PMEs é muito sensível à conjuntura econômica, como mostrou a mais recente crise. Uma avaliação recente da qualidade da carteira dos bancos permitiu, no entanto, demonstrar que os riscos de fracasso são baixos, ainda assinalando dificuldades na construção naval, na promoção imobiliária e nos transportes marítimos.

Uma estrutura pública de desfazimento, a Kamco, foi criada para acolher os créditos podres. Essa ação permite aos bancos desfazer-se dessas reservas, vendendo-as para aquela instituição. O Banco Central exigiu recentemente aos bancos não ultrapassar 1% de créditos inadimplentes em suas carteiras.

O mercado de capitais, que representa 28% do financiamento dos investimentos, desempenha papel extremamente importante no financiamento das grandes empresas na Coreia, que dependem menos do crédito bancário, como vimos.

Políticas públicas

A organização da economia obedeceu a muito empirismo. O estatismo do pós-guerra cedeu progressivamente lugar ao um capitalismo de PMEs muito eficaz, ao lado dos famosos *Chaebols*, grandes conglomerados dedicados a diferentes setores. Os mais conhecidos são Daewoo, Samsung, Hyundai e LG, cujos avanços tecnológicos e presença internacional são crescentes.

Desde a década de 1970, as autoridades estabeleceram a base institucional e os instrumentos para o desenvolvimento técnico-científico do país. Foi o surgimento, em particular, do Korean Institute for Science and Technology (Kist) que desempenhou papel importante no estímulo ao desenvolvimento tecnológico coreano. A pesquisa pública se ampliou com os programas dos grandes grupos privados, cujas despesas são vultosas

e diversificadas. Samsung, a primeira empresa tecnológica do mundo, emprega 250 mil pessoas em 27 países e conta com 47 mil pesquisadores ao todo. Abriga a maioria deles em suas aldeias tecnológicas, onde a vida é agradável, e têm também a Universidade Samsung. Recentemente, as autoridades anunciaram a criação de um instituto mundial do crescimento verde, cujas ambições tecnológicas e comerciais são conhecidas. A Coreia despende quase duas vezes mais do que a Rússia em pesquisa e desenvolvimento.

Economia e sociedade

Entre os países emergentes, devido à antiguidade do processo de crescimento, é sem dúvida a Coreia o que conseguiu a mais forte integração social de sua população no movimento geral de crescimento do emprego, da renda, do consumo e do patrimônio.

Diversos indicadores o testemunham: a Coreia do Sul, cujo produto *per capita* foi o que mais rapidamente cresceu, tem a distribuição de renda menos desigual entre os países emergentes – rivaliza com a China em matéria de qualidade da educação, e a proporção de engenheiros nos quadros de ensino superior está entre as mais elevadas do mundo. Seu índice de competitividade, que resulta também de fatores humanos subjacentes, a coloca na 19ª posição no mundo, bem à frente de outros países da OCDE.

Diversos fatores contribuíram para esse resultado. Recordemos os principais:

A rápida modernização do campo: a política agrícola seguida há várias décadas permitiu muito cedo redistribuição das terras, modernização das explorações, crescimento dos rendimentos e das rendas agrícolas, o que resultou em melhor nutrição da população e, ao mesmo tempo, na ampliação do mercado interno para os produtos industriais e os serviços.

A estrutura das empresas, dominada pelas PMEs, constituiu fator de integração social. O crescimento industrial foi obra de um grande número de PMEs em um universo de concorrência que estimula a inovação e a produtividade, sustentadas por um sistema de crédito ativo. As PMEs alimentaram o desenvolvimento de uma numerosa classe média superior inscrita no crescimento e no consumo.

A política de habitação foi o terceiro fator de equalização de oportunidades. Favoreceu uma repartição melhor do patrimônio nacional

e forneceu a base da estabilidade social. O crédito hipotecário ocupa lugar importante na carteira dos bancos. O endividamento dos lares assegurou a estabilidade no emprego e também serviu de estímulo à elevação dos salários e à modernização do processo de produção.

Finalmente, a educação, em qualidade e quantidade em todos os níveis do sistema, foi a causa principal do êxito da integração social, junto com os demais fatores. É o exemplo contrário ao de certos países da América Latina, inclusive os emergentes.

O caso coreano desmente a tese que faz de uma forte desigualdade de rendimentos, por meio da poupança e do investimento, o motor do crescimento. O crescimento coreano é robusto há 30 anos, mas a desigualdade de rendimentos diminuiu.

Riscos e durabilidade

A Coreia representa o tipo ideal de país emergente. Após haver ultrapassado a etapa de "primo-emergente", com têxteis, vestuário, indústria elétrica simples e construção naval (todas atividades de mão de obra intensiva), o país passou à semiemergência, exportando produtos de tecnologia média da siderurgia, da construção elétrica, da eletrônica e de outras indústrias de montagem, como a automobilística. O deslocamento do Japão lhe trouxe capitais e tecnologia e fortaleceu sua oferta aos mercados norte-americano e japonês, com vasta capacidade de escoamento. País privado de recursos naturais significativos, a Coreia fez do desenvolvimento intensivo dos recursos humanos e da pesquisa e inovação a base e os meios para o desenvolvimento técnico-científico.

Anteriormente terra de deslocamentos alheios, a Coreia tornou-se terra de origem dos deslocamentos em direção a países menos desenvolvidos, como a Malásia, a Indonésia e mais tarde o Vietnã. A resposta às reivindicações salariais crescentes, contidas durante muito tempo (se não reprimidas nos tempos da "primo-emergência" e mesmo da semiemergência), foi encontrada nos deslocamentos, mas também, simultaneamente, na inovação.

A Coreia representa 3,6% das despesas mundiais de pesquisa e desenvolvimento, o dobro de sua parcela em 2000 e quase o dobro gasto pela grande Rússia. Seus grandes grupos privados, que cresceram organicamente ao mesmo tempo que a indústria e os serviços do país, estão entre os líderes tecnológicos mundiais nas indústrias automotiva, nuclear, eletrônica, informática e de construção naval, e agora nas de

energias renováveis, de nanotecnologia e de economia de energia. Uma companhia coreana encontrou até mesmo lugar na indústria petrolífera internacional.

O segredo de seu crescimento está também na ampliação sistemática do mercado interno, proporcionada pela reforma agrária e por uma política sistemática de desenvolvimento da infraestrutura, mas sobretudo no esforço educativo, científico e técnico, consentido por todos, pois a educação está no cerne do sistema coreano de valores.

É claro que o futuro do país tem nuvens próprias: a demografia toma um ar japonês; os jovens não têm o mesmo ardor no trabalho que os mais velhos e estão em busca de diversidade e de tempo para os lazeres. Contudo, o nível cultural já atingido permite a gestão pacífica dos conflitos sociais. Durante esse tempo, a outra metade do povo coreano, sob o impacto do dogmatismo, conhece ainda a fome e os amanhãs sem alegria. Aguarda regularmente a cada primavera a ajuda alimentar dos irmãos do sul e do imperialismo norte-americano.

Capítulo VI

África do Sul e a herança do *apartheid*

Apesar de possuir recursos naturais muito abundantes, estruturas econômicas relativamente diversificadas e de um nível tecnológico notável – provavelmente único no continente africano –, a África do Sul tem dificuldade em conciliar crescimento econômico e integração social, devido à pesada carga do *apartheid*. Construir uma economia emergente sobre a base de uma concentração do poder econômico e do patrimônio, de uma grande desigualdade na distribuição de renda e de um mercado interno limitado, apesar das dimensões da população, é certamente tarefa complexa. Continuam a ser necessárias reformas importantes a fim de melhorar a educação, as qualificações e as remunerações e, assim, ampliar o mercado interno e conquistar novas saídas para o exterior.

Desempenhos econômicos recentes

O crescimento econômico foi notável ao longo dos últimos anos e resistiu relativamente bem à mais recente crise. A dívida externa se encontra em nível razoável. As finanças públicas e os pagamentos correntes, ao contrário, são tensos e refletem as estruturas das finanças

públicas e as volumosas remessas de lucros. A inflação ainda é alta, em decorrência, principalmente, da situação alimentar no país, porém também do afluxo de capitais de curto prazo para financiar o déficit de pagamentos correntes.

Crescimento e equilíbrios na África do Sul

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	5,3	5,1	3,1	-1,8	2,5	3,5
Inflação	4,7	7,1	11,5	7,1	5,6	5,8
Saldo orçamentário % PIB	0,8	1,1	1,2	-0,5	-5,5	-4,5
Pagamentos correntes % PIB	-5,3	-7,2	-7,1	-4	-5	-6
Dívida externa % PIB	23,3	26,7	26,4	28,3	27,3	28,1
Reservas externas	23,1	29,6	30,6	35,3	37,6	39,7

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

Setores

Os três setores que impulsionam o crescimento sul-africano são da mineração, o da agricultura e o da indústria, que produzem respectivamente 7,15% e 17% do PIB. O setor mineiro apresenta grandes flutuações ligadas à conjuntura mundial, e a construção serve como estabilizadora da atividade global. Depende em grande parte da demanda pública.

O setor de minas foi responsável pela prosperidade de uns e pelos problemas de outros na África do Sul do *apartheid.* O país dispõe de riquezas minerais consideráveis, diversificadas e muito procuradas pela indústria mundial: carvão, manganês, vanádio, cromo, ferro, cobre, níquel, ouro e diamantes. É o primeiro produtor mundial de platina e o quarto de diamantes. O setor mineiro, muito antigo no país, que produz mais de 7% do PIB, constituiu importante fator de atração para investidores estrangeiros, especialmente a partir da década de 1960, com o forte crescimento da demanda mundial, que prossegue até nossos dias.

A agricultura capitalista, essencialmente nas mãos dos brancos, é muito produtiva, cobre as necessidades locais em certo grau de repartição de rendas e exporta em quantidade principalmente frutas, legumes, peixes e vinhos. Contudo, o capital agrário é repartido de maneira muito desigual entre as comunidades, o que alimentou um êxodo rural procurado e organizado por brancos desde o início do século XX.

A indústria manufatureira conheceu grande expansão desde a década de 1960, com o apoio de importantes investimentos externos e locais. A indústria de bens de consumo é poderosa e diversificada (têxteis, alimentícios, plásticos, madeiras, papel), assim como a de bens de produção, como eletricidade, informática e parte dos meios de transporte. As empresas estrangeiras desempenharam papel ativo nesse desenvolvimento industrial, e no país se encontram praticamente todos os grandes nomes europeus e norte-americanos da indústria e dos serviços.

A crise política dos 20 anos seguintes estancou os investimentos e a modernização dos equipamentos, sem impedir entretanto o surgimento de novos setores dinâmicos, por efeito do embargo que impôs às sociedades locais buscar outras saídas. O embargo a que foi submetido o país do *apartheid* favoreceu a emergência de empresas locais em diversos campos, como o de equipamentos, de telefonia, de informática e de finanças, o que dotou o país de uma infraestrutura científica e técnica não negligenciável.

A história da Sasol ilustra bem esse efeito indireto do embargo imposto à economia sul-africana. A empresa se tornou líder mundial na liquefação de carvão (*coal to liquid* – CTL) e de gás (*gas to liquid* – GTL) para produção de combustíveis. O governo criou a Sasol para valorizar os recursos de carvão do país. A empresa comprou uma patente alemã que datava da Segunda Guerra Mundial e realizou sua primeira produção na década de 1950, reforçada no decênio de 1970 por uma segunda usina de CTL. Em 2010 a empresa, que fora privatizada em 1979, produziu 160 mil barris por dia, ou um quarto do consumo nacional, produção que se elevou a 240 mil barris com a instalação de uma segunda fábrica. Com um giro de negócios de 12,3 bilhões de euros, é a segunda empresa africana.

Já presente em 30 países em todo o mundo, a empresa tem sua tecnologia cada vez mais procurada à medida que o preço do petróleo aumenta e os economistas reforçam seus ataques contra o carvão. Presente no Qatar, ela se fortalece na China, na Índia, na Nigéria, nos Estados Unidos e mais recentemente no Canadá, para liquefazer gás de xisto. Associada à Shell, vai extrair gás de xisto também na África do Sul, com uma nova tecnologia chamada "de fraturação".

Contudo, a extrema desigualdade da distribuição de renda impedia o crescimento dos mercados locais, e o embargo limitava os mercados externos. O sistema político do *apartheid* não favorecia o crescimento.

Empreendedores

Na época do *apartheid*, os brancos e muitas empresas estrangeiras monopolizavam a parte essencial do poder econômico do país em diversos setores, inclusive a agricultura. O setor minerador é mais do que ilustrativo.

Na década de 1970, quando esse setor estava em pleno crescimento, as empresas mineradoras estrangeiras controlavam mais de 40% dos capitais, dos quais 25% eram norte-americanos, 9% ingleses e 5% belgas e franceses. Da mesma forma, seis grupos controlam juntos 90% da produção de ouro, entre os quais CGSA, Gencor e Anglo American Company (AAC). A primeira, criada em 1887 por Cecil Rhodes e baseada em Londres, tem 65,7% de seu capital fora da África do Sul. AAC, com 60% do capital de propriedade de sul-africanos, é a primeira empresa mineradora do país. É também a primeira e a maior multinacional sul-africana. Controla 60% da produção de ouro, 35% da de carvão, 45% da de urânio e parte da platina, de cobre e de manganês do país. Está presente na siderurgia fina, na indústria química, nos imóveis, nos seguros, na informática, no papel e na imprensa. Parceira da De Beers, está também na Zâmbia, onde controla 60% da produção de cobre. Também é ativa no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil e na Austrália.

Na época do *apartheid,* a presença das empresas estrangeiras na economia era também ativa e diversificada, como mostra o quadro a seguir, relativo ao ano de 1973.

Principais empresas estrangeiras na África do Sul

Reino Unido	Estados Unidos	Alemanha	França	Austrália
699	599	135	116	100
Países Baixos	**Suécia**	**Bélgica**	**Canadá**	
92	64	46	39	

Fonte: Mesa redonda sobre *apartheid*, Unesco, 1979.

Essa estrutura da propriedade tem consequências para a repartição dos rendimentos entre salários e lucros e para a exportação dos lucros, sempre crescentes. Desde o fim do *apartheid*, a questão da organização da economia, em particular da agricultura, não cessou de nutrir o debate público. A esquerda do ANC, partido no poder, sempre afirmou que a concentração do poder econômico é um obstáculo ao crescimento e à

justiça social. A política do *black empowerment*, que deveria estimular o desenvolvimento de uma burguesia negra, sem dúvida deu frutos, embora enfrentando limites previsíveis. Recentemente, o principal sindicato do país reivindicou a nacionalização das empresas mineiras. Recordemos que o setor de minas representa 8% do PIB e contribui com mais de 30% das exportações do país. A libertação de Mandela, em 1990, e o fim do bloqueio contra a África do Sul foram o ponto de partida de uma retomada da economia, com o término oficial das sanções econômicas e um clima de negócios mais estável. Da mesma forma, o fim do *apartheid* fez afluírem ao país as grandes multinacionais, como a Airbus; permitiu também uma internacionalização significativa das empresas sul-africanas – além da AAC e a De Beers, que prosseguiram sua expansão internacional, empresas do setor agroalimentar e de distribuição. Telefonia, telecomunicações e informática puseram em prática, com êxito, uma política financeira externa permissiva para desenvolver-se, primeiro nos países vizinhos que formam a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento do Sul-Africano (do inglês Southern African Development Coordination Conference – SADCC), depois nos da Europa Oriental após a queda do muro de Berlim. Várias empresas são mundialmente conhecidas, como as de fabricação de cerveja. A Digidate é bem-sucedida na telefonia e na grande distribuição.

Intermediação financeira

No tempo do *apartheid*, dois grupos dominavam a indústria bancária: o Barclays Bank e o Standard Bank, controlados em mais de 50% por suas matrizes de Londres. Juntos, controlavam 54% dos ativos de todos os bancos. Três outros grupos bancários, controlados por africâneres, controlavam 40% dos ativos, e o restante estava disperso entre cerca de 40 pequenos bancos dominados por estrangeiros. Atualmente, as estruturas financeiras do país são diversificadas e consideradas sólidas. O setor bancário compreende 33 bancos, dos quais 14 são filiais de empresas estrangeiras. Esse sistema pouco sofreu com a crise financeira internacional devido à baixa exposição aos riscos externos, especialmente os *subprimes*. A Bolsa, criada em 1887, 13 meses após a descoberta de ouro em Wiwatersrand, continua a ser o coração e o motor da cidade do ouro e das matérias-primas. No entanto, o impacto da crise econômica local, especialmente o aumento do desemprego e a queda dos preços dos imóveis, além do efeito indireto da crise mundial, deterioraram

a qualidade da carteira dos bancos, e a taxa de créditos inadimplentes elevou-se recentemente a 5,5% do total de créditos.

Políticas públicas

O sistema político do *apartheid* era funcional para a economia do país porque podia fornecer mão de obra barata para os empreendimentos agrícolas e as empresas mineradoras mais interessadas na redução de custos do que na amplitude dos pontos de escoamento locais, por se tratarem de empresas maciçamente exportadoras para mercados longínquos. As autoridades se preocupavam mais com a evolução do ouro e das matérias-primas, essencial para as finanças públicas, e com a atração maciça de investidores estrangeiros, especialmente ingleses e norte-americanos, cujas contribuições tecnológica e financeira são indispensáveis para valorizar o imenso potencial agrícola e mineiro do país. A atenção se dirigia mais para a evolução da cotação na Bolsa do que para a sorte das populações negras.

As coisas se complicaram quando, com o auxílio do crescimento e da diversificação econômica, a questão do desenvolvimento do mercado interno se tornou politicamente correta: os salários de negros e mestiços passaram a ser vistos tanto como um rendimento quanto como um custo. Como desenvolver a indústria de bens de consumo, de bens duráveis, se a maioria não ganha o suficiente para comprá-los e não dispõe de eletricidade para fazê-los funcionar? Soweto, que abriga um milhão de negros na capital, ainda não tinha eletricidade em 1980. No início dessa década, soprou um vento de reformas, não despido de interesse econômico. Os meios de negócios de brancos, especialmente os investidores estrangeiros, protestaram contra um sistema que, em sua opinião, constituía um obstáculo ao investimento e à produção: a população negra era insuficientemente qualificada para a nova indústria que se criava; o mercado de trabalho era demasiadamente rígido devido à administração burocrática dos deslocamentos de mão de obra; o poder de compra da maioria não permitia a expansão do mercado local, enquanto as capacidades se desenvolviam com meios técnicos elevados, os conflitos sociais se multiplicavam e poderiam ocasionar revoltas incontroláveis. Era preciso reformar o sistema para que o crescimento pudesse ocorrer em ordem. Frederic De Klerk entregou-se timidamente a essa tarefa e depois mais corajosamente. Em fevereiro de 1990, fez o famoso discurso que abriu caminho para a reforma política, a libertação de Nelson Mandela e

a esperada mudança na condução dos negócios econômicos do país. As primeiras eleições livres ocorreram em abril de 1994. A partir dessa data, as autoridades se dedicaram a uma obra de reformas a fim de outorgar melhor colocação aos africanos na vida econômica e social: promoção do empresariado negro, desenvolvimento da educação e da formação, além de despesas de saúde e transferências sociais em prol dos menos afortunados. Contudo, a tarefa é imensa, devido à extensão da gangrena provocada pelo *apartheid* no tecido social.

Economia e sociedade

O *apartheid* estruturou energicamente as relações entre economia e sociedade. Organizou principalmente a discriminação na educação, mas também na inserção profissional e nas remunerações. Após a Independência, em 1910, os brancos da África do Sul, ingleses e africâneres, de acordo sobre o máximo de maldade, adotaram uma legislação de exclusão ou de acantonamento da maioria negra nas terras, nas escolas e no emprego qualificado. Finalmente, em 1948, sistematizaram o *apartheid*, o "desenvolvimento separado das raças". A população negra foi confinada em reservas indígenas, os bantustões, longe dos lugares onde viviam os brancos, mas também dos lugares de trabalho dos negros. Assim, o gueto de Soweto, no coração de Joanesburgo, celebrizado após a repressão de 1976, ficou sem eletricidade até 1980.

O *apartheid* cultural foi o mais feroz e também aquele cujas consequências econômicas e sociais se tornaram mais duráveis. O princípio adotado era o da educação e da formação separada das crianças das diferentes comunidades. Em um primeiro momento, a educação e a formação dos jovens negros foi entregue à Igreja, sob controle do governo. Um milhão de negros frequentavam 5,8 mil escolas em de 1955, e a taxa de escolarização era baixa, com os missionários objetivando formar uma elite negra integrada. A lei sobre a educação bantu de 1953 pretendeu dar formação elementar aos jovens negros para integrá-los na máquina econômica, sem desenvolver o ensino secundário e menos ainda o acesso à universidade.

Em 1975, a situação era a seguinte: 3,5 milhões de crianças negras frequentavam 12 mil escolas com 62 mil professores. Entre os estudantes, 92% se encontravam nos cursos primários, mas dois terços não ultrapassavam o quarto ano escolar. O secundário acolhia 8% das crianças, porém apenas 1% na classe final. A impressionante perda

escolar não poderia proporcionar um desenvolvimento econômico rápido naquela época, e as empresas importavam da Europa os trabalhadores qualificados de que necessitavam. Uma nova reforma efetuada em 1977 fez aumentarem os efetivos e melhorar a despesa por aluno, em benefício dos jovens negros, mas as desigualdades persistiam. Em 1980, um professor branco tinha 19 alunos na classe e um professor negro, 48. Na mesma data, 15% dos alunos negros estavam no curso secundário, contra 17,5% de mestiços, 30% de indianos e 36,5% de brancos. É tudo o que se pode dizer sobre a escola como fator de ascensão social na África do Sul do *apartheid*.

Apesar da importância crescente do emprego assalariado nas décadas de 1970 e 1980, africanos, mestiços e indianos, que correspondem a 80% dos trabalhadores, ocupavam apenas 20% dos postos de direção, e a situação dos negros é ainda mais difícil. Estes constituem a maior parte dos assalariados e mais de 60% na parte mais industrializada do país, o Transvaal. Mão de obra não qualificada, indispensável para a mineração e para as atividades agrícolas, mas também para as manufaturas e para o comércio, não podem competir com os brancos, aos quais estão reservados os empregos qualificados em todos os setores e que recebem formação e remuneração adequadas. Consequentemente, as remunerações são muito desiguais.

Salários semanais médios em *rands*

	Africanos	Mestiços	Asiáticos	Brancos
Minas e pedreiras	20,3	43	63,5	164,5
Manufaturas	28,8	35,7	42,3	131,7
Construção	25,9	50	65,5	128,6
Comércio	19	25,4	35,4	59
Hotéis e transportes	12,4	18,5	32,8	60,4

Fonte: Mesa redonda sobre o *apartheid*, Unesco, 1979.

A estrutura de remunerações, que resulta também da distribuição de qualificações entre as diversas comunidades, constitui obstáculo importante para a ampliação do mercado local e para o desenvolvimento da indústria e dos serviços modernos. Essa contradição se tornou ainda mais insuportável na década de 1990, com acumulação de poupança que procurava investir em um momento em que as sanções internacionais contra o *apartheid*, nem sempre aplicadas, freavam mesmo assim a internacionalização do capital sul-africano e fechavam parcialmente os pontos de escoamento.

A partir de 1994, após o *apartheid*, as autoridades aumentaram as despesas com educação, que chegaram a mais de 6% do PIB; no entanto, o atraso acumulado é de tal forma considerável que serão necessários muitos anos para apagar os traços do *apartheid* na educação – e não apenas na educação. A saúde pública exige também recursos importantes. Em 2008, o vírus da Aids atingiu 18% da população na faixa etária de 15 a 49 anos. Em razão da criminalidade, a esperança de vida caiu para 50 anos em 2008, o mesmo nível de 1960, em comparação com 62 anos, em 1995. O país ocupa o 125º lugar de 179 na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre o desenvolvimento humano. Aliás, as autoridades sul-africanas já puseram em prática um sistema de auxílio social aos menos afortunados inspirado pela Bolsa Família, do Brasil. O auxílio é dirigido a pessoas idosas, inválidos e famílias com filhos, em troca da obrigação de mantê-los na escola. O sistema é gerido pela South African Security Agency (Sasa), que subcontrata a distribuição dos recursos a instituições privadas. Os desembolsos podem beneficiar até um terço da população, conforme as regiões e a situação social. O custo orçamentário global representa 3,4% do PIB, ou uma parcela bem maior do que despendida pelo Brasil. O partido no poder, o ANC, projeta criar um sistema de seguridade social a fim de fornecer oportunidade a seus aliados de esquerda e permitir aos menos favorecidos aceder aos auxílios. O programa, que deverá funcionar plenamente em 2025, custará mais de 45 bilhões de euros anuais. Contudo, as infraestruturas de saúde são muito insuficientes. Quinze anos após o fim do *apartheid*, a situação social na África do Sul continua preocupante. O crescimento econômico, da ordem de 3,5% por há 15 anos, e a política de promoção dos negros nas empresas contribuíram para o desenvolvimento de uma pequena classe média negra.

No entanto, A África do Sul continua a ser o 135º de um *ranking* de 142 países em todo o mundo em matéria de desigualdade de rendimentos. Em agosto de 2010, 1,3 milhão de funcionários em greve reivindicaram aumento de salário. Pela primeira vez, greves de grande intensidade foram deflagradas, e a população dos bairros pobres de inúmeras cidades reclamaram por mais moradias, água e eletricidade.

Riscos e durabilidade

Quinze anos após o fim do *apartheid*, a África do Sul ainda se encontra no meio do caminho. Seus desempenhos econômicos e

tecnológicos internos e externos não ocultam a marginalização econômica e social de boa parte da população.

As perspectivas são ambivalentes. Certos observadores estimam que políticas públicas adequadas poderão melhorar substancialmente a integração social, sem prejudicar a dinâmica do crescimento e da emergência, aliás incontornáveis. Outros pensam, ao contrário, que é necessário empreender reformas profundas na organização da economia, a fim de colocar em prática uma forma diferente de propriedade e de distribuição dos rendimentos, em benefício da maioria.

De fato, a organização da economia, em particular da agricultura e da mineração, não cessou de nutrir o debate político no decorrer dos últimos anos. A esquerda do ANC denuncia a concentração do poder econômico como obstáculo ao crescimento e à justiça social. Recentemente, o principal sindicato do país reclamou a nacionalização das empresas mineradoras. Recordemos que o setor de minas representa 8% do PIB e contribui em mais de 30% para as exportações do país. A questão da educação, em quantidade e qualidade, está na ordem política do dia há 15 anos. As dificuldades do sistema educativo estão no cerne da crise social; um artista sul-africano resume a situação da seguinte forma: no tempo do *apartheid*, a educação preparava os negros para serem serviçais; atualmente, deveria prepará-los para uma sociedade de novas tecnologias, mas não o faz. Houve progressos, mas muito resta a fazer. A questão crucial da inserção profissional dos jovens diplomados nos diversos níveis educativos também terá de ser colocada.

Em 2005, o presidente Tabo M'Beki confiava ao autor: como melhorar progressivamente a situação dos negros sem romper a máquina econômica, como ocorreu com os vizinhos? Com educação e formação, evidentemente, mas ele tinha consciência de que outros fatores também entram no jogo. Um exercício complexo diante da impaciência dos que viveram a longa noite colonial do *apartheid*.

Capítulo VII

Malásia, a pequena China

A Malásia, país de 28 milhões de habitantes, dos quais 60% são muçulmanos, multiplicou por 12 a renda *per capita* de seus cidadãos a partir de 1962 (atualmente 6.760 dólares), limitou a 3% a taxa de desemprego e elevou a 135 bilhões de dólares o volume das exportações, exceto hidrocarbonetos, durante os últimos anos.

Desempenhos econômicos

O crescimento malaio é sólido desde o fim da crise asiática, em 2002, e seu recuo foi mediano em 2009, diante da mais recente instabilidade financeira. A inflação foi mantida em um nível aceitável e os equilíbrios externos são firmes, tanto em fluxos quanto em estoques. O nível elevado dos pagamentos correntes, em grande parte induzido pelo rápido aumento dos preços de azeite de dendê, *hevea* e petróleo, permite o financiamento de importante fuga de capitais para investimentos no exterior, que se aceleraram no decorrer dos últimos anos. O país reforça assim suas reservas externas e relativiza seu nível de endividamento no exterior, que é razoável. Somente o déficit global do orçamento do Estado, agravado pela política anticíclica de 2009, pode ser preocupante, sem contudo ser alarmante.

Crescimento e equilíbrios na Malásia

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	5,8	6,2	4,6	11,7	5,3	5
Inflação	3,6	2	5,4	0,6	2,4	6
Equilíbrio orçamentário % do PIB	-3,3	-3,2	-4,8	-7	-5,6	-5
Pagamentos correntes % PIB	16,7	15,7	17,6	15,9	14	13
Dívida externa % PIB	32,2	29,2	31,9	32,3	33	34
Reservas externas (bilhões de US$)	82,1	101	91,1	95,4	104	116

Fonte: Banco Central, Banco Asiático de Desenvolvimento.

Setores e bens específicos

A agricultura malaia sempre constituiu uma base sólida para o desenvolvimento do país. Além das culturas de alimentos, cujas superfícies e rendimentos aumentaram, o país conservou e desenvolveu a produção para exportação de produtos como o chá, a *hevea* e o azeite de dendê. O relançamento maciço do setor de palmeiras oleaginosas responde a uma nova e durável demanda para a fabricação de biocombustíveis. As superfícies plantadas crescem, e a Malásia produz cerca de 15 milhões de toneladas, suplantando por pouco a Indonésia, com 14,5 milhões. Os dois países perfazem juntos 85% das exportações mundiais. De 2006 a 2008, o preço do azeite de dendê aumentou em 145%.

Para a *hevea*, a tendência de aumento foi também significativa, da ordem de 50%. As grandes empresas do ramo acabam de fundir-se para formar um grupo de dimensões mundiais, o Synergy Drive, cujo capital é de 8,5 bilhões de dólares e que explora 600 mil hectares. O impacto social da situação desses dois setores é considerável, pois se estima em 1,4 milhão o número de trabalhadores empregados nessa área.

Em matéria industrial, a Malásia soube adaptar de maneira espetacular sua oferta diante da evolução da demanda mundial, assim como a China, que se tornou sua principal competidora. Contudo, ao contrário desta, a orientação malaia é mais antiga e dirigida para Japão, Taiwan e Coreia, grandes investidores no país. Dessa forma, a divisão regional do trabalho operou em favor da Malásia.

A eletrônica está no cerne dos êxitos do país. As condições de investimento oferecidas pela Malásia estimularam a presença dos grandes produtores mundiais a partir do início da década de 1970. Inúmeras empresas estrangeiras estabeleceram centros de produção ou

de montagem na região. Desde o início da operação, em 1971, das fábricas Clarion e Semi-Conductor em Penang, o setor de eletrônica se tornou um dos pilares da economia malásia.

O investimento acumulado no setor de 1991 a 2001 foi de 15,8 bilhões de dólares. A eletrônica contribui hoje em dia com quase 13% do PIB e é o primeiro setor exportador. A Malásia foi o quinto exportador mundial de semicondutores em 2004.

Desde 2003, essa indústria representou um giro de negócios de quase 40 bilhões de dólares e constituiu quase a metade das exportações totais da Malásia. Esse setor compreende cerca de 900 empresas que empregavam mais de 370 mil pessoas em 2004. Sua produção se divide da seguinte forma: componentes eletrônicos (Intel, AMD, Motorola, ST Microelectrónicas, NDC, Toshiba, Infindo); eletrônica para o grande público (Matsushita, Sony, Sharp, Hitachi, Pioneer); e eletrônica especializada (SCI Manufacturing, Alcatel, Western Digital, Hewlett Packard). No entanto, de 2000 a 2003, devido à abertura econômica da China e sua forte atração, os projetos de investimentos estrangeiros baixaram consideravelmente, ocasionando desinvestimentos parciais de alguns grupos estrangeiros (Seagate, Western Digital, Gateway), inclusive o fechamento de subcontratistas locais. Em 2004, porém, produziu-se uma retomada de atividades, e o Mida, agência de promoção de investimentos, recebeu 188 projetos de investimento no setor da eletrônica, em um valor de 8,8 bilhões de mar, com aumento de 66% em relação a 2003, com significativa participação de alemães e de empresas de Cingapura.

Diante da competição chinesa no mercado norte-americano de eletrônica, as autoridades procuraram atividades de maior valor agregado. A Multimedia Super Corridor (MSC), lançada em meados da década de 1990 para atrair investimentos no setor de alta tecnologia, permitiu a implantação de mais de 900 empresas. Muitas delas se instalaram a fim de beneficiar-se de vantagens fiscais, sem no entanto dedicar-se a importantes desenvolvimentos tecnológicos. A Malásia lançou-se igualmente na fabricação de placas de silício (*wafers*), a parte nobre da eletrônica. Atualmente, quatro fábricas produzem *wafers*: Silterra, 1st Silicon, SCG Industries e Mimos. Os principais fabricantes de semicondutores desejam permanecer na Malásia, especialmente preocupados em dividir seus riscos. Em troca, as indústrias periféricas locais (automatismo, processamento) parecem muito mais expostas.

Para os compostos de informática, a oferta se divide da forma seguinte: em microprocessadores, Intel, líder mundial, mas também seus concorrentes AMD, Motorola, Aglent, Texas Instruments, Harris

Advanced Technologies, National Semi-Conductor, Hitachi, NEC e ST Microelectronics; em placas-mãe, Xircom, uma marca da Intel, e suas competidoras Solectron, SCI, Jabil, Flextronics; em discos rígidos, Western Digital, Iomega, TEAC Sony e Mitsumi. A gigante norte-americana Seagate reduziu sua presença industrial nesse mercado em favor da China. Somente a Dell e a NEC montam inteiramente os computadores no país; no mercado de monitores, Mitsubishi, BenQ Technologies (anteriormente Acer), Samsung, Jean, Motto e Great TV & Computer são os principais fabricantes presentes.

Os materiais elétricos e eletrônicos representaram mais de 50% das exportações do país em 2005. Nas telecomunicações, além do rápido desenvolvimento das redes fixas e móveis (a taxa de penetração dos telefones celulares é de 80%), o país conseguiu uma forte conectividade e criou cinco zonas dedicadas à externalização. Um operador de telecom foi escolhido para cada zona e desenvolve a atratividade da região.

Empreendedores

A política seguida pelos poderes públicos é ambivalente: patriotismo econômico e abertura. Desde o final da década de 1960, a Nova Política Econômica beneficia o empresariado dos malásios muçulmanos (60% da população que, na época, controlava somente 1% dos capitais). A política em favor dos *bramiputras*, os "filhos da terra", mobilizou créditos concessionais em seu favor e uma extensão do setor público para facilitar seu recrutamento. Essa política favoreceu a constituição de empresas malásias às quais foram confiadas, em caráter exclusivo, a construção e exploração das infraestruturas públicas. Ao lado da manutenção de grandes empresas públicas, como Petronas, Telekom Malasia, Tenga e Proton, a política contribuiu para o surgimento de conglomerados muito diversificados presentes nos serviços, no BTP, das grandes fazendas e mais marginalmente na indústria. O progresso do patronato muçulmano foi também beneficiado pela onda de privatizações de mais de 250 empresas, um quarto do setor público, decidida por Mohammed Mahatir, primeiro-ministro de 1981 a 2003.

A proximidade entre o partido muçulmano dominante no governo e o patronato malaio facilitou as coisas. Vinte anos depois, essa política é amplamente bem-sucedida, pois em 1990 os malaios controlavam mais de 28% do capital não agrícola. Por mais legítima que fosse, a mencionada política se tornou excessiva e representou um dos fatores de uma profunda

crise bancária no final do século passado. Também empobreceu o nível tecnológico do crescimento malaio, que teve necessidade de reestruturação após o advento dos chineses nos mercados mundiais. Construir as mais altas torres de edifícios de escritórios não conduz necessariamente a um crescimento de qualidade, ao que comentam alguns observadores.

Um número muito grande de empresas chinesas continua a ocupar o setor das PMEs. Acontece que o proprietário é formalmente malaio, mas o verdadeiro dono é chinês – daí o nome de Ali Babá, como são conhecidas essas empresas.

Contudo, ao mesmo tempo, o recurso aos capitais estrangeiros foi beneficiado pela mesma configuração de poder. A porta foi aberta de par em par aos investidores estrangeiros – japoneses, taiwaneses, coreanos, norte-americanos e chineses de Hong Kong no terreno da eletrônica e mais tarde da externalização. O investimento direto estrangeiro, que montava em média a 100 milhões de dólares por ano de 1966 a 1974, subiu para 500 milhões de dólares durante os cinco anos seguintes e dobrou no decorrer da década de 1980. Se a crise de 1997-1998 reduziu fortemente a velocidade dessa progressão, ela não a estancou. Os IDEs elevaram-se, assim, em média, a 3,2 milhões de dólares por ano de 1999 a 2005, e o estoque ultrapassava 60 bilhões de dólares naquele ano, enquanto era apenas de 10 bilhões de dólares em 1990 e de 30 bilhões em 1995. A missão da Mida é reforçar e coordenar o desenvolvimento industrial na Malásia, notadamente por meio do apoio à atratividade do país para os investidores estrangeiros. Para isso, dispõe de uma rede em uma quinzena de países, a fim de levar adiante uma estratégia de busca de empresas-alvo, às quais são propostas vantagens outorgadas de forma específica.

Esses IDEs se concentraram no setor manufatureiro, em cuja primeira linha figuram a eletrônica e a química, além das matérias-primas (essencialmente hidrocarbonetos). Representam a parte essencial das exportações do país e hoje em dia são responsáveis por um terço dos investimentos privados e mais de 20% do investimento global.

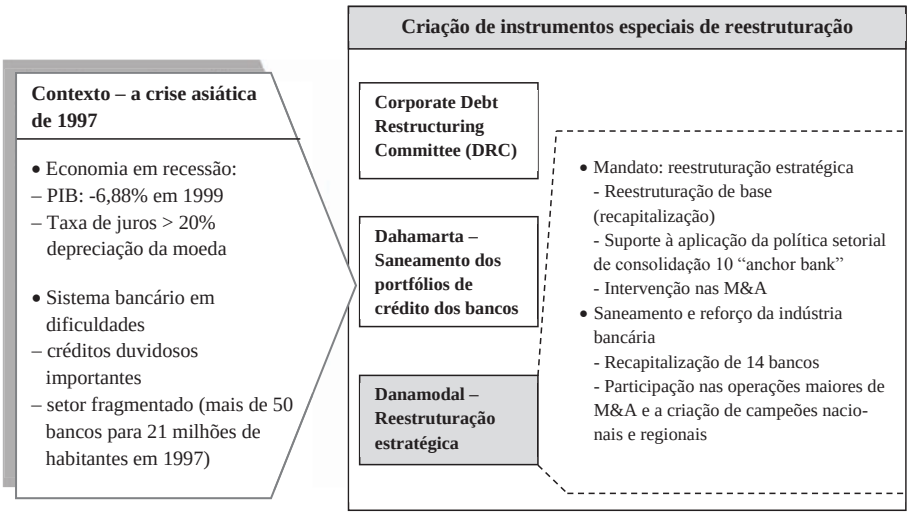
É preciso, porém, notar que o investimento privado no país recuou durante a década, ou seja, 10% do PIB, em comparação com 25% durante a década anterior à crise de 1997. Em sentido inverso, observa-se desde 2006 um crescimento rápido dos investimentos externos das grandes empresas malaias em países dinâmicos, como a Índia, a China e o Oriente Médio. Esses investimentos ultrapassaram 15 bilhões de dólares em 2008, antes de reduzir-se a 8 bilhões em 2009. Naquele ano, somente 1,2 bilhão de dólares provenientes do exterior foram investidos no país.

Intermediação financeira

Por ocasião da Independência, a indústria bancária era dominada por bancos estrangeiros, mas os locais rapidamente se tornaram majoritários, e as licenças para os estrangeiros estão suspensas há muitos anos.

A crise de 1997-1998 foi inicialmente bancária: próximos ao poder político, os bancos locais, principalmente a serviço da política de discriminação positiva em favor dos filhos da terra, distribuíram abundantemente créditos aos setores imobiliários, industriais e de serviços, estimulados por uma taxa de câmbio irrealista em relação ao dólar. Os bancos não perceberam o crescimento da bolha imobiliária nem o maremoto chinês que tornou as empresas locais uma parte do mercado. O reembolso dos créditos tornou-se difícil e chegou o momento do ajuste de contas. A crise ensejou um movimento de recomposição, de racionalização e de saneamento do setor bancário. A reestruturação do setor foi lançada pelas autoridades em 1999 e completada por um Financial Sector Master Plan em 2001. O reagrupamento de 54 bancos (20 bancos locais, 22 companhias financeiras e 11 bancos de negócios) foi realizado em torno de 10 grupos de referência, um movimento estimulado pela mudança das regras em matéria de capitalização. A reestruturação foi facilitada pela criação de um fundo de reestruturação bancária.

O fundo de reestruturação bancária na Malásia



Dez anos depois, o impacto da crise financeira de 1998 continua a fazer-se sentir, porém de maneira decrescente: a parcela de créditos inadimplentes aos lares caiu da 3,5% do total dos créditos e os das empresas, especialmente as do setor exportador eletrônico, a 4,7%. O volume dos créditos inadimplentes já está controlado, mas dificulta especialmente a distribuição de novos créditos. O esquema é clássico: a necessidade de prover esses créditos limita a capacidade de crédito dos bancos e favorece a resistência a novos clientes, notadamente as PMEs, o que explica em parte a atonia dos investimentos privados há alguns anos. No entanto, considera-se que o sistema bancário malaio resistiu bastante bem à mais recente crise e não apresenta atualmente nenhum risco maior.

Aliás, esse movimento de concentração bancária sob o aguilhão do Estado criou um mercado bancário oligopolista que empurra para cima as taxas de juros. As empresas estrangeiras têm de confiar pelo menos 50% de seu giro de negócios aos bancos locais, mas a qualidade dos serviços por eles oferecidos é comparável à dos bancos estrangeiros. A vantagem dessa situação é ajudar as margens dos bancos e permitir-lhes investimentos significativos.

O impacto da crise foi atenuado pela qualidade da regulamentação do Banco Ventral e pela rápida reação das autoridades. O protecionismo bancário é temperado por um mercado de capitais ativo, pois o de valores imobiliários representa 46% da intermediação financeira, da qual mais de 30% está no mercado de ações, às quais se orientam os capitais flutuantes.

Políticas públicas

Após a Independência do país, no início da década de 1960, a Malásia seguiu uma política tímida de substituição de importações, levada a efeito pelas empresas públicas no setor do aço, do cimento e dos automóveis, mas a iniciativa privada ocupava lugar limitado na acumulação.

No final da década de 1970 e durante a de 1980, ocorreram importantes mudanças na organização da economia em favor do setor privado local e dos investidores estrangeiros, depois da degradação da situação externa. Os preços dos produtos primários exportados pelo país, notadamente petróleo, *hevea*, azeite de dendê e chá, declinaram consideravelmente, e os recursos externos se reduziram.

A queda de preços provocou uma crise no financiamento do setor público e impôs a necessidade de privatização e de diversificação

econômica. No final da década de 1980, os poderes públicos abriram ainda mais a economia, ajustaram a taxa de câmbio, limitaram a despesa pública e deram maiores facilidades aos investidores estrangeiros. O resultado foi o crescimento, fortemente impulsionado por capitais vindos do exterior.

Mais recentemente, além da privatização nos setores de cimento e siderurgia, foram feitas concessões para o fornecimento de água potável e tratamento do lixo doméstico e industrial.

O debate acerca da Petronas é intenso. Alguns acreditam que o futuro da empresa dependerá da abertura de seu capital e de sua capacidade de mobilizar novos recursos técnicos e financeiros, como a Petrobras, no Brasil. O debate se junta ao relativo ao financiamento do déficit público, que subiu a 6% durante os últimos anos, em decorrência da política anticíclica levada a cabo pelo governo durante o período recente. Os impostos do setor petrolífero representam 20% da receita, proporção que o governo pretende reduzir, apesar de enfrentar grande resistência das famílias e das empresas contra qualquer nova pressão fiscal ou redução das subvenções.

Na década de 2010, aumentará o poderio do setor privado: 92% dos projetos prioritários identificados para o período 2010-2011, cujo custo global é de 138 bilhões de dólares, serão conduzidos por esse setor. O investimento público, por mais importante que seja, nunca ultrapassou os 40% do total e, durante os anos recentes, foi destinado aos serviços públicos básicos.

Economia e sociedade

Na Malásia, utiliza-se frequentemente o conceito de segurança total (*comprehensive security*), baseado na estabilidade política, no sucesso econômico e na harmonia social. É um belo programa, mas a realidade econômica também impõe sua lei.

A última crise deteriorou o mercado de emprego, notadamente no setor exportador, com redução do tempo de trabalho, demissões e fechamento das empresas mais frágeis. Contudo, o impacto social foi limitado e afetou sobretudo o emprego dos trabalhadores emigrados, cujo perfil não aparece nas estatísticas oficiais de desemprego. Além disso, a elevação dos salários, de mais de 35%, outorgada pelo governo a um milhão de funcionários, amorteceu o choque social decorrente da crise. A queda do volume do investimento privado local e dos investimentos externos no país é preocupante para o futuro, mesmo que a despesa

pública de equipamento tenha podido compensar o impacto sobre o mercado de trabalho.

Para o período 2010-2011, o governo malásio prevê o aumento do produto *per capita* de 6,5 mil dólares para 15 mil dólares, a criação de três milhões de empregos e a queda de 50% da população que vive em pobreza extrema, ou seja 600 mil pessoas, além de um investimento maciço em infraestrutura e meios de transporte público. Para esse período, o governo definiu seis setores prioritários de intervenção, cuja lista revela as deficiências a corrigir e os flagelos sociais a combater: luta contra a criminalidade, erradicação da corrupção, fortalecimento da educação, elevação do nível de vida dos mais pobres, melhoramento das infraestruturas rurais e desenvolvimento dos transportes públicos.

Riscos e durabilidade

No plano interno, é preciso continuar a gerenciar as consequências da crise do fim do século passado. Além da notável recuperação da indústria bancária, embora ainda em curso, o crescimento do país, assim como o do México, esbarra em uma feroz concorrência chinesa no mercado norte-americano, especialmente no setor da eletrônica. Com um custo de mão de obra qualificada duas vezes e meia inferior ao da Malásia e um mercado interno muito mais importante, o setor de eletrônica chinês registra uma taxa anual de crescimento de 20%. Desde 2000, as exportações chinesas de produtos eletrônicos para os Estados Unidos ultrapassaram o volume de exportações malaio e o hiato continua a aumentar. Além disso, a estrutura da indústria faz com que o próprio setor exportador seja importador volumoso de componentes e equipamento. Um relatório do Banco Mundial de abril de 2010 reiniciou o debate sobre a fragilidade do crescimento do país, ligada à exportação maciçamente dominada por produtos eletrônicos. O relatório insiste na necessidade de um ajuste estrutural, a fim de produzir uma variedade maior de bens industriais e acrescentar à cadeia de valores produtos de maior qualidade em saber e em inovação.

O novo governo, liderado por Najib Razak desde 2009, está perfeitamente consciente da necessidade de modernizar a economia e anunciou, em março de 2010, o lançamento de um Novo Modelo Econômico que pretende melhorar o clima dos negócios, lutar contra as barreiras oligopolistas e regulamentares que freiam o investimento e o crescimento. Nesse contexto, anunciou um abrandamento da política

de discriminação positiva em favor dos malaios, a qual, após 40 anos de aplicação, demonstrou seus limites econômicos e sociais, prejudicando o investimento das empresas e o investimento imobiliário das famílias. Os observadores consideram que a estratégia é boa, mas que não deixa de apresentar perigos.

A durabilidade do crescimento pode também estar ameaçada pela degradação dos bens ambientais locais. Dois exemplos recentes são muito relevantes. As empresas australianas procuram negociar terras raras importadas por este país, a quatro mil km de distância, a fim de fabricar metais indispensáveis aos produtos tecnológicos de ponta. Esse projeto, que renderá mais de 1,5 bilhão de dólares por ano ao país, em um mercado muito promissor, suscita vivas críticas devido a seu impacto sobre a poluição e a vida quotidiana dos pescadores da região.

A política agrária adotada durante os últimos anos também favoreceu uma exploração extrativa das florestas para produzir mais azeite de dendê e *hevea*. O desenvolvimento intensivo da produção derivada das palmeiras limitou os cultivos alimentícios. As monoculturas de exportação e o agronegócio são contestados por muitos, que prefeririam uma política de proteção da agricultura familiar.

Capítulo VIII

Chile, um modelo de abertura?

Os indicadores econômicos e financeiros indicam sinal verde. Os indicadores sociais melhoram. Os organismos internacionais aplaudem os resultados conseguidos e a estabilidade das políticas. O Chile é apresentado como modelo de abertura – ou quase.

Desempenhos econômicos

Durante os últimos 20 anos, a taxa de crescimento da economia evoluiu positivamente, porém de modo diferenciado: de 7,8% anuais de 1990 a 1996 para 3,2% de 1997 a 2002 e 4,7% de 2003 a 2008. A taxa de investimento que impeliu o crescimento oscilou de 22% a 25%, e a taxa oficial de desemprego nunca ultrapassou 8,5%. Isso permitiu que alguns falassem em milagre chileno.

Crescimento e equilíbrios no Chile

	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	4,6	3,7	-1,5	5,3	6
Inflação	7,8	7,1	-2,6	3	3,5
Equilíbrio orçamentário % PIB	8,3	4,3	-4,3	-1	-0,6
Pagamentos correntes % PIB	4,5	-1,5	2,6	-0,5	-2
Dívida externa % PIB	33	37	45	44	42
Reservas externas (bilhões de US$)	16,6	23,1	25,3	27	37

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

O crescimento foi de 4% durante os anos 2003-2009 e teria sido de 4,6%, não fosse a crise de 2009. As finanças públicas, no entanto, dependem fortemente do preço do cobre. A inflação está bem controlada, mas permanece sensível à taxa de câmbio em regime flutuante e ao preço da energia, pois dois terços da energia consumida são importados.

Apesar dessa situação, os pagamentos correntes permanecem sadios em um contexto de elevação das exportações, notadamente do cobre (este representou 62% das exportações em 2008, contra 41% em 2002). O volume da dívida externa é razoável e a acumulação de reservas exteriores, notável. Dito isso, a pressão sobre os equilíbrios externos é real devido a um fluxo importante de exportação de lucros por parte das empresas estrangeiras e de exportação de capitais pelas nacionais, a fim de investir em países vizinhos. Tudo depende da evolução do preço do cobre e do fato de que a China absorve hoje em dia 25% das exportações chilenas. Nunca na história recente os interesses de um país liberal estiveram tão próximos dos de outro ainda comunista. Assim é a emergência.

Setores e bens específicos

O setor mineiro (especialmente o cobre) domina há muito tempo não só a produção e as exportações do país, mas também suas finanças públicas, além de garantir a segurança, pois uma parte das receitas desse minério é destinada ao orçamento nacional de defesa.

Em 13 anos, o setor cuprífero perdeu importância não só na geração da riqueza nacional, mas também no emprego não agrícola e nas exportações. Em 2009 não representou mais do que 6% da riqueza do país; foi a alta recente do preço do minério no mercado internacional e especialmente o dinamismo da demanda asiática o que recolocou esse

produto no primeiro lugar exportações e nas receitas fiscais do Estado. Enquanto os preços do cobre e os volumes exportados contribuíram para uma multiplicação por três no valor das exportações desse setor de 2000 a 2006, as outras áreas (agricultura e indústria), que dobraram suas exportações, também deram contribuição poderosa, mais pelo efeito "volume" do que pelo efeito "preço", para o desenvolvimento das exportações do país. Uma reviravolta brutal na conjuntura desse setor não poderá mais prejudicar totalmente o desempenho econômico do Chile, graças aos outros motores do crescimento. Afetará necessariamente, porém, as finanças públicas e os equilíbrios externos em um contexto de fragilização da conta financeira exterior pelas exportações de lucros.

A economia chilena transformou-se progressivamente em uma economia de serviços: em 2009, 67% do PIB foi gerados por esse setor, que fornece 74,5% dos empregos. O setor de mineração chegou ao teto em 5,5% e o das manufaturas em 16%. Este último não ultrapassa em muito o dos serviços financeiros e às empresas, que chegou a 16,8% em 2008.

A agricultura e os serviços modernos tiveram papel impulsionador na diversificação econômica chilena, tanto na geração da produção nacional quanto na diversificação das exportações. O desenvolvimento agrícola e silvícola, a aquicultura e a viticultura se intensificaram, e as indústrias complementares os seguiram. Em 2005, as exportações de produtos brutos ou transformados desses setores representaram mais de 8 bilhões de dólares em um total de 37 bilhões, enquanto que no mesmo ano as exportações de cobre somaram 16 bilhões de dólares, após uma multiplicação por 2,7 do preço mundial em relação a 2001. Ao preço desse ano, as exportações desse produto seriam de 6,7 bilhões de dólares, isto é, inferiores às exportações agrícolas no sentido amplo e às da indústria agroalimentar.

Os grandes grupos agroalimentares mundiais estão presentes no Chile, e os grupos chilenos conseguiram internacionalizar-se em direção ao México e à Argentina. A indústria agroalimentar chilena exporta 300 produtos diferentes para 40 países, e o vinho chileno é vendido em 80 países. Em 2005, o Chile destronou a Noruega como primeiro exportador mundial de salmão, que lhe rende mais de 2 bilhões de dólares. O papel das telecomunicações também é crescente, não só com o aumento da telefonia, mas também o das redes e da conectividade global da economia e da sociedade.

Empreendedores

As firmas chilenas são as que, em geral, conduziram o processo de diversificação nas minas, na agricultura, na silvicultura, na pesca e na indústria agroalimentar, porém com apoio ativo das instituições públicas, tanto no que toca à inovação quanto na promoção das exportações.

O Chile, primeiro país de destino de IDE na América Latina em relação ao PIB, recebeu 16 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros em 2010. Os capitais estrangeiros, notadamente norte-americanos, canadenses e espanhóis, investiram no setor bancário e no de telecomunicações e eletricidade, mas não somente aí. As empresas espanholas, e também as francesas, desempenharam papel impulsionador nos bancos, nos materiais de construção, nos transportes públicos e no serviço público de água e saneamento.

O governo tornou mais atraentes as condições de implantação dos investidores, principalmente por meio da simplificação dos procedimentos administrativos e autorizando maior acesso ao crédito local para o financiamento das inversões: 75% em vez dos 50% anteriores. Os IDEs em novas tecnologias gozam de apoio financeiro público.

As autoridades também puseram à disposição dos investidores uma legislação favorável aos estrangeiros que pretenderem fazer do Chile uma plataforma regional de desenvolvimento. Esse programa, intitulado Chile Plataforma, se estriba em diversas medidas regulamentares.

A primeira, a Lei Plataforma de Investimentos, de novembro de 2002, estabelece o seguinte: as empresas estrangeiras que investirem em países vizinhos a partir do Chile estão isentas de impostos sobre os lucros realizados no exterior; beneficiam-se do desenvolvimento tecnológico e do apoio dos poderes públicos chilenos no país de implantação. Em contrapartida, a empresa criada deve estar fisicamente radicada no Chile, seguir as normas chilenas em vigor e realizar investimentos no exterior (com exceção dos paraísos fiscais). Os rendimentos obtidos fora do Chile não estão sujeitos a nenhum imposto chileno; em troca, as atividades no Chile (especialmente os rendimentos provenientes de dividendos recebidos por investimentos realizados em sociedades anônimas instaladas no país) permanecem sujeitos a Imposto de Renda de 35%.

Repartição setorial das IDEs de 1974 a 2002 e de 2002 a 2008

	Fluxos acumulados 1974-2002 em %	Fluxos acumulados 2003-2008 em %
Energia e água	34,9	29,9
Transportes e comunicações	21,2	15
Indústria	17,4	11
Mineração	13,3	29,3
Construção	9,3	7,2
Serviços	2,4	6
Total	17,5 bilhões US$ = 100	37 bilhões de US$ = 100

Fonte: Banco Central.

Há 35 anos a estrutura do investimento direto externo vem evoluindo. Durante o primeiro período, o investimento direto, presente de maneira significativa nas minas e na indústria, desempenhou principalmente um papel importante na modernização dos serviços, notadamente nos bancos, e no fortalecimento das infraestruturas de transportes, comunicações, energia e água da economia chilena.

No decorrer do segundo período, nota-se uma nova concentração em benefício das minas e dos setores de energia e água, com a indústria perdendo atrativo, provavelmente devido à nova globalização e à chegada ao mercado chileno de produtos de países emergentes. Após uma reorganização setorial progressiva dos investimentos estrangeiros que foram saindo do setor mineiro durante o primeiro período, nota-se novamente uma polarização, certamente resultante do crescimento rápido da demanda mundial de cobre e seus derivados.

Enquanto a América do Norte dominava o estoque de investimentos estrangeiros no Chile antes de 2000, a União Europeia foi quem se tornou primeira investidora no Chile no decorrer do período 2000-2009, com 40% dos investimentos diretos, dos quais 28% são espanhóis, imediatamente após o Canadá. A Espanha vem logo atrás dos Estados Unidos em termos de estoques de investimentos, especialmente em consequência de duas grandes operações no campo da eletricidade e das telecomunicações.

Mesmo assim, a abertura aos capitais estrangeiros não é total. Na OMC, certos países exigem do Chile uma abertura mais ampla do setor de serviços ou o início da abertura de transportes marítimos, de logística de transportes ou da grande distribuição. O país parece muito atento à

evolução do setor de serviços, que produz 67% da riqueza nacional e que ocupa 74% da mão de obra empregada.

Durante a década passada, as empresas chilenas desenvolveram amplamente seus investimentos no exterior, em particular na América Latina, aproveitando suas vantagens históricas: essas empresas foram fazer fora do Chile o que sabiam fazer bem no país. Esse movimento interessou em parte os setores agroalimentar, de distribuição em grande escala, de construção e da promoção imobiliária, mas também os de transportes aéreos e serviços portuários. A empresa nacional Lan Chile criou filiais e sucursais em diversos países da região. De 2003 até o início de 2009, o balanço de pagamentos do país registrou mais de 20 bilhões de dólares de investimentos chilenos no exterior, enquanto que os investimentos estrangeiros na região montaram a 37 bilhões de dólares. Na OMC, a fim de sustentar esse movimento, o Chile reivindica melhor acesso de seus cidadãos e de suas empresas aos serviços profissionais, aos transportes marítimos e aéreos e aos serviços de informática, revelando sua competitividade, se não sua excelência, em cada um desses campos.

Deve-se notar também que a exportação dos lucros das empresas se tornou uma carga crescente no balanço de pagamentos chilenos: de 2003 a 2008, as exportações de lucros representaram muito mais do que o volume de investimentos diretos recebidos.

Intermediação financeira

Apesar de uma distribuição de renda considerada desigual, o Chile tem uma taxa de poupança relativamente baixa, principalmente em comparação com os grandes países da Ásia, embora superior à do Brasil, que não é maior do que 15%.

Poupança e investimento no Chile

	2003	2005	2007	2008
Taxa de poupança em % do PIB	20	23,4	25,1	22,2
Taxa de investimento em % do PIB	20,1	20,6	25,7	29,7

Fonte: BCC.

Após a grave crise financeira do início da década de 1980, o Chile se dotou de um sistema bancário muito sólido. Quatorze bancos chilenos (60% dos créditos outorgados) e 12 bancos estrangeiros (40% dos créditos)

compartilham o mercado de crédito bancário. De fato, cinco bancos universais concentram 74% dos créditos à economia. Somente o Santander surge como grande banco estrangeiro ao lado dos bancos chilenos. Os créditos à economia representam 100% do PIB, o que indica uma boa profundidade financeira, melhor do que no Brasil, onde essa taxa chega a apenas 55%. A indústria bancária é eficiente, pois em 2010 apenas 3,5% dos créditos foram inadimplentes, enquanto que na Ásia essa taxa se eleva a 4,7%. A taxa de provisão dos créditos duvidosos subiu para 165%, contra menos de 75% na Europa Oriental.

A poupança local captada pelos bancos permite financiar 70% dos investimentos das empresas. As grandes firmas, porém, preferem financiar-se no exterior, que oferece melhores condições, aproveitando o risco-país positivo. A reforma do mercado de capitais iniciada em 2001 prossegue com o alívio da taxação sobre os rendimentos em Bolsa dos não residentes e com a redução de impostos de certos rendimentos dos residentes em Bolsa. O desenvolvimento do capital-risco também goza dessa possibilidade.

O mais notável, porém, é o papel importante e crescente das companhias de seguro e, sobretudo, dos fundos de pensão no financiamento geral da economia. Como a dívida pública é modesta devido à prudência orçamentária e aos aportes fiscais do setor mineiro durante os últimos anos, o encaminhamento da poupança de longo prazo serve ao desenvolvimento dos investimentos. Dessa forma, os fundos de pensão participam ativamente do financiamento do desenvolvimento do internacional das empresas chilenas, que se acelerou ao longo dos últimos anos anteriores à crise.

Seis fundos de pensão gerenciam o capital confiado por mais de 700 mil filiados, e 350 cotistas tinham mais de 64 bilhões de aplicações no exterior em 2010, ou seja, 40% do PIB naquele ano. O regime de aposentadoria mediante capitalização, obrigatório para todos os assalariados chilenos, levou a taxa de poupança no Chile a mais de 24% do PIB. A poupança assim captada permite desenvolver o mercado de capitais, que financia maciçamente as empresas e, em parte muito pequena, o Estado.

As companhias de seguros cujos ativos representavam, em 2010, mais de 22% do PIB, participam também do dinamismo do mercado de capitais e dos fundos de investimento. No entanto, parece que esse sistema financeiro diversificado, sólido e bem regulamentado não é suficiente para o financiamento das PMEs. As estritas regras de prudência tornam difícil o financiamento das pequenas e médias empresas pelos fundos de pensão. Estes, porém, podem contribuir para esse financiamento por meio dos fundos de investimento destinados a PMEs.

Uma importante inovação financeira foi feita em 2006 após o rápido aumento dos preços do cobre. Foi criado um fundo de estabilidade econômica e social para acolher o excesso de recursos decorrentes dessa alta. A gestão do fundo foi confiada a uma entidade independente, responsável perante o Parlamento, o qual recebe os relatórios trimestrais de gestão.

A partir de 1980, a supervisão foi reforçada e repartida entre três órgãos: o do controle dos bancos, o da regulamentação da Bolsa e finalmente o do controle dos fundos de pensão, cujo papel importante no financiamento e na internacionalização das empresas já foi mencionado. Deve-se assinalar que os fundos de pensão e soberanos aplicam suas reservas no exterior, o que pesa no balanço de pagamentos e acentua os aspectos financeiros da economia chilena, tanto as suas vantagens quanto os seus riscos.

Políticas públicas

A estabilidade das políticas públicas explica em grande parte o sucesso do país. Se a esquerda chilena praticamente não levantou objeções às principais linhas da política econômica levada a cabo pela direita no período de 1974 a 1990 (abertura, privatizações, alívio orçamentário e desregulamentação) – ao contrário, as confirmou e as ampliou –, a direita, voltando ao poder em 2010, não mudou as políticas sociais introduzidas pela esquerda em matéria de educação, proteção social e combate à pobreza.

Organização da economia

A abertura comercial foi extensa e contínua. O intercâmbio com o exterior representa 80% do PIB. O Chile assinou 21 acordos comerciais com 57 países, inclusive um com a União Europeia, que abrange 27 países. Esses acordos preferenciais, que dizem respeito a 90% das trocas, fazem do Chile o país menos protegido do mundo, pois a taxa de proteção decorrente desses acordos é estimada em 1,3%. Essa abertura externa foi acompanhada por outra econômica interna, principalmente pela privatização e pela atração de investidores estrangeiros. O governo Pinochet abriu amplamente a economia do país a esses investidores ao privatizar muitas empresas ou ativos de produção. A política de privatizações passou por

três grandes períodos: o primeiro diz respeito ao setor mineiro, a partir de 1974, e somente duas empresas públicas, sem dúvida dominantes, como a Sodelco, subsistem no setor, que acolheu investidores norte-americanos, canadenses, australianos e, mais recentemente, japoneses.

No início da década de 1980, o setor de telecomunicações passou a ser objeto de privatizações importantes. Foram privatizadas a CTC, na telefonia fixa local, e a Entel, na telefonia de longa distância; no entanto, apesar da abertura do setor à competição, as duas operadoras históricas permanecem dominantes, com a CTC controlando 77% do mercado de telefonia fixa. Na telefonia móvel, após uma fase de consolidação, três operadoras – Movistar (45%), Entel (39%) e Smartcom (16%) – partilham os 11 milhões de clientes, o que coloca o Chile em primeiro lugar na teledensidade móvel na América Latina. Recentemente, a telefonia em IP teve extraordinário surto, levando também o Chile aos primeiros lugares do mundo nessa especialidade.

A terceira fase foi a das infraestruturas. Uma política ativa de concessão foi adotada a partir de 1996 e conduzida com êxito ao longo dos últimos 10 anos. Afetou as infraestruturas rodoviárias e aeroportuárias, resultando em aumento rápido das capacidades de acolhimento dos aeroportos e em uma elevação do volume de tráfego aéreo, que atingiu oito milhões de passageiros. O sistema de concessões foi aplicado também às atividades portuárias, após uma profunda reestruturação ocorrida em 1998, que permitiu mobilizar quase 1 bilhão de dólares do setor privado para a modernização das instalações. O objetivo é triplicar a capacidade dos portos a fim de atingir um volume de 30 milhões de toneladas em 2015. Os 2,2 mil km de autoestradas foram objeto de 21 concessões, e quatro autoestradas urbanas foram construídas, com um sistema eficaz de telepedágio. As empresas públicas ainda mantêm o monopólio da importação de produtos energéticos e da exploração do metrô de Santiago, Valparaíso e Concepción. O crescimento dos recursos do Estado proporcionalmente à riqueza nacional permite hoje em dia o aumento das despesas sociais, especialmente as destinadas à assistência aos menos favorecidos. Ainda é necessário continuar a dar toda a atenção à educação de base.

Recursos do Estado

	1995-1999	2000-2006
Receitas totais em % do PIB	30,5	35,4
Receitas fiscais em % do PIB	18,8	19,3
Impostos diretos em % das receitas fiscais	28,2	33,4
Impostos sobre rendimentos individuais	6,3	6,6
Impostos indiretos em % das receitas fiscais	64,8	59,3
Taxas ligadas ao comércio exterior	9,3	4
Despesas totais em % do PIB	30	33,2
Despesas de custeio em % das despesas	35,7	35,8
Transferências sociais em % das despesas totais	43,3	48,8
Despesas de capital em % das despesas totais	16,2	15,5
Pagamento de juros em % das despesas totais	5,2	4

Fonte: OCDE, Perspectivas Econômicas da América Latina 2009.

Em comparação com o México, os recursos do Estado chileno são volumosos em relação ao PIB. As receitas totais do país, compreendidas as decorrentes da atividade mineradora, que representam mais de 40% daquelas, ultrapassam 35% do PIB, enquanto foram, no México, em média, apenas de 20,5% durante os últimos sete anos.

Ao mesmo tempo, porém, o Chile se assemelha aos demais países da América Latina em que os impostos diretos, principalmente os sobre rendimentos individuais – que simbolizam a redistribuição por meio da taxação –, representam apenas um pouco mais da metade dos impostos indiretos, que são os de consumo, pagos pela maioria. O Chile compartilha com o México a dependência em relação à taxação sobre a atividade mineira, composta principalmente de direitos de exploração.

Recursos humanos para o crescimento

Os recursos humanos não foram até o momento um obstáculo importante para a diversificação da economia chilena. A longa história do sistema de educação, os desempenhos do sistema de formação, a presença de centros de excelência nos campos técnicos e o gerenciamento permitiram às empresas conseguir no mercado os quadros médios e superiores necessários. No Chile, a despesa social total é estável em relação ao PIB, mas o país cuida tão bem quanto o Brasil da educação e da saúde em termos *per capita*. Após

as eleições de 2006, que levaram a esquerda ao poder, o governo colocou em prática programas de reforço e democratização da formação, inclusive de nível superior, a fim de dar melhor acesso às camadas populares, principalmente por meio de um sistema de empréstimos e subvenções. Mesmo assim, a mais recente classificação dos desempenhos em matéria de educação feita pela OCDE, a chamada Classificação Pisa, coloca o Chile na penúltima posição não só em matemática e em ciências, mas também em compreensão de texto. Isso não deixa de ser preocupante.

Algumas instituições-chave vêm há muito acompanhando o desenvolvimento do Chile

A Fundação Chile 21 é uma instituição especializada em prospectiva, independente, porém ligada à Presidência da República e ao Ministério das Finanças. Duas questões principais são objeto de permanente pesquisa na instituição: a renovação das especializações internacionais do país mediante pesquisa tecnológica avançada e as políticas de redução da pobreza, que podem suscitar dúvidas sobre o consenso social a respeito do crescimento.

A Chile 21 foi a impulsionadora da inovação. Criada graças à conversão de uma dívida de 50 milhões de dólares, agrupa mais de uma centena de pesquisadores e tecnólogos e desenvolve suas atividades em capitais de risco, inovação e difusão tecnológica, além de apoiar inovações institucionais. Desde o início da década de 1980, a Chile 21 esteve ativa no aperfeiçoamento e nas aplicações da agricultura, permitindo grandes desempenhos no desenvolvimento tecnológico e na exportação de produtos florestais e dos relacionados à pesca. Está ligada por contratos a agricultores, que a associam a seus lucros.

A Prochile, ligada ao Ministério das Relações Exteriores, é a agência de promoção de exportações. Emprega 400 pessoas, espalhadas por 78 países, inclusive o Marrocos e a África do Sul. Seu papel é o de identificar nichos de exportação para produtos e serviços chilenos. Seu financiamento é misto, com as empresas pagando os serviços que contratam. Acompanha as exportações chilenas (exceto as de cobre), que atingiram 10 bilhões de dólares, dos quais 6 bilhões correspondem a produtos agroalimentícios, da pesca (salmão) e da floresta.

A Corfo, inicialmente encarregada do programa de privatizações em meados da década de 1970, especializou-se em seguida no financiamento das PMEs sob a responsabilidade e com recursos do Ministério da Economia.

Coloca seus recursos à disposição das empresas para o financiamento dos estudos ou do investimento mediante oferecimento. Após a mudança de governo em 2006, a Corfo foi encarregada de um programa ambicioso de apoio à pesquisa e à inovação, um dos principais da esquerda chilena.

Agraria é uma empresa privada especializada em políticas e programas de desenvolvimento rural, especialmente para gerenciamento de empresas agrícolas e diversificação das atividades de exploração e de inovação relacionadas com controle de custos, principalmente em matéria de tecnologias de irrigação.

Outras instituições necessárias ao bom funcionamento de uma economia de mercado merecem ser citadas: os tribunais alfandegários, os tribunais fiscais e o conselho de transparência. A esquerda também instituiu, a partir de 2006, um programa de apoio à inovação no financiamento de *start-up*, do capital de risco. O programa foi entregue à Corfo. Ainda não se conhecem os resultados.

Economia e sociedade

O forte crescimento da década de 1990, de mais de 5% em média até 2009, elevou a renda média *per capita* para 14,5 mil dólares em paridade de poder de compra, o mais alto da América Latina, e naturalmente fez recuar o desemprego no país, reduzido a 8,5%, ainda que o emprego informal continue visível, notadamente nas regiões menos favorecidas.

Uma parcela importante da proteção social aos trabalhadores é financiada por contribuições voluntárias, principalmente para cobertura de riscos de saúde, de desemprego e de velhice. No entanto, diante da situação precária de uma parte da população, que não está em condições de atender às despesas somente com seus próprios recursos, a esquerda no poder impulsionou uma lei em 2008 que começou a reformar profundamente o sistema e a outorgar aos menos favorecidos uma aposentadoria mínima decente, da mesma forma que Lula fez no Brasil. O crescimento, por sua vez, reduziu nesse ano a pobreza a um patamar de 10% da população, contra 28,5% em 1990 e 14% em 2002. As famílias cujos rendimentos totais não excedem o Smig, isto é, 180 dólares, são consideradas pobres.

A concentração de renda, porém, tornou-se uma das mais elevadas na América Latina, situação que preocupa todos os chilenos, especialmente os partidos políticos e os sindicatos. Além do anteriormente citado fortalecimento do sistema educativo, as autoridades puseram em

funcionamento um programa intitulado Chile Solidário, cujos resultados parecem decisivos devido à forma de execução dos programas e de seus alvos.

Riscos e durabilidade

A dependência externa do crescimento chileno é um fato: a crise asiática de 1998 produziu uma regressão no crescimento do país e a de 2009, novamente, fez recuar a atividade econômica no Chile. Os intensos esforços de diversificação dos clientes têm por objetivo minimizar os riscos futuros. A assinatura do acordo com a União Europeia permitiu ao país diversificar suas exportações e depender menos do crescimento norte-americano, como é o caso do México. A Ásia, zona de elevado crescimento, tornou-se também um dos principais parceiros comerciais do Chile, mas não unicamente no setor mineiro. A China foi o primeiro cliente comercial do Chile em 2010, enquanto Taiwan, Índia e Coreia têm relações comerciais crescentes e bem mais significativas com o Chile do que as estabelecidas com os países vizinhos da América Latina, inclusive os maiores.

A concentração do comércio exterior do Chile continua, entretanto, a suscitar preocupação: o cobre representa, em média, 55% do valor das exportações, e seu preço caiu em 60% durante a última crise; o vinho, as frutas e os legumes representam 19% das exportações e estão submetidos à competição, ainda que, em relação ao salmão, o Chile tenha posição dominante, com 35% do mercado mundial. Além da diversificação de produtos e países, o Chile soube colocar em prática políticas anticíclicas graças aos recursos orçamentários acumulados em um fundo de estabilização econômica e social em período de crescimento, consequência da regra constitucional chamada de "excedente orçamentário estrutural".

Assim, diante da crise de 2009, o governo conseguiu evitar uma recessão profunda, despendendo mais de 6% do PIB no desenvolvimento de infraestruturas, no apoio às PMEs e ao emprego de jovens e nos auxílios sociais às famílias mais necessitadas. Todas essas medidas levaram à estabilização dos mercados, fortemente perturbados por um mercado mundial marcado, principalmente, pela queda de 70% do preço do cobre.

Outro perigo, porém, espreitava os chilenos: o mal holandês. Deve-se recordar que os impostos sobre o cobre representaram mais de 40% das receitas públicas durante os anos recentes. Nota-se frequentemente a evolução paralela do preço desse minério, do saldo comercial, do valor

do peso e do movimento da inflação. A alta do preço do cobre acentuou a liquidez da economia, o que contribui para a inflação e exerce pressão sobre o peso.

Preço do cobre e seu impacto

	2001	2005	2007	2008	2009
Preço médio do cobre em cents por libra	71,6	167,1	323	316	180
Saldo comercial em bilhões de dólares	2	9,3	22,6	8,6	9,8
Taxa de câmbio (dólar x peso)	656	514	499	649	593
Taxa de inflação (%)	2,6	3,7	4,4	8,7	2,3

Fonte: BCC.

A alta dos preços do cobre provoca variações no saldo comercial, valoriza ou desvaloriza o peso e aumenta ou reduz a taxa de inflação. Alguns viram também, na folga financeira externa, uma das causas da relativa desindustrialização do Chile e, em todos os casos, sua estagnação a um nível relativamente baixo (16% do PIB). As autoridades recentemente reagiram adequadamente ao "desorçamentarem" uma parte das receitas obtidas pelo setor cuprífero. A criação de um fundo de estabilização econômica e social permitiu ao país dispor, em 2008, às vésperas da crise, da bela soma de 20 bilhões de dólares, que serviram para financiar os programas excepcionais de apoio ao crescimento e as despesas sociais urgentes, complementando os recursos orçamentários acumulados.

O terceiro desafio é o do financiamento dos programas de combate à pobreza. Vimos que a repartição da renda continua desigual no país, e que a paz social exige medidas significativas de redistribuição de rendimentos. A reforma fiscal que reforçaria a redistribuição é difícil no contexto institucional atual, que permite à maioria rejeitar qualquer reforma desse setor que julgue ser contrária aos interesses de seus líderes. O impacto social da globalização é mitigado.

Alguns querem também avaliar o aporte econômico dos investimentos estrangeiros no Chile e o dos investimentos chilenos no exterior. Os primeiros, muito presentes no setor mineiro (os chineses querem também investir diretamente no cobre, do qual são os principais compradores), nos bancos e nos seguros, assim como nas concessões de serviços públicos (autoestradas, água, gás e eletricidade), podem tornar-se grandes geradores de divisas, com a explosão das exportações lucrativas, sem ampliação de suas bases tecnológicas, principalmente nas indústrias do saber, que geram maior valor agregado. Os investimentos

chilenos no exterior, que permitem importação de lucros, colocam outro tipo de problema: até que ponto poderão gerar exportações chilenas suplementares, se a base industrial do país é estreita e quase não pode acompanhar o movimento das empresas nacionais no exterior por meio de exportações de equipamentos e serviços. Isso é desejável porque a nova globalização impõe ao Chile ganhos maciços de produtividade que somente as indústrias do saber podem proporcionar.

Capítulo IX

Indonésia, entre reformas e emergência

A Indonésia está voltando de longe. A crise de 1997-1998, econômica, financeira, orçamentária e social, impôs a intervenção do FMI e a adoção de políticas de ajustamento (redução de subvenções, recuo dos monopólios públicos, desvalorização etc.), em contrapartida de um vultoso auxílio financeiro. Revoltas populares, lideradas por estudantes e ulemás, contestaram o autoritarismo político, o nepotismo, a corrupção e a inflação. Após tergiversações, o presidente Suharto, que governava desde 1968, cedeu o poder em 2002.

Desempenhos econômicos

País petroleiro, cujas reservas declinaram e servem primordialmente para o consumo local, a Indonésia conseguiu, depois do início do corrente século, uma grande diversificação da economia: a taxa de crescimento foi em média de 5% durante os anos recentes, e a taxa de desemprego de uma população ativa de cem milhões de pessoas é de 10%; as exportações de petróleo representavam somente 18% do total em 2010 (28,4 bilhões de dólares, contra 130 bilhões, sem contar os hidrocarbonetos), apesar do rápido aumento dos preços desse produto. As receitas dos impostos sobre o petróleo são de apenas 26% da receita fiscal total.

Crescimento e equilíbrios na Indonésia

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Crescimento do PIB em volume	5,7	5,5	6,3	6,1	4,5	5,5
Inflação	10,5	1	6,4	9,7	5,2	5,7
Equilíbrio orçamentário % PIB	-0,5	-0,9	-1,2	- 0,1	-1,6	-1,6
Pagamentos correntes % PIB	0,1	3	2,4	0,1	1,1	1
Dívida externa % PIB	45,7	35,3	31,6	28,2	27	21,9
Reservas externas (bilhões US$)	33	40,1	56	50,1	59,9	66,4

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

A estrutura das exportações revela a diversificação econômica. Os hidrocarbonetos representam apenas 18,4% das exportações; por meio destas financia-se a importação de produtos combustíveis, pois o país não produz hidrocarbonetos em quantidade suficiente.

Setores

Na década de 1990, os peritos previam um futuro econômico sombrio para a Indonésia, principalmente por causa das modestas reservas e produção de hidrocarbonetos e do papel restritivo desempenhado pela autoridade reguladora do setor, que aplicava o princípio da precaução. Atualmente, ao contrário, os êxitos da diversificação da economia, em um curto período de tempo, levam ao otimismo, apesar das dificuldades ainda presentes.

Repartição do PIB em 2000 e 2008

	2000	2008	% das exportações em 2008
Agricultura	15,6	13,7	10,9
Mineração	12,1	8,3	10,1
Hidrocarbonetos	12,3	6,9	18,1
Indústria manufatureira	27,7	28,8	60
BTP	5,5	6,3	
Serviços financeiros	8,3	9,5	
Transportes e comunicações	4,7	8	
Outros serviços	26,1	27,4	

Apesar de seu caráter extensivo, o desenvolvimento agrícola foi constante, ajudado pela ocupação de novas terras no conjunto do

arquipélago. A produção de gêneros alimentícios aumentou para uma população crescente. Embora fosse a principal importadora mundial de arroz na década de 1970, a Indonésia se tornou amplamente autossuficiente em meados da de 1980. Contudo, o rápido crescimento da população, que hoje é de 240 milhões de pessoas, cria uma tensão permanente entre recursos e necessidades.

A produção de azeite de dendê, muito procurado nãos só como alimento, mas também como combustível no mercado mundial, atingiu mais de 15 milhões de toneladas e chega quase a igualar-se à da Malásia. Cada um desses países é responsável por mais de 40% das exportações mundiais desse produto, das quais a metade é destinada aos Estados Unidos, de longe o mais ativo na categoria dos combustíveis. A exploração da madeira proporciona apreciável complemento de recursos, e a transformação local é fortemente estimulada.

O país é um pequeno produtor de petróleo – o nível da produção é de um milhão de barris por dia, em média, durante os últimos anos, um recuo em relação aos 1,2 milhão de barris em 2002. A empresa pública Petrafina continua a ocupar um lugar dominante no setor de hidrocarbonetos, mas este se encontra aberto a outros operadores, segundo a fórmula de partilha de produção, sendo a permissão de pesquisa e produção concedida a operadores estrangeiros, que se encarregam de restituir metade da produção extraída às autoridades nacionais e de assegurar, a pedido destas, a formação e a reciclagem de jovens indonésios, que mais tarde reforçarão as fileiras da empresa pública. A Total, a Exxon e a BP trabalham nas jazidas indonésias. O esforço de investimento foi crescente durante os últimos anos em virtude da esperança de elevar o nível atual da produção a 1,1 milhão de barris por dia.

O desenvolvimento da mineração foi grandemente estimulado pela presença dos gigantes do setor em solo indonésio, como a Rio Tinto no carvão, níquel e manganês.

O setor manufatureiro foi o que experimentou desenvolvimento mais constante, com desempenhos notáveis na exportação. A transformação local dos produtos da floresta, dos metais e pedras preciosas e dos têxteis abriram o caminho. Contudo, as empresas estrangeiras também desenvolveram no país a vertente dos veículos, além de outras, como a eletrônica e a de telecomunicações. A petroquímica teve igualmente grande desenvolvimento. A indústria automobilística experimentou, da mesma forma, grande crescimento: as vendas no mercado local passaram de 504 mil veículos em 2005 para 603,5 mil em 2008. No mesmo período, as exportações passaram de 17,5 mil unidades para 104 mil. O país exportou

também mais de 103 mil veículos em forma de conjuntos para montagem. As exportações se dirigiram para cerca de 60 países, inclusive da América Latina e a África do Sul.

Nesse país arquipélago, as telecomunicações deram um importante salto: a taxa de penetração dos telefones móveis era de 25% em 2006, com um ritmo anual de crescimento de 43%. A guerra das tarifas travada por 10 operadoras presentes no mercado explica esse crescimento. A mais importante delas, a XL, já ultrapassou 25 milhões de clientes. O mercado, inicialmente concentrado em Java, ampliou-se para todas as regiões. Hoje em dia, após a guerra de preços, as operadoras se preocupam com a diversidade da qualidade dos serviços oferecidos, novas armas de competição. A regulamentação do setor é muito estrita, complicada pela estrutura federal do país, e esperam-se fusões e aquisições durante os próximos anos, com a restituição às operadoras mais dinâmicas das infraestruturas utilizadas pelas mais frágeis.

A diversificação econômica permitiu a das exportações e um saldo comercial positivo que resistiu bem à mais recente crise, motivados pela forte inserção regional do comércio exterior em direção à China e aos países emergentes da Ásia.

Comércio exterior indonésio em 2009-2010

	2009	**2010**
Exportações	116,5	157,8
Hidrocarbonetos	19,2	28,4
Exceto hidrocarbonetos	97,5	129,7
Importações	96,8	135,7
Hidrocarbonetos	19	27,4
Exceto hidrocarbonetos	77,8	108,2
Saldo Comercial	19,7	22,1

Unidade: bilhões de dólares.

O comércio exterior se dá predominantemente com a Ásia, pois sem contar os hidrocarbonetos, 8 dos 10 mercados principais são regionais, assim como 7 dos 10 maiores fornecedores. A China se transformou no principal fornecedor, com 15% das importações do país, e o terceiro cliente (depois do Japão e dos Estados Unidos), com 9% das exportações.

Essa diversificação também permitiu à Indonésia ampliar o mercado interno (somente um quarto do PIB é exportado). O consumo

privado representa mais de dois terços do PIB e permitiu resistir melhor à crise mundial, pois o crescimento permaneceu forte, ao contrário do que ocorreu nos países vizinhos da Associação de Nações do Sudeste Asiático (do inglês Association of Southeast Asian Nations–Asean). Estamos longe da depressão econômica de 1998, quando o PIB caiu em 13% logo após a crise asiática de 1997.

Empreendedores

A reorganização maciça da economia ocorrida a partir do início do século atual permitiu ao capital estrangeiro desempenhar papel central no processo de diversificação econômica na Indonésia, de maneira crescente desde meados da década de 1990. O investimento externo jamais ultrapassou 5% do investimento total por ano na década de 1970, e essa proporção até mesmo recuou um pouco na de 1980. Nos anos de 1975 a 1985, o país havia recebido 250 milhões de dólares em investimentos externos por ano, em média. Registrou-se, a partir de 2004, um fluxo mais consequente de investimentos diretos com abertura progressiva da quase totalidade dos setores, notadamente o dos hidrocarbonetos e minas.

Um programa de privatizações foi posto em prática, limitando progressivamente o setor público à indústria de armamentos, à energia e à construção (as empresas públicas de construção são preservadas como instrumento de organização do território e de luta contra a especulação).

Os investimentos em carteira na economia têm sido muito significativos, ainda que a atividade bursátil permaneça modesta no país em comparação com outros da região. É claro que a Indonésia aproveitou muito a divisão regional do trabalho instalada, inicialmente, entre o Japão e os "quatro dragões" (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan) e, em seguida, entre os "dragões" e países como a Indonésia e a Malásia. A confiança voltou entre os investidores, estimulados pelos sólidos desempenhos da economia, porém persistem dúvidas diante de uma administração ainda burocrática.

O capital privado nacional desempenhou papel importante na diversificação, com apoio constante das autoridades. Grandes capitães de indústria são os principais atores em diversas atividades. O setor bancário é diversificado: a metade dos ativos bancários está nas mãos de estrangeiros, e os bancos privados locais são numerosos, mas frequentemente pequenos – existem mais de 130.

Como na Malásia, porém mais tarde do que nesse país, as mudanças importantes na organização da economia em favor do setor privado local e dos investidores estrangeiros ocorreram no início da década de 2000, depois do agravamento da crise financeira externa. O preço dos produtos primários exportados pela Indonésia, especialmente o petróleo, a *hevea*, o azeite de dendê e o chá, caíram notavelmente, e os recursos externos diminuíram. A queda impôs a necessidade de privatização e do recurso aos investidores estrangeiros. Os poderes públicos abrem ainda mais a economia, ajustam a taxa de câmbio, limitam a despesa pública e favorecem mais aos investidores não nacionais. O resultado é o crescimento, vigorosamente impulsionado pelos capitais externos.

A intermediação financeira

O país poupa muito e investe bastante, mas talvez não suficientemente. Apesar dos progressos realizados, notadamente em termos de saneamento e supervisão do sistema financeiro, o financiamento da economia, especialmente das empresas, continua a ser muito frágil. A crise de 1997 deixou traços nas memórias. O crédito aos indivíduos é ainda fraco e o financiamento da habitação se nutre de outras fontes, em um país em que o setor informal representa, segundo o FMI, a metade da riqueza produzida.

Poupança e investimento na Indonésia

	2001	2005	2010
Taxa de poupança	36,7	34,9	34
- pública	21,7	17,8	
- privada	15	17,1	
Taxa de investimento	27,3	20,6	25
- público	12,7	9,5	
- privado	14,6	11,1	

O panorama bancário indonésio é diversificado: a metade dos ativos bancários está nas mãos de estrangeiros, e os bancos locais são numerosos, mas frequentemente pequenos – existem mais de 130. A captação de recursos é importante, mas a transformação em crédito continua insuficiente, pois a relação entre depósitos e créditos se elevava a 138% em 2009. A distribuição do crédito é ainda prudente: a relação entre

os recursos dos bancos e o PIB é de 35%, enquanto na Coreia é de 120%. Os empréstimos ao setor privado representam apenas 27% do PIB, enquanto na Índia atingem 60% e na Coreia e na Malásia, 100%.

Em julho de 2006, o governo adotou uma política para o setor financeiro a fim de tratar os créditos inadimplentes de dois grandes bancos públicos, reforçar-lhes a gerência e colocar em prática uma estratégia de privatização desses bancos em prazo médio. O texto prevê também reforçar o desenvolvimento do mercado de capitais, principalmente mediante a fusão das instituições bursáteis, e dar mais vigor à supervisão bancária. Os desajustes se acumularam nesses bancos públicos, que preenchiam 30% do mercado bancário e cujos créditos inadimplentes representavam 20% dos ativos. A boa governança dos bancos é muito importante porque o setor econômico público, composto por 150 empresas, goza de sólida saúde financeira e tem boa governança, o que limita os riscos de déficit proveniente de créditos não cobertos; o risco vem de outro lado, principalmente da bolha imobiliária do setor privado.

A saúde dos bancos ficou mais firme recentemente, pois a parcela inadimplente se elevou a apenas 4,3%, em média, em 2010, mas os bancos públicos ainda precisam fazer mais esforços. O mercado de capitais ainda é estreito, já que a capitalização em Bolsa não representa mais do que 30% do Produto Nacional Bruto (PNB), com domínio do segmento obrigatório, bem menos do que em outros países da Ásia.

A supervisão dos bancos e a governança das empresas foram profundamente modificadas, e uma nova geração de administradores assumiu o poder nas empresas públicas e privadas. São quadros muitas vezes formados no exterior, que têm experiência profissional adquirida nas maiores empresas internacionais.

Políticas públicas

Desde o fim do autoritarismo político, um poderoso vento de reformas sopra sobre as políticas públicas na Indonésia. Um programa de privatizações foi posto em marcha, limitando progressivamente o setor público à indústria de armamentos, à energia e à construção (as empresas públicas de construção são preservadas como instrumento de organização do território e de luta contra a especulação). Os investimentos estrangeiros em todos os setores são estimulados, inclusive em hidrocarbonetos e mineração.

As finanças públicas foram saneadas e levadas ao quase equilíbrio, e a dívida pública se contraiu. A exemplo do Brasil, o país adotou, em 2003, uma Lei de Responsabilidade Orçamentária, que implica responsabilidade penal dos ordenadores de despesa em caso de infração dos regulamentos e procedimentos. Essa lei, extremamente útil, teve o efeito secundário de frear a despesa pública e criar intervalos mais longos entre os gastos.

As finanças do Estado já não se encontram dominadas pelas receitas fiscais provenientes do petróleo, que representam apenas um quarto da receita total. As dimensões do Estado são modestas, pois as receitas públicas representam menos de 20% do PIB e as despesas públicas são equivalentes. A estrutura das despesas, no entanto, é preocupante: a importância dos gastos de transferência, notadamente em direção a regiões que se encarregam de múltiplas funções, explica o esforço insuficiente para o desenvolvimento das infraestruturas, isto é, o equipamento público, em um país cujas dimensões e geografia impõem um esforço considerável. Da mesma forma, as subvenções aos preços de combustíveis absorvem em média de 3% a 4% do PIB e mais ainda quando o barril de petróleo ultrapassa 80 dólares. Isso pesa no orçamento, em detrimento de outras despesas. A situação é paradoxal: subvencionam-se os combustíveis e, portanto, a compra de veículos, mas faltam recursos para construir e manter infraestruturas viárias, a fim de permitir uma circulação adequada.

As infraestruturas são os parentes pobres da despesa pública

	2006
Receitas públicas (em % do PIB)	18,5
Receitas fiscais dos hidrocarbonetos	5,1
Receitas fiscais exclusive hidrocarbonetos	13
Despesas públicas (em % do PIB)	18,5
Despesas correntes de funcionamento	6,3
Despesas de transferências para as regiões	5,5
Despesas de transferências às famílias	4,4
Despesas de desenvolvimento	2,3
Déficit global do orçamento (em % do PIB)	

A descentralização e a luta contra a corrupção também figuram na primeira linha das ações de reforma. A primeira tem grande peso sobre o orçamento e frequentemente freia as despesas de desenvolvimento, principalmente para infraestruturas. A produção de recursos humanos

progrediu vigorosamente na Indonésia, especialmente em favor da educação de base.

Economia e sociedade

A crise de 1997-1998 marcou profundamente a sociedade indonésia. O número de desempregados chegou a 20%, e outros milhões regressaram às aldeias de origem para viver do que pudessem obter da solidariedade familiar. Os rendimentos monetários foram fortemente reduzidos e as tensões sociais se intensificaram. Vistos nessa perspectiva de pós-crise, os desempenhos sociais obtidos em 10 anos não são desprezíveis: aparecem na educação, na saúde, na qualidade da moradia e no emprego. A taxa de desemprego recuou. As classes médias se desenvolveram rapidamente durante a década passada, ao ritmo de uma economia em rápido crescimento e de uma grande urbanização. Estima-se, no entanto, ainda em 14% a população que vive com menos de 1 dólar por dia para alimentar razoavelmente uma família.

Os indicadores sociais melhoram

	2001	2007
Taxa de escolaridade de crianças de 6 a 10 anos	92,9	93
Taxa de alfabetização dos adultos	89,3	91
Taxa de fecundidade	2,3	2,3
Esperança de vida	66,2	68,6
Acesso a água potável (%)	86,9	89
Taxa de desemprego (%)	8,1	9,9
População na linha de pobreza em % da população	18,4	16,7
Coeficiente de Gini	0,32	0,33

A luta contra a extrema pobreza é um desafio para o país. Alguns progressos permitiram fazer recuar o tamanho dessa população em pobreza extrema, mas ainda resta muito a fazer. O programa público de distribuição de arroz aos menos favorecidos, gerido pela rede Bulog, é sem dúvida útil, mas a pobreza não é apenas alimentar.

O déficit de infraestruturas, alimentação, água potável, saneamento, coleta de lixo e estradas rurais afeta também as populações, principalmente no campo e nas regiões afastadas do país.

Em um país onde dezenas de etnias falam dezenas de dialetos e coabitam em milhares de ilhas, é claro que os esforços realizados em matéria de descentralização são necessários, mas somente podem dar frutos em prazo médio.

Riscos e durabilidade

Desde o retorno à democracia e ao multipartidarismo, em 2000, em virtude de maior abertura da economia, de renovação e rejuvenescimento das elites políticas e econômicas, de saneamento das finanças públicas e dos bancos, de maior diversificação da economia, a Indonésia emerge lenta, porém seguramente como potência regional. Diversos desafios subsistem para harmonizar reformas e emergência no país, apesar dos resultados incontestáveis obtidos durante a última década.

O primeiro é o da segurança alimentar. Desde o primeiro recenseamento feito pela administração colonial, em 1930, que totalizou 60 milhões de pessoas, a população não cessou de crescer: 97 milhões em 1961, 147 milhões em 1980, 205 milhões em 2000 e 240 milhões na mais recente contagem. A taxa de crescimento demográfico atual é de 1,5%. É preciso alimentar essa população crescente. No plano agrícola, a situação é tensa, sem ser difícil, devido a uma estagnação dos rendimentos, que faz com que a produção dependa unicamente da extensão das superfícies. A produção de arroz, alimento básico, teve rendimentos estáveis, em torno de 4,7 toneladas por hectare. Por falta de novas sementes e tecnologias, a produção depende essencialmente da extensão das superfícies, da segurança dos sistemas de irrigação e do fornecimento de insumos. O milho, essencial para a alimentação do gado, também depende da extensão das superfícies, apesar do desenvolvimento de novas variedades de sementes. Esse é também o caso dos feijões, da cana-de-açúcar e dos amendoins. A agricultura extensiva cria competição entre diferentes especulações para a ocupação dos territórios. A pesquisa agronômica e sua popularização continuam a ser indispensáveis ao combinar esforços públicos e privados e ao organizar de maneira mais sistemática as relações entre as universidades, o mundo empresarial e a agricultura. Aos problemas de produção acrescentam-se problemas de armazenagem e de distribuição, a fim de libertar os estoques da avidez dos especuladores em um país geograficamente fragmentado. Por felicidade, o desenvolvimento das palmeiras produtoras de azeite de dendê não causa prejuízo para outras culturas, mas reduz as florestas e a fauna, especialmente em Bornéu – é o caso do tigre de Bornéu.

A correção do déficit infraestrutural, inclusive na capital, também é fator de crescimento e igualdade social. Não é coisa simples quando se conhecem as características geográficas e também institucionais do país. A situação em Jacarta é difícil: é a maior capital do mundo sem metrô e bonde, tem 10 milhões de habitantes e acolhe outros três milhões durante o dia – a circulação é quase impossível. O aumento do número de escritórios e o preço dos imóveis impeliram as classes médias para os subúrbios, o que faz crescer os deslocamentos diários. O governo sonha em levar a capital para Bornéu, mas os peritos têm opiniões díspares, pois o projeto parece hercúleo. Outras infraestruturas precisam ser desenvolvidas.

O último e mais importante dos desafios continua a ser a luta contra a corrupção. O país ainda está em 110º lugar, entre 178 posições, de acordo com a Transparency International. Apesar do fortalecimento permanente dos textos legislativos e regulamentares, das instituições e dos instrumentos de combate à corrupção, a situação permanece sensível e é preciso fazer progressos. Além disso, devido aos esforços de descentralização de responsabilidades e recursos em direção às outras regiões desse país imenso, a corrupção pode chegar a outros meios, anteriormente protegidos. Os jovens participam ativamente do combate à corrupção por meio de redes sociais do tipo Facebook. No que se refere às empresas, segundo uma fonte oficial, "a fragilidade da transparência das empresas persiste. As contas raramente estão disponíveis e, quando isso ocorre, sua confiabilidade é duvidosa. Além disso, os problemas de corrupção persistem, e o sistema judicial continua lento e custoso".

A solução desses problemas permitirá a esse grande país muçulmano passar rapidamente do estágio de semiemergência para o de plenamente emergente, valorizando não só sua mão de obra barata e seus recursos naturais, mas também sua matéria cinzenta em atividades de maior valor agregado.

Capítulo X

México, longe de Deus e perto dos Estados Unidos

O México, país produtor de petróleo não membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), tem um setor petrolífero e gazífero totalmente controlado pela empresa pública Pemex. As receitas do petróleo representam apenas 15% das exportações, em média, ao longo dos últimos anos (subiram para 23% em 2005 devido à elevação dos preços desse óleo). As receitas fiscais provenientes do petróleo representam 30% da receita do Estado, o que dificulta a taxação correta da economia mexicana – como é o caso de outros países produtores. A dependência financeira do Estado, em um contexto de estagnação do setor de hidrocarbonetos, constitui, junto com a relativa estagnação das exportações de manufaturas, um freio à transformação econômica e social do país.

Desempenhos econômicos

De 1992 a 2002, após a introdução da nova política econômica de integração ao conjunto norte-americano, os desempenhos do México evoluíram positivamente ao longo do período. O crescimento é bem mais instável desde o começo do século atual, no contexto da nova globalização.

Crescimento e equilíbrios no México

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	5,1	3,3	1,4	-6,6	4,9	3,6
Inflação	4,1	3,8	6,5	3,6	4,3	3,8
Equilíbrio orçamentário % PIB	0,1	0	-0,1	-2,3	-1,8	-1,8
Pagamentos correntes % PIB	-0,5	-0,8	- 1,5	-0,6	- 1,2	-1,7
Dívida externa % PIB	18	19	18	22	19	20
Reservas externas (bilhões US%)	78	88	85	100	108	111

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

Após uma débil taxa de crescimento anterior à crise e uma forte recessão durante essa instabilidade econômica, o país não voltou a crescer vigorosamente ao término dessa fase, e não foi possível eliminar seus efeitos. A estagnação do setor de hidrocarbonetos, a concentração excessiva das exportações de produtos manufaturados em direção aos Estados Unidos, visados por novos competidores, e um mercado interno menos dinâmico do que em outras partes da América Latina explicam a morosidade do crescimento e, sobretudo, dos equilíbrios interno e externo frágeis. O déficit dos pagamentos correntes, que é cada vez mais financiado por capitais especulativos, é causa de preocupação.

Setores

Sobre um pano de fundo de estagnação das reservas e da produção de hidrocarbonetos, o México parece esgotar progressivamente o potencial de suas exportações baseadas em mão de obra barata nas indústrias têxteis, elétricas e de montagem. Diante da nova globalização, o modelo econômico mexicano precisa ser repensado, ao que afirmam inúmeros peritos.

O drama da Pemex

A empresa nacional se encontra em situação muito difícil. Sua produção de petróleo baixou um quarto desde 2004. Exporta essencialmente óleos brutos de valor modesto e importa produtos refinados mais caros. Apesar da elevação dos preços do petróleo, sua situação financeira

declina, em razão da pressão fiscal mais forte, do aumento dos preços de suas importações mais onerosas e da elevação dos custos de refino, consequência do envelhecimento de sua capacidade de processamento. A empresa solicita regularmente auxílio do Estado para investir.

Com suas reservas atuais, o México dispõe de apenas 10 anos de produção, e sua principal jazida de Cantareli começa a declinar. Em junho de 2006, a Pemex descobriu um grande depósito em águas profundas, ao largo de Vera Cruz. Se esse novo domínio geológico se confirmar, a situação petrolífera e gazífera mudará. Estima-se que a jazida poderá aumentar em 20% as atuais reservas de petróleo. Contudo, as necessidades tecnológicas de exploração das novas descobertas exigem recurso e parcerias com estrangeiros ou a abertura do setor a empresas do exterior. Ficará mais caro explorar esses novos depósitos, em grande parte por causa das despesas de segurança das instalações, impostas pela regulamentação posterior ao acidente ocorrido no golfo do México com a plataforma da BP, cujo custo se elevou a mais de 30 bilhões de dólares. Desde a nacionalização dos hidrocarbonetos, em 1942, o fechamento do setor petroleiro aos investidores estrangeiros foi santificado na Constituição, e é necessária uma maioria de dois terços para modificá-la.

A Pemex lançou recentemente um programa de investimentos, de 10 bilhões de dólares por ano, destinado a reconstituir as reservas e consolidar a produção. O governo proporcionou um presente fiscal nos anos de 2007 a 2012 a fim de ajudá-la a financiar seus investimentos. Entretanto, os analistas consideram que a empresa sofre de um hiato tecnológico importante e de fortes inércias internas, que podem frear seu esforço de desenvolvimento. A Pemex apela, portanto, para parcerias com estrangeiros, a fim de obter os aportes tecnológicos e financeiros e as capacidades de execução, que atualmente se encontram fora de alcance.

Como a Constituição mexicana proíbe a entrada de estrangeiros no setor, há o risco de que a crise de oferta se perpetue e estanque o dinamismo econômico, direta ou indiretamente. Sabendo-se que 30% das receitas do orçamento provêm da Pemex, há motivos para inquietação. De fato, o *status quo* atual impede o México de aproveitar a nova situação petrolífera internacional. Sem dúvida, o país nunca se satisfez com sua especialização mineradora e levou a cabo uma industrialização para exportação iniciada no começo da década de 1990, ao assinar um acordo de livre comércio com o Canadá e os Estados Unidos.

Grandeza e debilidades das "maquiladoras"

A experiência das *maquiladoras* representou incontestavelmente um êxito quantitativo para o crescimento, as exportações e o emprego, particularmente a partir de 1992, após a assinatura de um tratado de livre comércio com os Estados Unidos e o Canadá, acompanhado por um movimento de desvalorização do peso, que ampliou as exportações.

Essas fábricas, implantadas ao longo das fronteiras com a Califórnia, o Texas e o Arizona, e progressivamente no interior do país, totalmente orientadas para a exportação, impulsionaram incontestavelmente o crescimento a partir de 1992.

As indústrias têxtil, agroalimentar, eletrônica, siderúrgica e automotiva prosperaram, e não unicamente nas produções de baixo nível. Impulsionadas por um fluxo contínuo de investimentos externos, as exportações muito lucraram com o enérgico crescimento norte-americano da década de 1990. A petroquímica também aproveitou essa dinâmica exportadora.

Os investimentos externos experimentaram forte aumento e, em seguida, uma aceleração, a partir do ano 2000, antes de sofrer estagnação e recuo por ocasião da mais recente crise. A retomada dos investimentos ocorreu em 2010 e talvez prossiga em 2011. Contudo, o balanço social e financeiro das *maquiladoras* é menos brilhante.

O formidável crescimento das *maquiladoras*

	1980	1992	2002	Crescimento 1992-2002
Estoque de IDE	1 bilhão	5 bilhões	15 bilhões	16%
Emprego	46 mil	450 mil	1,3 milhão	12%
Exportações	33 bilhões	46 bilhões	161 bilhões	33%
PIB/habitante	US$ 3.000	US$ 3.700	US$ 6.060	5%

As exportações, exceto de hidrocarbonetos, se elevaram a mais de 200 bilhões de dólares em 2010, principalmente de produtos manufaturados, dos quais mais de 85% se dirigiram aos Estados Unidos. As exportações para o mercado norte-americano representaram, e continuam a representar, o motor do crescimento do país. No entanto, em duas ocasiões, em 1994 e em 2009, o México mergulhou em uma crise devido à sua inserção internacional: na primeira vez, por motivos

financeiros – o efeito tequila; na seguinte, por causa da crise de mercado de destinos nos Estados Unidos.

Além da instabilidade dos mercados de destino, muito ameaçados pela China, o problema é também oriundo do modelo financeiro subjacente: as *maquiladoras* estão equipadas com bens importados e também montam componentes e peças importadas; as empresas exportam seus lucros e pagam no exterior todo tipo de serviços necessários à produção. Todas essas transações dão lugar a preços de transferência que as autoridades locais dificilmente podem controlar. Em consequência e de modo surpreendente, as receitas obtidas pelas *maquiladoras* nunca foram suficientes para financiar todas as importações necessárias para seu funcionamento e os lucros gerados por elas.

Com exceção do período 1995-1997, a balança comercial do México sempre permaneceu deficitária, apesar o surto positivo das exportações, o que contribuiu para um agravamento do déficit de pagamentos. Tecnicamente, isso significa que o comércio exterior mexicano não contribui maciçamente para o crescimento do país, pois o trabalho feito no exterior ultrapassa o trabalho oferecido localmente. Isso também quer dizer que o México precisa cada vez mais receber capitais estrangeiros para financiar o déficit estrutural de seu balanço de pagamentos correntes.

Dito isto, o setor de serviços, finanças, telecomunicações e turismo, assim como em outros países da América Latina, acompanhou positivamente o crescimento industrial e favoreceu o incremento de fortunas individuais impulsionadas pelos conglomerados, como é o caso de Carlos Slim, o homem mais rico do mundo.

Empreendedores

Além do setor petroleiro, totalmente controlado pela Pemex, o México apela maciçamente ao capital estrangeiro para seu desenvolvimento industrial, principalmente nas *maquiladoras*.

As cem maiores *maquiladoras* do México em 1998

Setores	Milharesd e empregos	Número de empresas	Principais empresas
Automotivo	143	20	Delphi, Ford
Indústria eletrônica	118	32	General Electric, Samsung, Sony, Philips, Honeywell
Indústria elétrica	32	8	
Serviços	32	10	
Têxteis	19	8	Fruit of the Loom
Medicamentos	14	6	Johnson & Johnson
Agroalimentar	12	4	
Outras	24	12	Motorola
Total	394	100	

O investimento estrangeiro, especialmente norte-americano, mas também europeu, representou em média 10 bilhões de dólares por ano na década de 1990, 7 bilhões por ano no período de 2000 a 2005 e mais de 30 bilhões de dólares anuais antes da crise, aumentando depois dela.

O declínio observado nos anos de 2000 a 2005 se explica em parte pela persistência de capacidades ociosas de produção, elas próprias ligadas à conjuntura norte-americana, que determina o ritmo das exportações. Porém, de maneira mais preocupante, o recuo dos últimos anos também se explica pelo aumento da violência ligada ao tráfico de entorpecentes. Muitas firmas estrangeiras renunciaram a seus investimentos no país, e as que permanecem preferem instalar-se nos novos estados do interior e não nos da fronteira, sujeitos a uma extrema violência.

De qualquer forma, a retomada norte-americana após a crise permitiu aos mexicanos progredir muito rapidamente a produção automobilística durante o ano de 2010, mas como de costume esse progresso também pesou nas importações de equipamentos e componentes.

Grandes grupos mexicanos cresceram nas indústrias têxtil, agroalimentar, imobiliária e de turismo. Também são muito ativos nos meios de comunicação e na telefonia. Sua resistência aos impostos é proporcional a seu enriquecimento. Investem maciçamente no estrangeiro, mais de 10 bilhões de dólares anuais durante os últimos anos, exercendo forte pressão sobre o balanço de pagamentos do país.

A instrumentação financeira

Após a crise de 1994, que demonstrou a fragilidade dos bancos públicos, o governo reestruturou o setor em profundidade, com uma política maciça de privatizações na qual a gestão de 18 bancos foi colocada sob controle não só de bancos norte-americanos, mas também espanhóis, que começam a implantar-se abundantemente na região. A consolidação bancária permitiu a redução de créditos inadimplentes, que hoje em dia não representam mais do que 2,5% do total de créditos. Os empréstimos para consumo, que sustentam o mercado interno, começavam a pesar intensamente sobre os lares, mas por enquanto essa situação se encontra sob controle.

A outra característica do panorama financeiro mexicano é a vigorosa subida do mercado de capitais, que representou, em 2005, 68% da intermediação financeira, com preponderância do mercado de ações, que contribui com 58%. O segmento de obrigações representou, por seu turno, 10% do mercado.

O dinamismo do crédito hipotecário é facilitado por um desconto legal sobre o total dos salários e pelo financiamento da habitação por meio de duas instituições, uma para o setor privado e outra para o público. Durante os últimos anos, os créditos hipotecário e ao consumo se reduziram, gerando atonia da demanda dos lares devido à quase estagnação dos salários no setor formal.

As políticas públicas

Com exceção do setor de hidrocarbonetos, blindado pela Constituição, a política de abertura econômica tem sido sistemática ao longo de 20 anos, notadamente com a entrada em funcionamento do Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta ou Alena), o acordo de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá, de 1994. Contudo, a presença ativa de investidores estrangeiros não teve impacto sobre a estrutura da economia local devido à baixa taxa de integração das produções exportáveis e à evolução lenta em direção a produções de conteúdo tecnológico mais elevado. O país da revolução é paradoxalmente o de menos Estado. A Revolução de 1910 deixou ambições sociais robustas reclamadas pelo Partido Revolucionário Institucional, mas a indigência financeira do Estado sempre constituiu um freio à política econômica e social dos poderes públicos. Em comparação com o Brasil e

o Chile, os recursos do Estado mexicano são modestos em relação ao PIB. Suas receitas totais, inclusive as decorrentes da atividade petroleira, que representam um terço da receita total, perfazem somente 20,7% do PIB, enquanto foram de 34,5% no Brasil e de 35,5% no Chile, em média, ao longo dos últimos sete anos.

Simultaneamente, o México se assemelha aos demais países da América Latina, pois os impostos diretos representam somente um pouco mais da metade dos indiretos, que são os que agravam o consumo, pagos pela maioria. O México compartilha com o Chile a dependência em relação aos ingressos fiscais provenientes da mineração, principalmente constante de restituições. O trânsito para a emergência também se complica devido aos recursos limitados do Estado.

Debilidade dos recursos do Estado

	1995-1999	2000-2006
Receitas totais em % do PIB	20	20,7
Receitas fiscais em % do PIB	16,4	16,2
Impostos diretos em % das receitas fiscais	30,2	29
Impostos indiretos em % das receitas fiscais	52,6	54,5
Taxas ligadas ao comércio exterior	0,1	2,2
Despesas totais em % do PIB	20,7	21,2
Despesas de custeio em % das despesas	47,7	49,5
Transferências sociais em % das despesas totais	22,9	26,4
Despesas de capital em % das despesas totais	14,4	13,5
Pagamentos de juros em % das despesas totais	14	9,9

Fonte: OCDE, Perspectivas Econômicas na América Latina, 2009.

A reforma fiscal de 2007, realizada pelo presidente Calderón, conseguiu modificar parcialmente a situação: o objetivo era aumentar em 2,5% a receita fiscal ordinária, exceto hidrocarbonetos. O imposto sobre as empresas foi reforçado pela fixação de um piso mínimo de 16,5%, foi instituída uma taxação sobre os grandes depósitos bancários e alguns outros impostos foram aumentados. Em 2008, a reforma gerou 12 bilhões de dólares, grande parte dos quais foi alocada ao melhoramento da infraestrutura e às transferências sociais. A reforma permitiu reduzir parcialmente a pressão fiscal sobre a Pemex, para que ela pudesse financiar o programa de desenvolvimento das novas jazidas descobertas.

A qualidade dos recursos humanos continua insuficiente para permitir uma profunda transformação das especializações

A despesa pública mexicana com educação e saúde continua sendo uma das mais baixas da América Latina em proporção do PIB e em despesa por aluno. A mais recente classificação do desempenho em matéria de educação estabelecida pela OCDE, denominada Pisa, coloca o México na penúltima posição não só em matemática e em ciências, mas também em compreensão de texto. Isso é preocupante para a preparação do futuro.

Se o país ocupa lugar honroso na formação superior de engenheiros, sua parcela nas despesas mundiais em pesquisa e desenvolvimento não passa de 0,5%, enquanto seu poderoso vizinho gasta 32,6% do total do PIB e seu vigoroso competidor, a China, despende 9%, ou seja, 18 vezes mais.

A política comercial

A inserção mexicana na economia mundial continua dependente de seu parceiro norte-americano. Esse dado estrutural constitui poderoso fator de estabilização econômica e política, como mostra a saída da crise de 1995, realizada com a ajuda de um empréstimo recorde de 50 bilhões de dólares e do dinamismo do mercado estadunidense, que alavancou as exportações mexicanas, e graças a uma divisa supervalorizada, determinante da vantagem competitiva, junto com o baixo custo dos salários. No entanto, a parcela do mercado norte-americano tomada pela China não deixou de crescer, em detrimento da do México. Assim, enquanto o México perdia 1,5 ponto de participação no mercado dos Estados Unidos de 2000 a 2005, a China ganhava mais de 7,5 pontos durante o mesmo período.

No mercado estadunidense, ambos os países são competidores em mais da metade dos produtos que representam, para cada um deles, mais de três quartos do valor total de suas exportações. Um estudo recente mostra que, com exceção dos componentes, dos equipamentos automotivos e, em menor proporção, dos destinados a televisores, automóveis e equipamentos de telecomunicações, o México teve dificuldades para sair de especializações cujo dinamismo é menor no mercado mundial, como caminhões, computadores, motores e equipamentos elétricos. Aliás, o déficit comercial do México para com a China explodiu em 2010, crescendo 45% em dois anos, e constitui hoje em dia um novo desafio para a política comercial.

O déficit infraestrutural é flagrante e também reduz o crescimento

O Estado mexicano, devido à sua base financeira, não tem meios para desenvolver maciçamente as infraestruturas econômicas e sociais das quais o país necessita. A recente reforma fiscal permitirá corrigir um pouco a situação, sem melhorá-la substancialmente.

Economia e sociedade

A evolução social no México depende em grande parte da conjuntura e do regime de crescimento, que fazem flutuar os níveis de emprego e de rendimentos, mas depende também da capacidade de transferência por parte do Estado. Como no Brasil, porém com ainda maior vigor, os salários do setor formal se estagnam em relação aos rendimentos do trabalho informal crescente, cuja situação instável não permite financiar um nível elevado de proteção social. A exemplo do Chile, o financiamento das aposentadorias foi entregue ao sistema de capitalização privada, que cobre uma parcela crescente, porém ainda pequena, da população ocupada. Programas de pouca amplitude foram estabelecidos para proporcionar aos menos aquinhoados uma aposentadoria mínima.

Relativa fraqueza das despesas sociais

As despesas sociais compreendem os gastos públicos em educação, saúde, auxílio à habitação e os monetários de assistência aos mais pobres e de sustento das aposentadorias. A estreita base financeira do Estado não lhe permite financiar despesas sociais elevadas e limita o alcance dos programas de combate à pobreza. Apesar de um progresso contínuo desde o início da década de 1990, as despesas sociais do México continuam baixas em comparação com as do Brasil e da Argentina, mas são semelhantes às do Chile. Passaram de 7% do PIB em 1990 para 12,5% em 2007. Durante esse período, o Brasil de Cardoso e Lula aumentava essa taxa de 17% para 25% do PIB, ultrapassando a Argentina, que durante muito tempo foi a primeira da classe, com 20% do PIB destinados a despesas sociais desde o início da década de 1990. Somente o Chile se compara ao México, com um decréscimo da parcela de despesas sociais de 15% para 12,5% do PIB de 2000 a 2007. As despesas *per capita* são consequentemente baixas. Assim, em 2007, o México dedicava somente 782 dólares por cabeça às despesas

sociais, contra 1.019 dólares no Brasil e 2.002 na Argentina, país também melhor colocado nas despesas *per capita* em educação e saúde.

Combate à pobreza

O programa de combate à pobreza foi posto em marcha no final da década de 1990, nas zonas rurais mexicanas (Progresa). Esse projeto foi estendido às cidades em 2002 (Oportunidas). Trata-se de transferências monetárias aos lares em contrapartida pela escolarização dos filhos e seu acompanhamento médico. Esses programas, cujo custo total nunca ultrapassou 1% do PIB, foram relativamente eficazes em matéria de educação e pouco eficazes em matéria de recuo da pobreza alimentar, chamada extrema pobreza, especialmente no meio urbano. A pobreza extrema ainda afetou 19% da população urbana do país em 2008. Em troca, o programa rural Progressa foi mais eficiente, pois a taxa global de pobreza nesse meio, diferente da taxa de pobreza alimentar por levar em conta outras necessidades essenciais, continua três vezes mais alta do que nas cidades. No total, apesar de alguns avanços ligados a esses programas depende, sobretudo, da evolução do mercado de trabalho e, portanto, da conjuntura econômica externa, da evolução dos preços de produtos alimentícios e também das remessas de trabalhadores emigrados.

A luta contra os traficantes de drogas

A violência ligada ao tráfico de drogas no México se agravou durante os últimos anos, provocando mais de 150 mil mortes em 2010. Atinge cidades e territórios anteriormente poupados, como Acapulco, Cancún ou Monterrey. Os sociólogos mexicanos relacionam também esse flagelo ao desemprego dos jovens, notando que a maioria das vítimas tem menos de 30 anos.

A despesa pública destinada à luta contra os traficantes é de dezenas de bilhões de dólares. O círculo vicioso é evidente: a pobreza, que afeta uma parcela notável da população, engrossa as fileiras dos traficantes, cuja redução consome recursos financeiros que faltam para o combate à pobreza. Diante dessa situação, a ajuda dos Estados Unidos, principal mercado da droga, parece irrisória.

Riscos e durabilidade

A conjuntura dos Estados Unidos é decisiva para o crescimento, como demonstram o impacto da mais recente crise e o da recuperação da economia norte-americana. A situação parece ter-se estabilizado durante o período recente. Depois da crise, viu-se uma nova onda de investimentos não só norte-americanos no país, mas também de outros grandes fabricantes de automóveis, sempre atraídos pelo adjacente mercado estadunidense.

Tal combinação expõe o México às vicissitudes conjunturais norte-americanas: 85% das exportações mexicanas são absorvidas pelos Estados Unidos (contra 70% de uma década atrás). O segundo cliente é a Alemanha, com apenas 2,5%, seguida pelo Canadá, com 1,4%. O aumento da ameaça chinesa ao mercado norte-americano levou as autoridades a buscar a diversificação dos destinos, multiplicando os acordos de livre comércio com os países da América Central, o Chile, a Colômbia, a Venezuela, a Bolívia e a União Europeia, no final de 1999.

O mercado interno se ampliou em um ritmo insuficiente para assegurar que as exportações pudessem tornar-se impulsionadoras do crescimento. A moderação salarial e a debilidade da indústria local de equipamentos explicam essa situação, com todos os aumentos de investimentos dirigidos primordialmente às exportações. A própria demanda pública, prejudicada por um equilíbrio orçamentário precário, não pôde desempenhar papel significativo na substituição da demanda externa.

O segundo desafio é a fragilidade dos equilíbrios externos, que torna o país muito dependente do movimento imprevisível dos capitais especulativos. Nos últimos 20 anos, a situação dos pagamentos correntes se apresenta como segue: o déficit comercial de bens e serviços (importação maciça de bens de equipamentos e de serviços de todos os tipos) é agravado pelo déficit dos rendimentos dos serviços, especialmente a exportação de lucros dos investidores, que compensam em parte as transferências dos emigrantes mexicanos para seu país. Durante muito tempo, o afluxo de investimentos externos facilitou o financiamento do déficit dos pagamentos correntes. Contudo, o recente aumento do déficit comercial, com grande penetração não só de produtos chineses, mas também de investimentos diretos crescentes no exterior, agravou a situação do balanço de pagamentos. O governo é obrigado a aceitar uma chegada importante de capitais especulativos a fim de financiar esse déficit e, ao mesmo tempo, manter um nível aceitável de reservas externas.

A situação é tensa: a título de exemplo, no final de 2010, o volume de capitais flutuantes no país, sob forma de obrigações do Estado, de empresas ou de ações, representava 240 bilhões de dólares, contra 101 bilhões em reservas externas. Os analistas financeiros consideram essa situação grave.

O terceiro desafio que condiciona o déficit de pagamentos correntes é constituído pelo futuro do petróleo na economia do país. A Revolução Mexicana deixou impactos notáveis que enfraquecem a economia na nova globalização. A blindagem do setor de hidrocarbonetos impede a pesquisa e, sobretudo, a produção e as exportações para um mercado mundial em alta durante os anos vindouros. Um setor público residual, mas ainda importante, consome também recursos públicos escassos. Nem o setor público nem a Pemex têm vocação para empregar um número crescente de jovens mexicanos. As reservas conhecidas estão em vias de esgotamento e não permitem mais do que 15 anos de produção no ritmo atual.

O quarto desafio, evidentemente relacionado com o anterior, é a baixa capacidade de redistribuição do Estado diante da permanência da pobreza. O modelo de crescimento não consegue fazer recuar a pobreza de maneira significativa; muitos mexicanos ficaram à margem do caminho do crescimento, e as desigualdades territoriais se agravaram entre, de um lado, os estados da fronteira com os Estados Unidos ou os do litoral turístico do Yucatán e, de outro, as regiões do interior do país, cujas populações são numerosas e estão distantes dos principais centros econômicos.

Apesar da dedicação dos sucessivos responsáveis políticos, as políticas sociais permanecem muito tímidas devido à reduzida capacidade financeira do Estado. A reforma do sistema fiscal muito pouco igualitário, esforço que dura muitos anos, não deu resultados suficientes, enquanto o nível de despesas públicas e a capacidade de redistribuição do Estado continuam a ser limitadas.

Quais são as perspectivas econômicas para o México?

Carlos Slim pode ser o homem mais rico do mundo, na direção de um império industrial e de telecomunicações que representa 40% da capitalização bursátil do México, mas seu país não está necessariamente em tão boa forma quanto ele. O México tem dificuldades em sair da semiemergência, baseando-se em especializações primárias e baixos salários nas indústrias de montagem a fim de partir para a emergência,

que necessita uma mudança de especializações em direção a atividades de maior valor agregado.

É interessante observar que o Canadá, o outro parceiro no Nafta, aproveitou melhor as oportunidades dessa integração regional do que o México. Desde 1995, sacrificou deliberadamente as indústrias de mão de obra, ao ver chegar a onda asiática. Estimulou e colocou em marcha atividades de alto valor agregado, e Toronto se tornou, em 15 anos, uma capital tecnológica mundialmente reconhecida. Uma instrumentação financeira muito sofisticada foi posta em prática para ajudar os preparadores de projetos e atrair os melhores cérebros, inclusive de países em desenvolvimento. Os resultados surgiram: o pequeno Canadá não tem medo dos Estados Unidos, enquanto o México adoece quando o grande vizinho se resfria.

Três problemas maiores ensombrecem o horizonte econômico e social do país: o petróleo, o sistema fiscal e a qualificação da mão de obra.

O futuro econômico da Pemex é importante devido a seu papel fiscal e financeiro, interno e externo. A empresa depende do aproveitamento rápido das jazidas descobertas, da renovação das instalações complementares e de seu fortalecimento tecnológico. Desafios difíceis de vencer sem o concurso de peritos estrangeiros, que terá de ser mobilizado de uma forma ou de outra.

A reforma fiscal é indispensável para possibilitar a despesa pública de equipamento imprescindível para o progresso econômico. O México está nos últimos postos do pelotão econômico dos grandes países da América Latina em matéria de esforço orçamentário para a educação e a saúde. A reforma fiscal foi preparada durante os anos recentes e chegou a certos resultados positivos, mas é difícil reunir consenso.

A competição asiática, principalmente chinesa, nos mercados norte-americano e interno é alarmante em virtude do atual estado das especializações internacionais mexicanas e de seu modesto nível de salários, embora ainda superiores aos da Ásia. O país precisa encaminhar-se para atividades de maior valor agregado com forte base tecnológica, o que somente será possível com melhores qualificações, um sistema de formação eficiente e despesas mais volumosas em pesquisa e desenvolvimento.

Capítulo XI

Rússia, em luta contra o mal holandês

Apesar dos trunfos humanos e de recursos naturais e financeiros nada desprezíveis, a Rússia não consegue sair rapidamente da armadilha da transição em direção a uma verdadeira economia de mercado, escapando assim ao mal holandês que castiga os países petroleiros. A aparente instabilidade das políticas econômicas, a governança política, a fragilidade da intermediação financeira e uma classe de empresários politicamente dominada ainda não lhe permitem sair ainda do domínio dos hidrocarbonetos, lutar contra o declínio industrial e construir uma economia inovadora.

Desempenhos econômicos

O crescimento tem sido satisfatório desde 2006, de 5% em média, mas continua muito sensível aos desempenhos agrícolas e às exportações de petróleo e de produtos de base, como mostrou o grande recuo de 2009. A considerável inflação afeta em particular os titulares de rendas fixas, especialmente uma população de aposentados em fase envelhecimento. As finanças públicas ainda dependem demasiadamente das receitas fiscais do petróleo.

Crescimento e equilíbrios na Rússia

	2008	2009	2010	2011
Crescimento do PIB em volume	5,6	-7,9	4,2	3,9
Inflação	12,7	9,7	7	8,5
Saldo orçamentário % PIB	4,1	- 7,1	-4,2	-3,6
Pagamentos correntes % PIB	6,3	4	3,8	2,7
Dívida externa % PIB	29	38,3	33,3	32,1
Reservas externas	413	417	477	516

Fonte: Banco Central, Ministério das Finanças, IIF.

A sólida situação financeira externa resulta primordialmente da exportação de hidrocarbonetos, de armamentos e de produtos siderúrgicos e metalúrgicos. A Rússia pratica a convertibilidade do rublo, que não parece supervalorizado, apesar das entradas importantes de divisas. A rigidez da oferta exportável parece ser a explicação para a estagnação das exportações de hidrocarbonetos.

Estrutura das exportações russas em 2009

Energia – matérias-primas	Serviços	Aços – metais	Máquinas – equipamentos	Produtos químicos	Madeiras e papel
59%	12%	10%	5%	5%	2%

Setores e bens específicos

Os hidrocarbonetos crescem, e o restante da economia russa procura um segundo fôlego. O país aproveita a posição dominante na indústria mundial do petróleo e do gás e os preços orientados para a alta de todos os produtos de base, tanto agrícolas quanto não agrícolas.

Repartição das reservas comprovadas de petróleo e gás natural

	Petróleo	Gás
Oriente Médio	62%	40%
Rússia	7%	26%
Outros países da Europa	5%	10%
África	10%	8%
América (Central e do Sul)	9%	4%
América do Norte	5%	4%
Ásia e Pacífico	3%	8%

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2009.

O plano de desenvolvimento dos hidrocarbonetos prevê, até 2020, o investimento de 400 bilhões a 500 bilhões de dólares para produzir de 10,5 milhões a 11 milhões de barris de petróleo por dia e de 880 bilhões a 940 bilhões de m^3 de gás por ano, o que permitiria exportar 6,5 milhões de barris de petróleo e 350 bilhões de m^3 de gás por dia. A comparação dos números da produção e de exportações mostra o crescimento do consumo local.

A situação atual é boa para o petróleo, notadamente devido à tendência de alta dos preços. Em 2010, a Rússia voltou a encontrar o nível dos anos gloriosos da União Soviética e colocou no mercado 10,2 milhões de barris por dia, ultrapassando a Arábia Saudita, que no entanto dispõe de capacidade ociosa. As perspectivas de produção são boas, desde que o país tenha os recursos tecnológicos e financeiros necessários para desenvolver as jazidas.

Após o fracasso da anunciada parceria com a BP, a Rosneff procura ativamente novos sócios para explorar os depósitos árticos e se dirige aos grandes da indústria petrolífera.

A situação do país é também particularmente favorável para o gás, energia do futuro, sobretudo se a catástrofe de Fukushima comprometer seriamente ou tornar mais lentos os programas eletronucleares de certo número de países.

Repartição das reservas mundiais de gás

	Reservas (trilhões de m³)	Em %
Rússia	47,7	26,3
Irã	28,2	15,5
Catar	25,4	14
Arábia Saudita	7	4
Emirados Árabes Unidos	6	3,3
Europa	6	3,2
Mar Cáspio	9	5
África do Norte	7,8	4,3
Resto do mundo	38,5	21,3
Total	181,5	

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2009.

A Rússia produz 22% do gás em todo o mundo, consome 15% do total mundial e realiza 23% das exportações. Isso significa que as autoridades estão especialmente atentas à evolução desse setor. A estratégia de desenvolvimento do campo do gás está porém submetida a vários constrangimentos. Dependerá da renovação das jazidas, dos investimentos da Gazprom e de seus sócios e do controle dos gasodutos.

Atualmente, 80% da produção está assegurada por três depósitos em fase de envelhecimento: Medvejie, Lamburg e Ourengoi. Apesar da crise, a Gazprom conseguiu desenvolver novas jazidas, recorrendo a fundos públicos. Estão destinados ao investimento 26 bilhões de euros, do qual um quarto será dedicado ao desenvolvimento das jazidas de Iamal, cujas reservas estão estimadas em 5,9 bilhões de m^3. Os especialistas acreditam que os investimentos necessários seriam de 100 bilhões de euros. A Rússia, que não tem toda a tecnologia nem o *know-how* necessários ao projeto, conta associar parceiros estrangeiros. ConocoPhilips, GDF Suez e Exxon Mobil estão preparados para a produção ou o transporte por gasoduto. As outras jazidas promissoras se encontram nas Sakalinas e no campo de Stockman, no mar de Barents. O horizonte não é completamente limpo: soube-se recentemente que a exploração do imenso depósito de Tokman encontrou enormes dificuldades.

A segunda dificuldade para o desenvolvimento se deve ao custo do transporte de hidrocarbonetos. As grandes distâncias obrigam a investimentos e grandes despesas de exploração, especialmente para produzir petróleo e Gás Natural Liquefeito (GNL) e transportá-los das

Sakalinas para a China, o grande mercado de amanhã. A construção de dois grandes gasodutos em direção à Europa, o North Stream e o South Stream, avança consistentemente. A Suez-GDF e a EDF acompanham ambos os projetos.

O outro gargalo para o desenvolvimento das exportações de gás é o crescimento mais acelerado do consumo local que a produção: durante o período 1997-2007, a produção anual cresceu 12% e, em seguida, estagnou, enquanto o consumo local teve aumento de 25%, reduzindo o excesso exportável em mais de 15%.

O vigor russo nos mercados europeus de gás resulta também de o país ser espaço de trânsito do gás proveniente da região do mar Cáspio. Os quatro países dessa localidade controlam 5% das reservas mundiais. A maior parte do gás do Cáspio transita pela Rússia para chegar a seus clientes: assim, em 2007, mais de 64 bilhões de m^3 transitaram pela Rússia, praticamente a totalidade. O Turcomenistão é o maior exportador potencial. Por enquanto, o gás do Cáspio é vendido à Gazprom, que o revende aos europeus. Contudo, a região caspiana consome grande parte do gás que produz e as ambições industriais desses países podem limitar a oferta exportável.

Quanto à União Europeia, a Rússia deve aceitar abrir a gigantesca rede de gasodutos e oleodutos da Transneft, monopólio do Estado, a operadores estrangeiros. O Turcomenistão é obrigado a vender seu gás à Gazprom, única empresa em condições de transportá-lo até os mercados europeus: poderia pagar um pedágio à Transneft e vender diretamente aos alemães ou italianos. A Rússia, que precisa do gás turcomano para comercializar com seus clientes, recusa a abertura em favor dos "contratos diretos de fornecedores", que têm a vantagem de assegurar-lhe a segurança de suas entregas, um bom preço e o financiamento de suas infraestruturas por parte dos bancos europeus.

O projeto Nabuco, que visa transportar diretamente uma parte do gás do mar Cáspio para a Europa, pela Turquia, enfrentou dificuldades financeiras importantes; este país também retarda a aceitação do trânsito tanto quanto Bruxelas demora a avançar nas negociações com Ankara sobre a adesão turca à UE.

Com exceção dos hidrocarbonetos, a situação econômica russa é atualmente menos confortável. A agricultura representa apenas 5% do PIB e 3% das exportações, mas o potencial agrícola do país é grande, com mais de 200 milhões de hectares de superfície agrícola útil. Os russos consideram que as subvenções da Europa à sua agricultura os impedem de ocupar melhor lugar no mercado mundial. Mesmo assim, com 13% do

mercado, a Rússia é o terceiro exportador mundial de trigo, produto com grande procura futura, o que ajuda sua posição externa. A crise agrícola do verão de 2011 destruiu quase um terço das colheitas de trigo, de batata e de beterraba produtora de açúcar, o que obrigará a Rússia a importar nesse ano.

A indústria pública envelheceu, com exceção da siderurgia (a Rússia continua a ser o terceiro maior produtor de aço do mundo, depois da China e do Japão) e da metalurgia, que encontraram formas de modernizar-se, inclusive por meio de empréstimos nos mercados de Londres. A desindustrialização do país é um verdadeiro risco: esse setor não produz mais do que 15% do PIB, após haver chegado a 30%. Somente a siderurgia e a metalurgia de base, a indústria aeronáutica e a nuclear, além dos armamentos, continuam relativamente dinâmicos em um país que há 20 anos era uma grande potência industrial. As autoridades anunciaram um grande programa de privatizações para atrair investimentos estrangeiros e modernizar os instrumentos de produção.

Empreendedores: Estado, oligarcas e investidores estrangeiros

A fronteira entre o setor público e o privado tem estado bastante agitada na Rússia ao longo dos últimos 20 anos. O presidente Yeltsin, eleito em 1991, era favorável ao desenvolvimento do setor privado mediante privatizações das empresas públicas e do crescimento interno.

A privatização foi vantajosa, sobretudo para um grupo restrito de personalidades próximas ao Kremlin, a nova oligarquia que substituiu a *nomenklatura* soviética, com mais dinheiro e menos legitimidade.

Desde 1999 e com a chegada de Putin ao poder, organizou-se um refluxo em favor do setor público, que atualmente ainda representa mais de 50% do PIB. Esse movimento foi inicialmente orquestrado no setor da energia, estratégico, como vimos. Considerando-se refundador do Estado russo, Putin necessita das receitas do petróleo para financiar seu orçamento, equilibrar suas relações econômicas com o exterior e existir no cenário diplomático internacional. A questão já não é mais a de permitir a pilhagem, com total impunidade, das riquezas naturais russas por um punhado de oligarcas, que tudo obtiveram sem nada pagar (ou quase) desde os tempos de Boris Yeltsin (de quem se suspeita ter querido ceder às principais empresas internacionais, os chamados *Majors*, a plena propriedade das jazidas).

No livro *A piratização da Rússia*, Marshall I. Goldman, titular da cadeira de estudos russos na Universidade de Harvard, conta que, ao chegar ao topo do poder na Federação Russa, Putin se indignou com o hiato entre os preços de exportação dos hidrocarbonetos russos e os preços pagos pelos compradores. Para onde vai a diferença? Sistematicamente, pouco a pouco, seu governo retomou o controle do setor, primeiro no gás, com a Gazprom, o antigo Ministério Soviético do Gás, privatizado em 1992. Dez anos mais tarde, o governo russo detinha apenas 38% do capital, cuja maioria havia sido distribuída a uma clique dirigida pelo primeiro-ministro de Boris Yeltsin e seus amigos. Enquanto isso, a Gazprom teria "perdido", em média, 2 bilhões de dólares por ano, desviados por seus dirigentes, e 10% de suas reservas.

Na realidade, tanto em relação ao petróleo quanto ao gás, os contratos de partilha de produção da década de 1990 permitiram aos *Majors* retornar ao país, o que durante muito tempo lhes foi proibido, na época da União Soviética. Os preços estavam baixos, a Opep parecia fadada a desmantelar-se e os países exportadores não tinham recursos para investir no setor petrolífero ou gazífero, embora fosse necessário abrir regularmente novos poços a fim de compensar o esgotamento dos antigos; a produção caía e com ela as receitas orçamentárias. Na época, quem lucrava eram as empresas, que aproveitaram para ditar suas condições no plano fiscal, às vezes exageradamente.

Ao assumir a presidência, em junho de 2000, Putin nomeou uma pessoa de sua confiança para a direção do grupo que detinha mais de um quarto das reservas mundiais de gás natural. O Estado voltou a ser majoritário (51% do capital) em dezembro de 2005, e a Gazprom recuperou seus ativos, comprando alguns de forma amigável ou expropriando outros sem receio, utilizando para atingir seus objetivos cobranças de impostos fantásticos e multas recorde por "crimes ecológicos". A queda espetacular de Mikhail Khodorskovski e de seu grupo Yukos mostrou até onde iria nesse campo a determinação de Putin, apesar de fortes pressões norte-americanas. O vice-presidente dos Estados Unidos Dick Cheney denunciou o uso dos hidrocarbonetos russos como "instrumento de intimidação e chantagem".

Outro exemplo de retomada forçada: no gigantesco projeto gazífero na Sibéria oriental, denominado Sakaline II, a Shell obteve, em 1995, em um momento em que o Tesouro russo estava necessitado, o reembolso prioritário de suas despesas. Concretamente, 100% das receitas seriam encaminhadas à Shell enquanto o truste anglo-holandês não tivesse recuperado integralmente seus investimentos. Em geral, esse

montante atingia de 50% a 60%. No outono de 2006, a empresa anunciou que suas despesas haviam praticamente duplicado em relação ao que anteriormente havia sido previsto no contrato entre as duas partes: 22 bilhões de dólares em lugar de 12 bilhões. Moscou teria de esperar o dobro do tempo, cerca de 10 anos. O Kremlin, exaltado, tomou o controle da Sakaline II dois meses depois, por um preço baixo.

A crise financeira de 2009 serviu para novo avanço do Estado no controle da economia. Antes da crise, inúmeras empresas privadas russas haviam recorrido a empréstimos no exterior, a fim de desenvolver-se, aproveitando a solvência do país devido a um aumento rápido do preço do petróleo e à busca de oportunidades por parte de capitais externos. A crise, que provocou a queda do rublo, agravou o endividamento externo de muitas dessas empresas, incapazes de enfrentar os prazos de vencimento. As autoridades não tiveram dificuldade em recomprar as empresas endividadas depois de haver assumido suas dívidas no exterior.

Uma terceira fase parece abrir-se atualmente com o anúncio de uma retomada da política de privatizações, um apelo mais consistente aos investidores estrangeiros e menor pressão sobre os empresários privados locais. Os políticos têm clara consciência de que o país já não tem muitas opções e que a modernização da indústria e dos serviços dependerá do volume e da diversidade dos investimentos externos. Estes continuaram a afluir durante os anos recentes, nem mesmo a retomada forçada por parte do Kremlin dos negócios de certos oligarcas e a permanência de Mikhail Khodorkovski na prisão desestimularam os investidores estrangeiros. Nesse panorama, alguns grupos privados conservam certo poder, em parte devido a apoios políticos. Assim, o grupo AAR, associado à BP na TNT-BP, conseguiu bloquear na justiça um acordo de parceria entre a BP e a Rosneft, o grande grupo petroleiro público, com a justificativa de que tem contratualmente a exclusividade da cooperação com a BP. A projetada parceria visa à exploração do gás no Ártico, com um investimento previsto de 16 bilhões de dólares. O prosseguimento desse assunto será um bom indicador da recuperação do poder dos grupos privados russos. Será, porém, necessário esperar para ver, porque na Rússia, como em muitos países petroleiros, o estatismo retorna com energia quando os preços do petróleo aumentam, o que tem sido o caso durante muitos anos.

Intermediação financeira

A indústria bancária russa é bipolarizada: um grande número de pequenos bancos (mais de mil) coabitam com uma dezena de bancos públicos muito grandes. Em 2010, 80% dos ativos bancários se encontravam nas mãos dos 50 maiores bancos. Sberbank, o mais importante deles, controla 25% dos ativos, capta 52,5% dos depósitos das famílias e distribui 30% dos créditos. O maior banco privado local está muito atrás: 2,2% dos ativos. A Sociedade Geral, o maior banco estrangeiro, que comprou o Rosbank, dispõe somente de 4% dos ativos.

Como em muitos países produtores de petróleo, a liquidez dos bancos russos, sua solvência e a qualidade de suas carteiras são em grande parte determinadas pelo nível dos preços do óleo e dos metais exportados. A liquidez do sistema bancário depende muito da situação dos operadores do setor de hidrocarbonetos e da confiança dos depositantes, muito atentos à evolução da taxa de câmbio na gestão de seus haveres.

A massa de créditos distribuídos representa somente 45%, e o endividamento dos lares continua em níveis médios, principalmente por causa do subdesenvolvimento do financiamento da habitação.

O domínio do setor público suscita na Rússia, como em outras partes do mundo, a sensível questão da governança, que tem impacto sobre a política de crédito e a qualidade da carteira. O volume de créditos inadimplentes não é desprezível: está estimado de 8% a 10% do total de empréstimos, conforme os critérios utilizados para a avaliação. Ainda que os bancos tenham sistematicamente coberto os créditos inadimplentes, a qualidade da intermediação financeira deixa a desejar, pois os bancos podem tem "assinantes" que não reembolsam. Além disso, os estabelecimentos bancários se encontram fortemente endividados na esfera internacional, levando em sua esteira a financialização-dolarização da economia russa. Como a tendência atual das exportações é de alta, o risco de euforia está à espreita, e os bons clientes pagam pelos maus.

Políticas públicas

O regime de crescimento na Rússia é instável devido à permanente incerteza a respeito da organização da economia e, principalmente, à definição, ainda que provisória, da fronteira entre o setor público e o setor privado. Desde que Putin retomou a direção do país, em 1999, a sorte do setor privado é incerta. Períodos de abertura são seguidos por momentos

de endurecimento. O setor de hidrocarbonetos, impulsionador ainda dominante do crescimento, das finanças e dos equilíbrios do país, sofre o mesmo tratamento, embora os operadores da área prefiram trabalhar com tranquilidade. Durante viagem aos Estados Unidos em junho de 2010, o então presidente russo Medvedev tentou atrair as empresas tecnológicas do Vale do Silício para a Rússia, principalmente para a região de Skolkovo, organizada para receber esse tipo de companhia. Por enquanto, as reações são bastante tímidas.

A Rússia contribui debilmente com as despesas mundiais de pesquisa e desenvolvimento – sua participação atualmente é de 2%, ultrapassada pela pequena Coreia, com 3,6%, pela Índia, com 2,2%, e seguida pelo Brasil, com 1,8%. Recordemos que os Estados Unidos e a China representam, cada um, respectivamente, 33% e 9% dos gastos mundiais em pesquisa e desenvolvimento.

Os instrumentos de regulamentação da economia russa (salários, preços, taxa de câmbio e política monetária) são utilizados segundo critérios que, por vezes, escapam à racionalidade econômica. As arbitragens orçamentárias são difíceis. As receitas fiscais do petróleo representam ainda 48% das receitas públicas, e o gás não sofre taxação. O governo deve tratar prioritariamente do melhoramento das infraestruturas públicas. A crise do verão de 2010 mostrou que, desde o período soviético, as infraestruturas haviam sido deixadas sem manutenção eficaz. Durante o período de instabilidade, a seca facilitou a eclosão de mais de sete mil incêndios, que afetaram mais de 500 mil hectares, com cerca de 50 mortos e milhares de casas destruídas. A poluição atmosférica aumentou a mortalidade nas cidades envoltas em monóxido de carbono. Além disso, o custo da máquina pública é elevado, devido a inúmeras disfunções.

Economia e sociedade

Ao chegar ao poder, há 10 anos, o presidente Putin havia prometido o combate à corrupção e a defesa da igualdade social; sua popularidade aumentou com essas promessas. Dez anos mais tarde, em uma sociedade em vias de envelhecimento, muito resta a fazer para reduzir a corrupção e o enriquecimento ilícito. A revista *Forbes* contou, em 2010, uma centena de bilionários, em dólares, na Rússia, dos quais mais de 60 estão em Moscou, enquanto a inflação corrói o poder de compra dos titulares de rendimentos fixos e dos trabalhadores pobres do setor informal. O declínio demográfico

russo, que se tornou mais lento durante os anos recentes devido a uma política de estímulo aos nascimentos, produzirá efeitos em prazo longo, de mais de duas décadas. A população russa diminui regularmente. Não eram mais do que 145 milhões de habitantes em 2009, um grande recuo desde 1990. Vinte e cinco por cento da população tem mais de 60 anos, e somente 15% tem mais de 15 anos. A queda populacional e o envelhecimento dos russos são, evidentemente, um grave problema para o crescimento. A fim de contrarrestar a tendência, o crescimento rápido da produtividade é indispensável. Será possível obtê-lo não só sem um aporte maciço de investimentos estrangeiros, mas também um crescimento mais ágil do setor privado local, que o clima dos negócios na Rússia atualmente desestimula? O mal holandês não favorece essa orientação, que é no entanto indispensável.

O melhoramento dos serviços públicos de educação e saúde precisa de recursos suplementares. Simultaneamente, as autoridades têm de melhorar a proteção social de uma população em rápido processo de envelhecimento, o que exige despesas maiores, a fim de poder ampará-la. A comodidade financeira atual lhes permite fazê-lo, e também responder às reivindicações salariais dos funcionários afetados pela inflação.

A segurança nuclear deve ser fortalecida, na Rússia e em outras partes do mundo. Os efeitos sanitários remotos da catástrofe nuclear de Chernobyl ainda persistem. A região afetada pela radiação é de 160 mil km^2, equivalente a um terço do território francês; estima-se que de oito a nove milhões de pessoas sofreram os efeitos do desastre, e muitas cidades não foram reconstruídas. O campesinato pobre foi o mais afetado pela degradação maciça de suas terras e pela contaminação.

Riscos e durabilidade

Não se discutirá aqui um fenômeno importante objeto da ciência política: a relação íntima que existe nos países petroleiros entre o poderio financeiro do Estado e a fragilidade permanente da construção da democracia, do declínio da sociedade civil e até da boa governança. Em regra geral, nesses países, o Estado é tudo, a sociedade civil não á grande coisa e tudo isso prejudica o desenvolvimento. De fato, nestas páginas limitar-nos-emos às relações entre os recursos externos e a natureza das políticas econômicas adotadas, isto é, o conjunto das ações do Estado sobre a organização e a regulamentação da economia. O mal holandês descreve a desregramento econômico principal que afeta os países petroleiros ou

mineiros: o afluxo maciço de recursos externos, em consequência de um aumento rápido da demanda mundial, leva a uma supervalorização da taxa de câmbio da moeda local; a importação é facilitada, e a exportação se torna mais difícil; a prosperidade do setor exportador impulsiona os salários para o alto e polariza os recursos para investimento, o que conduz a uma crise dos demais setores e a economia não se diversifica. No caso da Rússia, o mal holandês teve efeitos negativos, notadamente para sua agricultura e, mais recentemente, para uma desindustrialização preocupante, sem falar no déficit da infraestrutura. O dinamismo salarial é alimentado pelo setor externo, na exportação e na importação, pelo financiamento público do déficit de certas empresas públicas e, mais recentemente, pela presença de grandes grupos internacionais que disputam entre si as qualificações disponíveis. Se os salários de certos trabalhadores são impulsionados para o alto, o mesmo não ocorre com a produtividade média, e a economia em seu conjunto perde competitividade e se desindustrializa.

Na Rússia, essa relação surgiu vigorosa e repetidamente. A folga financeira freou a diversificação do crescimento e provocou o progresso das importações, devido à ausência de uma oferta local competitiva de bens e serviços. As autoridades russas examinaram a situação e resolveram atrair investimentos externos, a fim de modernizar a economia do país e, especialmente, sua indústria e seu setor de serviços. Segundo o Banco Central russo, os investimentos diretos estrangeiros no país atingiram cerca de 20 bilhões de dólares durante o primeiro semestre de 2010, o que é considerável. O mesmo banco indica também que os investimentos russos no exterior teriam também chegado a duas dezenas de bilhões de dólares.

A indústria pública envelheceu, com exceção da siderurgia (a Rússia continua a ser o terceiro maior produtor de aço do mundo, depois da China e do Japão) e da metalurgia, que encontraram formas de modernizar-se, inclusive por meio de empréstimos nos mercados de Londres. A desindustrialização do país constitui um verdadeiro risco: esse setor não produz mais do que 15% do PIB, depois de haver chegado a mais de 30%. Somente a siderurgia e a metalurgia de base, as indústrias aeronáutica e nuclear, além dos armamentos, permanecem relativamente dinâmicos em um país que há apenas 20 anos era uma grande potência industrial.

Em 2011, a indústria aeronáutica demonstrou renovação com a produção de uma nova aeronave de cem lugares e a encomenda de 150 exemplares, o início da fabricação de um avião de 250 lugares e, finalmente, o desenvolvimento de outro, de 300 lugares, destinado à indústria *low cost.* O revigoramento foi possibilitado por uma profunda reestruturação da

indústria aeronáutica em torno de um conglomerado, a fim de reforçar as sinergias entre os diferentes participantes. As autoridades anunciaram um grande programa de privatização para atrair investimentos estrangeiros e modernizar os instrumentos de produção. Em abril de 2011, foi posta à venda uma parte do capital do gigante ferroviário RJD, que explora 85 mil km de vias férreas, emprega 950 mil pessoas e representa 2,5% do PIB russo. A privatização parcial, altamente simbólica, foi lançada às vésperas de um grande programa de modernização da organização e dos equipamentos da empresa.

Capítulo XII

Seis lições sobre a emergência

Qual é o perfil típico de um país emergente? É o de um país que tenha conseguido a diversificação de sua economia, desenvolvendo principalmente os produtos de maior demanda no mercado mundial; que goze frequentemente de uma intermediação financeira eficaz, com uma indústria bancária eficiente e um mercado de capitais dinâmico; que disponha de uma base agrícola forte, capaz de limitar sua fatura de importações e consolidar a indústria agroalimentar; que tenha posto em funcionamento um vigoroso setor de telecomunicações que eleve a produtividade global da economia e que ligue validamente essa nação ao resto do mundo; que haja constituído um setor de PMEs eficaz, de dimensões e produtividade elevadas; que tenha uma política de abertura – muitas vezes seletiva, porém evolutiva – que lhe permita inscrever-se em uma divisão regional e/ou global do trabalho e que impulsione o crescimento com suas tecnologias, seus mercados e seus capitais, assegurando um fluxo notável de investimentos estrangeiros e destinos internacionais crescentes para suas exportações. Um país que tenha sabido organizar e desenvolver seus sistemas de educação, de formação e de pesquisa, mais orientados para a produtividade do que para a ideologia. Os países emergentes, porém, enfrentam grandes desafios, que precisam ser geridos da melhor maneira e o mais rapidamente possível.

O jogo dos atores

Quando alguém pedia a Harrison Ford, grande ator norte-americano, que definisse os ingredientes de um bom filme, ele respondia incansavelmente: bons atores e melhores atores; se ainda houver um bom roteiro e um bom diretor, teremos um excelente filme. A história econômica recente dos países emergentes lhe dá inteiramente razão: indica que a prioridade foi conferida tanto aos atores quanto ao roteiro. Quando a distribuição dos atores é desequilibrada, como na Rússia, no México ou na China, o crescimento é débil ou custoso.

Na maioria dos países estudados, empresas locais, públicas ou privadas desempenharam papel central no crescimento. A fronteira entre elas depende das circunstâncias históricas e da configuração política de cada país, mas o deslocamento dessa fronteira é feito, em regra geral, em benefício do setor privado, especialmente na América Latina e nos pequenos países da Ásia. A China pôs em marcha uma configuração particular, conservando um setor público dominante e fechando certos setores, mais ou menos severamente. Em contrapartida do acesso ao mercado chinês, as empresas públicas nacionais e locais criaram uma variedade de empresas mistas com as estrangeiras, frequentemente as mais importantes em suas especialidades, a fim de aproveitar a transferência de tecnologias e o acesso a certos mercados fora da China. Mais do que qualquer outro país, a China utilizou seu trunfo de compradora para compartilhar com os estrangeiros os frutos de seu crescimento e internacionalizar suas empresas. O setor privado chinês cresce rapidamente, mas as políticas o canalizam e fixam as regras do jogo sem que se possa falar de patrimonialização do setor privado por parte dos políticos. Somente a Rússia de Putin conseguiu durante algum tempo deslocar a fronteira em benefício do setor público, notadamente no setor estratégico da energia, mas a abertura aos investidores estrangeiros é desejada agora, a fim de modernizar a indústria e os serviços, em relativo declínio. Em muitos dos países estudados, notadamente no Chile, na Coreia, na Turquia e na Malásia, o sucesso econômico foi construído não só por grandes empresas estrangeiras ou locais, mas também por inúmeras PMEs na indústria e nos serviços, inclusive no setor exportador. As pequenas e médias empresas, vetor de crescimento e de difusão de progressos tecnológicos, também são impulsionadoras da competição, enquanto as grandes companhias prosperam principalmente nos setores oligopolistas e podem pressionar os preços.

Negociar com as firmas estrangeiras: a cenoura e o chicote

Uma abertura crescente, porém seletiva, em relação ao investimento externo tem sido praticada em toda parte, favorecendo as dinâmicas regionais fortes, principalmente na Ásia. O acolhimento das firmas estrangeiras em uma determinada região e a internacionalização das empresas dos países emergentes desempenharam papel importante no acesso às tecnologias e aos mercados. Em quase todos os países emergentes os líderes mundiais querem aproveitar o crescimento dos mercados locais, notadamente após a mais recente crise, que limitou as perspectivas de crescimento dos países desenvolvidos. Os líderes estão conscientes de que o mercado das classes médias, já maduro nos países desenvolvidos, vai ampliar-se nos emergentes para todo tipo de produtos e serviços.

Os investidores estrangeiros, particulares ou em parceria com empreendedores locais, tiveram participação decisiva no processo de emergência, notadamente nos países onde a poupança local era notoriamente insuficiente, como no caso do México e da Malásia. Nos países onde a poupança local é abundante, sua presença foi desejada nos setores de alta tecnologia, como na China e na Índia, ou na recuperação de empresas públicas, como no Chile e na Turquia. Todos os países e regiões examinados têm legislação e regulamentação a respeito do investimento estrangeiro consentâneas com a prática internacional. A disponibilidade de infraestruturas econômicas de qualidade e o nível de segurança jurídica (eficácia do sistema judiciário, em particular dos tribunais de comércio e administrativos) são elementos centrais de atração. A atração aumenta se as políticas de concorrência e de regulamentação complementarem de maneira adequada as de incitação. Um grande mercado é evidentemente um fator favorável e frequentemente uma necessidade.

As estratégias das firmas estrangeiras nos países emergentes obedecem a fatores diversos, que variam de um setor a outro e que se agrupam em duas grandes famílias: o acesso aos produtos de base e/ou aos mercados locais e a redução dos custos de produção. O primeiro caso obedece frequentemente a estratégias monopolísticas dos grandes grupos mundiais no mercado global. O segundo tem a ver tanto com o custo da mão de obra quanto com o da energia ou dos recursos financeiros, sem esquecer a pressão fiscal. Na prática dos negócios, a implantação de empresas nos países emergentes combina todos os fatores de atração, mas essa cominação varia de setor para setor.

Para as firmas agroalimentares, o alvo é claramente o mercado local; é preciso aumentar as capacidades de produção e modificar a organização

(melhorar a gestão, cuidar da qualidade, desenvolver o *marketing*), de maneira a diferenciar os produtos e adaptá-los aos mercados locais. A disponibilidade de uma oferta agrícola adequada, em quantidade e qualidade, de uma mão de obra bem formada e barata, e a existência de um mercado local integrado são determinantes.

Para as firmas dos setores têxtil e de confecções, as implantações estrangeiras são destinadas a aproveitar a mão de obra disponível e barata, para exportar. É preciso produzir de maneira menos cara (eventualmente, mediante o controle de um elemento importante da cadeia, as fibras, por exemplo, ou o *design*) e utilizar as redes internacionais para exportar. O fim do Acordo Multifibras e a arrancada chinesa representaram uma reviravolta nessa indústria.

Na indústria química, atividade intensiva em capital e cada vez mais tecnológica, os investidores se concentram em setores específicos que precisam mais de estratégias de *marketing* e de qualidade do que de investimentos pesados em pesquisa e desenvolvimento ou em capital, geralmente já efetuados no país de origem. Assim, o objetivo das empresas farmacêuticas mais numerosas é o mercado local. Para a química de base, em geral inorgânica (adubos etc.), trata-se de tomar posição de longo prazo na cadeia industrial dos países emergentes e de aproveitar, quando possível, do baixo custo da energia. Nesse caso, a estabilidade política de longo prazo desempenha papel importante. Quanto aos plásticos, os mercados locais e as exportações se combinam.

A petroquímica e as indústrias derivadas dos hidrocarbonetos experimentam uma explosão dos preços dos equipamentos e da engenharia, uma instabilidade dos mercados e uma forte competição. O investimento maciço nesse setor, notadamente nos países petroleiros, torna cada vez mais arriscados os futuros investimentos. Somente os operadores com domínio técnico e comercial reconhecido podem conduzir o investimento a bons resultados.

A indústria automobilística, que experimenta rápido ritmo de internacionalização em todos os países emergentes graças a todos os grandes fabricantes, é uma atividade que se torna cada vez mais tecnológica ao mesmo tempo que suas margens se reduzem, principalmente nos modelos populares. As firmas querem beneficiar-se dos mercados locais, ainda muito protegidos. A maioria dos grandes fabricantes europeus está implantada em lugares como a Turquia (especialmente), o que demonstra que países emergentes podem ter níveis de produtividade mais elevados do que na Europa. Acresce que esse empreendimento desenvolve atividades de subcontratos e pode estar na origem de importantes efeitos

de aglomeração. Aqui têm relevância as economias de escala e, portanto, as dimensões do mercado, a qualidade da mão de obra e seu custo.

Na indústria de telecomunicações, assiste-se a um duplo movimento: mudança na geografia dos mercados e controle de capital dos operadores de telefonia simultaneamente a uma busca de concentração no campo dos equipamentos de telecomunicações, com exceção da invasão chinesa nesse terreno, que exerce forte concorrência sobre os fabricantes tradicionais nos mercados emergentes. O desenvolvimento maciço da formação de engenheiros e de técnicos muito qualificados abriu novas oportunidades para novos países. O setor de telecomunicações não só permitiu o surto positivo da telefonia – e portanto a comunicação social descentralizada –, mas também facilitou a modernização dos serviços públicos e de empresas, mediante a implantação de redes de alto débito para o transporte de dados. Para certos países, como principalmente a Índia, esse setor foi também determinante no desenvolvimento da externalização e da integração na divisão internacional do trabalho.

As atividades de alta tecnologia (equipamentos industriais e de serviços, instrumentos de precisão e equipamentos médicos, mecanismos informáticos e eletrônicos, *softwares* e serviços correlatos) necessitam de competitividade global. Uma mão de obra altamente qualificada e relativamente barata constitui um trunfo essencial de atratividade. Os países emergentes, especialmente a Índia, mas também a Turquia, progrediram sensivelmente nesse caminho. As firmas norte-americanas e alemãs são dominantes, sem serem as únicas. O mercado dos países emergentes oferece um potencial estratégico (computadores, equipa-mentos eletrônicos, tecnologias de informação); isso supõe o desenvolvimento de formação de engenheiros e de técnicos de alto nível.

No turismo, principalmente na Turquia, mas também cada vez mais no caso da China, que se tornou o terceiro destino turístico do mundo após a França e os Estados Unidos, o êxito resultou da conjunção de cinco elementos: a organização de zonas de recepção, as novas capacidades de acolhimento, a eficiência do transporte aéreo (notadamente o surgimento de empresas *low cost*), a formação e as competências, e a promoção comercial. Se o primeiro elemento é frequentemente de domínio dos poderes públicos, os quaro demais estão no campo das empresas, cujos desempenhos são então decisivos, salvo na China, onde os poderes públicos tomaram em suas mãos as infraestruturas e os meios de transporte aéreo.

O reverso da medalha da entrada maciça de capitais no país é a remessa constante de lucros para o exterior. Em certos países, essa situação se torna preocupante: Chile e México, Turquia e África do Sul.

A situação desses países, contudo, não é a mesma: o México e a África do Sul têm necessidade dessa poupança em seu território para desenvolver suas especializações e ajudar seu crescimento. Suas situações sociais internas não podem senão ganhar com isso. O Chile e a Turquia se encontram em melhor posição, mas em todos os casos vale mais que os lucros das empresas sejam investidos localmente.

De maneira geral, os países emergentes têm negociado com as multinacionais a abertura de seus mercados ou a implantação local em rota do acesso às tecnologias ou a uma parceria internacional. Encontram-se todos os casos possíveis em função das necessidades e estratégias seguidas pelo país. A China parece haver atingido a diversificação mais completa.

Mais vale pertencer a uma região dinâmica

Uma abertura estável, evolutiva e seletiva em relação ao investimento estrangeiro terá tanto mais êxito quanto mais lhe for possível aproveitar dinâmicas regionais vigorosas, como tem sido o caso da Ásia Oriental, porém menos na América Latina e na Europa. Inicialmente, Japão e, em seguida, Taiwan e Coreia desempenharam um papel de locomotiva para China, Malásia e Indonésia. Não seria possível compreender o dinamismo da economia chinesa sem medir a contribuição decisiva de duas economias da região: Taiwan irrigou a China Continental com seus investimentos diretos e continua a ser atualmente o primeiro investidor detentor de estoque, e a Coreia também proporcionou grande aporte, devido à sua política de deslocamento. Hong Kong e Cingapura tiveram também papel decisivo no crescimento chinês: centro financeiro importante, além de seus próprios investimentos, Hong Kong drena os investidores internacionais em direção à China, e se estima que a metade dos investimentos diretos neste país é preparada em Hong Kong. A ex-colônia desempenha também papel de *hub* para o transporte internacional de mercadorias chinesas; finalmente, funciona também como placa giratória de serviços de todos os tipos para as empresas chinesas que se internacionalizam.

As economias do sudeste asiático, da Malásia, da Indonésia e da Tailândia, beneficiaram-se de diversas ondas de investimentos externos: até a metade da década de 1960, os investimentos estrangeiros foram realizados inicialmente por ocidentais, especialmente os norte-americanos. Em seguida, foi a vez do Japão, sob o efeito de três fatores convergentes: a

alta do yen após os Acordos do Plazza de 1985, a acumulação de reservas externas volumosas e os efeitos do envelhecimento demográfico do Japão. As empresas desse país, confrontadas não só com uma escassez crescente de mão de obra, mas também com a maturidade dos mercados de consumo, dirigiram seus novos investimentos para os países vizinhos, que dispõem de mão de obra mais abundante e que buscam mercados crescentes para todo tipo de produtos e serviços. Os idosos do Japão resgataram, assim, os jovens da Ásia. Na metade da década de 1990, os quatro dragões (Taiwan, Coreia, Hong Kong e Cingapura) entraram em cena. O montante de seus investimentos no sudeste asiático ultrapassam os do Japão. Taiwan se tornou o primeiro investidor estrangeiro na Malásia desde 1995. Na Indonésia, desde 1997, os cinco maiores investidores são asiáticos.

A recente catástrofe natural de março de 2011, que levou a desajustamentos e interrupção de exportações, principalmente na indústria eletrônica, que afetaram empresas do mundo inteiro nos setores automotivo, de informática e de eletrônica, vai certamente acelerar o deslocamento de empresas japonesas em direção a países menos sujeitos a riscos naturais.

A lógica regional de divisão do trabalho levada a efeito pelos Estados Unidos para o Brasil, o Chile e o México foi vigorosa no século passado, mas perdeu força em seguida, devido à demanda asiática. Se o Brasil e o Chile se saírem bem, será por causa da dinâmica asiática. O México tem menos êxito por não ter querido, ou sabido, atrelar seus vagões à locomotiva asiática.

Qual é o benefício social da internacionalização das empresas dos países emergentes?

Se o benefício econômico e tecnológico da internacionalização do capital dos países emergentes é incontestável, pode-se questionar seu benefício social em termos de empregos e rendimentos, salvo nos países que têm uma indústria de equipamentos que acompanha os investimentos no exterior. De 2005 a 2010, a parcela das empresas dos países emergentes nas fusões/aquisições pelo mundo passou de 14% para 33%.

Internacionalização das firmas de países emergentes

Setor	Energia	Finanças	Matérias-primas	Indústrias
%	20	15	11	9
Países	Estados Unidos	Itália	Reino Unido	Austrália
%	19	17	15,5	13,9
Setor	Saúde	Telecom	Imobiliário	Tecnologias
%	8	8	7	7
Países	Canadá	Alemanha	França	Países Baixos
%	9,6	6	3,7	3,7

O Boston Consulting Group (BCG) publicou no início de 2011 a segunda edição dos *Global Challengers*, as cem grandes empresas originárias dos países emergentes. De 2000 a 2009, suas vendas progrediram 18% por ano. Até 2020, seu giro de negócios será de 6 bilhões de dólares, contra 1,3 bilhão em 2009. São encontradas em todos os setores: a brasileira Petrobras, no petróleo; as indianas Tata e Bharti Airtel e a russa Severstal, na siderurgia; as chinesas China Communications Construction, na edificação, e Huawei, no equipamento de telecomunicações; as brasileiras Votorantim, no papel, e Natura, nos cosméticos; a mexicana Limbo e as sul-africanas Bidwest, Sappi e Sassol, nos agroalimentares. Os *challengers* realizaram seu crescimento em parte por meio de aquisições, das quais 60% foram feitas em países desenvolvidos, excelentes fontes de acesso às tecnologias, às marcas e aos mercados. O endividamento dessas empresas é baixo devido ao seu grande crescimento e à sua rentabilidade. É preciso também assinalar as sinergias entre as transnacionais de países emergentes, como a aliança entre a indiana Tata e a brasileira Marco Polo, para a fabricação de ônibus para o mercado mundial.

Escolha dos setores

Em uma economia aberta, nunca se consegue estabilidade no crescimento. A instabilidade menor depende do grau de diversificação das exportações, da capacidade do país de manter seu valor agregado em seu próprio território, do dinamismo regional no qual se inscreve e do grau de equilíbrio entre destinos no exterior e mercados locais. A combinação desses fatores varia conforme os países emergentes, pois cada qual os organiza de maneira mais ou menos bem-sucedida. As modalidades

estruturais de inserção na economia global são importantes. A recente crise mundial revelou aspectos importantes dessa realidade.

A especialização em produtos primários não significa necessariamente empobrecimento nem diversificação limitada. Os exemplos do Chile, do Brasil e da Malásia para os produtos agrícolas, do mar ou minerais mostram, ao contrário, que é possível prosperar mediante exportações de produtos de base e diversificar simultaneamente a economia. O erro é limitar-se à exportação de produtos primários. Nem o Chile nem a Malásia nem a Coreia do Sul, nem mesmo a China e o Brasil, renunciaram decididamente a suas antigas especializações, mas melhoraram seus desempenhos, diversificando os produtos e melhorando as tecnologias nas antigas cadeias de produção, ao mesmo tempo investindo em novos ramos de atividade a fim de adaptar-se à evolução das demandas externas em níveis tecnológicos superiores. Muitas vezes os recursos financeiros obtidos em atividades de mão de obra intensiva ou extrativas serviram às empresas para investir em novos serviços e produtos mais elaborados. É o caso da China, da Índia e do Brasil.

A estabilidade do crescimento em economia aberta fica mais bem assegurada quando o país dispõe de bens específicos para vender no mercado mundial, tanto produtos agrícolas de base ou não agrícolas, para os quais existe possibilidade de oferta significativa em um mercado frequentemente oligopolista, quanto de bens e serviços de nível tecnológico elevado, cuja demanda aumenta rapidamente o par com o crescimento mundial e a oferta geralmente de cunho oligopolista. O setor nuclear é um exemplo altamente simbólico. Os grupos coreanos, chineses e russos se tornarão temíveis competidores no panorama restrito do átomo civil dominado pela francesa Areva, pela norte-americana General Electric e pela nipo-americana Toshiba-Westinghouse.

A competição se dará na tecnologia, na segurança e nos preços. O mercado é estimado em mais de 1 trilhão de dólares até 2030, em crescimento sobretudo nos países emergentes, o que reforçará os laços entre eles. A chinesa CNNC entrou em um acordo de cooperação com a EDF para exportar reatores para terceiros países. O quadro seguinte apresenta os bens específicos nos países emergentes.

A competição oligopolista exclui os bens corriqueiros (têxteis, componentes e materiais eletrônicos e informáticos de base, montagem de veículos etc.), cuja demanda é sensível aos preços e cuja oferta mundial é muito fragmentada.

Bens específicos dos países emergentes

	China	Índia	Brasil	Rússia	Chile	Malásia	Coreia	Áf. do Sul
Agricultura			Açúcar, soja, café, carnes	Trigo	Salmão	Azeite de dendê, *hevea*		
Minerais	Terras raras	Diamante	Ferro	Cobre	Cobre	Carvão, terras raras, diamante		Seis metais raros, ouro, diamante
Energia	Nuclear civil, forragem	Carvão	Biocombustíveis, tecnologia *offshore*	Gás, nuclear civil		Biocombustíveis	Nuclear civil, novas energias	GTL, CTL
Armamento e espaço	*Drones*, lançadores			Aviões				
Eletrônica						MCS	MCS	
Transportes e aeronáutica	Aviões, TGV, barcos		Aviões				Carros elétricos, TGV, barcos	Subcontratos, aeronáutica
Informática		MCS				MCS	MCS	
Telecom	MCS	Serviços	MCS			*Offshoring*		MCS
Medicina	Genéricos	Genéricos					Genéricos	Genéricos
Nanotecnologias	Em progresso	Em progresso	Em progresso				Em progresso	

Fonte: MCS, materiais, componentes e serviços.

De fato, como mostra o quadro, muitos países emergentes deixaram, ao menos parcialmente, essa situação de intercâmbio desigual, exportando bens e serviços de maior valor agregado por empresas regionais ou em parceria que captam a totalidade ou parte do valor agregado e o reinvestem localmente. Contudo, esse intercâmbio pressupõe esforços constantes de formação e de pesquisa e desenvolvimento.

Para os bens corriqueiros, a "Lei de Bronze" é a do custo unitário do produto, que resulta da evolução do custo da mão de obra em relação ao de sua produtividade.

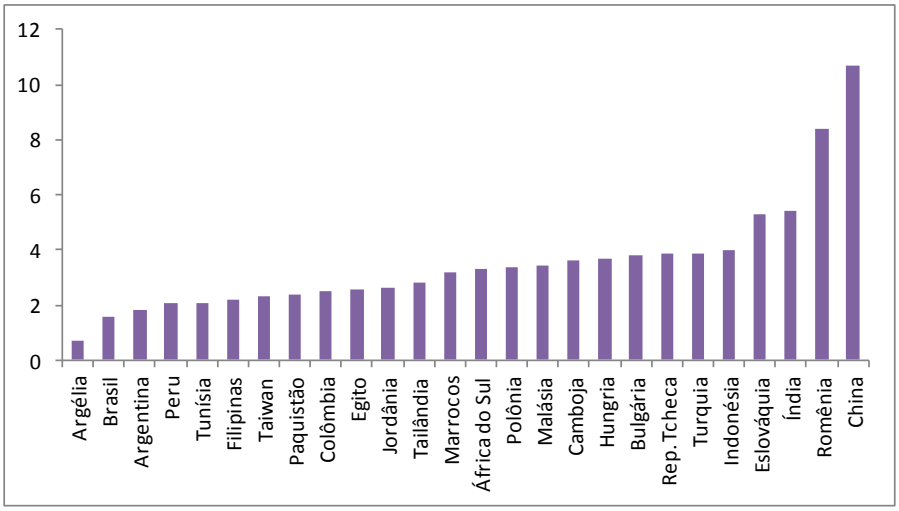
Em 1994, em um artigo de sucesso, "O mito do milagre asiático", Paul Krugman mostrou a fragilidade do crescimento extensivo dos países do sudeste da Ásia que seriam submergidos pela onda chinesa, nos quais a mão de obra evoluía lentamente. O declínio sem dúvida contribuiu, ao lado da especulação imobiliária, para agravar a crise desses países em 1997-1998. Esse fator ainda funciona, como mostra o quadro seguinte. Os grandes países da Ásia têm os melhores desempenhos, seguidos pelos países da Europa Oriental após a chegada em massa das empresas estrangeiras, como é também o caso da Indonésia e da Turquia. No entanto, o crescimento rápido e a diversificação das exportações não devem ocultar um problema de fundo: o da repartição do valor criado por atividades exportadoras como as têxteis, o vestuário, o turismo, os componentes elétricos, os equipamentos mecânicos e elétricos e os plásticos simples, localizadas em grande parte fora do país produtor, o que impede um movimento cumulativo de investimento. Essa situação era, e ainda é, característica dos países "primo-emergentes". Desde a década de 1950, a Comissão Econômica para a América Latina (Cecla) já havia chamado a atenção para esse círculo vicioso, isto é, os ganhos de produtividade realizados nas atividades de exportação são transferidos para o exterior por meio dos preços, causando uma deterioração da situação econômica e social do país produtor. O risco mais importante para certos países é ser apanhado na armadilha da "primo-emergência", não querer ou não poder deixar as atividades de baixo valor agregado local, como é o caso atualmente no Magrebe.

Para os países de baixa produtividade nas indústrias e nos serviços de nível inferior, o problema é a pressão sobre os salários, socialmente inaceitável, ou a desvalorização, quando ela é possível. Paradoxalmente, é também a situação atual da Grécia e de Portugal, e poderia também vir a ser o caso da Espanha.

As indústrias de montagem, de conteúdo tecnológico mediano, mas frequentemente com importante conteúdo de importações e de preços

de transferências de domínio difícil, também apresentam dificuldades específicas. Verifica-se bem como é difícil ir da "primo-emergência" para a emergência plena, passando pela semiemergência.

Taxa de crescimento da produtividade do trabalho de 2000 a 20008



Dinheiro é importante: entre intermediação eficaz e financiarização arriscada

Nos países emergentes da Ásia, a capacidade de poupar é importante, enquanto na América Latina a poupança é menor e dificilmente consegue financiar os investimentos, sendo o complemento trazido pelo investimento estrangeiro.

Poupança e investimento nos países emergentes

	Taxa de poupança 2009	Taxa de investimento 2008	Competitividade	Qualidade da governança
China	48%	47%	29	0,76(94)
Índia	32%	39%	49	0,61(132)
Brasil	14%	18%	56	0,81(70)
Turquia				
Rússia	25%	24%	63	0,80(70)
Coreia do Sul	30%	31%	19	0,93(25)
Malásia	35%	21%	-	-
México	10%	21%	60	0,84(51)
Chile	22	25	30	0,87(40)
Indonésia	35	25	-	-

Observa-se que as taxas de poupança são notavelmente elevadas na Ásia, especialmente na China, onde essa taxa atingiu mais de 50% em 2006, antes de declinar ligeiramente nos anos seguintes. Deve-se também assinalar a notável progressão da poupança na Índia, onde essa taxa passou de 22% para 33% de 1990 a 2008, e no sentido inverso o recuo relativo da taxa de poupança na Coreia do Sul, que caiu de 38% para 29% ao longo do mesmo período. Esse recuo se explica, como vimos, por uma progressão significativa dos salários reais coreanos durante o período.

Na Rússia, assistiu-se à debacle da taxa de poupança em relação ao início da década de 1990. Isso está ligado ao conjunto de descarrilamentos econômicos que se seguiram ao desaparecimento da União Soviética e à constituição da Federação Russa.

O exame da taxa de poupança e de investimento deve, no entanto, ser sempre relacionado com o nível de rendimentos já alcançado pelo país. A título de exemplo, em termos de paridade do poder de compra, o produto *per capita* na Coreia é seis vezes maior do que na China e 12 vezes maior do que o da Índia.

O comportamento das taxas de investimento é similar, com três situações bastante contrastantes: altas taxas na China e na Índia, relativamente fracas no México e sobretudo no Brasil, como vimos, e medianas na Coreia, na Malásia e na Turquia. Note-se também o desabamento da taxa de investimento na Rússia em relação a 1990, quando atingiu mais de 40%. Aqui também é preciso relacionar a taxa

de investimento com o produto já conseguido historicamente. Certos observadores chamam atenção para o fato de que em muitos desses países a eficácia do investimento depende frequentemente de sua repartição entre operadores públicos e privados. Também podemos comparar a baixa eficácia do investimento na China, na Malásia ou na Rússia com a maior eficácia na Índia, na Coreia do Sul ou no Chile. Assim, merece atenção especial a questão do efeito de expulsão do setor privado em relação ao financiamento, como é claramente o caso não só na China, mas também, mais modestamente, no Brasil.

Os índices de produtividade refletem, diante de determinada produtividade, o peso dos custos salariais; na China, o baixo nível dos salários permite grande competitividade, apesar de uma produtividade média e de uma utilização ineficiente do capital.

A modernização da indústria bancária é condição necessária da diversificação, desde que nela esteja incluída a dos bancos. Além de um movimento perceptível de privatização dos bancos públicos, observa-se por toda parte um processo de fusão, a fim de atingir escalas de produção aceitáveis e reduzir os encargos.

As indústrias bancárias

	Modelo liberal	**Modelo semiliberal**	**Modelo protecionista**
Abordagem privilegiada	Abertura total do setor; consolidação pelo mercado	Abertura seletiva à competição externa	Fusão dos bancos locais. Fechamento ou restrição de acesso aos bancos estrangeiros
Resultados obtidos	Fusão de pequenos atores. Expulsão dos locais pelos estrangeiros. Financiarização e vulnerabilidade externa	Dois ou três grandes atores locais coabitam com dois ou três atores estrangeiros. Pequenos atores (locais e estrangeiros) especializados	Sem reforço significativo dos principais atores locais. Bancos estrangeiros têm apenas oportunidades limitadas, e a intermediação financeira continua frágil
Países		Brasil, Chile, Coreia do Sul, Indonésia, África do Sul, Turquia	China, Índia, Rússia, Malásia

Diversos modelos de transformação da indústria bancária foram postos em prática, com resultados variáveis. Nenhum dos países

examinados praticou o modelo liberal integral. O protecionista, embora dominante na maioria dos grandes países, resultou em uma intermediação financeira ineficaz e em um desperdício importante de recursos. O semiliberal parece ter dado melhores frutos.

Certos países pretenderam manter os bancos sob a égide do Estado, mas não hesitaram em confiar a gestão a gerentes privados, escolhidos e remunerados segundo suas competências e ligados ao proprietário por contratos de desempenho. Nessas condições, a crise asiática dos anos 1997-1998 revelou um fato patente: a qualidade da intermediação financeira é inversamente proporcional à proximidade dos bancos em relação ao poder político; quanto maior a proximidade, menor o risco de ver acumularem-se créditos duvidosos nas carteiras dos bancos, tanto no setor público (que, em geral, é o caso), quanto no privado. Isso era flagrante na Malásia e na Indonésia, mas essa verdade se aplica também à Rússia e parcialmente à Turquia da década de 1980.

A diversidade das estruturas financeiras colocadas à disposição dos operadores reforçaram as economias. Observa-se em certos países que o acesso dos operadores estrangeiros ao crédito local foi facilitado. Alguns permitem até mesmo o recurso ao crédito local por meio das operações de privatização. Percebe-se quase em toda parte o papel crescente do mercado de capitais e mais particularmente do de ações no financiamento da economia.

O quadro seguinte apresenta a estrutura do financiamento da economia dos países estudados.

Estrutura do financiamento dos investimentos

	Empréstimos bancários	Ações	Obrigações
China	78	17	5
Índia	39	46	15
Brasil	44	39	17
Turquia	50	48	2
Coreia do Sul	62	16	22
África do Sul	30	69	1
Chile	41	48	11
Indonésia	78	15	7
Rússia	32	66	2
México	33	58	10
Estados Unidos	6	14	80

A estrutura de financiamento dos investimentos é diferente de um país para outro, mas se percebe bem que alguns deles contam primordialmente com o crédito bancário, como a China, a Coreia do Sul e a Indonésia, enquanto outros apelam amplamente para a Bolsa, como o México, a África do Sul e a Rússia. Essa estrutura de financiamento é mais ou menos dependente do espaço deixado ao setor privado local ou estrangeiro no investimento global, de sua capacidade de autofinanciamento e varia segundo o grau e a antiguidade da financiarização das economias.

Virtudes e riscos da financiarização

A financiarização descreve a situação de uma economia na qual os atores econômicos locais mantêm relações econômicas intensas, de aplicação ou de empréstimos junto a atores econômicos estrangeiros. Essa situação apresenta vantagens e riscos que muitos países emergentes – notadamente na América Latina, mas também a Turquia – hoje em dia conhecem. Eles a praticam mais ou menos em grande escala, permitindo ou não aos diversos agentes econômicos engajar-se financeiramente no plano internacional. Assim, se os bancos em geral são autorizados a fazê-lo, as empresas do setor real o serão mais ou menos, ou somente sobre certos produtos. Poucos países autorizam os particulares a obter empréstimos ou emprestam em moeda estrangeira, mas alguns deixam os bancos emprestar aos lares, transmitindo-lhes os riscos equivalentes.

A financiarização permite aos agentes econômicos locais enfrentar necessidades passageiras de financiamento ou, ao contrário, colocar excedentes financeiros. Essas operações dão lugar, em princípio, a uma melhoria da transparência econômica ou da governança.

Em sentido inverso, a financiarização apresenta riscos: os capitais buscam segurança e rentabilidade e são voláteis; sua entrada maciça revaloriza a moeda local em detrimento dos exportadores, sua fuga intensa as desvaloriza em detrimento dos importadores, e os atores nacionais endividados em moeda estrangeira podem sofrer perdas fatais devidas ao câmbio. Os movimentos de capitais também podem causar pressões políticas. A Turquia, o Brasil, o México e parcialmente a Coreia do Sul não estão longe de acusar os ocidentais, especialmente os Estados Unidos, de prejudicá-los na solução de seus problemas de competitividade e de déficit externo. Certos países proibiram o endividamento em moeda estrangeira, especialmente para os lares, menos conhecedores das questões de câmbio. É o caso do Brasil.

O papel do Banco Central cresceu na emergência: a qualidade da supervisão bancária fortaleceu-se por toda parte, principalmente na aplicação das regras de Basileia III. O fortalecimento foi seguido em grande parte por programas maciços de reestruturação bancária, como no sudeste da Ásia, após a crise financeira de 1997-1998. As medidas em favor do desenvolvimento do mercado de capitais foram numerosas e frequentemente eficazes. Os Bancos Centrais do Chile, da Turquia e da Malásia aparecem como os mais eficientes.

A progressão dos índices bursáteis foi melhor nos países emergentes do que nos desenvolvidos. A situação da China é particular. Partindo de muito alto, o índice recuou devido à política de restrição do crédito, motivada pela luta contra a inflação. Além disso, a de Hong Kong, que drena para a China os capitais levantados pelas grandes empresas deste país cotadas em sua Bolsa, teve progressão mediana. O caso do Brasil é interessante: o pequeno progresso observado em um país de grande crescimento reflete a percepção pelos operadores das dificuldades das empresas para desenvolver o investimento em um contexto notadamente de déficit das infraestruturas.

Em muitos países emergentes, notadamente na China, mas também na Malásia e na Indonésia, o dinamismo da privatização das empresas e a abertura de seu capital foi o que permitiu o surto da Bolsa. A privatização dos bancos, das empresas de telecomunicações e de transporte aéreo contribuiu para esse surto em muitos outros países que escolheram a entrada na Bolsa como método principal de privatização, inclusive com a preocupação de permitir aos nacionais lucrar com as operações de privatização, juntamente com os estrangeiros. Instituições financeiras poderosas também tiveram papel ativo: companhias de seguros, fundos de pensão e de investimento se multiplicaram não só na América Latina, mas também na Ásia.

O Estado não é mais o mesmo

Com exceção da China e da Rússia, que herdaram de sua história uma propensão ao estatismo, que deixa o papel central às empresas públicas ou às de parceria, a diversificação foi mais ampla e mais rápida nos diversos países do que o foram o investimentos estrangeiro e privado local como atores principais, estimulados pelos poderes públicos. Viu-se por toda parte um recuo do Estado produtor, particularmente na América Latina, mas também na Ásia, inclusive a China, com programas

significativos de privatização em quase todos os países. O Estado intervém agora mais como estrategista, regulador e protetor, o que explica a variedade e a intensidade das políticas adotadas. Além da reorganização das economias para ganhar eficácia, os poderes públicos passaram a intervir, a fim de reforçar os recursos humanos, impulsionar a pesquisa tecnológica, sustentar o capital local na parceria com estrangeiros, assegurar a promoção das exportações, pôr em marcha instrumentos financeiros inovadores etc. Uma combinação dessas ações é observada em todos os países emergentes.

Essas políticas têm por objetivo favorecer a adaptação das empresas locais, públicas, privadas ou em parceria, para a geração de produtos cuja elasticidade de demanda mundial em relação ao rendimento é elevada ou que permitem satisfazer eficientemente o mercado local. Elas favorecem a passagem de uma especialização centrada na utilização intensa de uma mão de obra pouco remunerada e apoiada em um leque relativamente restrito de produtos, caracterizado por uma elasticidade de demanda elevada em relação aos preços, para uma baseada em produtos tecnologicamente mais sofisticados, que necessitam de uma mão de obra mais qualificada e mais bem remunerada, cuja formação é assegurada por um esforço importante na educação e na pesquisa por parte do Estado. Esses bens se caracterizam também pela elasticidade de sua demanda em relação ao rendimento elevado. As instituições de prospecção e planificação, onde existem, produziram cenários de especialização internacional, definiram opções, mas jamais intervieram nos processos de alocação de recursos, tal como se praticava nos sistemas de planificação. O papel central foi desempenhado pelas instituições de apoio à inovação e às empresas para o lançamento e a produção de produtos novos, o nivelamento das organizações e dos instrumentos de gestão, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a conquista de destinos de escoamento etc. A regulamentação do nível de atividade econômica está também no cerce da ação pública.

Gerir os riscos dos mercados externos

A instabilidade dos destinos de escoamento no exterior está ligada à conjuntura mundial, inclusive à forte competição entre os próprios países emergentes no mercado global. A reação desses países à mais recente crise foi interessante. Recordemos o filme da instabilidade econômica.

Tudo começou com a política de crédito imobiliário nos Estados Unidos. Inúmeras famílias norte-americanas foram estimuladas a tomar empréstimos além de suas possibilidades financeiras de reembolso, a fim de adquirir bens imóveis. Os créditos circulavam de banco para banco, dos Estados Unidos para a Europa e outras regiões, graças a mecanismos sofisticados de titularização. Um belo edifício de créditos duvidosos, cuja origem era a insolvência dos lares norte-americanos, surgiu nos Estados Unidos e em seguida foi exportado para além das fronteiras. A acumulação de créditos podres espalhou-se pelo restante dos bancos europeus, revelando subitamente graves problemas de governança financeira. Em agosto de 2007, a crise dita de *subprime* revelou-se ao mundo inteiro, e os bancos norte-americanos e europeus tiveram de enfrentar perdas, para alguns colossais, que comeram seus lucros e seus recursos próprios e que fizeram desabar suas ações na Bolsa.

Em setembro de 2008, a crise financeira espalhou-se rapidamente pela Europa, colocando em grande dificuldade os estabelecimentos financeiros de primeira linha. Dos dois lados do Atlântico, as dificuldades e as perdas colossais dos bancos reduziram suas vontade e capacidade de emprestar às empresas e aos lares. Diante do risco real de ver as economias soçobrarem na recessão, por falta de distribuição de créditos às empresas e aos lares, a reação dos governos foi global e maciça, porém com êxito apenas mediano, de tal forma eram as previsões negativas e a crise de confiança profunda.

Nos Estados Unidos, desde setembro de 2008, o plano Paulson injetou 700 bilhões de dólares no sistema bancário em risco de quebra, e as autoridades assumiram o controle dos bancos mais expostos. Em outubro de 2008, os chefes de Estado e de governo da Europa tomaram medidas para reforçar a liquidez e a solvência dos bancos e sua capacidade de distribuir créditos a empresas e famílias. A crise financeira provocou o desmoronamento das capitalizações bancárias europeias. Verificou-se uma reclassificação tanto entre os bancos europeus quanto mundialmente, com o surgimento dos bancos chineses no topo da escala e a debacle de certos bancos norte-americanos, como o Lehman Brothers e o City Group. Sob a lente dos Estados, ocorreram reestruturações bancárias de grande envergadura, às vezes com participação pública como acionista. Se o pior foi evitado, a crise não terminou. Em janeiro de 2011, avalia-se ainda em 5,5 milhões o número de lares norte-americanos que continuam endividados e cujas moradias valem 20% menos do que o montante de sua dívida hipotecária. A saída da crise bancária não é total.

Apesar das políticas de relançamento e de reestruturações levadas a cabo, o crescimento dos países da OCDE recuou, o comércio mundial decresceu, levando consigo o crescimento dos países emergentes, com intensidade variável.

Impacto da crise sobre os países emergentes

	Taxa de crescimento em 2009 em %	Pagamentos correntes em 2009 em %
China	8	10
Índia	6,8	-2,3
Brasil	-0,6	-5,1
Turquia	-4,7	-4,2
Rússia	-7,9	4
Coreia do Sul	0,2	5,1
Malásia	- 1,7	15,9
México	-6,6	-0,6
Chile	-1,6	2,6
Indonésia	4,5	1,1
África do Sul	-1,8	-4

O efeito da crise não foi o mesmo em toda parte. O crescimento do México, do Chile, da Rússia e da Turquia foram os mais afetados. O México teve também um grande déficit em seus pagamentos correntes. Em sentido inverso, grandes países como a China, a Índia, a Indonésia e em boa parte o Brasil mostraram maior resistência à crise e a seus pagamentos externos (embora se enfraquecendo) e não se degradaram intensamente, sobretudo o Brasil. A Coreia e do Sul e a Malásia ocuparam posição intermediária tanto em termos de crescimento quanto na evolução de seus pagamentos correntes, que se mantiveram muito resistentes. Um fator importante afeta a continuação dos pagamentos exteriores, se não o crescimento desses países: o crescimento de sua fatura energética externa. A Coreia do Sul, o Chile e a Índia foram os mais afetados pela evolução dos preços do petróleo. A China importa a metade de suas necessidades desse combustível, mas a fatura petrolífera é muito suportável para esse grande país exportador, que dispõe de considerável poder de compra internacional.

Assim, é preciso não esquecer os desajustes da governança econômica política que afetaram um país ou outro, apesar dos progressos obtidos nas políticas públicas. A esse respeito, as qualificações nem sempre

têm sido suaves. O Banco Asiático de Desenvolvimento falava, na década de 1980, do "capitalismo de bambu", para qualificar a proximidade entre os aspectos econômico e político e a rede de alianças que favoreciam o êxito da economia. Outros falaram em "capitalismo de vizinhança" ou ainda em "capitalismo patrimonial", para designar a estreita ligação entre o poder político e a comunidade de negócios. Assim, por mais necessária que tenha sido, a política de "indigenização" em favor dos malásios produziu excessos que deixaram traços duradouros, notadamente a convicção no seio de algumas elites de que o êxito depende mais das relações com o poder político do que da arte do gerenciamento.

Permanência do desafio social

As dimensões dos países tornam difícil a comparação dos resultados da integração social realizada em cada um deles. Os dados relativos ao produto *per capita*, à concentração da renda e aos índices de desenvolvimento humano são indicadores aceitáveis dos progressos realizados e do que resta a fazer em todos emergentes.

Os indicadores sociais nos países emergentes continuam ambivalentes

	Produto *per capita* em PPC	Desigualdade dos rendimentos	Desenvolvimento humano
China	4.100	46,9	0,76 (94)
Índia	1.800	36,8	0,61 (132)
Brasil	7.800	57,9	0,81 (70)
Rússia	-	39,9	0,80 (70)
Coreia do Sul	28.000	31,6	0,893 (25)
México	11.800	46,1	0,84 (51)
Chile	14.000	54,9	0,87 (40)

O produto *per capita* aumentou substancialmente, mesmo na Índia, onde passou de 300 dólares no início de 1980 para 1,8 mil dólares em 2009. O progresso espetacular foi o da Coreia, com um produto *per capita* que passou de menos de 3 mil dólares em 1980 para 28 mil em 2009. No Brasil, o produto *per capita* progrediu de maneira menos espetacular, passando de 4 mil dólares para 8 mil durante o período. Sabe-se, porém, que o produto *per capita* é uma média capaz de esconder desigualdades

muito grandes. As desigualdades de renda são medidas pelo Coeficiente de Gini: zero representa a igualdade perfeita e cem, a total desigualdade. A Coreia do Sul, cujo produto *per capita* cresceu mais rapidamente, tem a repartição de renda menos desigual, por causa da grande modernização do campo e da estrutura de suas empresas, dominadas pelas PMEs. O caso coreano desmente a tese de que uma grande desigualdade de renda estimula o crescimento pela poupança e pelo investimento. O crescimento coreano tem sido robusto há 30 anos, mas a desigualdade de rendimentos se reduziu. A Coreia é seguida pela Índia e pela Rússia. As desigualdades de renda continuam grandes na América Latina, apesar do surgimento e do desenvolvimento de classes médias, especialmente no Brasil, país onde a desigualdade é a maior. As desigualdades são menos notáveis nos grandes países da Ásia, onde o desenvolvimento do mercado é mais recente. É preciso, contudo, notar que os salários indianos são mais elevados, em média, do que os chineses, enquanto a renda *per capita* na Índia é bem menor do que na China, o que revela uma pressão sobre os salários mais forte na neste país do que naquele.

O índice de desenvolvimento humano continua modesto na maioria dos países colocados no meio do pelotão: em 179 países classificados, somente o Chile constitui exceção. A situação é especialmente difícil na África do Sul devido à complexa integração dos negros mediante educação e o *black empowerment*, ou a "capacitação dos negros". As dificuldades do sistema educativo estão no cerne da crise social. Um artista sul-africano resume assim a situação: no tempo do *apartheid*, a educação preparava os negros para serem serviçais; atualmente, deveriam ser preparados para a sociedade das novas tecnologias, mas isso não é feito.

Alimentar corretamente as populações

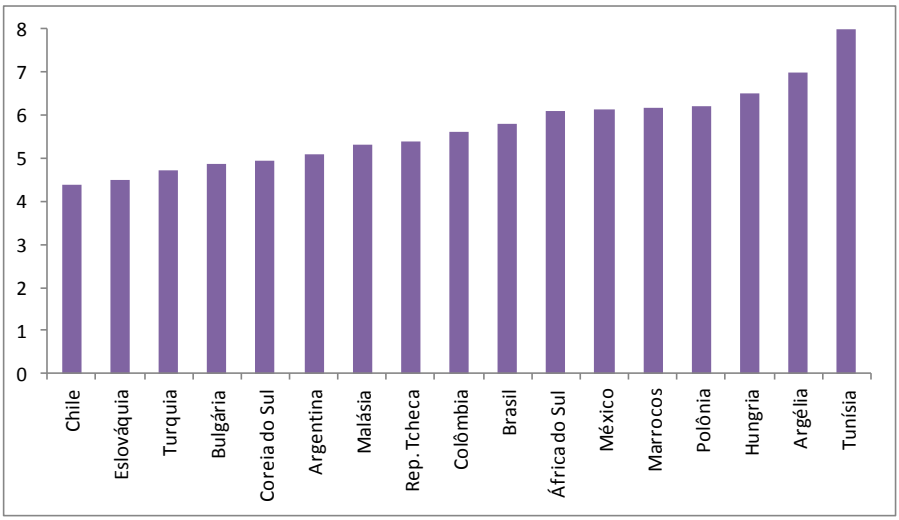
A agricultura desempenha papel importante no processo de diversificação e de emergência. Com exceção dos países onde a base natural é frágil, todos os emergentes têm, ou estão construindo, um desenvolvimento agrícola notável, que serviu de base para uma indústria agroalimentar significativa – no caso do Chile e do Brasil permitiu um formidável crescimento das exportações agrícolas para todo o mundo. A própria Indonésia, com seus 240 milhões de habitantes, tornou-se exportadora de arroz depois de haver importado maciçamente, a fim de nutrir sua população.

Em muitos dos países estudados, a prosperidade agrícola permitiu aumento dos rendimentos no campo e contribuiu, assim, para a ampliação do mercado interno da indústria e dos serviços, como é o caso na Coreia e cada vez mais na China. A combinação entre a dinâmica do mercado interno e o crescimento do mercado externo deve ser destacada. O progresso da agricultura desperta cada vez mais a atenção dos governos chineses, por um motivo adicional, que é a luta contra a inflação, especialmente nas cidades. O crescimento da produção e a reforma dos circuitos de comercialização se tornaram prioridades para assegurar as estabilidades social e dos salários reais, fator de competitividade. No âmbito agroalimentar, especialmente ameaçado no contexto da abertura, dois fatores são decisivos: a confiabilidade do fornecimento, em quantidade e qualidade, e os efeitos das dimensões das empresas. Em uma economia aberta, a sobrevivência desse ramo de atividade tão importante para o emprego e a valorização dos produtos locais tem necessidade de fusões e de aquisições, estimuladas pelos poderes públicos, assim como, aliás, faz a Turquia.

Reforçar a base do saber na sociedade

Globalmente, a situação se apresenta da seguinte forma: em muitos países emergentes, há recursos humanos de qualidade disponíveis em abundância. A produção científica e técnica mundial é feita com cada vez maior acolhimento de laboratórios internacionais de pesquisa, que acompanham a parceria com os investidores estrangeiros no país. Dessa forma, os problemas de qualidade da educação persistem em grande número de nações e isso depende, mas não unicamente, da importância da despesa pública no setor educativo.

Despesa pública em educação em 2008 (em % do PIB)



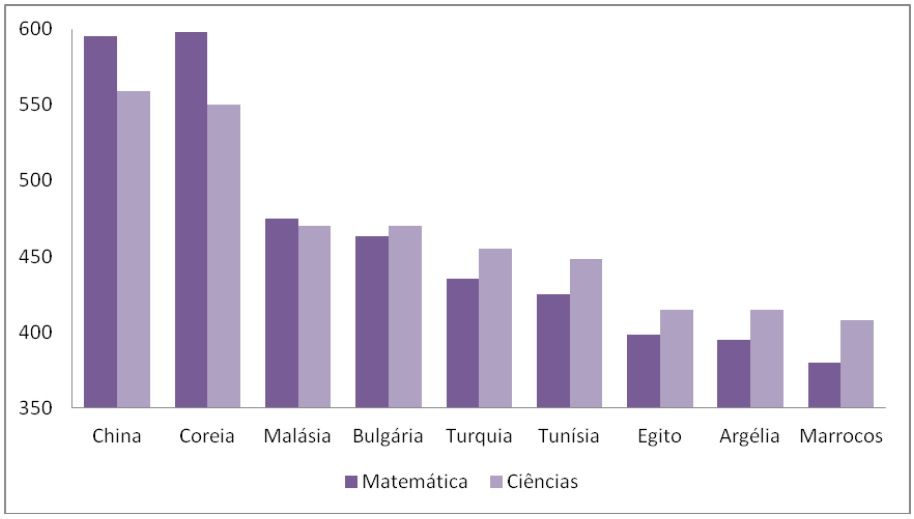
A classificação da OCDE, chamada Classificação Pisa, resulta de pesquisas periódicas trienais realizadas em diversos países. Mostra os resultados de testes idênticos aplicados em alunos de 15 anos. A média da OCDE é de 500 para cada matéria. A Coreia do Sul é o primeiro entre os países da organização em leitura e o segundo em matemática e em ciências. Fora do órgão, ela é superada pela China e seguida pela Malásia, que vem bem atrás. O Chile registra, em contraste, notas medíocres, apesar de seu desempenho econômico, o que permite prever dificuldades importantes no futuro. A Turquia tem desempenhos muito abaixo da média, especialmente em relação aos países europeus vizinhos. O México mostra os desempenhos menos positivos.

A qualidade da educação frequentemente deixa a desejar

	Leitura	Matemática	Ciências
Coreia do Sul	539	546	538
México	425	419	416
Turquia	464	445	454
Chile	449	421	447
Alemanha	497	513	520

Fonte: OCDE, Pesquisa 2009.

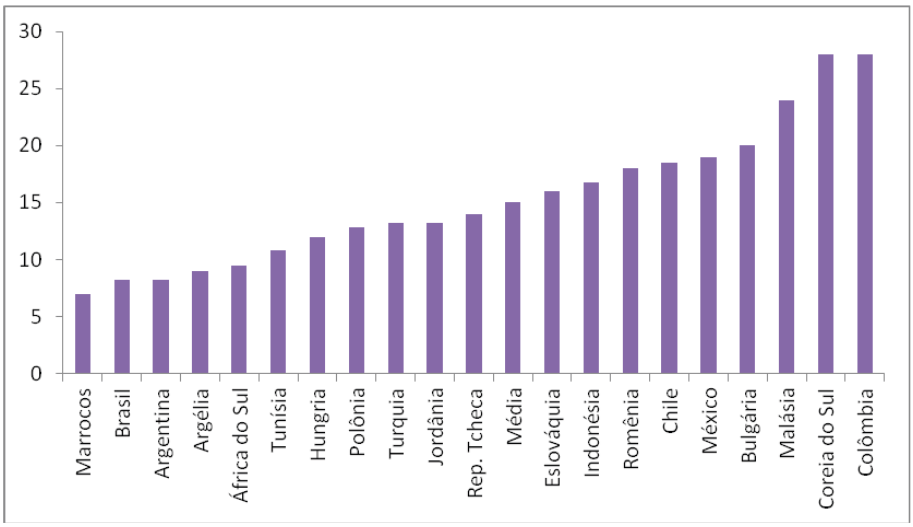
A qualidade da educação: uma comparação mais ampla



Os peritos da OCDE repetem incessantemente que a educação em quantidade e de qualidade é a maneira fundamental não só de corrigir a desigualdade na repartição dos rendimentos, mas também de assentar as bases do fortalecimento da produtividade nas empresas e estimular a inovação. Advogam, principalmente na América Latina, região onde a distribuição de renda é a menos igualitária, mais despesas em educação, desde idade muito tenra, a fim de dar aos jovens a oportunidade de aceder a um nível de educação superior ao de seus pais e, assim, transformar a escola em fator de ascensão social, o que atualmente na verdade ela não é.

Outros peritos assinalam a estrutura diversa do ensino superior em diferentes países, como mostra o lugar muito variável dos estudos de engenharia. Verificam-se situação confortável (acima da média) na maioria dos países da Ásia, no Chile e no México, posição média da Turquia e de seus competidores da Europa Oriental e situação preocupante em países como o Brasil e a África do Sul, sem falar dos do Magrebe, aos quais voltaremos no capítulo final.

Posição dos engenheiros no ensino superior



O combate à pobreza é indispensável e difícil

Vários estudos de qualidade sobre o combate à pobreza na América Latina, reunidos e analisados por Pierre Salama na obra sobre *As políticas de luta contra a pobreza na América Latina*, permitem recolher as principais lições, também aplicáveis aos outros países emergentes.

A pobreza diminui bastante em um contexto de crescimento elevado e estável

A instabilidade do crescimento pode anular de um período para outro os ganhos realizados, mas que permanecem frágeis. Os pobres são os mais afetados pela redução da atividade, devido à ausência ou à fragilidade de sua inserção profissional e à precariedade de seus rendimentos.

A pobreza recua mais rapidamente quando a desigualdade dos rendimentos não é muito grande

De fato, as estruturas oligopolistas de uma economia favorecem a concentração de renda nas cidades e no campo, acentuam a pressão sobre os preços e aumentam o hiato entre a evolução da produtividade

do trabalho e a do salário real, beneficiando os rendimentos do capital. Inversamente, sem que isso constitua uma regra, uma melhor distribuição do poderio econômico e especialmente uma quantidade mais forte de unidades familiares de trabalho agrícola freiam a concentração de renda e favorecem a redução da pobreza.

A pobreza diminui quando aumenta a despesa pública social em matéria de educação e saúde e de generalização da proteção social

Nota-se que certos países, especialmente na América Latina, não conseguem fazer progredir a despesa pública social, principalmente a dedicada à educação, no mesmo ritmo do enriquecimento do país, devido à estrutura do sistema fiscal e à rigidez orçamentária que os caracterizam.

A margem de manobra orçamentária é particularmente reduzida na América Latina porque os sistemas fiscais não se prestam à redistribuição. Na África do Sul, ela é um pouco maior.

A pobreza se reduz mais facilmente no meio urbano do que no rural

A questão agrária é central na luta contra a pobreza no meio rural e, portanto, em relação à pobreza em geral. É costumeiro comparar a China, a Coreia do Sul e a Malásia com a Índia, o Brasil e a África do Sul: os primeiros levaram a cabo reformas agrárias audaciosas a fim de aumentar a produção agrícola e as rendas no meio rural, além de ampliar o mercado interno; os segundos conservaram estruturas agrárias desiguais, com efeitos ambivalentes sobre a produção agrícola, que mantiveram a pobreza no campo, apesar das políticas de transferência em auxílio aos mais desfavorecidos. A Turquia ocupa, como vimos, uma posição intermediária porque a concentração da propriedade de terras produziu a modernização da agricultura e um êxodo rural que encontrou saída na emigração para o exterior. Esse é também o caso da China. Nesses dois países, a dinâmica do emprego não agrícola permanente permitiu enfrentar o êxodo rural, regulamentado no caso da China.

A pobreza é mais forte quando os impostos indiretos pesam demasiadamente sobre o consumo, principalmente dos mais pobres

Certas políticas econômicas e sociais são mais capazes de reduzir a pobreza do que outras. A repartição dos ativos de produção e do patrimônio constitui um fator chave de geração ou recuo da pobreza. O argumento dos economistas segundo o qual a concentração de rendimentos cria poupança que produz investimento e geração de empregos somente é verdadeiro até certo ponto. A poupança pode ser desperdiçada ou exportada, com efeitos negativos sobre o investimento. Conforme afirmou Amartya Sen no debate com Jagdish Baghwati sobre a Índia, o combate à pobreza está no cerne da política econômica e não está ligado somente ao volume das transferências sociais, por maior que este seja.

Os países emergentes e o resto do mundo em desenvolvimento: um perigo ou uma oportunidade

O crescimento robusto e durável dos países emergentes suscita, de uma nova maneira, uma série de questões de economia e de política internacionais para os países em desenvolvimento menos adiantados do que eles no caminho do crescimento. As principais têm a ver com o acesso aos recursos naturais e aos mercados e com o impacto dos investimentos das empresas originárias daqueles países sobre as economias locais. No que diz respeito ao acesso a produtos de base, os asiáticos, principalmente chineses e indianos, são muito agressivos e obtêm êxitos inegáveis nesse campo, demonstrando assim sua vontade de participar ativamente da corrida internacional em direção às energias e aos produtos de base, à custa de seu encarecimento, o que pesará sobre o comércio dos demais países em desenvolvimento, grandes importadores desses bens. O consumo de petróleo por parte dos emergentes, por exemplo, modifica a problemática mundial desse óleo. As possibilidades geológicas são imensas, mas o preço do petróleo precisar permanecer elevado para que possam ser exploradas.

A competição nos mercados de produtos manufaturados entre os países emergentes e os em desenvolvimento aumentou. Surgiram, em particular, as ameaças que o progresso chinês trouxe ao comércio exterior dos países estudados: a eletrônica, para a Malásia; os têxteis, para a Tunísia e o Marrocos; e toda uma gama de produtos, para o México, que aparece como o mais ameaçado, em especial no mercado norte-

-americano. O impacto é ainda mais forte quando se trata de países menos desenvolvidos.

De fato, pode-se considerar que, para certos países em desenvolvimento, o caminho da "primo-emergência" está fechado para o futuro, no caso de produções de alto teor de mão de obra e de baixos salários, a menos que sejam levados em conta os deslocamentos maciços dos emergentes em direção a esses países, como fez a Coreia. Resta ainda examinar o efeito de atração dos investimentos dos emergentes nos países em desenvolvimento. É necessário fazer uma análise, e provavelmente deveria ser elaborado um código de boa conduta para minimizar os efeitos negativos e aumentar os efeitos da atração no país.

Conclusão geral: unidade e diversidade na emergência

A unidade dos processos de emergência nos diversos países resulta de níveis elevados de crescimento, da rápida diversificação das estruturas econômicas, traz crescente transformação técnica dos processos de produção e de produtos. Os desempenhos tecnológicos das empresas desses países desmentem a ideia antiga de que seu sucesso econômico depende primordialmente de baixos salários e de recursos naturais abundantes. A estabilidade das políticas econômicas teve papel central na emergência, especialmente em matéria de abertura, ainda que o ritmo possa ter sido modulado aqui ou ali. Grandes empresas originárias desses países se internacionalizam e ocupam posições significativas em diversos mercados mundiais, às vezes em setores de tecnologias muito avançadas.

A emergência econômica também redistribui as situações sociais nesses países porque o crescimento rápido em economia aberta desloca muitas vezes territórios e populações e valoriza outros. Por toda parte aparecem novas categorias de empreendedores que frequentemente deslocam antigas elites econômicas mais ligadas à terra e ao comércio. As formas de consumo evoluem rapidamente, impulsionadas pela urbanização crescente, pelo desenvolvimento de diversos tipos de infraestruturas e pela ascensão mais ou menos intensa das classes médias.

O aumento dos empregos e dos rendimentos permitiu parcialmente oferecer aos jovens novas perspectivas, à altura de suas aspirações, estruturadas pelos progressos frequentemente rápidos da educação, das telecomunicações, pela proximidade mundial criada pela mídia e pela enorme influência da emigração na maior parte desses países. A emergência econômica acelerou a homogeneização cultural do planeta,

unificando progressivamente os modos de produção, de consumo e até mesmo o imaginário das populações, sobretudo nas cidades.

Contudo, a história e a geografia de cada nação explicam também a diversidade dos processos de emergência. O desenvolvimento chileno é evidentemente diferente do chinês. No primeiro, o lugar ocupado pelo setor privado é legítimo há muito tempo. O mesmo não ocorre na China comunista, que ainda veda alguns setores ao investimento privado, não lhe abre facilmente as fontes de financiamento nem o integra corretamente nas políticas de pesquisa e desenvolvimento, que permanecem em grande parte públicas. O combate à pobreza no Brasil é mais ativo e mais bem-sucedido do que na África do Sul devido à herança do *apartheid*, que desestruturou totalmente a população negra. As dimensões de cada país determinam também sua margem de manobra em relação a outros atores, especialmente às grandes empresas estrangeiras e aos Estados, que a sustentam.

As sociedades se transformaram pela ação da emergência, mas a pobreza não desapareceu totalmente, longe disso; paradoxalmente, as firmas originárias desses países investem maciçamente em outras partes do mundo, alimentando o crescimento de outras nações. De modo geral, os progressos obtidos por esses países notáveis e mensuráveis devem ser consolidados por toda parte pelos esforços mais constantes em matéria de educação, de formação e de pesquisa e desenvolvimento. O trabalho para os adultos depende ainda, frequentemente, da conjuntura econômica, e a exploração do trabalho infantil é ainda preocupante. De Pequim ao México, desenvolve-se o sentimento de que, após tantos anos de crescimento rápido, um novo contrato social precisa ser negociado e posto em funcionamento, a fim de fortalecer a integração social em cada um desses países. Da mesma forma, a tomada de consciência da necessidade de preservação do meio ambiente é recente e crescente. A intensidade energética da produção é elevada em quase todos os cantos, e a poluição dos meios naturais preocupa. O impacto futuro do novo papel econômico e político dos emergentes sobre as perspectivas de crescimento e desenvolvimento dos demais países em desenvolvimento ainda não foi corretamente analisado.

Capítulo XIII

Os países emergentes em 2012?

O sucesso econômico e social dos países emergentes cria naturalmente novas tensões e novos desafios local, regional e internacionalmente. As novas perspectivas encontrarão, certa e progressivamente, novas soluções locais e internacionais, em favor de uma nova geopolítica, multipolar e equilibrada, necessária para a paz social interna e mundial.

As diversas tensões com os países mais ricos

Os Estados Unidos, que deixaram sua economia se financiarizar e se desindustrializar, apresentam dificuldades para conter a invasão chinesa ou o dinamismo de outros países emergentes e veem os seus déficits se agravarem.

A disputa comercial incessante entre os Estados Unidos e a China particularmente sempre mobilizarão a OMC, um tribunal de resolução de conflitos submetido à certa relação de forças. A recente entrada da Rússia enriquecerá o debate.

Por quanto tempo ainda a poupança chinesa, isto é, a contração do consumo interno, continuará a financiar os déficits americanos a bons preços, conhecendo-se a política monetária americana?

A incerteza monetária força os países superavitários a fugirem da armadilha de investimentos financeiros, a diversificarem os seus ativos e a adquirirem ativos reais, em princípio, mais seguros e rentáveis.

As empresas dos países emergentes e os seus fundos soberanos se internacionalizam e procuram mercados em crescimento para suas mercadorias e seus capitais. Porém, no sentido inverso, essas nações são pressionadas a proceder e a acelerar a abertura de suas economias, em nome da reciprocidade.

De Ancara à Brasília, a política monetária americana é acusada de pressionar a taxa de câmbio de certos países e de lhes reduzir a competitividade.

Em um momento de renascimento das tensões militares, particularmente na Ásia, os países emergentes, especialmente a China e a Índia, não devem esquecer que foi a corrida armamentista que depauperou as finanças e a energia soviéticas, acentuou a instabilidade social perante a escassez de bens de consumo e levou em definitivo ao desmantelamento do império. Os Estados Unidos conhecem bem a arte e a maneira de empobrecer de seus adversários nessa corrida.

Preocupações com os países moderadamente ricos

O baixo crescimento da Europa e a incerteza sobre o futuro do euro preocupam os países emergentes. Nunca é bom ver um cliente importante e um mercado atrativo para os investimentos e as aplicações financeiras em situação econômica difícil.

A nova geografia econômica mundial, desenhada amplamente pelos países emergentes, mergulhou na crise a indústria de grande parte da Europa, especialmente o sul do continente, incapaz de evoluir suficientemente os seus custos, produtos e serviços, para fazer frente à nova globalização. A Europa mais dinâmica, ao norte, liderada pela Alemanha, saiu-se bem ao adaptar seus produtos e serviços à nova demanda mundial. Como dinheiro chama dinheiro, é esta nação que atrai a maior parte dos investimentos diretos provenientes da China e de outros países. No entanto, a questão central no momento se refere à capacidade da Europa latina de sair dessa fase ruim. Isso não será fácil, uma vez que a resistência à mudança é muito forte.

As turbulências que afetam o euro levaram a uma cautela maior na gestão das reservas cambiais dos países emergentes, aumentaram a demanda por ouro e reforçaram a compra de ativos reais, que encontram, no entanto, barreiras à entrada nos países mais liberais. Quando uma empresa chinesa compra 2% de uma petrolífera ocidental, a imprensa gera acusações de monopólio e tenta mobilizar a opinião pública.

No continente africano, tradicional zona de influência dos europeus, a visibilidade crescente dos países emergentes incomoda os poderes coloniais de ontem e os seus aliados de hoje. Contudo, os meios econômicos e tecnológicos de cada um acabarão por fazer a diferença. A Europa definhante terá dificuldade em atender aos ansejos dos jovens africanos, os quais ela já afasta de seu território.

Pequenas dificuldades entre os países emergentes

Devido a seu dinamismo, a concorrência comercial entre os países emergentes se intensifica não só em seus próprios mercados nacionais, mas também em mercados de terceiros países. As vozes se elevam na América Latina para contestar a invasão asiática nos mercados locais e na corrida global por recursos naturais, principalmente agrícolas e minerais. No entanto, esses conflitos ainda não produziram litígios formais importantes.

As parcerias de investimentos, as *joint venture*, entre empresas originárias de países emergentes são insuficientes, uma vez que as oportunidades de investimento em mercados promissores em qualquer parte, especialmente nos países em desenvolvimento, demandam a complementariedade entre os capitais, as tecnologias e o *know-how* de cada um.

A formação do Brics, que reúne regularmente cinco países emergentes, busca fortalecer a cooperação econômica entre eles, além de facilitar a prevenção e a solução de conflitos. Porém, ainda é muito cedo para julgar. Por enquanto, poucas iniciativas importantes surgiram ou foram concluídas.

Agenda urgente com outros países em desenvolvimento

Os países em desenvolvimento veem o sucesso dos emergentes como uma oportunidade e um perigo. As nações em desenvolvimento acumulam grandes déficits comerciais ou pagamentos correntes com os países da Ásia, particularmente a China e a Índia. Esses déficits, financiados pelo endividamento ou pela ajuda pública, são importantes em comparação com o montante dos investimentos dos emergentes nessas regiões.

O crescimento da participação dos países emergentes nas importações dos em desenvolvimento explica-se muitas vezes pelo

aumento da despesa pública em infraestrutura, que faz afluir para estes locais inúmeras empresas chinesas, brasileiras, coreanas e turcas de construção e de instalação de todos os tipos de infraestrutura ou de exploração de recursos naturais. Naturalmente, para realizar seus trabalhos e explorar os recursos, essas empresas se utilizam de fornecedores de suas próprias regiões.

Antigas questões, como a evolução dos termos de troca, a ajuda pública ao desenvolvimento, o código de boa conduta das multinacionais, a dialética entre o comércio e a ajuda, são consideradas em novos termos, uma vez que elas colocam cada vez mais de frente os países em desenvolvimento e os emergentes, anteriormente subdesenvolvidos. As centenas de milhares de chineses que trabalham na África são vistos, bem ou mal, como ladrões de pães pelos desempregados africanos. A questão do valor agregado local e dos efeitos da condução da exploração dos recursos naturais é agora levantada.

Os países emergentes são, no entanto, para os em desenvolvimento, uma fonte potencial formidável de capitais, tecnologias e mercados, suscetível de alterar radicalmente as condições de crescimento e de especialização destes países. Porém, os investimentos diretamente produtivos dos países emergentes nos em desenvolvimento continuam modestos fora do setor de recursos naturais, por razões pelas quais os emergentes não são os únicos responsáveis. É essa anomalia que deve ser corrigida o mais breve possível, criando-se um fluxo de investimento direto dos países emergentes em direção aos em desenvolvimento, de maneira a melhorar a qualidade do crescimento nessas regiões. O que poderia ser mais natural do que ver a poupança mais abundante do mundo, aquela que nasce nos países emergentes, ir em direção aos países cuja juventude, com maior nível de escolarização e aberta a novas tecnologias, espera impacientemente por empregos? As instituições internacionais, que se dizem particularmente preocupadas com a qualidade do crescimento na África e que duvidam de seu futuro caso os recursos naturais venham a se esgotar, devem trabalhar nesse sentido.

A qualidade de antigos países em desenvolvimento gera, para os emergentes, obrigações materiais e morais, periodicamente relembradas pelos outras nações em desenvolvimento. Qualquer tentação de predação lhes será reprovada com maior veemência.

Desafios no interior dos próprios países emergentes

As recentes revoltas dramáticas de menores na África do Sul relembraram a urgência da reparação social em muitos países emergentes. A população exige uma distribuição mais equitativa dos frutos do rápido crescimento. Este último, especialmente quando é durável, levanta aspirações econômicas e políticas de um grande número de indivíduos, e um novo contrato social deve ser negociado. O filho único da família chinesa não aceita o destino vivenciado por seus pais, e o menor africano não quer mais viver à sombra do *apartheid*.

Em muitos países emergentes, as infraestruturas sofrem sob o peso de um crescimento rápido e exigem soluções inovadoras em matéria de financiamento e de gestão de projetos estruturais, especialmente nos países com poupanças internas relativamente baixas.

As populações recém-integradas na corrida econômica contestam também uma escassez crescente de recursos naturais de qualidade, como água, ar e espaço. Ocasionalmente, denunciam perante a justiça a gestão, muitas vezes predatória, dos recursos naturais escassos.

Finalmente, nos países onde o autoritarismo político era a regra, a abertura política se impõe progressivamente e consittui mesmo uma condição da continuação do crescimento pela inovação e pela motivação.

Que nova geopolítica é possível e quais são os novos mecanismos de prevenção e solução de conflitos?

Celso Furtado enumera, como se segue, as fontes do poder econômico: posse de recursos naturais abundantes; grandes mercados internos; domínio de tecnologias; controle de moedas fortes; e Forças Armadas respeitáveis. Essas fontes do poder econômico são redistribuídas permanentemente ao longo da história. Primeiramente as Províncias Unidas, em seguida a Inglaterra e depois os Estados Unidos tiveram sucessivamente, em suas mãos, o essencial do poder econômico mundial, e o exerceram de maneira dominante, frequentemente com violência.

Os países emergentes criaram uma nova situação de partilha ampliada das fontes do poder econômico. A redução da pobreza, o fortalecimento das classes médias no plano internacional, a redistribuição mundial de conhecimentos e tecnologias, o poder aquisitivo mais bem distribuído e um mundo mais multipolar são objetos de satisfação decorrentes da emergência de certo número de países. Contudo, ao mesmo

tempo, a busca pela democracia, o temor de novas dominações e a nova corrida armamentista alteram a satisfação sentida por todos.

A situação requer ajustes políticos e institucionais internos e internacionais progressivos. Não os aceitar, ou mesmo não os preparar, é virar as costas para a história.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)

A mapoteca do Museu Histórico do Itamaraty guarda o mapa-múndi confeccionado pelo veneziano Jeronimo Marini em 1512, o primeiro em que aparece o nome Brasil. Desenhado em pergaminho e centrado em Jerusalém, o mapa orienta-se pelo Sul, deixando embaixo os países do hemisfério norte. O Embaixador Wladimir Murtinho encomendou a Madeleine Colaço a tapeçaria, inspirada no mapa de Marini, que hoje se encontra no gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. A reprodução dessa tapeçaria, que ilustra as aspirações dos países emergentes, impõe-se como a moldura perfeita para a obra de Abdellatif Benachenhou.

José Vicente de Sá Pimentel

ISBN 857631405-3
9 788576 314059

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br